Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Maria Madalena da Costa Oliveira

METAJORNALISMO... OU QUANDO O JORNALISMO É SUJEITO DO PRÓPRIO DISCURSO

Março de 2007

METAJORNALISMO... OU QUANDO O JORNALISMO É SUJEITO DO PRÓPRIO DISCURSO
Maria Madalena da Costa Oliveira

UMinho | 2007

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Maria Madalena da Costa Oliveira

METAJORNALISMO... OU QUANDO O JORNALISMO É SUJEITO DO PRÓPRIO DISCURSO

Ramo de Conhecimento do Doutoramento
Ciências da Comunicação,
Área de Conhecimento de Sociologia da Informação

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Moisés Adão de Lemos Martins

Março de 2007

Declaração

NOME
MARIA MADALENA DA COSTA OLIVEIRA

ENDEREÇO ELECTRÓNICO
madalena.oliveira@ics.uminho.pt

TÍTULO DA TESE
METAJORNALISMO... OU QUANDO O JORNALISMO É SUJEITO DO PRÓPRIO DISCURSO

ORIENTADOR
PROF. MOISÉS ADÃO DE LEMOS MARTINS

ANO DE CONCLUSÃO:
2007

RAMO DE CONHECIMENTO DO DOUTORAMENTO
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, ÁREA DE CONHECIMENTO DE SOCIOLOGIA DA INFORMAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução de qualquer parte deste trabalho/tese.

Universidade do Minho, 21 de Março de 2007

Maria Madalena da Costa Oliveira

Agradecimentos

Sobretudo ao ***Professor Doutor Moisés Martins***, pela orientação no excitante jogo das cinco pedrinhas que jogámos na soleira da porta deste trabalho.

Mas porque a ciência é também feita de afectos, é este projecto devedor de outros laços... os laços que me ligam com reconhecido afago a outros mestres do meu percurso académico... os laços que me ligam a todo o Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho, especialmente

ao *Professor Doutor Manuel Pinto*, à *Professora Doutora Helena Sousa*, à *Professora Doutora Felisbela Lopes* e ao *Professor Doutor Joaquim Fidalgo*

à *Dra. Teresa Ruão*, à *Dra. Sandra Marinho*, ao *Dr. Alberto Sá*, ao *Dr. Luís Santos* e ao *Engº. Pedro Portela*

E ainda os laços que me tornaram cativa de pessoas de quem tenho absoluta necessidade:

O meu pai, porque a morte não apaga o laço que sinto agora como um abraço, *a minha mãe*, *a minha irmã e o João Paulo*, ao lado de quem todas estas páginas foram sendo escritas.

Projecto desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do Programa Bolsas de Doutoramento

Bolsa com a referência SFRH/BD/10128/2002

Resumo

Sob vários signos se tem pensado a nossa época como um tempo de crise especialmente potenciado pelo funcionamento dos *media*. Tempo do consumo (Baudrillard), do espectáculo (Debord), das massas (Gasset) ou do efémero (Lipovetsky), de transparência (Vattimo) ou de transbordância (Jeudy), eufórico, excitante (Elias), agitado, tribal ou orgiástico (Maffesoli). Sob estes signos pensamos também o jornalismo na sua tarefa de exibição dos estados inaceitáveis do mundo e de criação dos quadros em que o actual acede à visibilidade (Miranda, 1998). O pressuposto de que partimos para esta investigação é, portanto, o de que, participando de uma generalizada crise da experiência comunicativa, o jornalismo se tem transformado numa prática de dominante sensológica.

Propondo uma nova sociologia dos *media*, na primeira parte deste trabalho, analisámos as consequências do projecto moderno e os argumentos que definem a hipótese de um tempo de todos os fins – o fim da geografia, o fim da história e o fim do orgânico. Importaria, por isso, compreender os efeitos de uma requisição total da experiência pela tecnologia. Nessa perspectiva, procurámos defender a tese de que uma era de comunicações digitais está marcada por um desejo radical de ligação, apesar de estarem em falta os princípios que estruturavam a cultura como unidade. A verdade é que, tomados pela metáfora da navegação – a mais adequada para falar da experiência comunicativa actual – os *mass media* são hoje a expressão maior da confluência entre a técnica e a afecção (Teresa Cruz, 2002), que, no capítulo 3, apresentámos na condição de uma crítica da tecnologização das emoções.

Particularmente assinalados pela cultura da urgência, os meios de comunicação social – que eram por definição mediadores da nossa relação com o mundo – são, cada vez mais, instrumentos de imediatização da experiência. É isso que os torna especialmente comprometedores para o pensamento. Com especial propensão para o desenvolvimento de uma racionalidade de tipo emotivo, que reage por impulso à efervescência dos instantes, os *media* são agora, mais do que em qualquer outra época anterior, o sinal de um tempo que se conjuga na sublimação do presente, ou seja, para a "epifania do efémero" (Carrilho, 1994).

Com este enquadramento, partimos na segunda parte para uma leitura histórica do jornalismo enquanto discurso de actualidade. Procurámos então perceber como tem sido encarado com desprezo este ofício que nasce, pelo menos aparentemente, da nobre atitude de garantir o direito de todos os cidadãos à informação. Atendendo ao modo como homens das letras e da política sempre se referiram aos profissionais da imprensa, concluímos serem os jornalistas uma espécie de heróis frágeis da modernidade. Tornaram-se indispensáveis a uma cidadania activa, mas este facto não minimiza a intolerância ao exercício de outro poder que não seja o de controle da acção legislativa, executiva e judicial.

Ao especularmos a possibilidade de o jornalismo configurar efectivamente um poder, o de tipificar o real e de lhe dar visibilidade, procurámos também identificar os traços de fragilidade da tarefa jornalística. Referimo-nos, nesse sentido, aos constrangimentos de natureza económica, cujos efeitos resultam na gestão da informação como mercadoria. Por outro lado, interrogámos os perigos da marca de subjectividade num discurso que se pretende objectivo, rigoroso e verdadeiro. Finalmente, considerámos a ameaça de, perante a emancipação do cidadão e a abundância de informação, os jornalistas perderem o exclusivo da notícia.

Como preservar o jornalismo como uma via segura, talvez a única, de abordar um mundo em que urge distinguir real e ficcional? Com esta pergunta, entrámos na terceira parte, interrogando a força do imperativo ético como mecanismo de legitimação de uma actividade sobre a qual caem as maiores suspeitas. Mas o imperativo ético parece-nos, por si só, insuficiente, pelo que procurámos argumentar pela possibilidade de a reinvenção do jornalismo se dever fazer num imperativo político de uma categoria crítica por excelência. É nesse sentido que defendemos o interesse de um discurso de nível metajornalístico. Assim advogamos ser mister abrir o jornalismo ao escrutínio público que não consente apenas uma reflexão de tipo deontológico no interior da classe profissional ou regulada por organizações independentes. Prática adjuvante da cidadania, o *jornalismo sobre o jornalismo* é não só possível como desejável. Que ele se faça no incremento de secções e espaços noticiosos dedicados aos *media*, através de informação factual e de análise, nisso se consubstancia a nossa proposta que admite, ao contrário dos clássicos manuais de jornalismo, que os jornalistas possam ser notícia.

Abstract

Under various signs has been our age thought as a time of crisis, specially raised by the functioning of *mass media*. Time of consumption (Baudrillard), of spectacle (Debord), of masses (Gasset) or of the ephemeral (Lipovetsky), of transparency (Vattimo) or of overflow (Jeudy), euphoric, exciting (Elias), agitated, tribal or orgiastic (Maffesoli). Under these signs is, in this work, journalism thought, in its task of exhibiting the inaceptable states of the world and of creating the frames into which actuality accedes to visibility (Miranda, 1998). The departing point to our research is, therefore, the presupposition that, participating in a generalised crisis of communicative experience, journalism is being transformed into a practice of *sensologic dominant*.

Proposing a new sociology of *media*, in the first part of this work we analised the consequences of the modern project and the arguments that define the hypothesis of a time of every ends – the end of geography, the end of history and the end of organic. It would matter, then, to understand the effects of a total requisition of the experience by technology. In that perspective, we intended to defend the thesis that an era of digital communications is marked by a radical desire of connexion, although it fails the principles that used to structurate the culture as unit. The truth is that, taken by the metaphore of navigation – the most adequated for speeking of the present communicative experience – *mass media* are today the greatest expression of the confluence between techniques and affection (Teresa Cruz, 2002), what, in chapter 3, we presented in the condition of a critics of the emotions *technologisation*.

Particularly signalised by the culture of urgency, *mass media* – that were, by definition, mediators of our relation to the world – are, more and more, instruments of imediatisation of experience. That is what makes them specially endangering for thought. With special propensity to the development of a kind of emotive racionality that reacts by impulse to the instants effervescence, *media* are now, more than in any other times, the sign of a time conjugated in the sublimation of present, that is, to the "epiphany of ephemeral" (Carrilho, 1994).

With this framework, we got in the second part into a historical lecture of journalism as discourse of actuality. We looked for an understanding of how this job has been faced with contempt, a job that, at least apparently, was born of the noble attitude of guarantee to all citizens the right of information. Taking into account the way men of letters and politics have always reffered themselves to the press professionals, we concluded that journalists are a kind of fragile heros of Modernity. They became essential to an active citizenship, but this fact has not minimised the intolerance to the exercise of other power unless the one to control the legislative, executive and judicial action.

Speculating journalism in its possibility to configure effectively a power, the one of typifying the real world and give it visibility, we seeked also to identify the lines of fragility of journalistic task. In that sense, we reffered to the economical constraits, which effects may result in the management of information as merchandise. By the other hand, we questioned the dangers of subjectivity marks in a discourse that is pretended to be objective, rigorous and truthful. Finally, we considered the threat of, in the sight of citizens emancipation and abundant information, journalists loose the exclusive of news.

How to preserve journalism as a secure way, perhaps the unique way, to accost a world where it becomes urgent to distinguish real and ficcional? With this question, we entered into the third part, examining the force of ethical imperative as mechanism of legitimation of an activity on which falls great suspections. But the ethical imperative seems to us, by it self, insufficient. Thus, we intended to argue the possibility of reinventing journalism in the political imperative of a critical category. It is in that sense that we defend the interest of a discourse of metajournalistic level. So we advogate to be necessary to open journalism to a public scrutiny that should not be closed in a deontological reflexion, promoted into the professional class our regulated by independent organisations. Adjuvant practice of citizenship, *journalism on journalism* is not only possible but desirable. That is why we insist in the increment of sections and news spaces dedicated to *media*, in the form of factual information and analysis. Unlike the classic books on journalism, we do pretend that journalists may become object of news.

Índice

Introdução: Contra a fatailidade histórica do jornalismo [1]

O mito moderno do poder do jornalismo [5]
O princípio de imputabilidade e o imperativo ético [12]
Metajornalismo: o imperativo político [16]

Primeira Parte: Do sonho euforizante dos *media* à crise da experiência comunicativa [21]

Introdução [23]

Capítulo 1: A desterritorialização da experiência [25]
1. A ficcionalização do real [25]
2. O ciberespaço e a sobre-espacialidade [35]
3. A desterritorialização [45]

Capítulo 2: A efervescência do instante [55]
1. Do tempo e da história do tempo [55]
2. Do novo modo de sentir o tempo [61]
3. Sublimação do presente [65]
4. Da emancipação do presente ao fim da história [75]
5. Da mediação à imediaticidade [80]

Capítulo 3: A tecnologização das emoções [85]
1. Da sedução e de uma pele tecnológica [85]
2. A televisão, mercadora de emoções [89]
3. Jornalismo compassivo [92]
4. Olhando a morte dos outros [99]
5. O erotismo da tecno-intimidade [109]

Em síntese [115]
Para uma outra sociologia dos media [115]

Segunda Parte: Do triunfo do jornalismo ao embaraço dos jornalistas [121]

Introdução [123]

Capítulo 4: Um *métier* ferido pela escrita dos dias [125]
1. Contra o jornalismo e os jornalistas [125]
2. Um produto da urgência dos dias [137]

Capítulo 5: O jornalismo como archote ou ainda a ideia de poder [153]
1. As afinidades da palavra com o poder [153]
2. Da legitimidade para informar [158]
3. Sobre as afinidades do jornalismo com o poder [169]

4. No reencontro com as teorias do poder [175]
5. Para uma nova teoria: o jornalismo como poder constituinte [183]

Capítulo 6: Da fragilidade de ser jornalista [187]
1. O triunfo da informação [187]
2. Pela informação, contra a comunicação [191]
3. "Informação-mercadoria": garantia económica ou prostração? [195]
4. O jornalismo vítima dos jornalistas? [201]
5. "Jornalista do cidadão: ferramenta ou ameaça? [205]

Em síntese [211]
Jornalistas, heróis frágeis da modernidade [211]

Terceira Parte: Metajornalismo... ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso [215]

Introdução [217]

Capítulo 7: O imperativo ético [219]
1. Moral, ética e deontologia [219]
2. Da ética do discurso ao discurso da ética [222]
3. Ética jornalística [228]
4. Sobre os princípios da deontologia jornalística [236]
5. Da insuficiência do imperativo ético [244]

Capítulo 8: E se o jornalismo também for notícia? [247]
1. Notícias do jornalismo [247]
2. Um caso... de críticas ímpias? [253]
3. Jornalistas em acto de contrição? [265]
4. Jornalismo em causa própria [276]
5. Informar sobre a informação [289]

Capítulo 9: O imperativo metapolítico [291]
1. O princípio de imputabilidade [291]
2. Um provedor entre os jornais e os leitores [298]
3. Um provedor por detrás dos ecrãs [305]
4. Metajornalismo ou o imperativo metapolítico [313]

Em síntese [317]
De sujeito a objecto de crítica... [317]

Conclusões: Uma prática adjuvante da cidadania [319]

Referências Bibliográficas [325]

Contra a fatalidade histórica do jornalismo

«Nós vivemos do eco das coisas e neste mundo de pernas para o ar,
é ele que suscita o grito.»
Karl Kraus, 2000: 187

Ao aparente triunfo do jornalismo contemporâneo, sonhado por gente inquieta, sobrepõe-se hoje uma insatisfatória hegemonia dos meios de comunicação electrónicos. Promessa cumprida da modernidade, a revolução tecnológica confirmou a globalização das relações, transfigurando radicalmente a nossa experiência comunicativa. Os novos *media*, emergidos do ultra-humano anseio de extensão dos sentidos, tornaram possível estar aqui e além ao mesmo tempo, como se um espírito tivesse derramado em nós um dom de ubiquidade. O sonho da comunicação sem fronteiras, nem de espaço nem de tempo, tornou-se inequivocamente real.

Tudo parece, pois, fazer crer que os *media* são o signo de um desejo vitorioso de dar às palavras, aos gestos e às imagens um novo ritmo: o do instante. Sem o vagar próprio de outros tempos, os *media* de hoje estetizam os significantes com que a cada momento tentamos ainda *pôr em comum* até o que sabemos incomunicável. Aos *media*, sobretudo os da era digital e da

metamorfose do audiovisual, reconhece-se o mérito de reconstruírem a nossa maior ilusão: a de viver em directo, no imediato, como se, paradoxalmente, entre nós e o mundo não houvesse esses instrumentos de mediação que são, no fundo, os próprios *media*. É, por isso, com hilariante entusiasmo que tomamos lugar na vizinhança localizada, nos anos 60, por McLuhan, na imagem de uma imodesta aldeia global.

Ora, assim encarados, os *media* seriam simplesmente a confirmação risonha da capacidade dos homens de superar as contingências propriamente humanas. No entanto, longe de serem a serena realização da utopia que é a comunicação transparente, plena e instantânea, os meios de comunicação modernos são também o sintoma mais evidente dos fracassos do progresso. O generalizado discurso da euforia da nova era da informação não foi suficientemente auspicioso para prever e evitar os riscos atinentes a uma mediocracia. Consubstanciado na ideia de democratização do espaço público, e inerentemente globalizante, este discurso confiou o destino das relações intercomunicativas a uma partilha absoluta de conhecimento representada pela infinita circulação de informação.

Todavia, a entusiasta navegação em velocidade de cruzeiro encalhou nos escolhos próprios de uma era administrada pela tecnologia. Na verdade, a consolidação de uma sociedade inteiramente governada pelos *media* revela a apoteose da comunicação e a deificação da informação. À capacidade aparentemente ilimitada dos processadores de informação acresce, pois, o logro de pensar que tudo se pode conhecer e saber. A ilusão da virtualidade informática que reduz tudo a impulsos electrónicos converteu o conhecimento do mundo num simulacro de instantaneidade. O triunfo do instante, determinado antes de mais pela hegemonia cultural da televisão (Guillebaud)[1] e acentuado pelo imediatismo das novas tecnologias da

[1] Num texto intitulado «Crise des médias ou crise de la démocratie?», publicado no nº 66 da revista Le Débat, Jean-Claude Guillebaud refere-se ao final do século XX como a era do triunfo do instante, do triunfo do mercado, da hegemonia cultural da televisão, do triunfo do espectáculo e do governo das aparências. «A imprensa escrita, lugar teórico da distância, da investigação e do comentário explicativo», diz o autor, «encontra-se de certa maneira assaltada e subvertida pelo poder da imagem» (1991: 66)

informação, é factor de uma crise que assenta no paradoxo de a instituições originalmente de natureza mediata se exigir a efemeridade do mais breve instante em directo.

Por conseguinte, a fantasmagoria do tempo e do espaço, própria de um mundo que se quer global, mais não fez do que tolher os *media* do seu próprio fundamento. Longe de servirem de maneira desinteressada os valores e os ideais de onde se reclamam, os *media* são hoje a plateia de onde assistimos ao descontrolo e à desfragmentação do mundo em imagens (Miranda, 2000). O "reino dos *media*", expressão utilizada por alguns autores[2], é a metáfora ambígua, ela própria mediática, que designa esta efervescência desordenada e versátil (Guillebaud). Um reino que, salvo algumas disposições legais, ninguém governa, um império tirano de que padecem sobretudo o jornalismo e os jornalistas.

Esta é a inegável fatalidade histórica da actividade que Gabriel Garcia Marquez designou de melhor ofício do mundo: a de ter os *media* como principais aliados e adversários, simultaneamente. É que, se, por um lado, o jornalismo tem, inevitavelmente, que conviver com os meios de comunicação para cumprir a sua primordial missão de informar um público tão vasto quanto as massas que os *media* conseguem congregar, por outro, nele se revelam todas as vicissitudes próprias da engrenagem mediática.

No início do século XX, Karl Kraus conjecturou para a imprensa os perigos subjacentes à esfera económica. O risco de invasão dos jornais pela publicidade, a sua dependência dos poderes económico e financeiro, a concentração e a construção de verdadeiros impérios de jornalismo ameaçariam, segundo o jornalista austríaco, que Yves Kobry preferiu qualificar de anti-jornalista[3], o pluralismo e a liberdade de imprensa. Um século bastou para condenar o jornalismo a perigos bem maiores. Marcado por um decisivo determinismo tecnológico, o

[2] Nomeadamente por Dominique Wolton, num texto datado de 12 de Setembro de 2000, intitutado « L'identité culturelle française, à l'heure de la mondialisation de la communication ».

[3] Na apresentação que antecede o livro *La Littérature Démolie*, Yves Kobry refere-se assim a Karl Kraus: «Jornalista, Karl Kraus? Anti-jornalista, antes; não à procura do sensacionalismo, à espera do acontecimento, mas atento aos factos miúdos, diversos, da vida quotidiana, judicial, literária, que desenham a seus olhos o retrato de uma sociedade com as suas imperfeições e os seus vícios.» (Kraus, 1993: 36)

jornalismo contemporâneo vive de permanentes sobressaltos. Já não está mais na terra firme nem fora de perigo. Já não tem a capacidade de se manter à distância que Montaigne reconhecia ao espectador, porque ele próprio deixou de ser apenas o espectador. O jornalismo deixou de sobreviver na sombra de uma das suas propriedades originais: a de observador vigilante e denunciador do perigo. Ele próprio vive hoje a iminência do perigo. Distinto potenciador da deriva e amplificador dos incessantes sinais de infelicidade do maior número, o jornalismo está a todo o momento sujeito ao naufrágio, a «costas e ilhas, portos e alto mar, recifes e tempestades, abismos e calmaria, vela e leme, timoneiros e ancoradouros, bússola e navegação pelos astros, faróis e pilotos» (Blumenberg, 1990:21).

Habituado a permanecer no porto de abrigo, de onde se acostumou a «recompensar a distância com o prazer» (Blumenberg, 1990: 32) do espectáculo, permanentemente alimentado com a reverência da informação, o jornalismo esgotou, porém, a esperança da firmeza da terra. Tornou-se, ele próprio, a imagem do fragmento que somos, disfarçado de corpo comum, e o limiar de toda a interrogação. É toda a vida que se questiona no relato que constrói do mundo e das coisas. É ele mesmo questionado na verdade e na conveniência da sua atitude.

Partilhando com os *media* o desenho do espaço público, o jornalismo comunga com eles a representação do real. É com eles o prenúncio do espectáculo, que, segundo Agamben, constitui «a análise mais lúcida e severa das misérias e das sujeições de uma sociedade» (Agamben, 1995:83), ou, antes, o sintoma da "patologia apocalíptica"[4] de que padece o social. Malquistado pela perversidade dos efeitos da comunicação de massas, o jornalismo tornou-se expoente do espectáculo, entendido como «a principal produção da sociedade actual» e correspondendo a uma «fabricação concreta de alienação» (Debord, 1992: 22 e 32). Sendo «a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana, isto é, social, como simples aparência» (*ibidem*, 19), o espectáculo, permanentemente actualizado pelo processo

[4] Expressão usada por José Bragança de Miranda, num texto intitulado "O fim do espectáculo" (1995) em que reinterpreta a herança de Guy Debord à luz do novo espaço cibernético.

informativo, desagua numa disfunção de tempo e de espaço que deforma a realidade, precipitando-a num abismo muito próximo da desinformação. Deslocado do *logos* e do *ethos* que idealmente determinariam a acção humana, o jornalismo contemporâneo é fatalmente atravessado pelo *pathos*, pela paixão da vida. Eis a confirmação da ameaça tecnológica: a tentação do imediato, do acontecimento em directo, como se a totalidade da vida coubesse no discurso mediático dos jornalistas. O problema das sociedades modernas é, pois, que vivemos na superfície das coisas, como se toda a essência da vida estivesse na epiderme de uma nova pele da nossa cultura (Kerckhove). Uma pele tecnológica com que experimentamos um mundo sensorial, com que nos horrorizamos ou com que nos excitamos perante o real.

O horror e o êxtase gerados pelo trabalho jornalístico são, com efeito, o resultado da mediação social promovida entre a realidade e a nossa capacidade de imaginação e de emoção; são a consequência do contacto entre a nossa mente e os factos que despertam em nós as nossas mais profundas sensações, sejam elas de pânico, de alegria, de terror ou de entusiasmo. As máquinas electrónicas que suportam o jornalismo do nosso tempo têm aparentemente esta virtude: a de promover a nossa afecção ao mundo. Com uma matriz marcadamente tecnológica, não estará o jornalismo a transmudar o nosso imaginário? Certamente que sim; a confirmar-se a intuição de Karl Kraus de que a imaginação do jornalismo «é o pior sucedâneo para a imaginação que nós possuíamos outrora» (Kraus, 2000:190), sugere uma resposta afirmativa, carregada, no entanto, de um profundo pessimismo. É que, para o autor, que hoje quase poderíamos dizer ter sido o maior de todos os críticos do jornalismo, o jornalista matou a nossa imaginação, e a ser assim, «é contra a nossa vida que ele atenta com as suas mentiras» (*idem*).

O mito moderno do poder do jornalismo

Desprestigiado ao longo da história, quer pelo não reconhecimento do seu papel quer pelo descrédito do seu desempenho, o jornalismo foi sempre uma actividade angariadora de hostilidades, ora por ser um atentado contra a literatura (Diderot, por exemplo, dizia que os

jornais mais não eram do que o "pasto dos ignorantes"), ora por ousar invadir o círculo da vida privada dos cidadãos, em nome de uma liberdade de expressão que muitos diziam ser desmesurada e irresponsável. Criticando o aparelho jornalístico como um todo, mais do que os jornalistas individualmente pela sua conduta, Kraus entendia que a imprensa acabou por adquirir uma posição tal que o trabalho dos jornalistas se tornou sinónimo de impunidade e de irresponsabilidade (Bouveresse: 2001). Temendo que o jornalismo se tornaria o único poder realmente absoluto, Kraus tornou-se num dos expoentes da denúncia do «poder desmesurado que os jornalistas poderiam adquirir sobre o mundo da cultura e o mundo em geral» (Bouveresse, 2001:22)

Com um poder reconhecido desde o liberalismo, o jornalismo e os jornalistas estiveram sempre na esteira da crítica social. Encarada positivamente, esta ideia de poder, que uns designaram por quarto (vigilante dos três poderes fundacionais do Estado democrático-liberal) e que outros entenderam sobrepor-se veemente às autoridades, executiva, legislativa e judicial, confirmaria os jornalistas como os grandes vencedores do último meio século. Quatro motivos justificam para Dominique Wolton esta vitória: primeiro, o facto de a liberdade de imprensa se ter tornado no horizonte da comunidade internacional. Por outro lado, a certeza de que a mundialização da informação é uma das mudanças mais espectaculares dos últimos trinta anos. Em terceiro lugar, a constatação de que as indústrias da informação e da comunicação estão em plena expansão no plano mundial. Finalmente, a afirmação dos jornalistas no meio cultural e político, pela sua omnipresença em todos os domínios da vida pública (Wolton, 2003:9-10).

Por tudo isto, e certamente também pelo papel que dizem ter assumido de vigilância do funcionamento da democracia, os jornalistas são, para o investigador francês, os heróis dos tempos modernos, ainda que heróis frágeis. A representação do jornalismo como "poder do contra" é, com efeito, provavelmente, a revelação da sua faceta mais heróica. Para Mário Mesquita, ela «corresponde às mitologias glorificantes da acção dos jornais e dos jornalistas» (Mesquita, 2003: 74).

Na história dos *media*, são, na verdade, inúmeras as teorias que fundamentam o poder da comunicação social. Percorrendo as teorias inventariadas por Mauro Wolf[5], que revisitaremos na segunda parte deste trabalho, identificamos várias concepções que reconhecem aos *media* (e neles ao jornalismo em particular) um poder incontornável. A teoria hipodérmica é já disso um bom exemplo, na medida em que encerra a relação entre os jornalistas e o público na simplicidade do modelo Estímulo-Resposta. Defendendo uma relação directa entre a exposição às mensagens e o comportamento, os autores ligados a esta corrente autenticavam assim aos *media* o poder de controlar, manipular e impelir à acção o conjunto dos cidadãos. Das abordagens sobre a manipulação, a persuasão e a influência, a pesquisa sobre os *mass media* depressa se alargou ao espectro das funções exercidas pelos sistemas de comunicação de massas, sustentando novamente a força do jornalismo e dos jornalistas. A hipótese do *agenda-setting* ocupa, neste domínio, ainda hoje lugar de destaque na discussão acerca do papel dos jornalistas e está longe de ser esgotada. Segundo a formulação clássica desta hipótese, a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social é-lhes cedida por empréstimo pelos *media.* O que seria o mesmo que dizer que aos *media* cabe o papel de dizer às pessoas sobre o que devem pensar. Por outro lado, a concepção do jornalismo como "gatekeeper" (conceito elaborado por Kurt Lewin) confere aos *media* um papel de "seleccionador", de "porteiro" que define quem ou o que pode ou não passar pelos meios de comunicação social. Implícito nesta concepção está o conjunto de valores sociais e de critérios profissionais e organizativos que determinam a selecção da realidade empreendida pelos editores da informação. Inevitavelmente associada a esta teoria, a pesquisa sobre o "newsmaking" sublinhou o papel de seleccionador do jornalista. A actualidade, entendida como a produção determinada pelos valores-notícia, reveste assim os jornalistas do poder de fragmentar a informação e determinar a noticiabilidade dos acontecimentos.

[5] Wolf, Mauro – *Teorias da Comunicação* – Lisboa, Editorial Presença: 1995

Ora, reconsiderar o poder do jornalismo e dos jornalistas pressupõe, hoje, reequacionar o papel que desempenham na sociedade contemporânea, à luz da actualidade das teorias clássicas. Radicando no princípio do livre mercado de informação e ideias proclamado pelos liberais como meio de assegurar o pluralismo enquanto condição de emergência da verdade, a ideia de poder tornou-se num mito moderno que quer os jornalistas quer a sociedade em geral fazem questão de manter, por parecer ser uma consequência inevitável do ideal de liberdade de expressão, tão fundamental a uma democracia sã.

A jusante da Revolução Francesa e do novo enquadramento filosófico-político, o papel do jornalismo adquiriu, no contexto da democracia, um atributo de "poder que controla poder". Do mesmo passo, outros factores viriam a contribuir para aquilo que quase se convencionou chamar de triunfo da informação, que, decorrendo da omnipresença dos jornalistas na vida pública, cultural e política, os reveste da heroicidade atribuída por Wolton[6].

A capacidade de influenciar a opinião pública e a própria imagem de cão de guarda muito abonaram a favor deste mito a que o jornalismo praticamente se consagrou. Exercendo uma espécie de monopólio, nomeadamente no que concerne à gestão do acesso ao espaço público, os jornalistas abandonaram de vez a representação do papel de mensageiros. Porém, foi precisamente esta passagem ao papel de agentes sociais, com uma função determinada, que se revelou a fonte de todos os equívocos[7]. Na verdade, apesar de esta afirmação do poder supor o mesmo princípio dos outros poderes, de independência entre si, a grande falácia do jornalismo tem sido a sua contaminação por interesses privados, marginais ao interesse público. A cedência dos jornalistas a interesses particulares, nomeadamente por motivações económicas ou mesmo políticas, era já uma preocupação dos intelectuais do início do século XX que receavam ser esse um dos efeitos perversos do poder dos jornalistas.

---

[6] Para Wolton, «todo o acesso à comunicação passa por eles», pelos jornalistas, e é isso «que lhes confere um poder real» (Wolton, 2003:10).

[7] Tomamos aqui de empréstimo a ideia de Mário Mesquita, expressa no livro *O Quarto Equívoco – O poder dos Media na sociedade contemporânea* – Coimbra, Minerva: 2003.

A designação "quarto poder", que alguns atribuem a Edmund Burke[8] e outros a McCaulay[9], tornou-se, pois, expressão do paradoxo que ameaça a própria identidade dos jornalistas: denotando uma certa imponência reconhecida aos profissionais da informação, a expressão "quarto poder" conota também um conjunto de fragilidades, nomeadamente no que concerne à legitimidade do trabalho que desenvolvem. Encarada por Mário Mesquita como uma hipérbole, esta fórmula do jornalismo «visa colocar a imprensa ao nível das instituições do poder constituído», carecendo, no entanto, de «valor analítico enquanto descrição científica do lugar da imprensa ou dos media nas sociedades contemporâneas» (Mesquita, 2003: 71).

Apesar de incómoda aos diversos sectores da vida pública, a ideia do jornalismo como poder é hoje fonte de todas as suas virtudes e causa de todos os seus pecados. Kraus reconhecia ao jornal um poder considerável e perigoso, de tal forma que ele podia transformar não só a insignificância objectiva em importância reconhecida por todo o mundo, como também a mentira em verdade[10]. Fazendo face a estes perigos herdados do liberalismo, os estudos jornalísticos passaram a invocar questões originalmente concernentes ao sistema político. Os conceitos de representatividade e de mandato recentraram o jornalismo num tópico fundamental à democracia: o da legitimidade, tendo em conta, nomeadamente, que a liberdade de expressão, matriz da liberdade de imprensa, não é exclusiva dos jornalistas, mas antes um direito inalienável de todos os cidadãos.

Sob o prisma da legitimidade, poderíamos dizer o jornalismo sente hoje, à semelhança de outras instituições (de que a Justiça é seguramente um exemplo em actualidade) a proximidade de um certo abismo de descrédito, de desconfiança e de desafectação do cidadão.

---

[8] Edmund Burke terá usado esta designação, no final do século XVIII, «para se referir ao poder político que a imprensa possuía, a par de outros três poderes do contexto britânico: os Lordes, a Igreja e os Comuns» (McQuail, 2003:149).

[9] McCaulay, deputado do Parlamento inglês, terá escolhido a expressão "Fourth Estate" um dia, em 1828, quando «apontou para a galeria onde se sentavam os jornalistas e os apelidou o "Quarto Poder"» (Traquina, 2002:31).

[10] Desencantado com a imprensa vienense, Kraus entregou a sua vida intelectual a uma batalha contra um "jornalismo camaleão", esse que se presta a escrever ora à esquerda ora à direita, conforme as conveniências.

A diversificação dos meios de comunicação, cada vez mais individualizados, e o aparente acesso facilitado a todos, ou quase todos, os canais de informação pelo cidadão comum tornaram imperativa a resposta às questões "Quem legitima a acção dos jornalistas?"; Como defender o jornalismo das suas próprias falácias?"; "Como revalorizar o poder do jornalismo?".

Espécie de mandatário dos cidadãos, cujo principal objectivo é representar a soberania do povo junto dos poderes instituídos, o jornalista tem a cargo uma vigilância dos homens da administração da "coisa comum" que esclareça aqueles que têm por direito o poder de eleger ou destituir. Avançando que a legitimidade do jornalista encontra a sua origem na vontade ou no consentimento dos cidadãos, que reconhecem nele um representante, Marc-François Bernier[11] considera que historicamente se reconheceu mais legitimidade ao jornalismo enquanto função social do que aos jornalistas enquanto actores sociais (Bernier, 1995:25). Temendo, aliás, o papel dos jornalistas na defraudação do processo de legitimação do jornalismo, Bernier sustenta que o poder dos *media* e a recusa sistemática dos jornalistas de se submeterem a um princípio de imputabilidade podem provocar disfuncionamentos neste processo (*ibid.*:27).

No que respeita à origem do mandato de representação de que usufruem os jornalistas, remetemos com o autor para um contrato social, onde, à semelhança da origem da sociedade política em Rousseau, os cidadãos concedem um consentimento aos jornalistas para que os representem junto dos homens de poder. Ainda que não exista na forma de texto, este contrato, diz Bernier, «reconhece aos jornalistas o dever primeiro de assegurar a vitalidade democrática da sociedade informando o conjunto dos cidadãos de factos pertinentes quanto à conduta geral das suas vidas». É, pois, precisamente munidos deste mandato que os jornalistas assumem um poder de controle[12]. Em troca deste serviço, a sociedade concede aos jornalistas «direitos, liberdades e privilégios para que eles possam assumir plenamente o seu dever» (Bernier,

[11] No livro *Les Planqués – Le Journalisme victime des journalistes*, Bernier, investigador canadiano, defende que os jornalistas são a principal ameaça que pesa sobre o jornalismo (p.24) e sustenta que a protecção do jornalismo contra os jornalistas passa pela crítica formal e pela pesquisa científica (p. 183).

[12] Controle, como adverte o autor, é uma palavra de origem francesa que radica em "contre-rôle", muito próxima da ideia de contra-poder.

1995:28). Noutra perspectiva, distante certamente da ideia de contrato com os cidadãos, Daniel Cornu entende a legitimidade noutros termos, assumindo que o jornalista a retira «apenas da discussão (...) sobre a verdade da sua informação e sobre a forma como essa informação verdadeira reflecte as preocupações reais da sociedade» (Cornu, 1994:424).

Definido de uma ou de outra maneira, este conceito de legitimidade é naturalmente inseparável da exigência de responsabilidade social dos *media*, enquanto organizações de produção e difusão de informação, e dos jornalistas, enquanto indivíduos que, pelo desempenho das suas funções de mediação, podem influenciar directa ou indirectamente o conjunto dos cidadãos. Daí que ao imperativo de legitimação, e portanto, concessão de liberdades para o trabalho de processamento da informação, acresça o da responsabilização social dos jornalistas. A sacralização da liberdade de expressão como corolário máximo da sua acção implica com alguma evidência obrigações concomitantes, uma vez que o jornalista é «um elemento estruturante, não só da narrativa mediática, mas também do próprio sistema político» (Mesquita, 2003:137).

Nascendo da revolução tecnológica e industrial e da multiplicação das vozes críticas, relativamente à dimensão e à importância que os meios de comunicação social começaram a assumir, esta Teoria da Responsabilidade Social da imprensa, formulada em meados do século XX, prevê, pois, o exercício de direitos na aceitação de deveres concomitantes. Aparentemente demolidora da Teoria Liberal das funções da imprensa, esta ideia de responsabilização social é, porém, em nosso entender, um aperfeiçoamento da herança dos liberais. De facto, é com frequência no quadro dos direitos, liberdades e garantias tacitamente concedidos aos jornalistas que se levantam as questões mais inquietantes para o jornalismo. Constituindo um prolongamento da liberdade de expressão, estes direitos são fonte de todas as controvérsias, sendo a causa simultânea de todas as virtudes e fragilidades dos profissionais da informação. Sendo atribuídos aos jornalistas para que estes promovam um melhor serviço do interesse

público, estes privilégios colidem, muitas vezes, com um incompatível servilismo ao domínio privado.

Por outro lado, a exacerbação destes direitos ao limite de uma suposta imunidade dos jornalistas à imputabilidade conduz à questão de saber se se impõem ou não fronteiras às condições consideradas fundamentais ao livre confronto de ideias. Entendida como condição de informação, a liberdade de expressão não autoriza tudo, o que supõe, por parte dos jornalistas, o exercício de uma liberdade responsável e uma resposta à questão "Quem controla os jornalistas?".

O princípio de imputabilidade e o imperativo ético

A falta de controlo de qualidade tem sido apontada, por académicos e profissionais, como um dos maiores pecados do jornalismo. A ética e a deontologia estão no centro da discórdia, resultando muitas vezes num conflito entre os próprios jornalistas, intolerantes aos atropelos de conduta dos seus pares. Mas basta aos jornalistas o controlo que exercem entre si? É suficiente que sejam os jornalistas a vigiar-se mutuamente? Devem os jornalistas justificar-se diante da sua fonte de legitimação ou apenas diante das suas fontes de informação? Estas questões conduzem à consideração de uma regulação da actividade a dois níveis: por um lado, uma regulação interna, promovida entre jornalistas e chefias; por outro, uma regulação externa, concertada com o público. Subjacente a esta ideia de regulação está, porém, a ideia de um princípio de imputabilidade, a que os jornalistas não são, ou não deveriam ser, por natureza, imunes.

Embora insistam sobretudo no dever de imputabilidade dos outros actores sociais, sustentando uma concepção selectiva e truncada do que é realmente a imputabilidade (Bernier, 1995:50), os jornalistas não podem negar-se a prestar contas do seu trabalho ao público que legitima a sua vocação. Os cidadãos têm, de facto, o direito de julgar a validade do trabalho apresentado pelos meios de comunicação social. Para tal, defende Bernier, a imputabilidade

profissional é um elemento chave do processo de legitimação. Dela releva a possibilidade de o público julgar o desempenho dos jornalistas e a sua competência relativamente às responsabilidades que lhes estão atribuídas.

Contudo, habitualmente avessos à exposição pública dos seus métodos, os jornalistas preferem uma espécie de silêncio estratégico: exigem justificações aos diversos actores sociais, sob a capa do direito à informação devido aos cidadãos, mas suprimem aos mesmos cidadãos este direito sobre a informação que lhes prestam. Procurando desta forma promover a sua autonomia profissional, os jornalistas colocam-se ao mesmo tempo em situação de vantagem, sendo-lhes possível ocultar condutas que, em circunstâncias normais, condenariam em qualquer outro agente social. O desenvolvimento de novos *media*, nomeadamente da Internet e o revigoramento do poder dos jornalistas daí decorrente têm contribuído, em larga escala, para esta alienação a mecanismos de regulação e ao imperativo democrático de escrutínio público. Assim colocado o problema, dir-se-ia que os *media* tendem a permanecer por detrás ou fora do próprio controlo. Todavia, informar numa sociedade livre implica que os *media* respondam perante diferentes figuras: primeiro, os proprietários, para com quem, segundo Denis McQuail, eles têm obrigações contratuais; em segundo lugar, os jornalistas devem também "contas" do seu trabalho às autoridades reguladoras e legais; depois, para com a sociedade (expressa na opinião pública e nas instituições que a constituem); finalmente, perante todos os interesses que são afectados pelo trabalho jornalístico (McQuail, 2004). Segundo Neil Nemeth[13], é mesmo do próprio interesse dos jornais e dos leitores idealizar meios efectivos de providenciar formas de prestar contas. "*Accountability*" é o termo escolhido por vários autores anglo-saxónicos, nomeadamente por David Pitchard para quem o conceito designa «o processo pelo qual se espera que as organizações mediáticas sejam obrigadas a prestar contas das suas actividades aos seus constituintes» (2000:2), sejam eles os membros da audiência, os anunciantes, as fontes de informação ou outras organizações pares e órgãos reguladores. Na acepção de

[13] *In* Pitchard, David (org.), *Citizens, Ethics and Law – Holding the Media Acountable*

Pitchard, três etapas são necessárias para desencadear um processo escrutinador[14]: primeiro, identificar um problema; depois, culpar os *media* pela situação identificada; e, finalmente, exigir uma correcção. Assim sendo, ainda que admitamos que uma outra vez, os jornalistas tomem, por si, a iniciativa de reflectir publicamente sobre a sua conduta, o público é, neste modelo, um elemento fundamental, na medida em que é também por ele e para ele que os jornalistas desmontam o seu trabalho.

Para Denis McQuail são quatro as facetas do processo: ser escrutinável por alguém, por alguma coisa, na base de alguns critérios e com um grau variável de exactidão (McQuail, 1997)[15]. É, pois, evidente que um processo escrutinador é sempre desencadeado com base em casos específicos, em que a responsabilidade social seja, ou deva ser, assumida pelos jornalistas e pelas organizações que integram. Para McQuail, a relação entre os *media* e o público pode ser caracterizada, a este nível, por três tipos de enquadramento. Um primeiro quadro, que o autor entende ser regulador e legal, estabelece os princípios básicos e regras de fundo para a operação das instituições mediáticas e estabelece direitos e deveres para os indivíduos em relação aos *media*. A lógica relevante e o discurso são de carácter legal, racional e administrativo. No âmbito de um quadro financeiro ou de mercado, exalta-se o facto de o público poder reagir também de forma indirecta. Podendo penalizar os *media* pelo seu mau desempenho mediante a simples opção de lhes renunciar (não comprando o jornal ou desligando a televisão), o público rege-se assim pelas leis da oferta e da procura, que asseguram, segundo McQuail, «um equilíbrio aproximado entre as necessidades e os interesses dos consumidores e aqueles que consomem e entre os interesses da indústria mediática e os da sociedade em geral» (1997:521). Tipicamente democrático-liberal, a lógica deste quadro põe em

[14] Apesar da dificuldade de encontrar na Língua Portuguesa um vocábulo específico para o termo "accountability", optamos por nos referirmos a escrutínio, que é, entre nós, provavelmente a palavra que mais se aproxima do significado na sua origem inglesa.

[15] McQuail distingue, no âmbito do processo escrutinador, duas vias possíveis: a de uma relação adversa, motivada por ofensa ou dano causado pelos *media* ("liability") e da prontidão dos jornalistas para o debate, normalmente acerca da qualidade do seu trabalho ("answerability").

evidência a liberdade, a eficácia, a escolha, os proveitos e as preferências da maioria. Por último, o quadro que particularmente nos interessa no âmbito deste trabalho: o da responsabilidade pública. Num discurso caracteristicamente normativo e julgador, os objectivos deste enquadramento do escrutínio a que os *media* se sujeitam prendem-se, de acordo com o autor, com «uma preocupação primária com a sociedade, o bem público e com os propósitos ideais da informação, opinião e cultura» (1997:522).

Sugerindo que a auto-regulação é o mecanismo mais adequado para garantir a liberdade de expressão como condição basilar da actividade dos jornalistas, McQuail aponta ainda dois objectivos do escrutínio dos *media*: por um lado, prevenir ou limitar os danos que os *media* podem causar e, por outro, promover resultados positivos para a sociedade, nomeadamente no que concerne aos contributos dos *media* para o trabalho dos políticos e outras instituições sociais. Universalmente responsáveis pela garantia dos direitos dos indivíduos e, particularmente, tributários das condições de uma democracia efectiva, os *media* têm, numa sociedade cujo firmamento gira à sua volta, o encargo de atender às exigências de uma deontologia que se constrói «dia a dia, caso a caso, num diálogo que deve envolver jornalistas, leitores, estudiosos dos *media*, "fontes", provedores e todas as demais partes interessadas» (Mesquita, 1998:16).

Uma reflexão deontológica por si, porém, não bastará para "julgar" condutas profissionais. Marc-François Bernier considera que, deixada a si mesma, a deontologia se cristaliza; «sedimenta-se e nega os seus fundamentos para se auto-justificar sem fim» (1995:23). Assimilando a deontologia ao cristal, «cuja estrutura molecular estável resiste a pressões do ambiente», Bernier entende que a deontologia em si não é adaptável a situações particulares. «É a reflexão ética que permite descristalizar a deontologia e lutar contra a sua sedimentação» (*Ibidem*). Não sendo codificável por definição, a ética é o cruzamento filosófico onde se discutem e hierarquizam os valores e princípios que inspiram as regras morais (entendidas como uma espécie de deontologia cívica) e deontológicas (enquanto regras de

conduta profissional). A reflexão ética seria, por esta via, a resposta à crise do jornalismo, fundado na mesma identificação que assombra a modernidade: a do espaço público com um espaço de palavra. Contudo, uma reflexão ética enquanto tal não permitiria senão um trabalho de avaliação de conformidades do discurso concreto dos jornalistas com os princípios convencionais da própria ética, num trabalho que visaria as condições transcendentais ou ideais dos enunciados jornalísticos. O que realmente propomos com esta investigação é, de algum modo, um encontro com a abordagem de uma pragmática sociológica, cara a Pierre Bourdieu. Indagando, pois, as condições sociais de possibilidade do discurso jornalístico, é no campo de um metadiscurso que julgamos afigurar-se o desafio de combater a fatalidade histórica do jornalismo.

Metajornalismo: o imperativo político

Intimamente relacionada com a avaliação ético-deontológica dos procedimentos jornalísticos, a ideia de escrutínio público dos *media* desembocou na criação de práticas originalmente contrárias aos princípios da profissão. A ideia clássica de que o jornalismo e o jornalista não são notícia dissolve-se, aliás, no reconhecimento de um jornalismo que também tem por objecto a própria actividade jornalística – que é, com efeito, ao nível internacional, uma realidade apenas da última metade do século XX[16]. Na verdade, apesar de, desde o início da sua massificação, se ter percebido que o jornalismo não era uma qualquer forma de arte, gratuita e ficcional como todas as outras, só a partir de 1947 é que oficialmente se atribui aos meios de comunicação social uma responsabilidade social nas organizações. Para isso parece ter sido determinante o relatório da Comissão da Liberdade de Imprensa (Comissão Hutchins), que, entre outras considerações, sugere aos *media* jornalísticos que procurem lançar-se num vigoroso

[16] Em Portugal, a criação de espaços noticiosos acerca do jornalismo e dos *media* é bem mais recente. Incrementada depois da abertura de dois canais privados de televisão em sinal aberto, a prática noticiosa neste campo tem apenas quase uma década. Só na segunda metade dos anos 90, como o demonstraremos empiricamente no decurso deste trabalho, é que se inauguraram as secções especializadas em Media nos jornais e se vulgarizou a prestação dos Provedores dos Leitores e de outros comentadores e analistas da matéria.

criticismo mútuo como meio de promover o escrutínio (Nemeth, 2000). Ainda assim, só duas décadas mais tarde é que um jornal americano (o "Louisville Courrier-Journal") decide criar a figura do "Provedor do Leitor", adoptando o conceito sueco de "*ombudsman*"[17]. O aparecimento deste mecanismo, que alguns entendem não ser mais do que uma estratégia de marketing, bem como a democratização de espaços como os que os jornais reservam à publicação de cartas dos leitores institucionalizaram práticas a que chamamos, no âmbito deste trabalho, metajornalísticas, na medida em que confinam uma espécie de jornalismo sobre o jornalismo. Compreendendo-se mal que o jornalismo fosse a única actividade social em democracia a escapar aos olhares críticos promovidos pela liberdade de expressão, o aparecimento de estratégias de controle do próprio controle é, no fundo, a admissão, ainda que contrariada por grupos de profissionais, de que o jornalismo não tem por que ser um ofício de privilégios destacados.

Embora em Portugal não haja ainda uma tradição metajornalística, situações de crise nos últimos anos têm demonstrado a importância do debate sobre o papel dos *media* e dos efeitos da informação. O julgamento de casos extremamente mediatizados, os excessos cometidos pela imprensa em geral nas relações com as suas fontes de informação, as invasões à vida privada, decorrentes do tratamento de casos de absoluta sensibilidade, e os atropelos éticos cometidos em nome de uma concorrência feroz entre empresas de comunicação social motivaram a exposição dos jornalistas à crítica e aos comentários das suas audiências.

Conquanto tenha inimigos ferozes dentro do próprio meio jornalístico, o metajornalismo tem, pelo menos, a virtude de desmistificar a profissão aos olhos do público. Explicar quem são os profissionais da informação, como trabalham, como, com quem e onde buscam a informação que dão a conhecer, que faltas profissionais e que excessos ético-deontológicos cometem são, em última análise, o fundamento deste ímpeto de informar sobre os informadores. Por outro

[17] Há, contudo, indicações de que mecanismos semelhantes ao do "ombudsman" – de atenção às reacções manifestadas pelo público – tenham surgido primeiramente no Japão.

lado, questionar a qualidade do serviço prestado pelos *media* informativos tem, em todo o caso, a funcionalidade de promover uma reflexão plural acerca do lugar do jornalismo e dos jornalistas, assim como acerca da responsabilidade que se lhes pode ou deve exigir pelos resultados provocados pelo seu desempenho.

Para Denis McQuail, são várias as formas de os *media* se prestarem a um controle metajornalístico: providenciando informação acerca de pesquisas sobre audiências e sobre avaliações de desempenho; respondendo voluntariamente a queixas dirigidas pelo público (quer pedindo desculpa quer esclarecendo as questões colocadas); prestando-se a processos formais de auto-regulação (nomeadamente à prática dos *ombudsmen*); submetendo-se a julgamentos de mercado e, finalmente, subordinando-se ao debate e à crítica directa do público (McQuail, 2004). Interessa-nos, particularmente, esta última medida, no sentido em que, mais do que uma avaliação ético-deontológica, permite uma reflexão sobre a própria essência do jornalismo. Sendo certo que a legitimidade do jornalismo não depende apenas do cumprimento de preceitos de natureza ética, mas também ou fundamentalmente do reconhecimento por parte do público do lugar e função sociais da informação, o metajornalismo é a condição para o maior de todos os imperativos: reinventar o jornalismo.

Ora, regurgitando a proposta de Bragança de Miranda, sobre a ideia de política, defenderemos a tese de que a resposta à crise que abisma o jornalismo passará necessariamente por esta categoria, qual «resposta milenar à situação de perigo» (Miranda, 1997:38). A política, entendida como agir livre, «é prática, emerge da experiência» (*Ibidem*). A ética não; «antes de ser uma teoria é uma estratégia de normalização do agir, uma forma de controlar o *ethos* do agir» (Miranda, 1997:130). Convocamos, pois, a este pretexto as considerações do autor acerca da pragmática do *meta*. Para Bragança de Miranda, mais do que uma «mera mudança de nível» e «não se confundindo também com a procura do "oculto"», a categoria de metapolítica (no nosso caso, metajornalismo, como um modo de metapolítica) trata «tão só de compreender os processos que fazem de uma dada "figura" algo de evidente».

O recurso à categoria do metajornalismo é, tal como o recurso à categoria de metapolítica em Bragança de Miranda, imperativo e surge da necessidade de mergulhar na imanência da actividade jornalística para lá interrogar os processos e as condições de que depende a sua produção, isto é, em última instância, de que depende o seu agir, pelo menos aparentemente livre. Intervindo no discurso, a categoria metajornalística tem a incumbência de desconstruir os sentidos constituídos para neles encontrar as leis que os regulam, sejam elas intrínsecas à origem histórica do jornalismo ou administrativamente instituídas na esteira da vida social moderna.

O metajornalismo, de novo tal como a metapolítica, «é um "efeito do efeito"» (Miranda, 1997:140). Resulta, como longamente o descreveremos, da consciência dos efeitos do jornalismo. Não sendo possível um retorno ao grau zero do jornalismo, o metajornalismo surge como a possibilidade de ir lá, aonde os seus efeitos efectivamente se geram, para apreender a sua contingência. Fragmentado como toda a experiência humana, o produto jornalístico torna imperiosa a sua reconstituição por um discurso de *outro nível*.

Argumentos meramente éticos para balizar a experiência jornalística tendem a absolutizar o discurso e a encerrar tudo no fundamentalismo da letra das regras. Correspondendo a condições universais, estabelecidas *a priori*, a ética é do domínio do transcendental. Mas a experiência jornalística não se confina no estabelecido universalmente. A experiência jornalística, como toda a experiência comunicativa, é contingente e eminentemente conflituosa. Vive em tensão permanente, porque relações há que a superam: são as relações de mediação entre a realidade e o público. O discurso metajornalístico é, pois, um discurso ambicioso. Ele visa aceder, vigilante, aos abatimentos morais e aos cansaços do discurso mediático. Categoria crítica por excelência, é, não só o desafio de combate, mas quiçá a própria promessa moderna de resposta à fatalidade histórica do jornalismo.

Da ideia de crise da experiência comunicativa a uma proposta de reinvenção do jornalismo, o trabalho que a seguir apresentamos resulta de uma atenção do olhar aos sintomas

de mal-estar do jornalismo e dos jornalistas. Acrescida de um argumento quase especulativo, como o que caracteriza esta introdução, a presente investigação visa fundamentar a experiência metajornalística como uma prática adjuvante da cidadania. Numa abordagem pragmática, cremos, pois, que, atendendo às condições sociais de enunciação mediática e de produção de significação, é para lá do idealismo ético que nos projectamos, onde a temporalidade e a espacialidade são essenciais à geração dos conteúdos significativos (Giddens).

No primeiro capítulo, retomaremos a euforia que orienta os "inventos comunicativos", indagando deste modo a crise do jornalismo como prática concreta da comunicação mediatizada. De seguida, rebitaremos o mito contemporâneo do poder do jornalismo, averiguando, no mesmo momento, a questão concomitante da legitimidade da acção dos jornalistas como mandatários da informação. Na terceira parte deste relatório, consideramos dois imperativos: por um lado, um imperativo ético-deontológico determinante de uma exigência de auto-regulação; por outro, um imperativo de carácter político, onde inscrevemos o metajornalismo, na verdadeira acepção do conceito. Para tal, descrevemos um olhar pela década inscrita entre os anos 1996 e 2006, analisando as tendências de um jornalismo que se tornou objecto do seu próprio trabalho[18].

Com os desafios característicos de um discurso que se enuncia em nome próprio, o metajornalismo é, ele mesmo, uma fonte inesgotável de modos de olhar uma profissão onde, segundo Pierre Bourdieu, «encontramos mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas...» (2001:36-37). Archote de um «trabalho que continua a ser vivido e reivindicado como "diferente dos outros"» (*Ibidem*), o metajornalismo é, provavelmente, a vitória sobre as fragilidades historicamente insuperáveis do acto ou efeito de reportar a vida.

[18] Em termos de análise empírica, reportamo-nos preferentemente a material recolhido na imprensa escrita, por questões que se prendem com a acessibilidade dos recursos, a que nos referiremos mais adiante.

PRIMEIRA PARTE

Do sonho eurofizante dos media à crise da experiência comunicativa

Introdução

> *«Que medo é este que, neste fim de milénio, se apodera do nosso sentir? O que é que perturba e confunde a nossa experiência e o nosso juízo? O que nos faz sentir ameaçados, intimidados, assustados? Será algo de terrível que regressa do passado, algo que erradamente julgávamos superado e que pelo contrário se impõe, reconduzindo-nos a uma condição de insegurança e de perigo da qual pensávamos termo-nos libertado para sempre? Ou será antes algo de absolutamente novo, que abala e dissolve todas as nossas certezas, abrindo horizontes imprevisíveis e impensáveis, nos quais parecem esvair-se as próprias noções de humanidade e natureza? Em breve: o que receamos mais, a repetição ou a diferença? O regresso da barbárie remota e pré-histórica, ou o advento de uma barbárie tecnológica e post-humana?»*
> Mario Perniola, 1994: 9

São sobretudo três as circunstâncias da vida colectiva transformadas pela acção dos *media*: o espaço, o tempo e o modo. São, por isso, também três os sonhos que comandam o próprio sonho mediático: a *globalização*, a *imediatização* e a *tecnologização* da experiência.

Para construir este argumento, cruzamos inevitavelmente as posições teóricas de Marshall McLuhan, inscritas numa corrente geral de determinismo tecnológico. Para o autor, as tecnologias, em particular as tecnologias da informação, aparecem como próteses, extensões potenciadoras do sistema sensorial biológico, elementos determinantes da comunicação. Superando o espaço restritivo e convencional da cultura escrita, os novos *media* electrónicos

representam, nesta perspectiva, o desejo de uma comunicação plena, absolutamente global e imediata. No entanto, esta aspiração quase cristã[19] a uma comunicação-comunhão não se concretiza sem mudanças significativas na maneira como as pessoas pensam, agem e sentem. A ideia de uma extensão tecnológica dos sentidos humanos, cuja fase final seria uma simulação tecnológica da consciência, é uma das teses mcluhanas que a história dos *media* modernos acabou por confirmar. Hoje, estão quase todos os sentidos entregues à experiência mediática, realizada a uma escala planetária e a um fuso de simultaneidade.

Com um impacto directo na sociedade, a evolução dos meios de comunicação de massas para uma era totalmente digital é responsável pela redução aparente das distâncias – espaciais e temporais –, como se um espírito tivesse derramado em nós uma espécie de dom de ubiquidade e tornado possível estar aqui e além ao mesmo tempo. Assim transfigurada, a experiência do real torna-se cada vez mais numa experiência estética, sustentada num «sentir partilhado e participado» (Perniola, 1993:52), de que não se alhearam os meios jornalísticos, ávidos de multidões. Mas a multidão é, como dizia Ortega y Gasset (1971), um "mostrengo social" que despoja o homem da sua intimidade inexorável e inalienável. Ora, o furor tecnológico predispôs este homem a um fingimento que arrasa tudo o que é diferente, individual, qualificado e selecto. Exasperada pela maquinação das emoções de que os *media* são efectivos protagonistas, a multidão estigmatizou o indivíduo à falta de vontade própria, subjugando-o a uma vontade única: a de pertencer, sentir em comum, ser reconhecido, experimentar a euforia do colectivo. O sonho euforizante dos *media* desperta, pois, para já, para interrogações acerca da nossa experiência e do nosso juízo. Teremos hoje sensações pós-humanas ou revivemos as emoções tribalistas de outros tempos? Revestimo-nos agora de uma pele tecnológica ou tatuamos a experiência comunicativa com figurações de um imaginário mitológico que julgávamos vencido?

[19] McLuhan era, na verdade, um homem de fortes convicções religiosas, notando-se na sua obra uma clara influência do jesuíta francês Teilhard de Chardin, como veremos no primeiro capítulo.

1

Desterritorialização da experiência

«A Terra está definitivamente cercada pelo espírito. E sob o progresso constantemente acelerado dos meios de comunicação aéreos e etéreos, diminui a olhos vistos, até converter-se num âmbito irrisoriamente pequeno. Paralelamente a esta redução geográfica (a mais impressionante e rápida), o mundo sofre claramente outros géneros de esgotamento sob as nossas contínuas investigações.»
Pierre Teilhard de Chardin, 1970: 42

1. A *ficcionalização* do real

Se é verdade que algumas das teses de McLuhan acabaram por ser rebatidas ao longo das últimas décadas do século XX, também o é que a da transformação do mundo numa aldeia global permanece ainda hoje palpitante. Inspirado em Teilhard de Chardin, McLuhan previu com clareza a globalização do espaço, sustentando um retorno à condição humana de unidade tribal. «Hoje», explica McLuhan em *Understanding Media,* «depois de mais de um século de tecnologia eléctrica, projectamos o nosso próprio sistema nervoso central num abraço global, abolindo tempo e espaço» (1964:21). É, pois, na consolidação da electricidade que se consubstanciam as profecias acerca da emergência de um mundo globalizado. A aspiração pelo conhecimento

total do mundo, ou seja, a aspiração pela totalidade, que Kant dizia que não poderia ser experimentada, tem pelo menos a idade das Descobertas marítimas, mas é como corolário da tecnologia eléctrica (McLuhan) que ela quase se efectiva.

Há pouco mais de três décadas, Alvin Toffler considerava que a sociedade ocidental tinha sido tomada por um turbilhão de transformações (1970). Maior do que uma segunda revolução industrial, este turbilhão seria responsável por um "choque do futuro" que romperia com o passado. A sociedade nova e estranha que estaria prestes a eclodir tumultuosamente não poderia ser encarada como uma continuidade histórica idêntica à que marcou a passagem da barbárie à civilização. Sucedendo à sociedade industrial, esta nova sociedade, em processo de consolidação graças a uma "revolução da informação", constitui então a terceira via da História[20] (1980), ou a terceira fase da evolução sistematizada por Teilhard – o momento em que o mundo está encoberto pelo fulgor da consciência incandescente. Trata-se, pois, do nascimento de uma nova civilização, que é «ao mesmo tempo altamente tecnológica e anti-industrial» (Toffler, 1980:26).

Com esta matriz tecnológica, o tempo presente, que, para Toffler é um sucedâneo da sociedade de massas, conduz a uma concepção de novos paradigmas, a uma nova "cosmovisão" que implica reconsiderar novas definições para as relações sociais e de poder (1990). Numa visão que o aproxima particularmente de McLuhan, pela perspectiva de um determinismo tecnológico, Toffler profetizou desde *Future Shock* aquilo que, vinte e cinco anos depois, constatou, em *Creating a new civilization* (1995), ser um "mundo fictício", desenvolvido na esfera de uma dimensão virtual. Se bem que a virtualidade e a ficção não sejam

[20] Para Toffler, dividir a história em três ondas ou vias corresponde a dividi-la em três idades: a primeira, de longa vigência, tem a marca do predomínio da actividade agrícola, em que a tecnologia surge associada ao esforço humano; a segunda, cujo clímax é atingido com a revolução industrial, em que a tecnologia surge ligada a um esforço mecânico, maquínico; finalmente a terceira, desencadeada pela revolução tecnológica, é regida predominantemente por fluxos de informação.

coincidentes[21], há em Toffler uma convicção de que não podemos alhear-nos – a de que uma crescente *ficcionalização* da realidade pelos meios *mass-mediáticos* está a gerar uma irrealidade que alcança o universo da informação e das notícias e a que, perigosamente, tendemos a responder como se fosse real.

Talvez fosse já a esta *ficcionalização* que Foucault se referisse, em 1967, quando, numa conferência[22] no Cercle d'Études Architecturales, disse que «há, antes de mais, utopias» (Foucault, 1984:46). Definindo-as como locais (*emplacements*) sem lugar real e considerando-as por oposição às heterotopias, lugares efectivos, lugares reais, efectivamente localizáveis, Foucault reconhecia que as utopias «são espaços que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia directa ou inversa.» (*ibidem*). A sua ideia de que estamos numa época em que o espaço se nos dá sob a forma de relações destes *emplacements* reaviva-se hoje na inquietude que o espaço representa na história da experiência ocidental. É que, lembra Foucault, se, na Idade Média, o espaço era «um conjunto hierarquizado de lugares», depois de Galileu, ele tornou-se «infinito e infinitamente aberto», sendo, nos nossos dias, definido «por relações de vizinhança entre pontos ou elementos». Perdem-se, na actual concepção de espaço, os valores de *localização* e *extensão*[23], que, na realidade, eram a matriz do espaço real na era pré-tecnológica.

Sem estes eixos espaciais, é, pelo menos aparentemente, estranho que Foucault sugira que a época actual é a época do espaço. «Nós estamos», diz, «num momento em que o mundo

---

[21] Distinga-se os termos pelo seu próprio significado semântico. A virtualidade é do domínio da potência, na medida aristotélica de um real, pelo menos ainda, não actual. O virtual não se opõe, portanto, como pensava Deleuze (1989), ao real, mas ao actual. A ficção é do domínio da coisa imaginária, do artifício, da simulação, do fingimento. Então, se o virtual é um real potencial, o ficcional não é senão o irreal.

[22] "Des espaces autres" – conferência proferida a 14 de Março de 1967, no Cercle d'Études Architecturales, mas cuja publicação Foucault só autorizou na primavera de 1984.

[23] Referindo-se à história do espaço na experiência ocidental, Foucault estabelece que o espaço medieval é sobretudo espaço de localização, na medida em que se definiria pela hierarquia de lugares sagrados e profanos, lugares protegidos e lugares abertos e sem defesa, lugares urbanos e lugares camponeses. Na idade pós-medieval, por outro lado, o lugar de uma coisa não é senão um ponto no seu movimento, pelo que, a partir do século XVII, a extensão substitui a localização, como valor de constituição do espaço.

se experimenta (...) menos como uma grande vida que se desenvolveria através do tempo do que como uma rede que religa pontos e entrecruza o seu labirinto» (*ibidem*). Dizemos aparentemente estranho, porque, na ausência de coordenadas concretas de definição do espaço, dir-se-ia que a época actual é a da *a-espacialidade*. No entanto, a *a-espacialidade*, como negativo da espacialidade e correlato da *a-temporalidade*, seria o lugar do nada, da a-relação. Sem a materialidade da forma, da área e do volume, isto é, sem *localização* nem *extensão*, o espaço deixaria de ser o território naturalizado de inscrição da experiência. É que, sendo um atributo mais objectivo que o tempo, o espaço seria apreendido apenas no sentido em que fosse medido. Não podendo sê-lo, o espaço deixaria de ser o horizonte de todo o agir.

O que Foucault realmente pretendia era asseverar que «estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, na época do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso» (*ibidem*), que são todas elas formas de *espacialidade*. Propondo uma heterotopologia, uma descrição sistemática que teria por objecto o estudo, a análise, a descrição e a leitura destes espaços em permanente relação com o ficcional, Foucault sugere antes que os *emplacements* substituem a *localização* e a *extensão* na justa medida em que se definem pela conexão de redes de informação, isto é, pelo tipo de circulação dos elementos humanos. Se o território da experiência fosse, hoje, uma *a-espacialidade*, não faria sentido falar do espaço como uma inquietude concernente à actualidade. Mas o que é a ficção senão um problema também de espaço?

O que os *media* melhor souberam fazer, pelo menos após o aparecimento e a vulgarização da imagem televisiva, foi precisamente aproximar o que estava distante e distanciar o que estava próximo. O resultado é uma distorção da geografia do globo que fantasmagoriza[24] a percepção do espaço. Os lugares deixam de ser experimentados fisicamente para serem também imaginados ficticiamente, num permanente "como se...". Esse é, na verdade, um dos

[24] A noção de fantasmagoria tem, na obra de Walter Benjamin, um lugar central, correspondendo, por um lado, a uma função falaciosa de transfiguração, e por outro, a uma possibilidade de congregar em si imagens utópicas da colectividade.

efeitos da globalização aventados por Anthony Giddens: a contaminação do presente pelo distante, a determinação do visível pelo invisível. É isso que significa dizer que «nas condições da modernidade, (...) o local é completamente penetrado e modelado por influências sociais muito distantes.» É que «o que estrutura o local não é apenas aquilo que está presente no cenário; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam a sua natureza» (Giddens, 1998:13).

Quando, há meio século, Foucault se referia à justaposição como uma característica do espaço era já para uma ordem de sobreposição de presente e ausente, de visível e invisível que apontava, no advento do real ficcionado dos nossos dias. De facto, é nesta ilusão de diluição do particular, de compressão do espaço pelo tempo que se instaura o sentido ficcional desta nova realidade que, excedendo-se numa representação de si própria, não é mais do que um irreal virtualmente actualizado. A intensificação da consciência do mundo como um todo, de que os *media* foram especiais promotores, resulta numa ideia de miniaturização quimérica do real, já presente em Bachelard (1992), que via a miniatura como a imagem ou expressão de uma representação simbólica e poética do espaço. Assim controlado pela imaginação, na metáfora da miniatura, o mundo desvenda-se uma ficção dominável e transfigurável. Tão maneável como os aparelhos tecnológicos também eles efectivamente miniaturizados.

O domínio sobre o espaço é, por sinal, uma das mais entusiasmantes aventuras da Modernidade. Numa análise às contradições culturais do capitalismo (1976), Daniel Bell sugere justamente que uma nova concepção do espaço e do movimento foi condição do apogeu do modernismo. O próprio conceito do real é já o da sucessão, e não mais o da fixação, de *frames* cénicos da nossa acção. O desejo de ignorar radicalmente a Tradição está intimamente vinculado ao desejo de aparição da novidade, ainda que inscrita num movimento cíclico. A fé moderna na capacidade humana para mudar o mundo tem, aliás, na concepção do espaço um dos seus particulares efeitos. Se, na Tradição, o mundo era uma cosmologia estranha, dominando o paroquialismo e a superstição relativamente às fronteiras do globo, na

Modernidade, a ideia de matematização do real sujeitou a noção de mundo a uma concepção de totalidade cognoscível. Por conseguinte, sendo, pelo menos aparentemente dominável, o real estaria sujeito àquilo que Foucault julgava ser a própria essência da Modernidade: «o panoptismo» (Miranda; 2003:79), presidindo-lhe um princípio de transparência. Ora, só na assunção da transparência, da possibilidade de tudo atravessar com o olhar, sem o obscurantismo que caracterizava os tempos pré-modernos, se valida a ideia de uma monitorização absoluta do espaço, uma espécie de *bigbrotherização* do real[25].

Contudo, como dizíamos antes, os *media* e, de algum modo, todos os meios técnicos de informação em rede, não apenas tornaram possível esta aspiração moderna como também, transgredindo-a, se constituíram como agentes "ficcionadores" dos espaços monitorizados. Se, no sonho euforizante da Modernidade, os *media* davam corpo a este projecto de vigilância que, melhor do que a punição, deveria reger a "sociedade disciplinar" caracterizada por Foucault em *Vigiar e Punir* (1975), na sociedade contemporânea, os meios e as tecnologias de comunicação estão já para além do panoptismo idealizado, no século XVIII, pelo utilitarista Jeremy Bentham. Mas, se é verdade que não servem a vigilância, também o é que não servem mais o controlo que Deleuze estabeleceu como o princípio geral da sociedade. É que uma e outra formas de dominação, a vigilância e o controlo, assentam numa ideia de sociedade cujo espaço estaria inequivocamente delimitado. Por outras palavras, quer a vigilância quer o controlo como princípios regedores enclausuram a sociedade em fronteiras, o mesmo é dizer, fecham-na numa ideia de "confinamento". Contudo, a sociedade pós-mediática, ou pós-moderna, não é mais uma sociedade confinada a limites domináveis, vigiáveis ou controláveis, mesmo que territorialmente o sentimento seja o do estreitamento do mundo ou o da finitude do seu alcance[26].

---

[25] Referimo-nos ao conceito de *bigbrotherização* vulgarizado pela ideia do livro "1984" de George Orwell, em que o autor se refere a uma figura de poder, um "Grande Irmão", metáfora do Estado, que anuncia uma vigilância ininterrupta de todos os cidadãos.

[26] É curiosa a reflexão que faz Paul Virilio acerca desta sensação de finitude. Diz o autor que «o sentimento de encerramento no mundo não pode senão desenvolver-se» e que «em breve, iremos sentir o fim do mundo. Não o fim do mundo apocalíptico, mas o mundo como finito.» (2000b:63)

Ainda que aparentemente tenhamos hoje a sensação de total domínio dos acontecimentos graças aos sistemas de vídeo-vigilância, de GPS (Global Positioning System)[27] e demais sistemas de observação, a verdade é que a totalidade da vida humana, tecnologicamente transviada, ultrapassa os próprios confins da tecnologia. Bragança de Miranda refere-se ao fracasso como resultado desta tentativa de domínio total: «Por mais que o poder, tal como se estruturou na modernidade, procure vigiar todo o espaço, criando um espaço de segurança total, acabou por o fazer em fracasso» (1996). De facto, se tomássemos a tecnologia meramente como ferramenta representativa da realidade, cometeríamos o mesmo erro que os linguistas para quem a língua tem sobretudo uma função referencial.[28] Ora, compreender a tecnologia de um ponto de vista estritamente instrumental não é senão um logro, porque é compreendê-la como um sistema de representações que ela não é. Mais do que apontar para um mundo que a antecede, a tecnologia funciona antes como engrenagem reveladora da própria realidade[29]. A

[27] O GPS é um sistema de posicionamento geográfico que nos dá as coordenadas de um lugar na Terra, segundo a latitude, a longitude e a altitude. A informação, enviada por satélites em sinal de rádio, permite, em última análise, localizar ["controlar" a localização] de pessoas, de coisas, enfim, da vida quotidiana. Para além do GPS poderíamos, no entanto, referir ainda outras tecnologias de controlo e de vigilância, específicas do universo Internet. As tecnologias de controlo incluem, segundo Manuel Castells, «o uso de *passwords*, *cookies* e processos de autenticação». As tecnologias de vigilância, por seu lado, «interceptam mensagens e colocam marcadores que permitem seguir os fluxos de comunicação a partir de um determinado computador e controlar a actividade da máquina dia e noite» (2004:204-205).

[28] Referimo-nos, por exemplo, a Roman Jakobson, para quem a linguagem tem, entre outras, uma função referencial, a Karl Bühler (1979), linguista e psicólogo alemão, que se refere, no âmbito das funções da linguagem, à representação como uma característica por excelência da língua e a Ingedore Koch (2003), que, numa sistematização das três formas de conceber a linguagem humana, anota a ideia de representação (de "espelho") do mundo e do pensamento como a mais antiga, a que ainda hoje alguns autores reconhecem validade. Nesta medida, a função primeira da língua seria *representar*, graças a um carácter eminentemente instrumental. Numa obra em que toma por inspiração a linguística de Gustave Guillaume, é precisamente assim que André Joly se refere à linguagem, como «um instrumento privilegiado, se não exclusivo, da comunicação humana» (1987:7), sendo que a relação entre o universo referencial e o universo linguístico é antes de mais uma *relação de dizibilidade*, ou seja, de representação.

[29] A Heidegger se deve a desmistificação do carácter instrumental da técnica. Em *Die Frage nach dem Tecknik,* Heidegger explica que a essência da técnica não é técnica, isto é, maquinal ou instrumental, justificando que embora correcta, a definição instrumental da técnica «não nos mostra ainda a sua essência.» Por isso, continua Heidegger, «temos que perguntar: que é o instrumental ele mesmo? A que é que pertence uma coisa assim enquanto um meio e um fim? Um meio é aquilo por que algo é efectuado e deste modo alcançado. Ao que tem como consequência um efeito chamamos causa. No entanto, causa não é somente aquilo por meio do qual é

tecnologia não faz senão como a linguagem: inventa mundos, que é em certa medida o mesmo que dizer inventa espaços.[30] Na justa medida em que Bourdieu reconhece a dimensão construtora da língua, somos, pois, arremessados para um entendimento da tecnologia que é o da indissociabilidade entre a sua própria linguagem e o mundo exterior na infinita construção de significados. Neste sentido, seria naturalmente redutor entender a tecnologia como Saussure entendeu a língua, enquanto sistema de funcionamento *autopoiético*. Pelo contrário, só na estreita relação com as realidades humana e circunstancial podem as tecnologias, sobretudo as da informação, operar, com a língua, no infindo processo que é o da significação. Longe, aliás, de ser meramente representativo, este processo não termina no simples jogo entre significante e significado, ou antes entre as máquinas (imagens da tecnologia) e o pensamento. É, pois, nesta aproximação da tecnologia ao processo discursivo, por definição intersubjectivo, que ela é geradora de mundos livres, incontroláveis e indomináveis, no fundo, ficções de um real à imagem e semelhança do qual já não é possível garantirmo-nos.

Talvez seja este carácter inventivo da técnica o que parece indicar uma «certa crise dos meios de confinamento» a que se vai assistindo (Miranda: 2003:81). A fragilidade dos modelos de dominação, reflectida no «colapso das tecnologias políticas ligadas à vigilância» (*ibidem*), exprime a falência do projecto de unidade, em mais uma das facetas da crise da modernidade[31]. Mas a esta fragilidade não escapa o perigo do descontrolo ou do "acidente" (*ibidem*), ou, numa

efectuado algo distinto. Também o fim segundo o qual se determina o modo dos meios vale como causa. Onde se perseguem fins, empregam-se meios; onde domina o instrumental, ali prevalece a condição de causa, a causalidade.» Sugerindo justamente que a técnica não tem uma função referencial, mas antes uma função reveladora do próprio Ser (*Sein*), Heidegger conclui, então, que «nesta perspectiva, a técnica não só remete ao homem como muito mais radicalmente ao ser na sua verdade.» (Heidegger, 1994:11)

[30] É como espaços inventados que entendemos, por exemplo, os "lugares" do ciberespaço. As "janelas" do Messenger ou do Skype [programa de conversação, escrita e áudio equivalente ao Messenger da Microsoft], as salas de conversação (*chat rooms*), os próprios *sites* (ou sítios), as salas de conferência *on-line* são todos eles formulações do espaço inventadas pelos meios tecnológicos.

[31] José Bragança de Miranda é, no contexto português, um dos autores que mais se refere às múltiplas facetas da crise do moderno. Num texto de 2003 que citamos acima ["Crítica de uma certa ficcionalização do controlo"], por exemplo, refere-se à «crise dos meios de confinamento», à «crise dos modelos identitários», à «crise das teorias críticas que se baseavam num fechamento absoluto» e ainda à crise da «individuação racional moderna».

formulação cara a Hans Blumenberg, o perigo do naufrágio (1990). Sendo, na verdade, certo que o computador se anunciou como o mecanismo primaz de controlo, hoje é mais como dispositivo de descontrolo e dispersão que ele se alardeia. Multiplicador de ficções, maquinador de virtualidades, o computador é, por isso, embarcação para a deriva, para a inevitabilidade do naufrágio. A metaforologia de Blumenberg explica-se nas palavras do próprio autor: «Dois pressupostos determinam antes de mais a carga significativa da metafórica da navegação e do naufrágio: primeiramente o mar, enquanto limite natural do espaço de empreendimentos humanos, e, por outro lado, a sua demonização, enquanto esfera do incalculável, da ausência de lei, da desorientação» (1990:22). Tomando a *navegação como a violação das fronteiras*[32], Blumenberg empresta-nos a expressão apropriada para perceber o alcance de preceitos dos novos tempos, como o que se refere à "navegação na Internet". Estar para além das fronteiras, transgredindo a autoridade das suas limitações, é algo para que os sistemas de computação nos predispuseram, aventando a possibilidade de não sermos mais seres circunscritos à inviolabilidade fronteiriça da terra. Falasse especificamente sobre a navegação cibernética e era precisamente para esta ideia que Blumenberg apontaria quando sugere que «em toda a navegação humana se encontra um momento de frivolidade, senão mesmo de blasfémia, que pode ser comparado com a infracção contra a inviolabilidade da terra...» (1990:26).

Mantendo no horizonte o paradigma metafórico blumenbergiano da existência, há ainda a persistência do risco de toda a navegação para explorar. «Costuma-se dizer», observa Blumenberg, «que os nautas têm um receio extremo da calmaria e que só desejam vento, embora se exponham ao perigo de uma tempestade» (1990:49). Aos nautas dos novos tempos, os *cibernautas*, também não convém a mansidão das ondas, porque a mansidão é estagnante e o desejo presente é o da mobilização, para a qual é necessária uma brisa impelente. Todavia, todo o vento que sopra, agitador, é susceptível de, propelindo para o desconhecido, que é,

[32] Designação do primeiro capítulo da obra *Naufrágio com Espectador* (1990)

enfim, o que haverá para além das fronteiras, instaurar o risco como condição de vida[33]. Não é afinal de certos abismos que se faz a própria *cibernavegação*? Não é, também, da tormenta de vírus, qual monstro Adamastor, que se faz a travessia nas páginas *web*? Não é, ainda, no perigo de fingimento[34] dos timoneiros que se realiza o empreendimento da viagem *cibernáutica*? Navegar num espaço do qual não é possível captar uma imagem panóptica da sua totalidade – um espaço que se recria nas decisões tomadas no leme, como o horizonte que se redefine a cada passo que damos na sua direcção – é, por tudo isto, uma experiência de exploração[35] e não de domínio.

Este é, com efeito, um dos resultados da *ficcionalização* do real – a perda de domínio sobre o espaço. Matizada pelo espírito da globalização económica, política, social e cultural, esta *ficcionalização* define-se antes de mais pela transposição do real para a esfera da simulação, na justa medida em que as representações do real, ficcionando-o, o suplantam. Depois, caracteriza-

[33] Na introdução à tradução portuguesa de *Naufrágio com Espectador*, Bragança de Miranda questiona se «não sucederá que o homem para além de estar em perigo, pois esta é a sua condição normal, é ele próprio a fonte de todo o perigo?» (Blumenberg, 1990:18). Não ousando uma resposta cerada à questão, diríamos, porém, que, comandando o leme da própria navegação, o homem seria compreensivelmente a fonte de todo este risco, ou não fosse essa a propriedade inerente à condição de livre arbítrio.

[34] Um dos perigos da técnica, que lemos em *O Fim da Modernidade*, é a desumanização (que é talvez uma das consequências deste fingimento). «A técnica», explica Vattimo, «aparece como a causa de um processo geral de desumanização, que compreende quer o obscurecimento dos ideais humanistas da cultura, a favor de uma formação do homem centrada na ciência e na habilidade produtiva racionalmente dirigida, quer, no plano da organização social e política, um processo de acentuada racionalização que deixa entrever os traços da sociedade da organização total descrita e criticada por Adorno.» (1987:32)

[35] Heidegger preferiria o termo "desocultamento". Não falando de navegação, Heidegger fala, no entanto de caminho: «A essência da técnica moderna põe o homem em caminho daquele fazer sair do oculto por meio do qual o real e efectivo, de um modo mais ou menos perceptível, se converte em todas as partes em existências.» (1994:26) E a este "enviar para o caminho" chama "sina do fazer sair do oculto", que não é um perigo qualquer, mas «*o* perigo» (1994:28). Ora, se a experiência moderna é uma experiência de desocultamento, porque se realiza pela técnica, então é uma experiência de perigo, embora não haja nada de demoníaco na técnica. O perigo é esta essência da técnica entendida «como uma sina do fazer sair do oculto» (1994:29). Algumas linhas depois, Heidegger explica ainda que «o que ameaça o homem não vem em primeiro lugar dos efeitos possivelmente mortais das máquinas e dos aparelhos da técnica. A autêntica ameaça abordou já o homem na sua essência. O domínio da estrutura de estabelecimento (*Ge-Stell*) ameaça com a possibilidade de que ao homem possa ser negado entrar num fazer sair o oculto mais originário e que deste modo lhe seja negado experienciar a exortação de uma verdade mais inicial.» (1994:30)

a ainda o facto de estarem nela potenciadas todas as formas de fingimento, o mesmo é dizer, formas de invenção de realidades.

Há, pois, nesta formulação do real como ficção (antes de mais, espacial) algo muito íntimo da ideia de simulacro e simulação esboçada, em 1981, por Baudrillard, para quem não há mais realidade, nem tão-pouco história; há, antes, um simulacro da realidade e, portanto, uma negação da história. Já para Baudrillard, com efeito, os meios de comunicação são, em certa medida, construtores ideológicos da ilusão radical – para não dizer ficção – de uma *hiper-realidade* que nega a realidade real. Baudrillard di-lo sem precisar explicitamente de falar de negação – «os objectos, reproduzindo o real, correm o risco de o exceder». E preferindo, justamente, o conceito de metarrealidade, explica que «parece haver cada vez menos realidade e mais objectos produzidos artificialmente como uma Disneylandia sem fim, que, é claro, fazem parte também dessa realidade, tornando-se assim meta-reais.» (Baudrillard, 1991:11). Sendo certo que estes objectos se tornaram, praticamente, nos «actores de um processo global do qual o homem é simplesmente o espectador» (1973:62), o efeito é o de uma falta de desejo de realidade. Viver o tempo dos objectos ou existir «segundo o seu ritmo ou em conformidade com a sua sucessão permanente» (1995:15) é, neste sentido, admitir o regime da simulação. Na verdade, a ordem dos objectos, tal como Baudrillard a formula, não se compagina mais com o regime da representação. É, então, de uma crise da representação como expressão maior da crise da experiência contemporânea que falamos, ou ainda do fim da representação como uma outra forma de falar do fim da modernidade (Vattimo).

2. O ciberespaço e a *sobre-espacialidade*

Propúnhamos na introdução deste capítulo que a globalização era um dos sonhos da era mediática. Falando da globalização como simplesmente «a intensificação da interconectividade global» (McGrew, 1992:65), alguns autores, sobretudo anglo-saxónicos (como McGrew) abordam especificamente a globalização pelas questões relacionadas com as "interconexões", as "redes"

e os "fluxos de informação". Todas estas formulações têm subjacente a ideia de que ser global é ser *trans-espacial*. Ora, repleto de metáforas sobre a "aniquilação do espaço pelo tempo" (Marx), o conceito de conectividade total ou de proximidade global dilacera-se, então, na aparente possibilidade de os locais se tornarem, como sugeriu Paul Virilio, "intercambiáveis à vontade" (1999:13).

Talvez seja este o desígnio da nova sociedade: o facto de se erguer sobre um *trans-espaço*. É que o que a ideia de conectividade traz de novo não é o facto de o espaço "se ter materialmente encolhido", mas antes o facto de hoje experimentarmos a distância de maneiras radicalmente distintas das que marcavam a percepção espacial pré-moderna ou pré-industrial[36]. Falar de conectividade é, então, em certa medida, falar de proximidade, como se as ligações, que emergem como "o absoluto da modernidade" (Miranda: 2002a:269), operassem sobre o corpóreo do espaço no sentido de o estreitar. Ou, como se, operando a outro nível, as ligações nos reinventassem em seres ubíquos, umbilicalmente ligados com o que estaria, na verdade, à distância[37].

Elevada à máxima consideração, a questão da proximidade não é, porém, a única conotação possível de uma abordagem que toma as conexões como o atributo capital da chamada "condição pós-moderna" (Lyotard: 1989). Na verdade, falar da aproximação como ocorrência é sempre admitir a diversidade (de lugares, de caracteres, de ideias), ou seja, a

[36] É sintomático desta nova experiência espacial o facto de tendermos a falar da distância mais em número de horas do que em medidas de comprimento (Paris está obviamente a 2 horas de avião; antes dir-se-ia que está a 1500 km).

[37] A conquista da ubiquidade é, aliás, uma percepção que atravessa vários campos. O campo artístico, por exemplo, interessou particularmente a Paul Valéry, para quem as obras também «adquirirão uma espécie de ubiquidade». Num texto escrito nos anos 1920, Valéry suspeitava já que «nem a matéria, nem o espaço, nem o tempo são, desde há vinte anos, o que foram desde sempre.» (1960:1283). Curiosa forma esta de falar do carácter ubíquo das obras: «A sua presença imediata ou a sua restituição a uma dada época obedecerão ao nosso apelo. Já não estarão somente nelas próprias, mas onde quer que alguém e um qualquer aparelho estejam. Não serão já senão espécies de fontes ou origens, e os seus benefícios encontrar ou reencontrar-se-ão por inteiro onde se quiser. Tal como a água, tal como o gás, tal como a corrente eléctrica vêm de longe até aos nossos lares responder às nossas necessidades mediante um esforço quase nulo, assim seremos alimentados por imagens visuais ou auditivas, nascendo e esvaindo-se ao menor gesto, como que a um sinal.» (*ibidem*).

fragmentação, porque o que é próximo não é coincidente, mas antes distinto. Contudo, outras formulações preconizam a unidade como a consequência da conexão, no sentido em que, pela primeira vez na história, parece ser real um cenário social e cultural único (Tomlinson, 1999:10). Pensar a globalização como uma das consequências da modernidade equivaleria, desta forma, a pensar o mundo como um único lugar, numa espécie de concepção unitária, cuja explicação começa justamente pelo uso comum do próprio termo "global". É na sua significação de totalidade, sugerida pela forma esférica do globo, que se alicerça, no fundo, um entendimento da unidade como síntese do processo de globalização. Trata-se, com efeito, de um entendimento que se estende, quiçá equivocamente, à ideia de uniformidade, isto é, à descaracterização dos lugares, físicos e mentais[38], da experiência e à sua transmutação para a ingénua ideia de homogeneidade[39] que pretende distinguir a comunidade global.

Não obstante esta apologia pela unidade globalizante, é ainda a propósito de um "espaço descontrolado" que podemos dizer o mesmo que Giddens diz do mundo na era da globalização: «em vez de estar cada vez mais dominado por nós, parece totalmente descontrolado – um mundo virado do avesso». (Giddens, 2000:16). De facto, fisicamente estreito, demasiado estreito, o espaço da nossa experiência ganha contornos daquilo que

[38] Quando nos referimos a espaços, pretendemos, na verdade, não apenas os espaços físicos, mas também os espaços do imaginário, uma vez que não é apenas ao nível do espaço objectivo, cartografado e geometricamente sistematizado, que a globalização produz os seus efeitos. O espaço social, o espaço psicológico, o espaço íntimo, o espaço imaginativo, como expressões do imaginário espacial – porventura menos imagéticas do que a superfície terrestre – experimentam também as redefinições de configuração decorrentes do fenómeno globalizante. É também a este nível que «a globalização está a reestruturar as nossas formas de viver» (Giddens, 2000:17), influenciando «aspectos íntimos e pessoais das nossas vidas» (*ibidem*:23). Paul Virilio explica bem o cruzamento destes espaços. Diz ele que «o mundo está dentro de nós antes de estar fora de nós. Mas se ele está realmente fora, na geografia e no espaço-mundo, ele está também através da minha consciência do mundo.» (2000b:46)

[39] A padronização dos gostos e a modelização dos estilos de vida são indissociáveis dos processos globalizantes. O discurso sobre o "declínio do individualismo nas sociedades de massas", de que Maffesoli é um dos representantes, estrutura-se precisamente na esteira destes princípios, que sustentam o "ser-em-conjunto" (Maffesoli: 1988a) e a necessidade de identificação com um grupo (Maffesoli: 1988b) como vectores centrais da vida quotidiana. Apologistas de uma certa homogeneização da experiência, estes discursos sugerem a recusa da diferença e a anulação das idiossincrasias em favor de uma espécie de conformidade à (com)unidade.

poderíamos chamar um *sobre-espaço.* Apesar de sermos, como sugeriu Paul Virilio[40], «a única sociedade que alcançou os limites planetários», este *sobre-espaço* é já impossível de delimitar; não conhecemos mais as fronteiras nem as coordenadas específicas de cada um dos seus lugares. Difusos, aliás, os lugares perderam aquilo que, para Marc Augé, os define – o facto de serem lugares de identidade, relacionais e históricos. Ora, o que agora encontramos no sítio dos lugares são "não-lugares". «Um espaço», diz Augé, «que não pode definir-se nem como espaço de identidade nem como relacional nem como histórico, definirá um não-lugar» (1993:83). É nesta medida que Paul Virilio (1999) fala da perda da geografia, quase na mesma medida em que Gianni Vattimo ou Francis Fukuyama se referem ao fim da história. Na verdade, Virilio não invoca o fim da história ou o fim da geografia. Numa entrevista a Philippe Petit, publicada em *Cibermonde la politique du pire* [*Cibermundo: a política do pior* (2000)], Paul Virilio explica que «a palavra "perda" não quer dizer "fim"», mas antes "relativização". Embora não anunciando então o termo da geografia, admitiremos, contudo, a desfiguração territorial como o signo de uma «perda da extensão do espaço real» (Virilio, 2000:61).

Decisivo na definição antropológica e social do homem, o espaço é uma dimensão inevitável da experiência[41]. Dos lugares da memória aos campos de batalha, do domínio privado à esfera pública, seria na geografia dos espaços que o agir se organizaria. Porém, quando tudo, absolutamente tudo, retorna a um lugar, a «esta localização sem localização» (Virilio, 1999), o sobredimensionamento do mundo não traduz senão o sobredimensionamento do próprio agir tal qual o conhecíamos – circunscrito a um espaço individual e livre. Imagem de todos os paradoxos, o ciberespaço é, pois, o expoente desta *sobre-espacialidade*. Espaço de anonimato,

[40] Nesta entrevista de Rachid Sabbaghi e Nadia Tazi, Paul Virilio sustenta que «a mundialização é o fim do mundo, não em sentido apocalíptico, mas no sentido de um acabamento, de uma clausura.» ["Hay que defender la história" – entrevista a Paul Virilio, publicada na revista *El Pasante*, nº 27-28, Madrid – acesso pelo endereço web http://www.temakel.com/emvirilio.htm].

[41] Anote-se o que diz a este respeito Bachelard: «Pensamos que nos conhecemos no tempo, quando tudo o que conhecemos é uma sequência de fixações nos espaços da estabilidade do ser.» (citado por Harvey, 1997:200) É neste sentido, precisamente, que explica, em *La Poétique de l'Espace*, que as lembranças «são imóveis e quanto mais seguramente fixadas no espaço, tanto mais sólidas são».

tem uma insatisfatória alma única (Nietzsche) que ameaça extinguir as identidades, mas promover a identificação[42]. É a ânsia de encontrar morada na efabulada "aldeia global" que sugere o abandono da intimidade para esta alma colectiva onde já não nos reconhecemos senão como um ficção de nós mesmos[43].

A incomodidade deste espaço excessivamente acanhado tem no próprio corpo os seus sinais. Não poderia ser de outro modo, uma vez que «há três corpos que estão eminentemente ligados: o corpo territorial, o do planeta e da ecologia, o corpo social e enfim o corpo animal ou humano.» (Virilio, 2000b:48). Tatuado ou perfurado, o corpo humano é também o lugar de muitos não-lugares. Nele se actualizam virtualidades irrealizáveis, como se vários seres se congregassem numa só pele. A pintura do corpo, que as antigas tribos realizavam como um rito de identificação e como uma forma de arte (a que hoje chamamos a *body art*), constitui, na civilização que Maffesoli chama neo-tribal, a representação do estreitamento da epiderme enquanto couraça da experiência. Metálicas ou cromáticas, as inscrições são realizadas de modo a deixar traços sobre o corpo, investindo-o de um carácter mutante e multi-significante. O resultado é um espaço aparentemente renovável, ilusoriamente plástico e enganosamente transfigurável. Até no ideal de controlo o corpo humano tem algo de inteiramente semelhante ao corpo territorial. «As auto-estradas», diz ainda Virilio, «as vias férreas, as linhas aéreas colonizaram o corpo territorial, organizando-o. Hoje, é o corpo animal que é ameaçado de colonização pelas micromáquinas» (2000a:59). Faz, pois, sentido dizer que, de certo modo, «devido às tecnologias, estamos a perder o corpo próprio, em benefício do corpo espectral,

[42] Advogando o fim do individualismo, é Michel Maffesoli quem defende a necessidade de compreender uma espécie de deslizamento «de uma *lógica da identidade* para uma *lógica da identificação*», na medida em que «a primeira é essencialmente individualista, mas a segunda é bastante colectiva». (1988:244)

[43] Ainda que a multidão que Gustave Le Bon caracterizou no dealbar do século XX não coincida com esta alma única, há em nós, hoje, caracteres que nos assemelham ao indivíduo que se diluía nas massas do alvor dos meios de comunicação. Não falaremos, então, do predomínio de uma personalidade inconsciente, mas de uma personalidade abandonada a uma consciência tecnológica. Não falaremos de sugestão e de contágio, mas antes de domínio e de irradiação. Não falaremos, finalmente, da orientação num mesmo sentido, mas de sentidos difusos orientados por um corpo alheio.

como o mundo próprio, em benefício de um mundo virtual» (*ibidem*:53). Enxertado em inúmeras próteses e objectos técnicos miniaturizados, o corpo humano é, ele próprio uma *sobre-espacialidade.*

Numa alienação dos padrões do corpo, que procede da grotesca rubotização dos organismos, é a intercorporalidade, a diversidade e a quimera de um infindável jogo de possibilidades recombináveis que aparelha a vida e o corpo. Potenciado e aperfeiçoado na imagem do *cyborg*, o enigma do corpo, como o do espaço territorial, parece absolutamente desvendado, mas permanece nele o desconforto da pequenez e da finitude, que coabita com o constante desejo de reinvenção. É deste desejo que se faz afinal a colonização do corpo vivo, o mesmo desejo que continuamente ausenta o espaço geográfico numa relação em que "se telecopiam o longínquo e o próximo" (Virilio). A pele, que é, para Valéry, não o superficial mas o mais profundo, metamorfoseia-se, *sobre-dimensiona-se,* substitui-se, enfim, por extensões ficcionais ou *ficcionalizantes* do próprio ser. Paradoxalmente amplo, aberto e ilimitado, o ciberespaço é nisto como o corpo – um simulacro da totalidade inatingível. É, por isso, um campo de intersecção de realidades tão fragmentárias como as que habitam os corpos tatuados. É, por isso também, a dimensão que espera pelo homem multiplamente figurado numa utopia tecnológica.

Exorbitante, como o chamou Baudrillard (1988a), o homem desta nova civilização parece ter atingido já os limites do espaço, como se nada mais houvesse para transpor. Não porque tenha rompido as fronteiras que historicamente delimitavam os horizontes humanos, mas porque vive de tal forma expandido que é para fora de si, para uma *ex-órbita*, que projecta o seu agir. Ao contrário do que postula Lipovetsky, para quem o indivíduo de condição pós-moderna tem uma dificuldade de se expandir para fora de si[44], não é a uma era do vazio que este homem pertence. O vazio é o espaço da inanidade, do despovoado, do desprovido e da

[44] «Por toda a parte», diz Lipovetsky, em *A Era do Vazio*, «encontramos a solidão, o vazio, a dificuldade de sentir, de ser transportado para *fora de si.*» (1989a:73)

frivolidade. O vazio é sobretudo ausência. Ora, o que caracteriza a pós-modernidade não é o vácuo, mas sim a abundância[45].

Os não-lugares cartografados por Marc Augé, não são, por conseguinte, espaços vãos. Embora Michel de Certeau se lhes refira, como oportunamente o lembra Augé, para aludir a uma espécie de qualidade negativa do lugar, a uma ausência de lugar em si mesmo[46], o que os não-lugares significam é apenas uma perda de unidade ou de sentido de totalidade. Se os lugares são do domínio do próprio, do estável (Certeau, 1994), os não-lugares são do domínio do alheio, do instável, do movediço. Nada há, portanto, de vacuidade na nossa época de que os não-lugares são a medida.

Sendo a multiplicidade e não a insignificância o que distingue a contemporaneidade de outros momentos históricos, o vazio diria mal o sentimento interior do homem[47]. No íntimo, como fora dele, o sentimento é de excesso, como o que caracteriza a sociedade transbordante de Henri-Pierre Jeudy (1995)[48]. É o próprio que toma de partida o pressuposto de que «os discursos

---

[45] Esta abundância a que nos referimos é não só a abundância de objectos mas também de identidades ou egos. Baudrillard sugere a possibilidade de falarmos «hoje de um sujeito fractal, aquele que, em vez de se projectar numa totalidade ou numa finalidade, se difracta numa multidão de egos miniaturizados, todos semelhantes uns aos outros e, desmultiplicando-se de um modo embrionário com as dimensões do novo ambiente por cissiparidade ao infinito.» Este ser fractal, que Baudrillard propõe que somos todos hoje, «já não visa a semelhança sublime, a identificação transcendente, já só sonha assemelhar-se a cada um desses componentes elementares, o seu sonho involui para baixo, por assim dizer, aquém de qualquer representação, em direcção à mais pequena fracção molecular de si mesmo, para em seguida saturar o seu próprio espaço...» (Baudrillard, 1988: 339)

[46] Em *A Invenção do Quotidiano,* Certeau especifica uma distinção entre "lugar" e "espaço" que, embora não nos ocupe particularmente, uma vez que usamos os vocábulos quase indistintamente, talvez importe recordar: «O lugar é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência, excluindo a possibilidade de duas coisas ocuparem o mesmo local. É o domínio do próprio, do estável. (...) O espaço é o lugar praticado (...) um cruzamento de elementos em movimento.» (1994:173)

[47] Lipovetsky insiste na ideia de uma reprodução do vazio, julgando que «... quanto mais a sociedade se humaniza, mais o sentimento de anonimato se estende; (...) quanto mais os costumes se liberalizam, mais avança a impressão de vazio» (1989a:136). Não é esse, porém, em definitivo, o nosso ponto de vista.

[48] No prefácio da edição portuguesa de *A Sociedade Transbordante,* Adriano Duarte Rodrigues explica que «aquilo que, para o autor [Jeudy], define a sociedade transbordante é, por conseguinte, a circulação incessante das imagens, dos discursos e da informação, a partir da qual proliferam intermináveis e incessantes efeitos de sentido sem efectiva ancoragem na realidade.» (Jeudy, 1995:11). Mais adiante (p.16), explica ainda as razões pelas quais para Jeudy as sociedades actuais são transbordantes: «é a natureza reticular dos dispositivos da informação que faz

que lhe [ao indivíduo] servem de modelo, quer sejam mantidos por políticos, jornalistas ou outros, não criam uma "sociedade do vazio", antes provocam uma superabundância de sentido, um constante efeito de transbordância de sentido» (Jeudy, 1995:21). Esse era já, em rigor, o *pré sentimento* de Guy Debord ou de Jean Baudrillard, quando a propósito dos tempos pós-modernos se referiam à demasia de imagens, objectos e acontecimentos em circulação. Num excesso de sentido, o espaço não é senão transbordante: há nele, como diz Baudrillard nas primeiras linhas de *A Sociedade de Consumo*, «uma espécie de evidência fantástica do consumo e da abundância[49]» (1995:15), anunciando-se, como atalha de entrada Debord, «uma imensa acumulação de espectáculos» (1992:15). Se a algum alcance tem sentido falar de esvaziamento, não será, pois, no transbordo permanente de pessoas, ideias, coisas e emoções que se ancorará essa sensação de vazamento. Aí o que há é o derrame, o extravasamento, a deflagração de objectos e palavras, com o que se procura aceder a uma nova realidade, de natureza imagética e discursiva.

Sendo um dos eixos fundamentais da organização discursiva (Mourão, 2005:65), o espaço é, com efeito, um vector essencial para a compreensão da experiência, nomeadamente para a compreensão da experiência mediática dos acontecimentos. Antes mesmo de o pensarmos em termos de *ficcionalidade* ou de virtualidade, o espaço é, por assim dizer, uma dimensão volúvel da vida, justamente por se definir mais em termos relativos do que estritamente físicos, isto é, em termos das relações que se estabelecem entre os objectos que o compõem. Ora, o que as novas tecnologias terão acrescentado a esta ideia de relatividade é, muito provavelmente, a infinitude de uma *hiperespacialidade*, que excede, em rigor, a noção de

---

com que um excesso de sentido se sobreponha à realidade, a dissuada e a volatilize no meio de um mundo de simulacros imateriais, independentes da realidade a que se referem, que os *media* não cessam de produzir.»

[49] É este reconhecimento da abundância que leva Marc Augé a falar de *sobremodernidade*. Numa entrevista à Revista Lateral, em 1998, o autor explicava a opção por este termo: «Falo de sobremodernidade porque observo uma aceleração de todos os factores constitutivos da modernidade, do século XVIII e XIX. Temos uma relação nova com os espaços do planeta e uma individualização nova também. Conhecemos tanto os acontecimentos através da televisão e dos meios informativos em geral, que temos a sensação de estar dentro da História sem poder controlá-la.»

interespacialidade, ou seja, a ideia de que todo o espaço é o cruzamento de outros espaços[50]. É verdade que os media, eles próprios *interespaços* a compreender, são, por excelência, lugares de fronteiras sobretudo relacionais. Mas, para lá da *interespacialidade*, é cada vez mais outra a dimensão dos media, porque o próprio espaço da informação se caracteriza pela *hipertextualidade* das notícias.

Definido como «um modo de organização dos discursos e das práticas que transformou radicalmente a nossa relação com o conhecimento» (Mourão, 2005:88), o *hipertexto* é, assim o entendemos, um dos reflexos do que parece estar a acontecer em termos de organização espacial. Com efeito, é a passagem da clássica noção de espaço para a de ciberespaço[51] que aparece aqui como absolutamente fundamental ao entendimento da nova lógica dos media. É que apanágios do novo texto que é o *hipertexto* são as representações de *sobre-espacialidade* encorpadas pelos meios electrónicos de comunicação. Dizemos *sobre-espacialidade* no sentido da *trans-espacialidade*, isto é, do "estar para além de" ou da transposição dos limites convencionais.

Talvez por isso tenhamos necessidade de voltar à noção de *ficcionalização* do real, pois não será esta *sobre-espacialidade* do domínio do virtual e como tal do domínio do ficcional? Não será, enfim, esta representação *sobre-espacial* uma irrealidade? Paul Virilio insiste na ideia de virtualidade, sugerindo que «os tempos tecnológicos, provocando a telepresença, procuram fazer-nos perder definitivamente o corpo próprio em proveito do amor imoderado pelo corpo virtual. «Há», considera o autor, «uma ameaça considerável de perda do outro, de declínio da presença física em proveito de uma presença imaterial e fantástica.» (Virilio, 2000: 49). Mas que tem de realidade a virtual, ou seja, potencialmente actual, *sobre-espacialidade* que experimentamos neste fantasioso contexto mediático? Permitindo inúmeras possibilidades do

[50] A outro nível, poderíamos dizer o mesmo relativamente ao texto: mais do que intertexto (Roland Barthes), todo o texto é, hoje, um hipertexto.

[51] O termo ciberespaço tem, curiosamente, origem na literatura ficcional, radicando na obra *Neuromancer* (um romance de ficção), que William Gibson escreveu em 1984.

mundo real, o que o ciberespaço origina é a impossível coexistência de dimensões reais, ou seja, a simulação, o jogo do "como se". Persistiremos, portanto, na ideia da ficção, porque o que perdemos de mundo próprio ganhamos, isso sim, de «um mundo que inclui miríades de acontecimentos e personagens», qual ficção narrativa, fatalmente rápida, mas que «não pode dizer tudo sobre esse mundo» (Eco, 1995:9). E tal como os mundos ficcionais da narrativa, também este mundo ficcional em benefício do qual nos perdemos do mundo próprio é um universo de "não-lugares" que «põem entre parêntesis a maior parte do que sabemos sobre o mundo real» (Eco, 1995:91).

"Alucinação consensual"[52] (Gibson, 1984) experimentada diariamente, o ciberespaço constitui, por conseguinte, uma geografia dos "não-lugares" que encerra o arquétipo de uma ficção do quotidiano inventado pela euforia do optimismo tecnológico; a mesma euforia que comandou o sonho da modernidade. Mapear esta geografia é tarefa que interessaria também a uma abordagem sociológica dos novos espaços, mas é sobretudo uma tarefa efectivamente útil a um entendimento que visa compreender o modo como a percepção do espaço influencia as relações que estabelecemos e, em última análise, o modo como nos "situamos" não só em termos ontológicos, mas também em termos comunicativos.

O mais certo é, muito provavelmente, que, nesta matéria, o que sintamos seja uma *des-situação,* ou pelo menos uma dificuldade de nos "situarmos" em coordenadas concretas que resultam naquilo que Giddens anotou como uma das consequências da modernidade, a *descontextualização* ou "desinserção" das relações sociais dos contextos locais de interacção e sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço-tempo (Giddens, 1998). Poderíamos talvez apontar mesmo para a desintegração como resultado possível daquilo que Kerckhove chama de catástrofes tecnológicas e psicológicas. Diz ele que «hoje o nosso mundo está suspenso entre duas opções, a desintegração como em Babel ou a metamorfose como em

[52] Baudrillard, em *Simulacros e Simulação*, sugeria a mesma ideia de alucinação, constatando que, devido à acumulação de imagens e simulações, os sujeitos possuem apenas uma experiência para partilhar – "a alucinação desestabilizada e estetizada da realidade".

Jericó» (1997:118). A imagem da desintegração condiz, na verdade, muito bem com o que parece estar a passar-se ao nível do desenvolvimento da comunicação em rede. Em Babel aspirava-se ao absoluto e em certo sentido ao contacto com a divindade, com a omnipresença, enfim com o "domínio sobre todas as coisas" que se avistassem do cimo da torre. Com a Internet, aspira-se ao global e no mesmo sentido a uma certa divindade, omnipresença, enfim a um controlo de toda a informação. Em Babel, falava-se ainda uma língua comum. Com a Internet, deseja-se o regresso a uma língua única. Em Babel, porém, a extravagância do projecto resultou em dispersão, em divisão, em desagregação. No ciberespaço, quiçá tão extravagante como a torre dos homens da Babilónia, o que volta a falhar é a ideia de universalidade, daí procedendo um conjunto de desproporções fracturantes a todos os níveis: em vez de se universalizar o bem (ou a distribuição dos bens), acentua-se o fosso que, em termos modernos, se convencionou que separa os "informados" dos "info-excluídos".

3. *A desterritorialização*

Ingressar no ciberespaço é, dissemo-lo antes, uma experiência de *sobre-espacialidade* ou de *hiper-realidade*. Diz-se mesmo que, mergulhando no ambiente do ciberespaço, o utilizador experimenta uma sensação de "abolição do espaço". Recusando, como o fizemos no início deste capítulo, a noção de a-espacialidade, talvez possamos falar antes de abolição de territórios demarcados, o que, na verdade, se harmoniza com a ideia de que já não é mais o controlo o que define as sociedades actuais. Com efeito, a palavra território evoca uma ideia de dominação[53], historicamente associada à gestão e administração da terra. Por isso, território e poder são conceitos que conviveram intimamente em nome de interesses superiores como no caso do Estado-Nação.

[53] «O território é», segundo Guattari e Rolnik, «sinónimo de apropriação, de subjectivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projectos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos e cognitivos.» (Guattari e Rolnik, 1996:323). De acordo com Lefebvre (1974), esta apropriação faz-se para transformar um espaço natural, de modo a que ele possa servir as necessidades dos grupos que procuram exercer este domínio.

Todavia, nas condições que são as da globalização efectiva em termos espaciais, políticos, sociais, económicos e culturais, a noção de território perde centralidade. A abolição de fronteiras no seio da União Europeia, por exemplo, é um dos sinais desta perda de importância da tradicional concepção de território. Mas mais significativa que as concretas realidades políticas de determinadas regiões do globo é a emergência de uma sociedade que suprime a distância geográfica (Debord; 1992: 164), uma sociedade que contrapõe, segundo Manuel Castells um "espaço de fluxos" a um "espaço de lugares". Dito assim, entende-se bem que esteja praticamente suplantada a "sociedade territorial" que parecia, na verdade, ser a mais condizente com a própria natureza do Homem. Em *O que é a Filosofia?*, Deleuze e Guattari lembram que «já nos animais sabemos da importância das actividades que consistem em formar territórios, em abandoná-los ou em sair deles, e mesmo em refazer território sobre algo de uma outra natureza» (1992:90). Esta importância do território prende-se com o facto de a ele estar associada, em certo sentido, uma ideia de identidade, tendo o enquadramento geográfico sido sempre definidor do modo como os grupos sociais se auto-percepcionam. A apropriação do espaço tem também sido uma expressão do poder e, por conseguinte, uma expressão da vida social. Assim o sugere Manuel Castells, dizendo que «o espaço não é um reflexo da sociedade, mas a sua expressão. Por outras palavras», acrescenta o autor, «o espaço não é uma fotocópia da sociedade: é a própria sociedade». (2005: 435). E sendo a sociedade em si mesma, o espaço não pode definir-se apenas em termos físicos ou da dinâmica da matéria, mas também forçosamente da dinâmica das próprias práticas sociais.

Falar do "fim dos territórios" (Badie[54]) não corresponde, de modo algum, a falar do fim do espaço; contudo, implicará, nestas circunstâncias, considerar um certo enfraquecimento da dimensão espacial/física da vida. Com efeito, a cultura da interactividade, que se adivinhava

[54] Bertrand Badie considera que o território é um "instrumento político" e um "elemento da modernidade política", mas entende que, enquanto forma de exercício do poder, a territorialidade está a perder dimensão, em função do aumento da mobilidade. Numa visão muito economicista, Badie chega mesmo a dizer que «A riqueza já não vem do solo nem do subsolo, mas da mobilidade» (1995:213).

com o aparecimento dos processadores de informação e que se confirmou logo na aurora da Internet, determinou o fim, se não de todo o território, pelo menos de um certo tipo de território. É até possível que este fim signifique novas territorialidades. Essa é a convicção de Rogério Haesbaert, que prefere o termo multiterritorialidade ao de *desterritorialização*, argumentando que «o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade». (2005:6790).

Apesar de indesmentível esta percepção de multiplicidade, a que já aludimos antes, não nos parece, porém, absolutamente superado o processo de *desterritorialização*, recorrente na caracterização da Pós-Modernidade. Ainda que Haesbaert o considere um mito (2004), este é o processo que, no nosso entendimento, melhor diz o que é a nossa relação com o espaço na contemporaneidade. Particularmente desenraizadora, esta relação actual com o espaço é distinta da que caracterizou, desde sempre, os movimentos físicos. É que, hoje, mais do que por esgotamento de bens ou até de informação, é por uma abundância de possibilidades que se processa este desarreigamento, cada vez menos físico e mais simbólico. Já não é sequer aos lugares que pertencemos, mas antes às relações que entre eles se estabelecem, àquilo que, retomando uma expressão de Castells, entre eles flúi.

Tarefa inevitável, questionar o fim dos territórios e perspectivar uma nova forma espacial caracterizadora das práticas sociais é parte da análise que é preciso fazer para perceber aonde conduziu o sonho de uma sociedade mediática. Galáxia de redes ou em rede, esta sociedade suporta-se num espaço que já não é, então, territorial, mas antes de fluxos. Por conseguinte, diríamos, como sugere Haesbaert, que «ao mundo dos territórios, mais estável, enraizado, contrapor-se-ia um mundo das redes, muito mais instável e fluído» (2002:27). O conceito de fluxo é, portanto, fundamental no quadro de uma teoria social sobre o espaço, especialmente trabalhada por Manuel Castells no âmbito de uma sociologia das tecnologias da informação. «Os

fluxos[55]», diz o sociólogo espanhol, «não são só um elemento da organização social: são os processos que dominam a nossa vida económica, política e simbólica» (2005:436). São o modo como nos relacionamos com o espaço, o modo como circulamos numa espécie de território transnacional, desterritorializado, cujas referências de lugar parecem deslocar-se e modificar-se substancialmente à medida que por entre elas vamos "fluindo".

Esta perda de territorialidade em função de uma certa fluxão não traduz apenas mais uma das transformações naturais do curso da história. É que «a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado» (Sack, 1986:219). Ora, quando os territórios desaparecem, perde-se em contexto geográfico, pelo que se deixa de experimentar o mundo e de lhe conferir significados nos termos em que todas as civilizações o fizeram sempre. Perde-se a estabilidade dos lugares para se ganhar a versatilidade da transitoriedade permanente. Perde-se, enfim, a segurança dos espaços fixados para se ganhar o risco aventuroso dos *trans-espaços* ou dos "multiterritórios". Admitindo a validade deste termo, evitamo-lo, porém, por não nos parecer ainda que ele deva significar uma *reterritorialização*. Esse é o desfecho expectável para a actual crise de territorialidade provocada pelas novas tecnologias. A *desterritorialização* e a *reterritorialização* são, diziam-no Deleuze e Guattari (1980), movimentos indissociáveis, o que não quer dizer necessariamente simultâneos. Por outro lado, a reterritorialização não significa um retorno a uma territorialidade anterior: «ela implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua» (1980:214). Depreende-se, portanto, que desenraizar de um lugar significaria enraizar noutro. Contudo, as transformações operadas por via tecnológica têm aberto um fosso entre estes dois

[55] Importa, certamente, anotar o que o autor entende por fluxo: «Por fluxo entendo as sequências de intercâmbio e interacção determinadas, repetitivas e programáveis entre as posições fisicamente desconexas que mantêm os actores sociais nas estruturas económicas, políticas e simbólicas da sociedade.» (2005:437).

processos, o que parece erigir uma ordem inteiramente nova no modo como se criam e se abandonam os territórios, inclusive os territórios comunicativos.

Abundante em exemplos deste fosso, o campo da informação é paradigmático em matéria de *desterritorialização*. Intentando uma analogia com o que acontece relativamente à terra, enquanto unidade primitiva, poderíamos dizer que a própria informação perdeu a relação com o lugar físico do papel em função de um lugar cada vez mais virtual. Transportada em minúsculas unidades de memória, a informação experimenta novos suportes, fluindo através das redes, quase como se não tivesse alojamento (ou território) próprio. Com *hiperligações* de *site para site*, a informação tende a perder a referência de partida, uma espécie de identidade territorial, de apropriação por alguém. Despojada, portanto, de quase toda a propriedade, a informação investe-se do virtual para transitar provisoriamente livre no ciberespaço.

Afectando todos os domínios da vida comunitária, a informação *desterritorializada* constitui o pilar de uma nova sociabilidade, ancorada não só em novos suportes tecnológicos como também mais amplamente na virtualização, que não corresponde apenas à passagem do papel para o computador, porque o computador não é o centro, mas apenas um fragmento da trama, «um componente incompleto da rede universal» (Lévy, 1998).

O que pode, enfim, entender-se por virtualização? De que modo se articulam virtualização e desterritorialização? Atentamos, em primeiro lugar, na definição proposta por Pierre Lévy. A virtualização, sustenta o autor, «consiste numa passagem do actual ao virtual, numa "elevação à potência"» (1998:35) e constitui, por isso, a essência da mudança em curso. A virtualização é, de acordo com Lévy, criativa, na medida em que inventa «velocidades qualitativamente novas, espaços-tempo mutantes». Ao contrário de Lévy, que encara a sociedade virtual como um universo em expansão, Baudrillard e Virilio tomam-na de um ponto de vista apocalíptico. Para Baudrillard, esta sociedade virtualizada deve ser tomada como uma espécie de desaparição universal (1999). Vaticinador do fim, Baudrillard considera que o virtual se caracteriza «por não somente eliminar a realidade, mas também a imaginação do real, do

político, do social» (1997:71)[56]. Neste sentido, a virtualização será desrealizante, hipótese que Lévy contesta, garantindo que a virtualização «implica tanto de irreversibilidade nos seus efeitos, de determinação no seu processo e de invenção no seu esforço como a actualização» (1998:36). Mesmo que excessivamente negativista, a persistência baudrillardiana no simulacro como interpretante do virtual parece-nos mais apropriada ao sentido de irrealidade ou de ficcionalização que insinuávamos no início. Faltava, reconhecemo-lo, esclarecer a relação entre estes conceitos. É que, embora Pierre Lévy examine o carácter realizante da virtualidade, que se traduz numa mudança de identidade, uma deslocação do centro de gravidade ontológica, o certo é que transformar a realidade num conjunto de possíveis é transformá-la numa entidade irreal, o mais próxima possível da ficção, traçada por uma "implosão terrífica do espaço-tempo", como anunciou Paul Virilio. Acresce a esta entidade o facto de se definir ainda pela supressão dos territórios, ou seja, pelo seu carácter desterritorializado. Virtualizar e desterritorializar são, por isso, processos concomitantes, implicando-se mutuamente. «Quando uma pessoa», explica Lévy, «uma colectividade, um acto, uma informação se virtualizam, eles desterritorializam-se. Uma espécie de desengate os desprende do espaço físico ou geográfico ordinário e da temporalidade do mostrador e do calendário» (1998:36).

É verdade que o ciberespaço é um espaço de actualização de possíveis, mas esta actualização não é senão produtora de ficções, porque onde se pensa actualizar, isto é, realizar potencialidades, é apenas simulacro o que se consegue[57]. Convém que não se confunda simulacro com artificialidade. Baudrillard também não aceitaria bem esta indistinção; na virtualidade não há artificialidade, uma vez que o artificial é imitação do real e no virtual não há

[56] O juízo de Jean Baudrillard sobre o virtual é profundamente arrasador. Inversamente ao entusiasmo que parece inspirar Pierre Lévy, o virtual significa, para Baudrillard, o "esvaziamento do real", o fim do sentido, a contracção ou implosão do universo e a inviabilização da possibilidade de se produzir de informação e conhecimento.

[57] Num texto de 1996, Bragança de Miranda dizia-o nestes termos: «Enquanto cybespace tudo se joga na actualização de certas possibilidades, provenientes do arquivo geral da experiência que é a cultura. Só que essa actualização é puramente simulacral, pois se tudo se pode actualizar é porque é indiferente aquilo que é actualizável.»

nada de imitação. O que há no virtual é o próprio real em potência, que, experimentado na embriaguez da velocidade dos nossos tempos, configura um padrão de ficções de onde procede todo o simulacro. Mesmo não se opondo necessariamente ao real, o virtual, enquanto categoria central da cultura contemporânea (Miranda, 1996) corresponde, todavia, à infinitização do real. E é precisamente nesta acepção que o virtual é criador de irrealidade, uma irrealidade absoluta que se oferece como presença real (Eco, 1986), uma irrealidade que «não é mais a do sonho ou da fantasia, de um além ou de um aquém, é a de uma alucinante semelhança do real consigo mesmo» (Baudrillard, 1997:112).

Não é por acaso que hoje tudo se joga numa incessante sucessão de imagens, sobretudo imagens em ecrãs, ao ponto de Virilio poder dizer que «já não é para as estrelas que lançamos o olhar; aquilo que hoje olhamos são os ecrãs». As imagens são o epicentro da nossa cultura[58], partilhando com o virtual a estetização generalizada dos simulacros. Elas são tão alucinatórias quanto o próprio virtual e correspondem à passagem do estético para o extático. Produzidas sem referência a qualquer realidade, as imagens autotelizam-se. Ao contrário dos primeiros registos imagéticos, as imagens actuais já não se produzem por relação a um modelo. Nada há nelas de imitativo[59], sendo o mundo o que se faz à semelhança das imagens e não o inverso. Eis então por que razão as imagens são também elas sinais de *desterritorialização*. Carecendo de modelo, de mundo a imitar, as imagens carecem também de território exterior, tornam-se independentes e remetem apenas para si mesmas. Aspiram a ser a própria coisa e a «abolir a diferença do remeter, a mecânica da substituição», de que Eco falava a propósito do signo (1986:13). Não tendo qualquer relação com uma realidade referente, as imagens já não

[58] É comum dizer-se que vivemos numa "civilização de imagens", o que remete convenientemente para a ideia de que vivemos rodeados de imagens. Seria, no entanto, redutor encerrar a expressão na simples constatação da abundância de imagens. O que há de enigmático no facto de experimentarmos uma "civilização de imagens" é o facto de a elas estar inevitavelmente associado um poder de sugestão e de influência.

[59] Durante séculos, os filósofos referiram-se à arte (nomeadamente às artes visuais, de produção de imagens, como a pintura) como imitação. Alguns chegaram mesmo a desprezá-la justamente pelo seu carácter imitativo. Cópias do real, as imagens eram predominantemente figurativas, visando a representação visual do mundo. Eram, portanto, consideradas imitativas e esse era o seu valor.

estão mesmo no lugar das coisas que era suposto que representassem; são cada vez mais as próprias coisas. Ao problematizar o *ecrã total* (1997), Baudrillard evoca sobretudo a imagem televisiva e a imagem síntese para se referir ao rompimento da ligação da imagem com a história. Diz ele que estas imagens se «autoproduzem sem referência a um tempo real ou a um imaginário», sendo «virtualmente sem limite, e esse engendrar-se sem limite produz a informação como catástrofe» (1997:147).

Dir-se-ia que esta leitura das imagens *virtualizadas* pela tecnologia comprova a tese que defendemos de que, enquanto espaço de instrumentalização do virtual, o ciberespaço é fundador de uma *hiper-realidade*. Não tínhamos, aliás, revelado ainda como se articula esta alegação com a hipótese da *irrealidade*. Não obstante o facto de se prefigurar, em certo sentido, paradoxal, esta é uma articulação inevitável, na medida em que só como irreal se pode agenciar a suposição de um real produzido fora de todo o território que se faz passar por realidade. Precisamos, entretanto, de voltar a Pierre Lévy para alcançar o significado do prefixo *hiper* relativamente a realidade. Em *Qu'est-ce que le virtuel?*, Lévy não se refere nunca exactamente à palavra *hiper-realidade,* mas há nesta obra uma referência ao conceito de *hiper-corpo* que não deveríamos alhear desta abordagem. O autor define-o como uma espécie de corpo maior onde confluem todos os corpos que partilham do mesmo sangue desterritorializado. «O fluído vermelho da vida», descreve Lévy, «irriga um corpo colectivo, sem forma, disperso» (1998:51), de que todos participamos, numa espécie de retorno à comunhão do corpo e do sangue. Cada corpo individual torna-se, então «parte de um imenso hiper-corpo híbrido e mundializado». Mas este corpo colectivo, tal como a *hiper-realidade*, existe apenas enquanto simulação mediada por meios técnicos. Fora deles, ou para além deles, dissolve-se na irrealidade que é.

Com a noção de hiper-corpo aproximamo-nos da ideia de *hiper-comunidade*, que é apenas uma outra forma de voltarmos à *aldeia global* de McLuhan e, por conseguinte, à teoria da desterritorialização. Ambos os termos, global e hiper, ratificam o fim dos territórios, na medida em que significam a inscrição de toda a experiência num espaço de co-existência ou co-

habitação. Tal espaço, que representa uma nova sociabilidade, sem configurar necessariamente uma convivência real, aparelha a impossibilidade de uma construção estável da identidade (Augé, 1994). Nota-se, pois, que uma crise de territorialidade é contígua a uma crise de identidade, fundamentada no anonimato, na homogeneização dos espaços de circulação e na abundância. Mas nas fendas desta crise, Marc Augé encontra ainda «uma crise mais profunda, a crise da alteridade» (1994:126)[60], pois, para o autor, a questão da identidade coloca-se sempre por relação ao outro. Sob qualquer destas formas – crise de territorialidade, crise de identidade ou de alteridade – o mundo contemporâneo é, antes de mais, um mundo de experiências de ruptura.

Globalizante, por um lado, o ciberespaço é, por outro, um campo fragmentário, porque se define por aquilo que Alfred Schutz denominava de "províncias de sentido" [*Sinnbereich*] (Schutz e Luckmann, 1973:22)[61]. Esta referência a Schutz poderia fazer crer que recuperamos com a palavra "províncias" a noção de território, nomeadamente de território de sentido, mas não é essa a nossa perspectiva. Consistindo em experiências de significado compatíveis, as "províncias de sentido" revelam apenas o carácter fragmentário e individualizante das redes de comunicação. Insistir na hipótese de a tecnologia ser um modo privilegiado de individuação não constitui sequer um desvio ao que vimos a atalhar ao longo deste capítulo, porque o facto de aludirmos a reflexões em torno de conceitos como o de *hiper-corpo* ou *hiper-comunidade* nada opõe a esta percepção da natureza atomizadora do ciberespaço. Uma experiência destituída de território é uma experiência que se estilhaça para comportar a participação nos vários corpos gregários constituintes da *hiper-comunidade* cibernética. É uma experiência fraccionada pela identificação com universos distintos – blogues, páginas pessoais, "salas de conversação",

[60] Em entrevista, em 1998, Marc Augé constata que «Existe uma crise de identidade, inclusive de identidade local, na medida em que se torna difícil pensar a relação com os outros». Tal dificuldade dá conta de um dos paradoxos da globalização: num espaço cada vez mais homogéneo, proliferam culturas cada vez mais plurais.

[61] Note-se que, com a expressão "províncias infinitas de sentido", Alfred Schutz procura enfatizar o facto de ser «o significado das nossas experiências, e não a estrutura ontológica dos objectos, o que constitui a realidade» (Schutz, 1962:341). Daí que, referindo-se ao plural das experiências, para o autor seja válido falar de *múltiplas realidades*.

portais de notícias, sites de edição... Parecerá que aceitamos bem o diagnóstico de Michel Maffesoli a propósito do fim do individualismo nas sociedades de massas (1988b), acatando um certo tribalismo. Talvez não o possamos recusar em absoluto, mas não é seguro que a Pós-Modernidade, no que ela tem de verdadeiramente transformador, alcança a mansidão ou a estabilidade de um novo comunitarismo.

Navegar no ciberespaço é, temos como mais certo, ficar sujeito a modulações, ao permanente retraçamento (Bragança de Miranda, 1996), à instabilidade da própria navegação e, como tal, ao naufrágio. É partir para a dita *viagem na irrealidade quotidiana* (Eco, 1986), aquela em que a ficção científica se anuncia como princípio de realidade.

2

A efervescência do instante

«O indivíduo encontra-se projectado na embriaguez de uma corrida em que, para "viver com o seu tempo", ele deve abandonar o domínio da sua vida à industrialização do instante e à ditadura da urgência.»
Jean-Paul Besset, Le Monde, 1995[62]

1. Do tempo e da história do tempo

Em estreita conexão com o espaço e o modo como o concebemos está seguramente uma noção de tempo. Aliás, toda a reflexão acerca do sentido do mundo e do ser remete, em toda a história da filosofia, para o tempo. Dimensão estruturante da nossa relação com o mundo, o tempo é, com efeito, uma noção de difícil objectivação, apesar de os rigorosos sistemas de medição nos poderem iludir no sentido de uma definição inequívoca. Com o tempo, estamos, dir-se-á com frequência, muito provavelmente perante um dos mais complexos problemas da física, desde logo, por esta questão colocada por Norbert Elias – *como pode medir-se uma coisa que os sentidos não podem perceber?* (Elias, 1989). Ainda assim, seria redutor considerar o tempo um problema exclusivo dos físicos, porque ele é também, ou acima

[62] Citado por Jean Chesneaux, em *Habiter le temps* (1996:7)

de tudo, um problema da metafísica, que excede em toda a medida a questão da sua representação natural. E enquanto problema metafísico, o tempo é objecto de reflexão da filosofia desde, pelo menos, a Grécia Antiga. Platão (428-347 a.C.), cujo pensamento se baseia na tese de que o mundo físico, das aparências, depende do mundo das ideias, considerava, justamente em coerência com este fundamento, que o tempo seria uma "imagem móvel da eternidade" (Platão, 1969). No diálogo entre Sócrates, Crítias, Timeu e Hermocrates, é, aliás, clara a ideia de que a eternidade antecede a temporalidade, constituindo-se como seu fundamento, na medida em que haveria um tempo já dado na sua totalidade e cujo curso daria lugar à aparência sensível do tempo. Ainda que mantendo os princípios de uma noção cíclica do tempo[63], mas distante do programa filosófico de Platão, Aristóteles (384-322 a.C.) prescreveria, por sua vez, uma nova concepção do tempo que consistiria em identificar a sua percepção com o movimento. O tempo pertenceria então ao movimento, «um movimento total e infinito, eterno, como marco em que os acontecimentos particulares, finitos, passam a poder ser concebidos como partes» (Cortés Morató:1998).

A grande alteração de paradigma na concepção do tempo ocorre graças à afirmação do cristianismo. Negar-se-á então a possibilidade de um tempo cíclico e consolidar-se-á a actual concepção linear do tempo. Orientado para o futuro, o tempo é, pois, tomado como irrepetível, daí o próprio sentido da existência[64]. Só no âmbito de uma ideia progressiva do tempo se poderia estribar a esperança e a fé, uma e outra orientadas para um futuro, para um tempo a vir. Nitidamente escatológico, o entendimento cristão do tempo acabaria por condizer bem com a

[63] Opondo-se à concepção cristã e moderna do tempo enquanto linearidade, marcado por um princípio (criação) e por um fim (juízo final), a concepção cíclica do tempo define-se por uma possibilidade infinita de retorno, de um "eterno retorno", como sugeriria Nietzsche (1995). O estoicismo (século III a.C.), numa das formulações clássicas que sustentou este carácter cíclico do tempo, supunha justamente que a vida consistiria em ciclos eternos sempre idênticos, num processo que culminaria numa conflagração universal (ou *ecpírosis*), a partir da qual se cumpriria a *catarse* ou grande purificação, iniciando-se então um novo ciclo (Cortés Morató: 1998)

[64] Note-se, porém, que uma perspectiva puramente cristã do tempo tem ainda algo de platónico, no sentido de um paralelo entre a vida terrena e a divina ou o plano da eternidade. A história da Humanidade não é, para os cristãos, mais do que um caminho para um reencontro com Cristo numa vida que recomeçará com a "ressurreição prometida" a todos os homens.

ligação do pensamento moderno a conceitos como o de *evolução* e de *progresso*, numa abordagem francamente linear, definitivamente arredada da abordagem cíclica do curso da história. A linha imaginária *passado-presente-futuro*[65] passaria então a definir um modo de invocar o conceito de tempo, numa acepção que se foi tornando, a partir do século XIV, cada vez mais laica.

Até à época de Galileu (1564-1642), o tempo assumiria, antes de mais, como lembra Norbert Elias (1989:13-14), o carácter de instrumento para o indivíduo se orientar no meio social e para regular a convivência humana. Com a revolução científica, particularmente na esteira do próprio Galileu, a noção de tempo mudará drasticamente, aparecendo a noção de tempo abstracto, «concebido como um parâmetro ou uma variável física que vale para todo o movimento» (Cortés Morató:1998). Só com Newton (1642-1727), porém, o tempo perderá o carácter transcendental para se retomar uma posição realista, perdendo-se também a relação com o movimento e com a finalidade e passando-se, por isso, de uma visão teleológica a uma visão mecanicista. Ao contrário de Leibniz (1646-1716), que conceberia o tempo como relação entre coisas não simultâneas, «como ordenação entre estas coisas segundo relações de "antes" e "depois"» (Cortés Morató:1998), Newton desenvolveria um pensamento absolutista do tempo. Nos *Princípios Matemáticos da Filosofia Natural* (1687), explica o cientista que «o tempo absoluto, verdadeiro e matemático, em si e pela sua própria natureza, sem relação a nada externo, fluí uniformemente» (1997:32), distinguindo-se do tempo relativo, que é uma medida sensível ou exterior do tempo absoluto mediante o movimento. Apesar das diferenças destas

[65] Situando o tempo na alma, para superar a aporética de um «tempo que é um foi que já não é» (Cortés Morató: 1998), Santo Agostinho (354-430 d.C.) definiria o tempo como uma *distentio-intentio animi*. O tempo seria então uma *distentio-animi* no passado, no presente e no futuro e uma *intentio* para a eternidade. Além disso, não existiria senão no presente, na medida em que «o passado existe como imagem presente de factos já acontecidos e o futuro existe como antecipação de factos por vir» (Cortés Morató: 1998). Aí está uma *presentificação da história* como a que, no fundo, caracteriza a pós-modernidade: o presente como recuperação da presença do passado, o presente do presente e o presente do que há-de vir. «Não existem», diria Santo Agostinho, «propriamente falando três tempos, o presente, o passado e o futuro, mas só três presentes: o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro» (Santo Agostinho cfr Abbagnano, 1993:1137)

duas concepções, um conjunto de propriedades são reconhecidas ao tempo em ambos os autores: o tempo fluí e é contínuo, homogéneo, ilimitado, único e isotrópico (Cortés Morató:1998).

No plano do idealismo transcendental, o tempo perde, de novo, o carácter de coisa e de relação, uma vez que Kant o considerará uma intuição pura[66] ou forma *a priori*, transcendental da sensibilidade. Kant afirmará mesmo que o tempo é simplesmente uma forma inata de experiência, isto é, um *dado inalterável* da natureza humana, mantendo-se em todo o caso o carácter de absoluta independência relativamente às coisas. Já no século XX, o problema que o tempo constitui para a filosofia será objecto de trabalho de vários pensadores, nomeadamente de Bergson, Dilthey, Husserl e Heidegger. Ora, declarando-se um crítico do positivismo no que respeita aos fenómenos psíquicos, Bergson (1859-1941) propõe a distinção entre um tempo das ciências, ou tempo físico, e o tempo captado pela intuição, que é, em última análise, uma distinção entre o tempo falsificado e o tempo autêntico, sendo o primeiro homogéneo, isotrópico e reversível e o segundo heterogéneo, irreversível[67] e pura novidade (Cortés Morató:1998). Por seu lado, Dilthey (1833-1911) que insiste nas deficiências do positivismo no que concerne à interpretação da realidade histórico-social, recusaria o modelo das ciências da natureza cuja concepção de tempo tomaria os factos individualmente, ordenando-os, analisando-os e explicando-os por etapas históricas. Às ciências humanas, de que se ocupou longamente desde *Introdução ao estudo das Ciências do Espírito* (1883), impõe-se, não um tempo *a priori*, mas um tempo que emerge com a própria vida, no momento do seu acontecer histórico ou da sua realização concreta.

[66] Hegel cogitaria no mesmo sentido, referindo-se ao tempo como devir intuído. O tempo seria então, não uma forma transcendental da sensibilidade, mas uma pura auto-consciência. Também Husserl insisitiria neste papel da consciência, explicando que «a temporalidade não é algo alheio à consciência mas que vem dado por ela» (Cortés Morató: 1998).

[67] A irreversibilidade é generalizadamente bem aceite no que concerne à definição de tempo. Trate-se do tempo da natureza ou do tempo social, ou ainda do tempo pessoal, admite-se amplamente que o tempo é irreversível. Jankélévitch vai mesmo mais longe ao assumir que «o irreversível não é uma característica do tempo entre outras; ele é a própria temporalidade do tempo» (1974:5)

Especialmente relevante na questão da temporalidade é a filosofia de Heidegger (1889-1976), onde o tempo aparece, desde muito cedo, como uma das suas primeiras preocupações metafísicas. Em 1915, para obter a *venia legendi*, Heidegger apresenta na Faculdade de Filosofia da Universidade de Freiburg, uma lição de habilitação intitulada *O conceito de Tempo na Ciência Histórica [Der Zeitbegriff in der Geschichtswissenschaft].* Neste primeiro ensaio sobre o tempo, Heidegger formula o problema do tempo relacionando a especificidade da sua estrutura com a finalidade particular da ciência física, por um lado, e da ciência histórica, por outro. Nesta medida, se na física a função do tempo é possibilitar a medição, e «só enquanto medível e capaz de ser medido tem uma função plena de sentido na física»[68], nas ciências históricas o problema do tempo afigura-se a Heidegger como mais complexo. Reconhecendo que também para a ciência histórica o tempo é «de certo modo, uma ordenação de sítios, com relação à qual os acontecimentos têm estabelecida a sua colocação temporal e por isso estão fixados historicamente», o filósofo apresenta a dificuldade que se encerra no reconhecimento de que o objecto histórico, em sentido histórico, «já não existe mais». E mantendo a noção *presentista* que conhecemos pelo menos desde Santo Agostinho, Heidegger explica que o passado é sempre um tempo visto do presente. «O passado», elucida o filósofo, «não só não é mais, como também foi algo distinto do que somos nós e o nosso contexto vital hoje no presente». Uma vez colocado o problema do tempo como uma questão de saber que funções deve cumprir o conceito de tempo por relação com a finalidade das ciências históricas, Heidegger explicitaria ainda, nesta primeira reflexão académica, que, ao contrário do tempo científico natural, o tempo histórico não pode ser expresso matematicamente, porque não há nenhuma lei que determine como se sucedem as épocas. «Os tempos históricos», remata o autor, «também se sucedem, por certo (senão, não seriam tempos), mas cada um é, na estrutura do seu conteúdo, diferente».

[68] Citado a partir de uma tradução do texto original para espanhol, disponível em http://www.heideggeriana.com.ar/textos/concepto_tiempo_historico.htm)

A obra de Heidegger sobre o tempo comporta, na verdade, outros títulos relacionados com esta problemática. Justamente *O conceito de tempo [Der Begriff der Zeit]* é o título de uma conferência pronunciada pelo filósofo na Sociedade Teológica de Marburg, em 1924, embora o próprio advirta quase de entrada que as considerações que desenvolve nesta prelecção não são teológicas. A partir da afirmação de que o tempo é aquilo em que os acontecimentos se produzem (Heidegger, 1992), Heidegger formula um conjunto de questões dir-se-ia intrigantes, elas próprias variantes da pergunta inicial sobre "o que o tempo é". O "agora", por exemplo, presta-se a uma série de interrogações: "O que é o agora?"; "Está o agora à minha disposição?"; "Sou eu o agora?"; "É qualquer outra pessoa o agora?" "Sou eu mesmo o agora e a minha existência o tempo?" (*ibidem*). Longe certamente de querer responder-lhes, Heidegger acaba por remeter para a questão do *ser-aí (Dasein)*, que desenvolverá posteriormente, numa obra que aparece três anos depois, como uma das mais emblemáticas da sua produção intelectual, *Ser e Tempo [Sein und Zeit]* (1927). Esta formulação em torno do *Dasein* e da sua interpretação pela temporalidade converte a interrogação de partida numa formulação mais precisa, segundo Heidegger: «Somos nós mesmos o tempo?», tratando-se, como estabelecerá na primeira parte de *Ser e Tempo* da "explicação do tempo como horizonte transcendental da pergunta pelo ser" (Heidegger, 1980).

A relação entre ser e tempo, que organiza parte da filosofia heideggeriana, introduz na reflexão sobre o tempo a noção de finitude, na medida em que o tempo advém a partir de um fundamento que dá lugar ao ser, para este se constituir em presença e se abrir às dimensões do devir. Esta relação indissolúvel mataria, em definitivo, a referência fora do temporal a um ser supremo, eterno (a um Deus), pelo que quase poderíamos dizer que o projecto ontológico de Heidegger decalca o projecto filosófico nietzscheano, completamente arredado da tentação teológica.

No âmbito da filosofia contemporânea, dir-se-ia que a pergunta pelo tempo é ainda uma pergunta de carácter ontológico, porque é impossível apartá-la da questão do ser. Mas o tempo

rompe com o próprio tempo, ao fundar-se como sistema de relações de ordem que não são já apenas as da sucessão, do "antes e depois" ou da continuidade. São também as relações que se inscrevem sob a égide da simultaneidade e da intermitência entre continuidades e descontinuidades. Eis, pois, a tarefa que hoje se impõe a uma filosofia do tempo: enquadrar a descontinuidade como fenómeno temporal, problematizar a decadência do eixo passado-presente-futuro, o que supõe uma reflexão sobre a centralidade do presente, e interrogar a efervescência dos instantes que parece definir o nosso tempo como o da cultura da urgência.

2. Do novo modo de sentir o tempo

Pensar o tempo como um problema do nosso tempo (Chesneaux, 1996) é pensá-lo como um efeito da técnica e, portanto, como um efeito do progresso. A ruptura com a tradição, protagonizada durante a célebre Querela dos Antigos e dos Modernos, nos séculos XVII e XVIII, reclamaria novos termos, como "progresso", "desenvolvimento", "crise", "espírito do tempo", para designar uma realidade de experiências novas (Pereira, 1990). A lei que se impõe a partir dos anos 1700 é a da aceleração ou a da vertigem dos acontecimentos. Ao carro a vapor, sucede-se a fotografia, a electricidade, o telégrafo, o telefone, o avião, o cinema e a televisão, num jorro de invenções que culminarão com a Internet e que dão corpo, enfim, a uma experiência de aceleração e de constante superação de todo o momento presente (Pereira, 1990).

A velocidade, entendida, por sugestão de Paul Virilio (2000:14) não como fenómeno mas como relação entre os fenómenos, parece ser então a categoria que melhor define o novo modo de sentir o tempo. A partir do século XIX, quando a locomotiva se torna o «símbolo popular da mobilização e transformação acelerada de todas as forças da vida» (Pereira, 1990:27), o tempo torna-se progressivamente fugaz e a vida colectiva passa a estar dominada de maneira consciente pelo tempo. Provavelmente só com o advento da moderna civilização

industrial[69] e com a introdução de um sistema de organização dos transportes, o relógio passa a afectar o ritmo de muitas formas de actividade humana, nomeadamente a circulação de informação e a divulgação de notícias. A alteração da percepção do tempo, marcada agora pela questão da velocidade, comporta sobretudo os fundamentos de uma "sociedade dromocrática", isto é, uma "sociedade de corrida", de indivíduos que correm para o lucro rápido, para o desejo de ubiquidade e para a ilusão de uma democracia em tempo real[70]. Mas a velocidade, que é também uma questão da economia, é, como adverte Paul Virilio, «simultaneamente uma ameaça, na medida em que é capitalizada, tirana e, ao mesmo tempo, ela é a própria vida» (2000:14). Definindo, qual ampulheta, o ritmo colectivo[71], a velocidade impõe-se como uma ilusão promissora de progresso, de harmonia entre os povos, quiçá inclusive dos três atributos do divino a que também se refere Virilio: a ubiquidade, a instantaneidade e a omnipotência (2000:18).

Contrariando a vagarosa marcha da história, a velocidade impõe a mudança permanente e transforma o momento presente em fugaz tempo de transição. Todo o momento é uma insaciável vivência da mudança, ou seja, da persistente ruptura com a história. Se o termo "moderno" passou a designar, de acordo com a Encyclopaedia Universalis (Paris, 1972), "a moral canónica da mudança", então o moderno continuaria a dizer bem o tempo actual. Mas a

[69] Num trabalho sobre «a evolução do nosso sentido do tempo e da perspectiva temporal», Gerald James Whitrow constata especificamente que «desde a origem da moderna sociedade industrial no século XVIII, o tempo converteu-se numa autoridade cada vez mais poderosa na vida humana em geral e inclusive na forma de pensar da maioria.» (1990:204)

[70] Expressamente dedicado aos novos ritmos da contemporaneidade e ao papel das novas tecnologias da informação enquanto "agentes aceleradores", Paul Virilio é, em boa medida, um filósofo da velocidade, como evidenciam diversos títulos da sua obra – *Vitesse et politique* (1977); *L'art du moteur* (1993); *La vitesse de libération* (1995); *Cybermonde* (1996); *La bombe informatique* (1998). Em *Cybermonde*, por exemplo, sustenta que «o poder é inseparável da riqueza e a riqueza é inseparável da velocidade. Quem diz poder diz, antes de mais, poder dromocrático – *dromos* vem do grego e quer dizer "corrida" – e toda a sociedade é uma "sociedade de corrida"» (2000:15)

[71] O tempo é, desde Durkheim, cuja escola se reconhece como a primeira sobre a sociologia do tempo, um dado colectivo, uma vez que o entendimento comum do tempo, partilhado por todos os indivíduos que compõem uma sociedade, é produto de uma consciência colectiva. Nesta expressão da colectividade, é o ritmo da vida social que, de acordo com o sociólogo, «é a base da categoria de tempo» (1960:628).

mudança que hoje se deseja está dominada pela moda e, por conseguinte, desvinculada do passado e de todo o futuro. É que, «nos tempos em que a moda domina, já não é o passado tradicional que é objecto de culto», explica Lipovetsky na caracterização do que chama *o império do efémero*, acrescentando que «o momento actual magnetiza as consciências e o prestígio recai nas novidades: venera-se a mudança, o presente» (1989b:356).

Dizíamos que, no século XIX, a locomotiva se tinha tornado no símbolo da velocidade por excelência. Hoje, porém, a velocidade é, acima de todas as coisas, um dom da electricidade. Essa foi, para todos os efeitos, a descoberta mais marcante da técnica no mundo moderno, de que será prova suficiente a revolução desencadeada no trilho da transmissão de informações. Velozes como a luz, os fluxos de informação passaram a ser compassados por impulsos eléctricos, numa vertiginosa confluência para um tempo único, que pode definir-se, como o tempo dos cosmonautas, enquanto tempo suspenso entre o real e o virtual, um tempo exorbital (Chesneaux, 1996:28). Assim se compreenderá que Chesneaux afirme que «a nossa crise de sociedade (...) é largamente uma crise de temporalidade» (1996:15), marcada pela emergência do "efémero", da "velocidade" e da "aceleração" como novos valores sociais.

A rapidez, que o século XX animou, designadamente, com o "prêt-a-porter" e a "fast-food", é o compasso que marca, não só o fluxo dos acontecimentos, mas também a relação que mantemos com os próprios acontecimentos. Podíamos dizer o mesmo relativamente aos espaços. Marcada pela velocidade, a travessia dos espaços restringe o espaço naquilo que são as suas dimensões, restringindo assim também a nossa relação com o que é físico e corpóreo, uma relação que, por força da hiperconcentração no tempo real, se "acanha" num "aqui e agora". No sentido desta síntese espaço-tempo opera não já a aceleração dos motores dos transportes, mas a aceleração dos motores das máquinas da informação. Assim se cumpre o vaticínio de Virilio, quando diz que a velocidade absoluta dos novos meios de transmissão telemáticos ultrapassa a velocidade relativa dos antigos meios de transporte, sendo que a

aceleração local dos veículos dá lugar à aceleração global dos vectores de uma informação em vias de globalização (1998).

Com a velocidade, voltamos também necessariamente ao espírito da simultaneidade, uma vez que em boa medida o modo acelerado como hoje sentimos o tempo decorre da crescente possibilidade de multiplicarmos as tarefas que realizamos num mesmo tempo. A partir da invenção da rádio começa, na verdade, toda uma história de compatibilidades. É que, se no início, famílias inteiras se reuniam à volta das "caixas de som" exclusivamente para ouvir as emissões radiofónicas, depressa a rádio se prestou à solidariedade com outras tarefas, graças em parte à diminuição do volume dos aparelhos receptores e do respectivo custo e à sua capacidade de penetração no nosso quotidiano. Ora, depois do som, também a imagem se adaptou à convivência com outras actividades. Menos exigente do que a leitura, a visualização moldou-se à sintonia com outros sentidos, não sendo mais preciso seguir sequencialmente o rumo de cada rotina. A Internet constitui uma ajustada metáfora desta realidade e, mesmo antes da rede universal, os próprios sistemas operativos são uma imagem conforme a esta consciência de sobreposição de tarefas. Sem que uma actividade tenha necessariamente que aguardar pelo termo de outra, é possível, em *janelas* de funcionamento paralelo desempenhar acções que, linearmente, cada uma a seu tempo, se distenderiam por períodos efectivamente mais longos[72]. A socialização moderna está, com efeito, muito ligada a esta «capacidade de ser muitas coisas ao mesmo tempo» (Mead, 1959:49), daí que, à beira da possibilidade de ouvir rádio durante a condução de um automóvel, a simultaneidade que devemos à telemática seja hoje muito mais complexa, revolucionária e determinante do que o terão sido, isoladamente, algumas das invenções que marcaram o século XX.

[72] Procurando quantificar os efeitos desta sensação de aceleração do tempo, um estudo patrocinado pela Yahoo e realizado na segunda metade de 2006 em vários países, concluiu que as novas tecnologias permitem "encaixar" 43 horas de actividade num só dia. Esta "habilidade" de aparentemente quase duplicar o tamanho dos dias resulta daquilo que, a propósito deste estudo, se define como *people multi-tasking*, isto é, da capacidade que as pessoas têm de fazer coisas diferentes em simultâneo (como navegar na Internet enquanto se vê televisão, por exemplo).

Enfrentar o enigma que é o tempo nas sociedades actuais implica, por certo, aceitar que novas escalas temporais se impõem por exigência das novas tecnologias. Na realidade, a sensação de velocidade com que passámos a sentir o tempo deve-se, por exemplo, no plano da informática, à decomposição do tempo em fracções cada vez menores. «O tempo informático», conta Chesneaux, «é miniaturizado ao extremo» (1996:28), dividido que está em picosecundos e em nanosegundos. Eis, pois, porque já não é adequado considerar o relógio a única máquina do tempo: na nova era tecnológica, pós-industrial, ao relógio junta-se o computador como máquina-chave para medir e regular a passagem do tempo (Whitrow, 1990).

Ambição particular da técnica, mas também da economia, uma vez que a organização do tempo está, desde sempre, ligada a prioridades de âmbito económico[73], a compressão do tempo tornou-se na batalha mais decisiva em todas as dimensões da vida social: na medicina procura-se ganhar tempo de vida, na economia busca-se a máxima rentabilização do tempo em favor da produtividade, na política rivaliza-se pelo tempo de acesso à palavra e na informação a palavra de ordem é antecipar. Com a técnica na dianteira, todos os sectores sociais concorrem para a promoção de máquinas de contracção do tempo, de cujo sucesso parece depender, enfim, um dos sonhos, senão mesmo o maior de todos, que comandou a euforia com que os media foram sendo acolhidos nas suas frequentes transfigurações.

3. Sublimação do presente

Quando Paul Virilio se refere, em tom quase resignado, à inauguração de um novo tempo, um «tempo mundial em que a simultaneidade das acções deverá rapidamente sobrepor-se à sua clássica sucessividade» (1997), o que parece estar em causa é uma confluência de dois eixos, o real e o virtual. Quer isto dizer que à linha do tempo que, convencionalmente, definia o nosso "encaixe" histórico se aporá um novo enquadramento, já não o da ordenação

[73] Esta marca da economia nas questões temporais está apropriadamente enraizada em expressões populares como a que sugere que "tempo é dinheiro".

diacrónica da nossa realização, mas quiçá o da justaposição do simultâneo e do sucessivo. Por definição natural irreversível ou irrepetível, o tempo ganha, por magia da técnica, novas qualidades, superando as limitações próprias do mundo físico: ainda que não possa ser revivido, poderá porventura ser recuperado, numa estranha imiscuição do passado com o presente. Esta é, por conseguinte, a versatilidade prometida pelos arquivos digitais de audio e vídeo, versões actualizadas dos aparelhos gravadores de emissões radiofónicas e televisivas. A sucessividade destas emissões, antes praticamente irrecuperável, passou a estar ao alcance de um *download* de ficheiros de audio e vídeo *on demand*, criando-se deste modo um encadeamento de descontinuidades, refluxos e interjeições que interrompem a corrente cronológica. Espécie de simulação da reversibilidade, esta possibilidade de ver e ouvir em diferido não é, todavia, tranquilizadora. É que este retorno que justifica o desejo de "voltar atrás", apesar de flexibilizar a recepção, não guarda o vigor da releitura. Chesneaux refere-se a esta fragilidade ao constatar que, sendo uma verdadeira máquina de degradar o tempo, a televisão «interdita toda a reversibilidade do pensamento, todo o recuo, todo o retorno para trás para reflectir com o tempo – o que permite a informação escrita». (1996:8)

No ímpeto que procura trazer ao presente o tempo sucedido, é, para todos os efeitos, um estatuto temporal inteiramente novo que se vai instaurando. Por outro lado, é mesmo uma inversão da temporalidade que vai acontecendo. Sob o desígnio da moda (Lipovetsky, 1989b), é a preponderância do presente sobre o passado que se consagra, porque o presente é o tempo da própria moda. O presente – "o único lugar da realidade", diz George Herbert Mead (1959)[74] – é o tempo em que se conjuga, portanto, a nossa época. Não seria preciso fazer uma análise

[74] No primeiro capítulo de *The Philosophy of the Present* (1959), Mead refere-se ao presente como o "locus da realidade", insistindo que «a realidade está sempre num presente. Quando o presente passa, ela já não o é mais.» (1959:28). Por compreender o carácter dinâmico da realidade social, que está em constante construção no presente, Mead estabelece que a realidade não tem existência senão num presente irredutível por relação ao passado e ao devir, na medida em que não haverá futuro nem passado senão por relação ao presente. Num livro em que reflecte sobre *o tempo na história*, Whitrow explica precisamente esta ideia, sustentando que «a nossa experiência directa do tempo é sempre do presente» (Whitrow, 1990:17), sendo desta experiência que procede a nossa ideia do tempo.

muito detalhada da gramática jornalística para constatar que o presente é também cada vez mais o tempo dos enunciados, quer estejamos perante o trabalho da imprensa escrita quer perante o relato jornalístico audiovisual. De notar que, reagindo contra a ameaça de suplantação pelos novos media, o jornalismo escrito, concretamente, substitui o convencional pretérito perfeito pelo presente do indicativo ou, nos casos de antecipação da notícia, por este presente do indicativo com valor de futuro. Embora, à superfície, se pudesse dizer que o jornalismo seria o discurso acerca do passado imediatamente transacto, a insistência pelo presente – pelo acontecer, mais do que pelo acontecido – tem dado sinais de mudança profunda no paradigma jornalístico.

Profundamente instigado pela cultura do ecrã e pela ideia de velocidade, qual modo de habitar o tempo, o jornalismo passou a partilhar com os novos instrumentos de comunicação um desejo pelo presente, pelo desfrute do tempo, numa espécie de *carpe diem* para o qual se inclina toda a sociologia de Maffesoli. É lá, no presente, que está afinal a própria vida e é lá também por onde ela se deixa esvair. Para falarmos como Maffesoli, diríamos que a vida «está ancorada no presente e nele se esgota enquanto tal» (1979:104)[75]. Seguindo esta análise da pós-modernidade, que coloca em descrédito todo o ideal de futuro, o que há a fazer é o reconhecimento de uma acentuação sobre o presente, que dá ao *agora* uma real substancialidade.

Não é, por isso, difícil que admitamos a reflexão que faz Lipovetsky acerca de toda a cultura de massas, ou cultura de tribos, para não nos afastarmos em demasia de Maffesoli. Diz, pois, Lipovetsky que «a cultura de massa está inteiramente virada para o presente» (1989b: 282), anotando três razões para esta obsessão: por um lado, visa-se o "lazer imediato dos particulares", sendo a distracção, e já não a educação ou a instrução de valores, o que orienta a

[75] A valorização presenteísta está na obra de Maffesoli sob inúmeras formulações. Em *O tempo das Tribos,* por exemplo, rejeitando completamente a ideia de projecção num tempo a vir, Maffesoli estabelece que é o presente de efectuação que sustenta a comunidade. Diz ele que «a comunidade se caracteriza menos por um projecto (*pro-jectum*) virado para o futuro do que pela efectuação *in actu* da pulsão a ser em conjunto» (1988b:29-30)

produção de conteúdos. Por outro lado, tendo em conta que "o presente histórico é a medida de todas as coisas" (*ibidem*), são admissíveis todas as formas de imisção do passado com o presente, por "adaptação livre", "anacronismo", "transplantação do passado para o presente" ou ainda pela "reciclagem do antigo em termos modernos". Por último, a cultura de massas é feita para «existir no presente vivo» – «já não se produz para durar», como diz Baudrillard (1995:106) – não deixando vestígio nem se norteando por um futuro. «Como os sonhos e o dito de espírito», remata, em síntese, Lipovetsky, «a cultura de massas, no essencial, ressoa aqui e agora, a sua temporalidade dominante é precisamente a mesma que rege a moda» (*ibidem*).

Da especificidade desta temporalidade estabilizada num *aqui e agora*[76] se intui não apenas uma reflexão no que concerne aos modos de produção actuais, mas sobretudo aos processos de consumo. Contrariando todo o sentido da durabilidade, tudo é projectado para se "extinguir" no curto prazo, horizonte temporal de todo o agir. É, portanto, num assalto de intensidade que os objectos se nos impõem, produzidos que são em série, mas para serem distribuídos e consumidos na pressa que embaraça toda a longevidade. Daí que não baste considerar que nos encontramos em "pleno foco do consumo" (Baudrillard, 1995:20), porque enquanto organização total da vida quotidiana «já não é mesmo um simples consumo, mas um consumo intenso» (Maffesoli, 2001:23) o que descreve o homem actual que quer tudo e imediatamente, «mesmo que esse tudo não seja grande coisa, mesmo que esse tudo, seja ele religioso, cultural, técnico, económico, fique rapidamente obsoleto» (Maffesoli, 2001:23).

Desfrutar dos objectos, que é uma outra maneira de dizer desfrutar do tempo, porquanto o triunfo da sua irreversibilidade «é também a sua metamorfose em *tempo de coisas*» (Debord,

[76] Sobre a importância do *aqui* e do *agora* para a construção social da realidade, dizem Berger e Luckmann: «A realidade da vida quotidiana organiza-se em torno do "aqui" do meu corpo e do "agora" do meu presente. Este "aqui e agora" constituem o objecto principal da minha atenção à realidade da vida quotidiana.» (1986:35). Também Mario Perniola e Michel Maffesoli, numa reflexão estética do quotidiano, tomam o *aqui e agora* como os modos dominantes da sociedade. Diz Perniola que «o importante é o que acontece aqui e agora, e esta possibilidade generativa está implícita em cada momento da vida» (1993:104). Maffesoli, por seu turno, explica em *O Tempo das Tribos* que, se a modernidade se apoiou numa grande obsessão pelo progresso, colocando a ênfase no futuro, hoje a ênfase está colocada no presente: «é preciso viver aqui e agora» (1988b)

1992:142), eis aí o móbil que governa a cultura actual e a orienta para a perda de toda a transcendência, toda a finalidade e todo o objectivo. Dita assim, a vida parece «precária, finita, sempre submetida à inexorável lei da morte de todas as coisas e de cada um» (Maffesoli, 2001:59), sem futuro, fatalmente conduzida por uma espécie de comportamento hipnótico que rege toda a existência. Mas é esta mesma vida que se goza em êxtase, que se vive com avidez e que, experimentando-se como realização breve, celebra o presente como o tempo de todas as coisas.

Sintoma de uma época que "faz tábua rasa do passado" (Chesneaux, 1976), a vivência reificada do presente introduz uma nova distinção que substitui o já dissolvido eixo passado-presente-futuro. Trata-se da distinção entre "tempo diferido" e "tempo real", que, para além de nos recentrar no presente, nos situa novamente na ordem do tempo tecnológico. É mais uma vez Paul Virilio quem explica convenientemente a introdução desta dicotomia. A propósito de crónicas de guerra, escreve ele em *L'écran du desert*: «Uma mutação na nossa relação com o tempo tem vindo a produzir-se; antes nós tínhamos o passado, o presente e o futuro. Hoje a escolha não é mais do que entre um tempo diferido e um tempo real; o homem não vive mais no presente mas na telepresença do mundo.» (1991b:12). Sendo verdade que a Guerra do Golfo, em 1991, marcou uma viragem no que diz respeito a novos imperativos temporais na cobertura de determinados acontecimentos, é na transição do século XX para o século XXI, com a consolidação de pequenos novos aparelhos, como o videofone e o próprio telemóvel, que se confirma a vocação dos *media* para nos fazer conviver em tempo real com a surpresa de cada instante, isto é, para nos fazer estremecer, vibrar, comover, palpitar, enfim, sentir cada passo que renova em permanência o *agora*.

Ora, se o tempo diferido é, ainda que de modo assíncrono, uma forma de "presentificar" os acontecimentos, o tempo real é, por excelência, o modo de os testemunhar na simultaneidade do próprio acontecer. Por força dos directos – especialmente dos televisivos, porque dão a ver – o tempo real é hoje o tempo que, na nossa época, regula ligações, uma vez

que, na ausência de uma projecção futura, é ele que nos transporta para a fruição de um aqui e de um agora. Diz Mario Perniola que o que importa na pulsão da vida é «a experiência de uma interioridade partilhada aqui e agora (...) que não se preocupa minimamente com o seu futuro» (1993:54). Pois, que são afinal os directos televisivos senão uma experiência desta "interioridade partilhada aqui e agora"? Que são, enfim, os directos televisivos senão um arrebatamento do presente, esse tempo desprovido de interrogações, onde se derrama toda a experiência pela simples necessidade de exibição e de "fazer-se sentir"? Explica Perniola que «o já sentido remete para experiências que já aconteceram, para um sentir por definição pretérito e reificado». Mas a nossa experiência actual é, acima de tudo, uma «experiência do presente, da flagrância do nascimento» (1993:104), que, não sendo origem, é a permanente repetição do "fazer-se sentir". Neste presente tudo aparenta conjugar-se, enfim, para o estreitamento das ligações, para a máxima afecção entre os indivíduos e o corpo que é o conjunto, para «uma compulsão de "ligação", que parece afectar tudo e todos» (Miranda).[77]

Testemunhar tudo em tempo real, assim se apresenta a ânsia pela informação, já de modo nenhum conformada à possibilidade de ir tanto ao fim da rua como ao fim do mundo[78], por ser preciso, não só ir, como estar já lá. Não sendo, pois, apenas uma questão de fronteiras espaciais, o vigor da informação obedece hoje acima de tudo a imperativos temporais. Daí que a capacidade de mobilizar meios para garantir transmissões em directo ou difundir informação actualizada em "linha aberta" seja tão decisiva para os órgãos informativos. Deleuze, leitor de Bergson, assinala que aquilo que é actual é sempre um presente (1985:105), pelo que, na esteira deste princípio, se compreende bem que o presente seja o tempo dos "narradores da actualidade". Na obra que aqui mencionamos, *L'image-temps,* Deleuze sustenta, numa reflexão acerca do cinema, que o movimento não é mais do que a consequência de uma apresentação

[77] José Bragança de Miranda, Texto de apresentação da disciplina de Mestrado "Cibercultura: Crítica do Eros Tecnológico", leccionada no ano lectivo 2005/2006, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa. Em linha [http://pwp.netcabo.pt/jbmiranda/Mestrd_06.htm]

[78] Usamos aqui uma expressão própria de um slogan da rádio portuguesa TSF, pela sua adequação àquilo que poderíamos definir com uma preocupação com a informação de âmbito global.

directa do tempo, embora seja inexacto considerar a imagem cinematográfica como estando por natureza no presente (1985:138). É que, tomando por referência as teses bergsonianas sobre o tempo, Deleuze explica que «é preciso que a imagem seja presente e passado, ainda presente e já passado, ao mesmo tempo», porque «o passado não sucede ao presente que ele não é mais, ele coexiste com o presente que ele foi» (1985:106). Também se poderia dizer, como o faz Deleuze, num capítulo em que explora "pontas de presente e retalhos de passado", que há um tempo interior ao acontecimento que é feito da simultaneidade de três presentes implicados, aqueles de que falava Santo Agostinho – o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro (ver nota de rodapé número 47, página 37). Esta irredutível circunscrição ao presente – ainda que alguns (como Robbe-Grillet a quem se refere Deleuze) insistam que por relação ao passado e ao futuro – é, provavelmente desde sempre, a marca distintiva do discurso jornalístico, ao qual o passado e o futuro próximos apenas acrescentam uma contextualização.

Ocupada em parte com a questão dos critérios de noticiabilidade, a "sociologia das notícias" também tem contribuído para o reconhecimento do tempo como um factor de primeira linha na definição do que é notícia. Em 1965, um estudo empreendido por Johan Galtung e Marie Holmboe Ruge a propósito da estrutura das notícias estrangeiras identificava precisamente o momento do acontecimento como um dos critérios considerados pelo *gatekeeper* para decidir acerca da possibilidade de uma ocorrência ser noticiada. À proximidade física junta-se, portanto, o valor da "última hora", isto é, a proximidade temporal como um valor que, entre outros[79], contribui para aquilo que, no âmbito dos estudos desenvolvidos a partir da década de 1950 sobre os produtores e os processos noticiosos, ficou conhecido como a lógica do *newsmaking*. A

[79] Publicado no Journal of Peace Research, este estudo das autoras identificava nove critérios ou valores/notícia: 1) o momento do acontecimento; 2) a intensidade da ocorrência; 3) a clareza; 4) a proximidade; 5) a consonância com expectativas e preconceitos existentes; 6) a surpresa; 7) a continuidade; 8) a composição, isto é, a articulação do acontecimento com o resto da actualidade e com o conjunto da produção do órgão informativo; e 9) os valores sócio-culturais. De acordo com Galtung e Ruge, é na confluência de vários destes critérios, que actuarão, na maior parte dos casos, combinados uns com os outros, que um acontecimento pode efectivamente ser seleccionado para tratamento informativo.

novidade como critério de ordenação e de apresentação está assim no campo informativo para justificar "erupções" noticiosas que interrompem o fluxo das programações de rádios e de televisões, sob o signo da "última hora", ou que tomam a dianteira da linha informativa nos espaços de informação permanente dos formatos digitais. Mas a novidade, entendida como o aparecimento no tempo do que é novo, implica uma abertura da atenção para o modo de funcionamento de outros espaços comunicativos. É que do sonho euforizante dos *media* nasceram também as salas de conversação *online* e os blogues, umas e outros profundamente marcados pela tirania da novidade, do presente, do agora, do instante, em síntese, desta nova cultura do tempo que busca o dinâmico, a acção e o fluxo. No blogue como no "chat", lê-se sempre o que é mais recente – é isso que mostra o monitor, que «acentua o que de mais recente é colocado, valoriza no seu prime time a actualidade, o último dia, de preferência o dia de hoje, o presente absoluto» (Pacheco Pereira, 2006a[80]). A sublimação do presente tem, por isso, nos blogues uma das suas melhores expressões. Diz o historiador José Pacheco Pereira, num artigo publicado no jornal Público (cf. 2006: "Blogues: a apoteose do presente"), reflectindo sobre a blogosfera, que «nos blogues, a actualização é da natureza do próprio instrumento, dominado pelo presente e atirando com o passado para um "arquivo" que raras vezes é consultado» (*ibidem*). Ao reconhecer o lugar central do presente e a íntima ligação da natureza dos blogues com a acentuação da actualidade, Pacheco Pereira apresenta os termos daquilo que ele próprio chama uma "apoteose do presente", isto é, «uma menorização do passado e uma inexistência do futuro». Apesar de estarmos perante uma experiência nova, não se pode dizer que ela não esteja articulada com um universo bem mais vasto de transformações. No texto a que nos referimos, Pacheco Pereira também explica que esta ênfase presentista deriva da modernização dos instrumentos de comunicação. Sugere pois que «este desequilíbrio dos tempos é coerente com alguns dos efeitos da passagem do mundo comunicacional tradicional, da leitura, do silêncio, da lentidão, da memória, para a velocidade do que é "moderno", para um

[80] PACHECO PEREIRA, José (2006a) – "Blogues: a apoteose do presente" – in jornal Público, edição de 15 de Junho

mundo constituído por imagens rápidas, prazer instantâneo e ilusão de simultaneidade» (*ibidem*). Funcionando numa lógica de consulta constante, diária em boa parte dos casos, os blogues arrastam para o discurso o tom da fala breve e imediata. É por isso que também a leitura é distinta daquela a que os livros e os jornais nos haviam habituado. No lugar do papel está antes, como anota o historiador, «um ecrã que se comporta como um rolo de papel que se desdobra entre o presente e o passado» (*ibidem*). Por conseguinte, se o papel é guardião do tempo e carrega em si a gravidade histórica do que nele é fixado, impondo-nos a sua própria textura, o ecrã, por seu lado, rege-se não pela guarda mas pela vivência a-histórica do que exibe a cada momento.

Desde o início da era da rádio e da televisão, mas sobretudo a partir da era digital propriamente dita, o presente converteu-se numa espécie de autoridade que organiza o modo como gerimos o tempo, marcando a hora a que alguns acontecimentos devem ocorrer. No regime do presente, a visibilidade do acontecimento depende, por isso, da conquista do tempo real, constatação que está na base da programação de conferências de imprensa, discursos políticos e manifestações para a hora dos telejornais. É aí, no directo, na "espessura do presente" que o acontecimento força a participação colectiva para "afirmar a existência" (Maffesoli, 2001). Mas esta avidez pelo presente, que apela a um género de comunhão, ao "ser-em-conjunto" – que «não é senão uma forma profana de religião» (Maffesoli, 1988:240) – incorpora uma resistência a toda a planificação da vida, à imposição da ordem social. Há, com efeito, nesta proximidade com o presente algo que mantém uma ligação estreita à "sociologia das circunstâncias" pretendida por Goffman (1974), para compreender as acções dos sujeitos em situação de interacção social. Feita da banalidade de todos os dias, esta sociologia toma como certo que toda a interacção humana repousa sobre disposições de visibilidade, o que será o mesmo que dizer que é no presente que se celebram os ritos de que procede o "sentimento trágico da vida" (Maffesoli), qual «consciência do facto que todas as situações, todas as atitudes se esgotam no momento da sua efectuação» (Maffesoli, 1979:127). Fazendo o elogio do

presentismo, grande parte da obra de Maffesoli consagra a socialidade ao presente, trama irrigada pelo insignificante e pelo banal, pela aparência e pelas imagens, signos do espectáculo de que se ocupou Guy Debord (1992). Refúgio da falência dos valores modernos de unidade e progresso, o presente é tomado em Maffesoli como eixo de expressão de pulsões orgiásticas que emergem para mostrar que o homem é um "ser-conjunto" e que a continuidade da sua existência é feita de momentos particulares «que escapam pela sua precariedade à lógica determinante» (1979:110). Da acentuação desta diversidade dos momentos vividos e da heterogeneidade da experiência do colectivo, que é sempre uma experiência *aqui e agora*, decorre também a aceitação do politeísmo como um dos caracteres dos tempos pós-modernos que chegam a parecer-se com os tempos pré-modernos, na medida em que à preocupação com o tempo que vem se contrapõe o gozo do instante, que se acomoda ao mundo tal qual ele é.

É também, como sugeríamos antes, para a acomodação aos acontecimentos tal qual eles se apresentam que nos convidam os *media*, servidores da vontade dos directos e do em linha permanente, como se houvesse ou devesse haver uma brecha natural para a ligação ininterrupta ao mundo que pulula na circulação desenfreada de bens, de afectos, de prazeres, de imagens, de emoções, de gigabytes de informação. Mas os acontecimentos de que falamos têm muito daquilo que Daniel Boorstin chamava "imagens fabricadas" (1962) e são, em larga escala, não os acontecimentos que se sucedem natural ou inesperadamente, mas antes "pseudo-eventos", para usarmos um conceito criado por Boorstin num ensaio que escreveu em 1961 sob o título *The image: a guide to pseudo-events in América*. Referindo-se aos acontecimentos programados, Boorstin sintetizava um conjunto de características que, no seu entendimento, definiam os eventos como produtos artificiais. Reflectia ele que, no que concerne a este tipo de acontecimentos, haveria que reconhecer, em primeiro lugar, que não são espontâneos, resultando antes de planificação prévia. Na verdade, seriam acontecimentos produzidos com o intuito de serem objecto de cobertura mediática, portanto, de adquirirem visibilidade, pelo que o êxito destas iniciativas se mediria pela amplitude do tratamento

mediático. Por outro lado, os "pseudo-eventos" teriam a particularidade de não possuírem necessariamente uma relação directa com factos reais, de modo que a sua relevância decorreria simplesmente do facto de terem sido construídos para serem apresentados como tal. Na linha desta síntese, Boorstin aparece-nos, a par de Debord e de Baudrillard, como uma das primeiras críticas sociais ao regime da simulação, do espectáculo e da aparência, tendo sugerido que a ilusão e a fabricação se tinham tornado numa força dominante na sociedade. Considerando que a sociedade está entregue à velocidade, ao movimento, às imagens que se sucedem, Baudrillard via aí «o triunfo do efeito sobre a causa, da instantaneidade sobre a profundidade do tempo, o triunfo da superfície e da pura objectificação sobre a profundidade do desejo» (1986:11). Também Vattimo tem algo a dizer sobre a ameaça de irrealidade que Boorstin dizia estar a infiltrar o autêntico com o artificial: ao verificar que o mundo dos objectos medidos e manipulados pela ciência-técnica, "o mundo do real segundo a metafísica" se converteu no mundo das mercadorias, das imagens, no mundo fantasmático dos mass media, Vattimo sugere que o caminho que se abre é o de «um ideal de emancipação em cuja base mesma estão a oscilação, a pluralidade e, em definitivo, a erosão do próprio "princípio de realidade"» (1992:82).

Insistir no presente enquanto tempo que nos convém, como o faz a análise sociológica de Maffesoli sobre a pós-modernidade, é aquilo para que parece convergir a sociedade dos *media*, numa invocação incessante da transparência da vida. Mas esta experiência estética, que nos faz viver outros mundos possíveis, mostra também a todo o momento «a contingência, relatividade, e não definitividade, do mundo "real" a que nos circunscrevemos» (Vattimo, 1992: 86)

4. Da emancipação do presente ao fim da história

Na apologia pelo presente está prescrita a degradação do tempo, ou da tríade temporal passado-presente-futuro. Há, pois, um corte diacrónico-histórico que desvincula todo o passado

fundador, em cujo relato deveria inserir-se o agora. Há também uma alienação do futuro e das suas possibilidades como matriz de projecção do agir. Nestas condições, fora de uma rede referencial de localizações, decifrar o que se passa implica remeter sempre e unicamente para o presente. Fora dele não há já onde procurar o sentido das mensagens em que consiste e se dissemina o que se passa.

É a este problema de temporalidade que Lyotard estende a tese de desconstrução pós-moderna (1997), numa linha de pensamento que se coaduna com as reflexões de Baudrillard, Maffesoli e Edgar Morin acerca da decadência do futuro e da construção do presente (1993). Reivindicando a pós-modernidade como a filosofia do não-horizonte, Lyotard dá o mote para uma pergunta pelo futuro. Como tomar o futuro como horizonte aberto se é ainda no presente que o tempo se esgota? Excluído que está o recurso às grandes narrativas (Lyotard, 1989: 121) como eram o cristianismo, o racionalismo do progresso ou o marxismo, é o sentido de movimento da sociedade, a sua coerência e orientação que são postos em causa. Se a história deixa de poder ser concebida como algo por fazer, como um futuro por cumprir, a sociedade deixa de ter um horizonte que guie o agir e lhe abra expectativas. O futuro reduz-se, assim, a uma perpetuação do presente. «Estamos», testemunha Bragança de Miranda, «queiramo-lo ou não, totalmente imersos na actualidade, o passado e o futuro jogam-se cada vez mais na actualidade» (1998:10). É nesta medida que definimos o abatimento da noção de futuro, de tempo final que presidia ao horizonte de emancipação moderna, como signo da crise de modernidade que não é senão uma crise do nosso imaginário temporal.

Mas ao manifestar-se pelo colapso das grandes narrativas, a cultura do nosso tempo perde não só a orientação como também a unidade. Sem direcção histórica, a experiência acaba por se condensar num presente imediato, numa intensidade do presente como signo de reapropriação (Maffesoli, 2001). E sem projecto totalizador, o próprio presente torna-se fugidio ao investir-se de sentidos heterogéneos e fragmentários, sem finalidade pré-determinada. Ora, na ausência de toda a perspectiva teleológica, a experiência social pós-moderna transforma o futuro

num referente vazio de sentido e consequentemente o presente num regime de auto-referencialidade.

Um tempo que vive sem memória e sem horizonte é um tempo sem história, que exulta na mais radical contingência. É isso, enfim, que se pretende quando se diz que estamos num momento posterior à modernidade: dizer que a ideia de história, com os seus corolários, a noção de progresso e a de superação – aquilo que «mais especificamente caracteriza o ponto de vista da modernidade» (Vattimo, 1987:9) – está em crise. Em sintonia com Lyotard, Vattimo examina a condição pós-moderna como a experiência de um fim, de que o fim da história será a expressão maior. Com efeito, para Vattimo, a modernidade «acaba quando – por múltiplas razões – deixa de ser possível falar da história como algo unitário» (1992:75). Mas a passagem do moderno ao pós-moderno, que compreende a passagem do pensamento forte ao pensamento débil, não tem em Vattimo um sentido pejorativo, porque, sendo unitário e absoluto, fundado em categorias de certeza, o pensamento forte é, para o filósofo, ilusório. Ao contrário de Lyotard, e profundamente inspirado em Nietzsche, Vattimo faz mesmo a apologia do niilismo como destino (1987). E se o niilismo deve ser assumido como a nossa única possibilidade, ao homem pós-moderno não resta senão existir sem garantias, sem certezas absolutas, sem verdades estáveis, imerso todavia num mundo de culturas plurais. Também, de algum modo, Vattimo faz assim o elogio do politeísmo identificado por Maffesoli como um traço dominante da cultura actual. Assumindo a declaração nietzschiana da morte de Deus, Vattimo propõe uma nova forma de emancipação baseada na multiplicidade de estilos, de deuses, de valores. O mérito da sociedade dos *media* consiste, pois, para o autor italiano, no facto de nos colocar «num mundo menos unitário, menos certo, e portanto, também menos tranquilizador que o do mito» (1992:119).

A leitura que Vattimo faz da cultura pós-moderna tem o tom conformado ou até mesmo optimista de quem encara a "fabulação do mundo" como uma experiência de verdade marcada pela simbiose entre ficção e realidade e, nessa medida, não se inscreve no âmbito da crítica

apocalíptica do caos aparente em que se transformou a cultura pós-moderna. Com efeito, onde esta crítica vê empobrecimento da experiência[81], fragilidade e desorientação, Vattimo vê as virtudes do pluralismo, do diálogo e da diferença. É certo que, em Vattimo, a tese da dês-historicização da experiência (Vattimo, 1987:15) não reflecte o tom desalentado a que chegará a soar todo este capítulo, porque ela assenta na possibilidade de superação da ética pela estética da tolerância e da convivência com a multiculturalidade. Em definitivo, «não há uma história única (...) e é ilusório pensar que haja um ponto de vista supremo, compreensivo, capaz de unificar todos os restantes» (1992:76); a única certeza parece ser, enfim, a da finitude da existência, cuja realidade coincidirá com a multiplicação generalizada de *Weltanschauunger*, pontos de vista do mundo, potenciados em larga escala pelos *media* que se converteram justamente em componentes desta explosão de sentidos (*ib.*:79).

Sendo um dos mais conhecidos entusiastas do fim da história, Vattimo acolhe bem a dissolução da universalidade, o termo de toda a pretensão totalitária, em favor dos múltiplos presentes narrados pelos *media,* apesar de estes conferirem «a todos os conteúdos que difundem um peculiar carácter de precariedade e superficialidade» (*ib.*:150). Este carácter, que coincide com a experiência do fluxo, confere à realidade traços de oscilação, de desenraizamento e de jogo que são traços característicos da experiência estética e, portanto, da arte. Contudo, ao contrário da arte, que, segundo Stiegler, «procura construir uma relação

[81] Sobre o empobrecimento da experiência, diz Agamben que ela já não é algo que nos é dado a fazer, pois, assim como foi privado da sua biografia, o homem contemporâneo foi expropriado da sua experiência (2002). Diz também Walter Benjamin, num ensaio publicado originalmente em alemão, em 1933, e traduzido para português em 2005, que «a cotação da experiência baixou nitidamente» (2005:317), graças ao desmedido desenvolvimento da técnica que «mergulhou os homens numa pobreza totalmente nova» (*ib*:318), a pobreza da experiência. «Não se entende por ela», continua Benjamin, «que os homens aspiram a uma experiência nova. Não: aspiram a libertar-se de toda e qualquer experiência, aspiram a um ambiente no qual possam fazer valer a sua pobreza, exterior e finalmente também interior, a afirmá-la tão claramente e nitidamente que daí saia algo decente» (*ib*:320). Por conseguinte, «tornámo-nos pobres. Peça a peça, fomos largando a herança da humanidade, frequentemente tivemos de deixá-la na casa de penhores por um centésimo do seu valor, para que nos adiantem umas moeditas do "actual". À porta perfila-se a crise económica, por detrás dela uma sombra, a da guerra iminente. (...) Nos seus edifícios, nos seus quadros e nos seus relatos, a humanidade prepara-se para sobreviver, se preciso for, ao desaparecimento da cultura» (*ib*:321).

distinta com o tempo, procura que o tempo da consciência do eu (...) seja sempre diacrónico, instável» (2004:79), a informação, nomeadamente na televisão, «procura sincronizar as consciências, anulá-las como consciências, encerrando-as na modalidade mais pobre que é a da compulsão da repetição» (*ibidem*).

A par do fim da história como projecto de estabilidade, parece haver ainda neste reconhecimento da repetição a necessidade de enunciar um certo retorno à natureza cíclica do tempo. Finda a linearidade do tempo que percepcionávamos na sua ligação ao espaço, são os movimentos circulares, de desterritorialização, e as sucessivas desestabilizações que flúem que nos dão um sentido temporal. Nada há nisto de entusiástico. Uma sociedade desprovida de directriz histórica que lhe sirva de referência converte-se numa engrenagem de auto-reprodução que abandona o presente a uma repetitiva inércia. Dir-se-ia inclusive que o presente é de uma outra natureza que não histórica. É da natureza do movediço, do incerto, do que é fugaz e, por conseguinte, nunca da estabilidade. Talvez seja mesmo esse o desígnio de uma sociedade dominada pela notícia, pelo que nela irrompe a todo o instante. Indiferente à duração, à maturação de uma situação, à elaboração progressiva de um pensamento ou de uma cultura (Chesneaux, 1996), o presente é, como o tempo virtual das novas tecnologias, uma espécie de grau zero da temporalidade. Apesar de ser parte integrante de um *continuum* temporal, de ser uma espécie de brecha entre o passado e o futuro, como o definiria Hannah Arendt (1996), o presente que se consuma em si mesmo deixa de ser transitivo, nada havendo nele que transite para o tempo que vem.

Corrompida que está então a ideia de história, que deve à drástica redução da perspectiva temporal na nossa vida quotidiana a sua falência, tudo o que parece restar é viver plenamente o presente e afirmar a descontinuidade do tempo. Pensar a nossa época no que ela tem de original, diga-se o facto de ela se explicar por uma cultura da urgência, implica, no entanto, interrogar ainda o modo de sobreviver à extinção. É que reconhecer a centralidade do presente não significa que estejamos, ou devamos estar, dispensados de o pensar criticamente.

Para tanto, há uma analítica a fazer, a da actualidade, «enquanto exercício que se reconhece como crítico» (Miranda, 1994:18), que «coloca o pensamento no próprio instante da constituição, no momento em que se realiza, em que hesita, em que escolhe as suas figuras» (*ib*:293). Não se confundindo, como acautela Bragança de Miranda (1994:32-33) com a contemporaneidade nem com o presente, porque «não ocorre no presente, mas contra o presente», a actualidade, que é um «irromper do tempo no estado de coisas existente», ou que é no mesmo sentido o que se coloca em acto, é talvez ainda a única possibilidade de transpor o fim do tempo, o fim da história, o fim, pois, da modernidade. Como veremos adiante, à analítica da actualidade não convém o imperativo ético, mas antes e sempre o político, porque só a destruição política do presente, ou a crítica metapolítica, visa penetrar no coração do tempo e da experiência (Agamben, 1998).

5. Da mediação à imediaticidade

Existem boas razões para juntarmos à "afecção apocalíptica da discursividade moderna" (Miranda, 1994:230) um comentário sobre a crise da mediação. Na verdade, sabemos desde McLuhan que o meio perdeu o seu carácter instrumental; sendo a mensagem propriamente dita, o meio deixa de estar entre nós e o mundo para ser o mundo em si mesmo. Quer isto dizer que no inventário de efeitos proposto por McLuhan em 1967 havia já uma leitura conjectural daquilo que os *media* poderiam fazer com gravidade ao pensamento e à nossa relação com os acontecimentos. Atribuíamos atrás (ver ponto 2 deste capítulo) à rádio e especialmente à televisão a base de definição de um novo modo de sentir o tempo. Reafirmamo-lo, porque a temporalidade específica destes meios, e logo depois da Internet também com mais força ainda, infligiu uma espécie de intermitência que não se aparelha com o vagar da palavra fixada pela escrita. Revela Chesneaux que «a televisão impôs uma temporalidade autónoma desatada em clips e em mensagens que se sucedem no ecrã ignorando aquilo que precede e aquilo que se segue» (Chesneaux, 1996:8). Ora, o ritmo destes clips passou a estar também nos textos cada

vez mais breves em que são dissecadas as grandes manchas gráficas das páginas dos jornais. Passou a estar também nos blogues, no "post" que se quer curto, ligeiro, de estreita duração porque condensado no menor número de linhas possível e porque rapidamente se dissipa o interesse por ele despertado. «O "post curto"», repara Pacheco Pereira[82], «gera uma tensão sobre o espaço das palavras, acentua a utilização estética da frase, em combinação com o título e com outros elementos gráficos» (2006b). Há, pois, no "post" muito daquilo que caracteriza o clip radiofónico ou televisivo; há um desejo de fruição quase estética; há um apelo ao "fazer-se sentir" (Perniola, 1993); há ainda um anseio por um certo automatismo relativamente ao mundo que parece constituir-se como uma espécie de bloco "ultra-denso" (Miranda, 1999).

Mas o que há de mais desconcertante é o desejo de imediaticidade, de nos fazermos coincidir com a realidade sem outra mediação que aquela que se impõe para estender os nossos sentidos. Ao invés de criarem distância crítica, reflexiva, compreensiva relativamente à realidade, os *media* subtraem toda a diferença entre o tempo do acontecimento e o tempo da sua apreensão. Este ímpeto pelo imediato não é só corolário da velocidade que atingiu todos os sectores da vida social; é antes da própria natureza dos meios – serem, não apenas velozes, mas sobretudo transparentes para com a realidade, eis pois o desígnio dos *media* numa época que Bragança de Miranda (2002a) definiu como a era das ligações. É por esta razão que a hipótese de o campo dos *media* ser entendido no âmbito de funções de mediação de ordem simbólica se apresenta mais como um obstáculo do que como um contributo para a problematização da actividade mediática. É que do jornalismo ao entretenimento, os paradigmas estão a mudar, acima de tudo em função de uma espécie de pele tecnológica responsável pela disfunção relativamente ao tempo e ao espaço de que temos vindo a ocupar-nos. Na verdade, o arquétipo de mediação que referencialmente caracterizava a actividade mediática está a dar lugar a um modelo organizado em torno de um princípio de imediaticidade, fonte de parte dos equívocos anotados hoje nomeadamente à televisão. «O fascínio actual com o "directo", com a

[82] PACHECO PEREIRA, José (2006b) – "Os blogues antes dos blogues" – in jornal Público, edição de 22 de Junho

"instantaneidade", o "tempo real"», observa Bragança de Miranda, «são tudo maneiras de realização do imediato» (1999:294). Praticamente coincidindo com o tempo da realidade, o timing dos directos enfatiza a tese de que o "meio" e a mediação deram lugar ao "imediato". Considerando que «a medialidade, enquanto movimento, circulação, passagens, foi sempre reprimida», o autor constata que «o desejo que alimenta a metafísica (...) é o da instantaneidade» (*ib*:296). Ora, partilhando deste anseio pelo instantâneo, o jornalismo, particularmente o jornalismo televisivo, entrega-se à ideologia da imediaticidade, acarretando aquilo que Bragança de Miranda chama «o fim da "representação", e em geral, de toda a distância, sentida sempre como obstáculo à comunicação instantânea e imediata» (*ib*:295).

É sempre à perspectiva de um fim que voltamos quando interrogamos as condições pós-modernas. Com a imposição do "imediato", é diante da perspectiva do fim da representação e do fim da mediação que nos colocamos. No ensaio em que Bragança de Miranda interroga o fim da mediação (1999) e que tomamos por referência neste ponto, verifica-se que «o desejo de imediaticidade, que parece assumir positivamente o fim da mediação e todo o instrumental que nela operava, abre uma crise com que sai abalada a experiência humana» (297). Esta crise aberta por uma questão de temporalidade, ou melhor, de suspensão da historicidade, está a ocorrer a par da crise de espacialidade aberta pela supressão de todo o tipo de fronteiras. Do mesmo modo que opera no sentido da convergência para uma espécie de espaço único, a tecnologia também tem conduzido à instauração de um tempo único ou de um tempo mundial, que, de acordo com Virilio (1995), prefigura uma nova forma de tirania. Tudo se joga na perspectiva do tempo real que é um tempo único. «Pela primeira vez», repara Virilio, «a história vai jogar-se num tempo único: o tempo mundial» (1995), daí que perca a sua riqueza que decorria da existência de tempos locais, espacialmente delimitados.

Ao dizer que a nossa história se vai jogar num tempo mundializado pela instantaneidade, Virilio assume uma espécie de fatalidade incontornável, concretizada na metáfora da "bomba informática". Pois que é a nossa relação com o tempo real, tempo mundial nunca antes visto, se

não uma relação explosiva de informação? Ter o imediato como horizonte tem apenas este sentido: acolher o "acanhamento do tempo", que é em certa medida o mesmo que dizer acolher o "acanhamento" do pensamento reflexivo. Com o enfraquecimento da mediação, de que os directos radiofónicos e televisivos são a demonstração de evidência[83], toda a prioridade vai para a ligação – a ligação ao que acontece, que só pode estabelecer-se livremente se houver superação de todo o diferencial de tempo. É por este imperativo que todo o esforço da técnica converge para aquilo que Bragança de Miranda identifica como o fim de uma certa definição de instrumentalidade que denomina de "razão medial" (*ib*:294) e que se desenvolveria no controlo do mundo e dos acontecimentos. Se a mediação é, como parece neste entendimento, uma forma de controlo do mundo e dos acontecimentos, então aquilo a que ela dá lugar é à desorientação, fenómeno novo diante do qual nos encontramos, examina Virilio (1995). Mas Bragança de Miranda insiste que a imediaticidade é algo ilusória e que é um logro afirmar o fim da mediação. Considera antes que «a técnica, na sua versão digital, se apresenta como uma espécie de mediadora universal, capaz de absorver todas as formas de mediação anteriores» (*ib*:308). Ainda assim, como esta técnica de versão digital visa sobretudo a ligação directa, instantânea e imediata, parece-nos fazer sentido falar, senão do fim, pelo menos de uma certa anemia da mediação. É que a mediação não condiz com o real. A mediação é do domínio da representação e, portanto, torna presente algo ausente. A imediação, pelo contrário, é do regime do presente, do real, do "a-acontecer" e, por isso, à representação sobrepõe a apresentação. E se a técnica opera no sentido de nos ligar em permanência ao tempo real, então pouco haverá já nela de mediação.

[83] Em Setembro de 2001, a propósito dos atentados terroristas às Torres Gémeas, Joaquim Fidalgo, então provedor dos Leitores do jornal "Público" referia-se, a propósito do directo televisivo e do domínio dos ecrãs na cobertura dos acontecimentos, ao enfraquecimento do trabalho mediador dos jornalistas: «Assim, com os acontecimentos a desenrolarem-se minuto a minuto frente aos nossos olhos, o trabalho jornalístico de mediação com os espectadores torna-se menos visível, por vezes até totalmente silencioso, embora decisivo na escolha do que se mostra...» (Fidalgo, 2001)

É verdade que aos *media* sempre falhou a mediação propriamente dita, porque a distância temporal que os liga aos acontecimentos sempre foi demasiado estreita. Contudo, dadas as condições actuais, em que o tempo da história se torna tempo real e o espaço se torna telepresença ou presença absoluta (Miranda, 1999), dir-se-ia que o imediato domina toda a experiência comunicativa e é, contrariamente a muitos dos entusiasmos actuais, factor de crise, isto é, agente de uma interrogação sobre o lugar do *logos* com que, desde a filosofia grega, se identificava o humano.

3

A tecnologização das emoções

«Se o outro sofre de alucinações, se teme ficar louco, eu próprio deveria alucinar-me, eu próprio deveria ficar louco. Ora, qualquer que seja a força do amor, isso não se verifica: fico comovido, angustiado, pois é horrível ver sofrer quem se ama, mas, ao mesmo tempo, fico seco, estanque. A minha identificação é imperfeita: sou uma Mãe (o outro inquieta-me), mas uma Mãe insuficiente: agito-me demasiado, na razão igual da profunda reserva em que, de facto, me encontro. Pois, ao mesmo tempo que me identifico "sinceramente" com a infelicidade do outro, o que leio nessa infelicidade é que ela existe sem mim *e que, sendo infeliz por si próprio, o outro me abandona: se ele sofre porque não significo nada para ele: o seu sofrimento anula-me na medida em que existe fora de mim próprio.»*
Roland Barthes, "Dói-me o outro", 1995:80-81

1. Da sedução e de uma pele tecnológica

Depois do *homo sapiens* e do *homo videns*, pode dizer-se que a nossa época fabrica retalho a retalho um novo ser, o *homo sensibilis*, homem de afectos, de sensações, de desejos e de paixões. «Não será que, depois do *homo politicus* e do *homo economicus*», interpela Maffesoli «não nos confrontamos com o surgimento de um *homo aestheticus*?» (Maffesoli, 1988a:246). O que o sociólogo pretende nesta interrogação é reconhecer que a nossa civilização se define por uma cultura do sentimento que é, segundo diz, a consequência da atracção. «As pessoas

agregam-se», explica ainda, «segundo as ocorrências ou os desejos. É uma espécie de acaso colectivo que prevalece.» (*ib*:244). Quando, em 1979, Baudrillard publicou *De la séduction,* havia nele já a intuição de que o sentimento dominava de algum modo a socialidade, determinada pela consumação de prazeres imediatos. Explicava então que «somos a cultura da ejaculação precoce. Cada vez mais, qualquer sedução, qualquer forma de sedução, que é um processo altamente *ritualizado*, apaga-se por trás do imperativo sexual *naturalizado*, por trás da realização imediata e imperativa de um desejo» (1992:47). Especialmente nisso, no facto de se dissolver nesta realização imediata, a sedução é bem a expressão do nosso tempo. Ela é da ordem dos objectos e da simulação, da ilusão e da aparência. Como observávamos no primeiro capítulo, a sedução não é da ordem do real, porque no regime da simulação e da aparência o real é, também o diz Baudrillard, o lugar do desencantamento. Ora, a sedução é cúmplice do encantamento e por isso joga-se no «desprendimento do real através do próprio excesso das aparências do real» (*ib*:73). Com efeito, em *De la séduction*, o autor esboça já uma das suas teses fundamentais, a de que os objectos traçam uma semelhança alegórica do real consigo mesmo, ferindo-o de uma certa irrealidade. Por conseguinte, torna-se irreprimível a ideia de que «seduzir é morrer como realidade e produzir-se como engano. É ser presa do seu próprio engano e mover-se num mundo encantado» (*ib*:79-80).

Em boa verdade, a sedução está, no mundo pós-moderno, em toda a linha: está na moda, está na publicidade, está no discurso político que se quer persuasivo como o publicitário, está na aparência dos objectos de consumo e está a todos os níveis nas relações interpessoais. Mas o que há de verdadeiramente espantoso na sedução é o seu encontro com a técnica. Como a técnica mobiliza para a ligação (Cruz, 2002: 38), a técnica tem também hoje algo de sedutor. Ela é maquinadora de paixões. «Tal como há uma tecnologia da sensibilidade», propõe Teresa Cruz, «há também uma tecnologia dos afectos que, aliás, se alia a ela, como no cinema ou na televisão, para dirigir com precisão o olhar, a escuta e, ainda, os estremecimentos de emoção, de terror, de indignação, de compaixão, etc...» (*ib*: 37). Há nesta abordagem da sedução da

técnica e pela técnica um abandono da subjectividade e uma animação do inorgânico, que se torna cada vez mais sedutor, como se pudéssemos dizer, usando uma expressão original em Perniola, que a tecnologia se enche de *sex-appeal*. É uma excitação nova que deriva da quase fusão entre a máquina e os corpos[84], uma excitação porém abstracta que dá entrada a um tipo de sentir neutro ou impessoal. Nas palavras de Pacheco Pereira, diríamos que os aparelhos se estão a colar ao nosso corpo, a biologizar-se[85], a dominar os nossos sentidos, diminuindo a capacidade de mediação. Estarão, no fundo, a sentir por nós e é isso que torna o sentir impessoal. A própria figura imaginária do *cyborg*, que corporiza a hibridez do bio e da técnica, é uma espécie de corpo sem carne – porque a carne significa algo de corruptível, caduco, temporal (Perniola, 2004) – mas alma com emoção. O *cyborg* expõe a visão do mundo que vem como o mundo das máquinas, uma visão que tem de mais inquietante o facto de vermos nestas máquinas «uma possibilidade, uma viabilidade de nós mesmos» (Cruz, 2000: 139).

Parecerá estranho que falemos da figura do *cyborg* quando o objecto do nosso trabalho é a experiência comunicativa em termos amplos e a experiência jornalística em termos mais específicos. Mas a verdade é que há nas nossas relações comunicativas e nos fluxos informativos que atravessamos um travejamento tecnológico que nos realiza como seres humanos intimamente conectados a máquinas. Sorrir, franzir o sobrolho, exprimir espanto, chorar são hoje gestos tecnologizados, fixados que estão nos signos de um código cibernético

[84] Considerado por alguma crítica um filósofo do corpo, o cinematógrafo David Cronenberg conseguiu realizar no filme *eXistenZ* uma imagem muito intrigante da hipotética fusão do corpo com a máquina. Neste filme, Cronenberg imaginou um jogo cuja "consola" é uma espécie de matéria biológica que se liga, por uma bio-porta, através de um quase cordão umbilical, à espinal-medula do jogador. Sinal dos tempos, como diz a dado passo a protagonista do filme, Allegra Geller, este jogo revela uma nova erótica que se desenvolve entre a máquina e o indivíduo. A máquina tem vida, adoece, porque está afinal ligada ao nosso corpo, e o indivíduo interage com a máquina, sentindo o que a máquina lhe sugere. E a máquina que é a consola deste jogo, do *eXistenZ*, propõe uma viagem vertiginosa, ao mesmo tempo dentro e fora da realidade. Com esta simbiose entre o maquínico e o humano, entre o inorgânico e o orgânico, há um enigma que fica sempre por resolver, como bem o insinua, no final do filme, esta ficção de Cronenberg: quando é que se está ou não em jogo? Quando é que se está ou não na realidade? E onde é que se está, quando não se está na realidade, se o jogo e a vida parecem confundir-se ou convergir um para o outro?

[85] A "biologização dos *devices*" é uma expressão cara ao historiador que em vários momentos se tem referido à colagem dos *devices* ao nosso corpo, à nossa casa, bem como à diminuição da distância física entre nós e as vozes que nos chegam de fora.

que aparelha as nossas comunicações através de SMS's e de softwares de conversação onde o inorgânico é que se torna *desejante*. A emoção que a realidade desperta hoje em nós, que o curso da vida, da flagrância do nascimento à agonia da morte, nos incita a sentir, é estimulada por feixes electrónicos de luz que atravessam ecrãs e por sons editados por sintetizadores. A condição para que a realidade se *faça sentir* é esta: que o olho que a examina seja o de um homem potenciado e aperfeiçoado, qual *cyborg* (Perniola, 2004), capaz de aceder ao real que está aí, sempre disponibilizado pelos sentidos das máquinas (vídeo-câmaras, microfones...) – portanto, apenas sob a aparência de si mesmo – e de nele se entrosar completamente seduzido pela erótica *mass-mediática.*

Derrick de Kerckhove, provavelmente um dos mais importantes e fiéis seguidores de Marshall McLuhan, subinha num livro intitulado *A Pele da Cultura* que os media electrónicos são extensões, não apenas do sistema nervoso humano, mas também da sua psicologia. Desenvolvendo uma visão apocalíptica, Kerckhove prevê nesta "investigação sobre a nova realidade electrónica" (1997) que a transformação do social pelas inovações tecnológicas possa conduzir a humanidade à fragmentação ou para uma ainda maior globalização. Ele teme mesmo que a tecnologia controle as nossas vidas. Estando certo de que a Internet é um embrião de um cérebro colectivo, o autor advoga ainda que as máquinas já estão a falar connosco. As máquinas electrónicas reconhecem-nos e podem antecipar os nossos desejos.

Kerckhove é um dos mais emblemáticos anunciadores da transformação dos indivíduos numa forma *cyborg*. Para ele, «à medida que a tecnologia estende uma das nossas faculdades e transcende as nossas limitações físicas, nós desejamos adquirir as melhores extensões do nosso corpo» (1997:31-32). E concebendo as psicotecnologias como o termo pelo qual define o poder das tecnologias para amplificar a nossa mente, ele sustenta que as novas tecnologias (videoconferências, videofones...) prolongam as propriedades de envio e recepção da mente, penetrando e modificando as nossas consciências (*ib*:34).

A surpresa com que a era digital nos terá aguardado está já aí, concretizada na tecnologização de toda a nossa experiência, inclusive das nossas mais humanas emoções. Longe de nos referirmos apenas ao campo dos jogos, ao entretenimento ou às relações interpessoais, é no jornalismo, como experiência da actualidade e como experiência de aparelhamento das nossas emoções que fixamos o nosso olhar. Com especial propensão para o desenvolvimento de uma racionalidade emotiva, os *media* em geral e o jornalismo em particular projectam-nos hoje para a exploração sensível do mundo, uma exploração que não leva já o *logos*, o *ethos* e o *pathos*, mas quase exclusivamente o *pathos*, a emoção.

2. A televisão, mercadora de emoções

Concentrando nela a imagem do espectáculo, «como organização social presente da paralisia da história e da memória» (Debord, 1992:156), a televisão apareceu em meados do século XX como símbolo do consumo e, como tal, como meio de "produção acelerada de relação" (Baudrillard, 1995:182). Nestas circunstâncias, a televisão situa-se no plano mais íntimo da afirmação da aparência. E mais do que isso, ela inscreve-se prioritariamente no universo das emoções (Prats, 1997). Que os signos visuais e sonoros provocam uma forte estimulação sensorial, parece mais ou menos certo. Esse é desde sempre o intuito da música e da pintura, com as quais a televisão tem pelo menos esta afinidade: o facto de se constituir como uma actividade destinada à fruição. Embora não tendo a gratuitidade da arte nem a sua expressividade individual, a televisão gere igualmente um jogo de transferência de sentidos emotivos. Do entretenimento à informação, o meio televisivo é prioritariamente vocacionado para a sensorialidade. Propensa ao elogio da razão sensível (Maffesoli, 1996), a televisão concretiza mesmo uma espécie de desejo de encarnação (Perniola, 2004) do sentimento do outro. Dir-se-ia que ela prolonga, mais do que qualquer outro meio, os nossos sentidos, promovendo uma extensão tecnológica da nossa própria pele. Estão nela a audição e a visão e quase estão o

gosto, o tacto e o olfacto. Nela se sintetiza por isso uma experiência do real, que quer dizer uma experiência do acontecimento quase em acto.

Em 1994, um intenso debate sobre o lugar da violência nos *media* fez muitos críticos gritarem contra a televisão. Discutia-se, então, a necessidade de as televisões moderarem as cenas potencialmente violentas, exibidas em filmes, desenhos animados e mesmo em reportagens informativas[86]. Temia-se, como alguns estudos científicos tentaram provar, que o visionamento da violência incitaria comportamentos igualmente violentos. Mas o que este argumento contra a exibição de conteúdos de carácter violento encerra de verdade é o reconhecimento da capacidade da televisão para *tocar o sentimento*. Chegaram a compará-la, por isso, à Caixa de Pandora, a caixa que, segundo a mitologia grega, a primeira mulher, Pandora, abriu, abatendo assim, sobre toda a humanidade, os males nela contidos. O que há nisto de curioso é que, na realidade como no mito, a sedução é a origem da crise. Diz o mito que Pandora seduz Epmeteu, guardião da caixa, que lhe pede que retire as gralhas que a protegem, dizendo-se amedrontada com os animais, e que o envolve num episódio de amor a seguir ao qual Epmeteu cai em sono profundo. Aproveitando este repouso de Epmeteu, Pandora cumpre a vontade dos deuses de castigar os homens que tinham começado a devastar a terra,

[86] O debate em torno desta questão foi de tal forma intenso em Portugal que chegou a ser bandeira da actividade política. Em Novembro de 1994, por exemplo, Marques Mendes, do Partido Social Democrata, pede aos três canais televisivos – RTP, SIC e TVI – para que constituam um pacto de conduta com vista à auto-regulação e à moderação da violência nas imagens emitidas. Este acordo virá a ser assinado em Julho do ano seguinte, compreendendo a utilização de sinalética para identificar nos ecrãs os programas ditos violentos. Pouco antes, em Maio de 1995, o Partido Popular defende a realização de um estudo com vista à introdução de um V-chip como forma de controlar o grau de violência visionado a partir dos televisores. Nos EUA, este dispositivo passa a ser obrigatório para os aparelhos colocados no mercado. Por outro lado, também os telespectadores se organizam para reflectir e fazer propostas no que concerne ao fenómeno da violência televisiva. Em 1995, noticia-se mesmo a entrega ao governo e aos operadores de televisão de um documento com recomendações para prevenir a violência. Também ao nível internacional, a questão da violência na TV se repercutiu em medidas concretas tomadas entre 1995 e 1996: na Suécia, os canais televisivos assinam um pacto de conduta por forma a garantir que não exibem violência antes das 21h00. Em Itália, o presidente da República escreve ao primeiro-ministro preocupado com a degradação das emissões televisivas. Em Inglaterra, o governo desenvolve uma campanha de sensibilização para que se diminua a violência transmitida pela televisão. Finalmente, em França, os canais de emissão hertziana adoptam, em Novembro de 1996, um código de sinalética para identificação de programas com cenas de sexo e de violência.

derramando sobre eles o conteúdo maligno da caixa que Prometeu encomendara ao irmão[87]. Com todo o *sex appeal*, a televisão, dir-se-ia, também nos seduz, também nos adormece, para finalmente nos contagiar com o que parecem ser os males pós-modernos: não a mentira, mas a ilusão; não as doenças, antes a melancolia; não a inveja, antes a insatisfação; não a velhice, mas sim a caducidade da história; não a guerra e a morte, talvez a apatia e o empobrecimento da experiência.

Os laços que unem a televisão à crise da modernidade não decorrem de uma simples convergência de circunstâncias. Eles são, pelo contrário, de uma ordem mais profunda que tem a ver com o aparelhamento técnico da imagem, modo pelo qual ela se reveste de autotelia, de um carácter de «medialidade pura e sem fim» (Agamben, 1995:129). Estes laços, que resultam ainda da fragilidade da história como projecto de sustentação do agir, reforçam também a falência de um certa atitude reflexiva que é incompatível com a projecção elogiosa da atitude sensitiva.

Com efeito, seduzindo-nos com espectáculos de realidade, que é por certo o que são os *reality shows*, a televisão conduz-nos a todo o momento para a exploração da realidade emotiva. Em estilo tragicómico, o que hoje estes *reality shows* nos propõem é então a libertação e a exibição do sentir. Veja-se o que é o ideal de transparência, da vida em directo, encenada no "Big Brother", ou o que é a tentativa de exposição absoluta da vida íntima, fingida em "Fiel ou Infiel", ou ainda a manifestação da aberração promovida por programas como "Senhora Dona Lady" e "O meu odioso e inacreditável noivo", a que acresce a vulgarização de ambientes – o rural, com a "Quinta das Celebridades" e o militar, com "Primeira Companhia"[88].

---

[87] Também no mito judaico-cristão da criação do mundo segundo Adão e Eva a sedução está na origem do mal consignado à humanidade.

[88] Haveria que acrescentar, mais recentemente, no panorama televisivo português, o programa "Canta por mim", um concurso produzido pela TVI, que tem de intrigante, não o facto de convidar figuras públicas para cantar, mas o detalhe de lhes efectuar este pedido a propósito de casos de carência social que a prestação de cada figura pública patrocinaria em caso de vitória no concurso. Se a SIC liderou este tipo de programação na segunda metade da década de 90 com programas como "All you need is love" e "Perdoa-me", parece certo que foi a TVI que mais

3. Jornalismo compassivo

Não menos espectaculares, os episódios da vida quotidiana retratados, sobretudo pela informação televisiva, situam-se preferentemente num destes extremos: o da mais entusiasta manifestação de alegria ou vitória e o da mais temível expressão de dor, porque esses são os extremos dos dias grandes – que são sempre os dias da nossa maior glória ou do nosso maior sofrimento. Talvez seja justo, porém, que reconheçamos uma maior propensão dos *media* para os episódios que se situam no plano das emoções negativas e traumáticas. De facto, ao contrário do que sugere o samba de Chico Buarque, a dor da gente parece sair cada vez mais nos jornais. E quem diz nos jornais, diz mais ainda na Rádio e na Televisão. Já em 1899, Gustave Moynier[89] dizia que «as descrições dadas pelos jornalistas dos jornais diários põem, por assim dizer, os que agonizam nos campos de batalha debaixo dos olhos dos leitores [de jornais] e os gritos deles ressoam-lhes nos ouvidos...». Volvidos mais de cem anos, esta agonia e estes gritos não estão apenas sob o nosso olhar ou a nossa atenção auditiva; estão mesmo mais intimamente entranhados na nossa pele e é por isso que a dor alheia se torna num dos conteúdos habituais das mensagens informativas difundidas pelos meios de comunicação social.

A índole globalizante de toda a dor[90], associada às potencialidades ubiquistas das novas tecnologias da comunicação, concedeu à informação sobre catástrofes, naturais e humanas, um lugar de primazia nas agendas mediáticas. «Ser espectador de calamidades que se passam noutro país é», diz Susan Sontag, «uma experiência moderna quintessencial, a oferta cumulativa de mais de século e meio destes turistas profissionais, especializados, a que se chama jornalistas» (Sontag, 2003:25). Mas o que é mais sintomático daquilo que chamamos a

---

investiu neste início de século em *reality shows* de carácter preferentemente emotivo. Veja-se ainda os exemplos de "Pedro, o Milionário" e de "Doutor, preciso de ajuda!"

[89] Primeiro presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, citado por Susan Sontag, em *Olhando o Sofrimento dos Outros* (p.25).

[90] Num texto em que se refere às situações em que a dor é notícia, Cristina Mañero sugere que toda a dor e sofrimento concretos remetem para a dor universal que afecta todos os homens.

"tecnologização das emoções" é que à informação factual se começou a contrapor uma informação de outro âmbito, predominantemente sensitivo. Talvez possamos dizer mesmo que a reportagem jornalística a propósito de situações ou acontecimentos geradores de dor e de trauma social consolidou um novo tipo de informação, uma espécie de "informação sensível".

Ao traçar os contornos de uma "arqueologia do sentir", Mario Perniola (1993) sugere que se alcança um sentir em conjunto no mesmo momento em que se perde o sentir individual. Notamos, na verdade, que o sentir em conjunto é uma outra forma de "ser-em-conjunto" (Maffesoli), isto é, uma forma de ameaça à individuação e um paradoxo de um tempo em que proliferam sobretudo os meios de expressão do sentir individual. Presumir-se-ia que a criação de blogues e de rádios pessoais na Internet, ou que a insistência pela manifestação da opinião pessoal em espaços de debate público (comentários, participações em directo, sistemas de tele-voto...) seriam tudo formas de individuação. Mas em todas elas há um movimento que é o do encontro com o sentir de uma comunidade. E só na medida deste encontro se compreende a dimensão da hipersensibilidade com que acontecimentos marcantes têm sido pontuados pelos *media*. Gerada, sobretudo, a partir dos atentados de 11 de Setembro de 2001 às Torres Gémeas do World Trade Center, esta inclinação pelo lado sensorial circundante aos factos projectou-se como uma prática aceitável, senão mesmo desejável, do jornalismo contemporâneo.

Inversamente proporcional ao decréscimo de informação económica, internacional e política, a inflação de informação a propósito de acontecimentos traumáticos sustenta visivelmente uma tendência que já vários autores anotavam no final dos anos 1990: a de um «aumento do espaço e da importância dedicada à informação local, ao desporto e ao espectáculo», em que «o jornalista abandona o seu lugar de relator dos acontecimentos para se colocar na pele dos que participam nos acontecimentos e viver os seus dramas»[91]. A esta atitude, que segundo Marc Litz, investigador da Universidade de Lovaina, configura uma espécie

[91] Citamos, neste parágrafo, a síntese conclusiva do Curso de Verão do Convento da Arrábida sobre "A emoção no discurso e na estratégia dos *media*" (12 a 16 de Outubro de 1998), elaborada por Carla Baptista, Carlos Camponez, Maria Helena Vieira e Maria José Mata

de "jornalismo compassivo" ("journalisme compassionnel"), corresponde um privilégio da carga emocional da actualidade. Considerando, pois, que a emoção ocupa cada vez mais um lugar importante na vida colectiva, Litz admite que ela adquiriu um peso informativo, reivindicado, nomeadamente por jornalistas que se permitem deixar lugar às suas próprias emoções pessoais no coração da tarefa de informar (Litz, 2001).

Alterando os padrões do jornalismo clássico, os conceitos de proximidade e emoção introduziram novas prioridades relativamente à ordem de apresentação da informação. Para Jean-Louis Missika, sociólogo dos media, «a hierarquia dos acontecimentos é função mais do seu impacto sobre a sensibilidade individual do que da sua importância em termos colectivos». Num texto em que se refere às dificuldades da cobertura televisiva de dramas terríveis (2004), Missika considera que a própria televisão perdeu a noção de equilíbrio que a distanciava da distinção entre "imprensa de sensação" e "imprensa dita séria". A audiência, a concorrência e as circunstâncias são, para o sociólogo, os argumentos que justificam o facto de o relato jornalístico estar cada vez mais centrado numa certa intimidade com o público.

Sinal dos tempos, a maquinação emotiva da informação diz bem o que a tecnologia tem feito nas nossas paisagens interiores ao sentimento: desloca-o, fá-lo viajar, percorrer e explorar o sentimento alheio, subvertendo a lógica que acentuaria o habitar, o morar, o residir[92]. Diante do particular interesse demonstrado pelos *media* relativamente a grandes tragédias, catástrofes naturais, crimes, guerras, massacres e dramas familiares, a experiência que fazemos do mundo acontece cada vez mais «segundo o modo da emoção», um modo de "viver-em-conjunto" emotivo que exprime, diz José Augusto Mourão, «a sentimentalização das sociedades sobre as ruínas do político» (2002:76). Compreender-se-á então que neste modo se identifiquem três

[92] Referindo-se à experiência contemporânea do espaço, Mario Perniola desenvolve esta ideia numa passagem de *O sex appeal do inorgânico*: «Viajar, atravessar, transitar, percorrer, explorar, penetrar: a experiência contemporânea do espaço», diz ele, «configura-se num modelo dinâmico, que lança o sujeito para fora de si no território da sexualidade neutra; (...) São assim subvertidas e postas de parte todas as concepções de espaço que acentuam o habitar, o morar, o residir e que pensam a arquitectura com referência à experiência do interior em relação mais ou menos dialéctica com o exterior.» (2004:76)

níveis de emoção: por um lado, a emoção explorada aos próprios actores da notícia; por outro, a emoção dos jornalistas, que tantas vezes reclamam a impossibilidade de se alhearem da sua condição humana-sentimental; finalmente, a emoção desencadeada no público/audiência. No âmbito do primeiro nível, assiste-se quase invariavelmente a uma exploração dos sentimentos dos intervenientes da acção reportada. Tome-se a cobertura da queda da ponte de Entre-os-Rios (Março de 2001) como exemplo e ver-se-á como o recurso aos depoimentos dos familiares das vítimas redundou, neste caso, como noutros, em peças extremamente emocionadas, comoventes e perturbantes. A opção por ouvir a voz popular ("vox populi") em episódios sobretudo de cariz judicial (como o foram o processo da Casa Pia, iniciado em Novembro de 2002, ou o desaparecimento da menina Joana, no Algarve, no Verão de 2004) corresponde também à manifestação desta vontade de fazer notícia com o que se sente. Ao nível do jornalista, por outro lado, trata-se acima de tudo do comprometimento de uma das características basilares da profissão: a objectividade, havendo mesmo quem arrisque a possibilidade de estarmos perante o fim deste velho cânone do jornalismo[93]. Dir-se-ia que o clássico apelo ao rigor e à exactidão tem dado lugar ao direito ao choque relativamente à trágica amplitude de guerras como a do Afeganistão ou do Iraque e de atentados terroristas da América à Europa. A comoção, o embargo da voz, o recurso a adjectivos de força subjectiva e, em certo sentido, uma colocação estratégica ao lado das vítimas convergem para uma engrenagem emocional desencadeada pela urgência dos directos e concomitante falta de distanciamento dos jornalistas relativamente ao que relatam. No último nível deste processo, a emoção encontra o público suscitando nele também um conjunto de sentimentos gerados pela realidade em si, mas

[93] Num texto publicado na Internet, em Janeiro de 2005 (http://dangillmor.typepad.com/dan_gillmor_on_grassroots/2005/01/the_end_of_obje.html) , Dan Gillmor arrisca a possibilidade de se estar perante o fim da objectividade, definida como um velho cânone do jornalismo. No entanto, considerando a imprescindibilidade de alguns valores e princípios relacionados com este *constructo*, Gillmor propõe a substituição do conceito de objectividade por quatro noções que define como os pilares de um bom jornalismo: eficácia (thoroughness), exactidão (accuracy), imparcialidade (fainess) e transparência (transparency).

igualmente pelo tipo de relato empreendido pelos jornalistas. O coração do público é o lugar por excelência das manifestações de sentimentos de extremos. Só aí se tornam grandes os fenómenos de solidariedade desencadeados pelo jeito intimista de os *media* tratarem as "desventuras alheias". Só aí se tornam também grandes as campanhas de ajuda empreendidas pela televisão, em movimentos que envolvem grandes massas de telespectadores na dor de outros que, de outro modo não seria senão isso – a dor de outros. Na verdade, a exploração da afectividade das audiências, caricaturada na aliança dos próprios meios de comunicação social com causas de solidariedade, tem igualmente eco no próprio alinhamento dos telejornais. Não raras vezes os boletins informativos da televisão se associam à dor, à doença ou à desgraça particular, fazendo directos das casas de famílias e mobilizando autênticas campanhas nacionais de angariação de fundos ou de solução efectiva de problemas vividos de modo dramático. Em todos os casos, os jornalistas colocam-se, de alguma maneira, ao lado da fragilidade momentânea ou permanente daqueles que protagonizam as histórias de vida narradas. À ideia de que os jornalistas são mandatários da liberdade de expressão dos cidadãos (que desenvolvemos na segunda parte deste trabalho) acrescerá justamente o argumento de que deles se espera, de certa maneira, a denúncia do alheamento, da indiferença, da negligência e da corrupção do direito à dignidade individual. No entanto, não esconderá a predilecção por este tipo de temáticas algo de estratégico que associa a uma espécie de altruísmo a intenção de fidelizar audiências.

Junta-se a esta leitura da produção informativa no quotidiano o facto de, à margem das reportagens diárias de guerras, ganharem tempo nobre nas televisões e espaço privilegiado na imprensa escrita, bem como naturalmente expressão no ciberespaço, novos trabalhos que traduzem as reportagens de contexto, de pormenor, sobre comunidades, enfim, de sensibilidades dos repórteres enviados especialmente aos palcos de conflito. A transmissão em directo pelas rádios e pelas televisões e a estratégia de antecipação da imprensa não se esgotam na descrição dos combates, na justa medida em que os cenários, as populações, as

histórias de vida passaram a fazer parte do registo jornalístico, participando das opções editoriais com privilégio equiparável ao do relato circunstancial[94].

Num livro escrito à margem precisamente das guerras que cobriu no início do século XXI, Carlos Fino recusa «um jornalismo asséptico, que a pretexto da objectividade e da neutralidade lava as mãos das suas responsabilidades». Considerando, aliás, a guerra como uma situação limite, perante a qual é necessário conservar «um saudável distanciamento», admite que há um conjunto de valores e princípios que integram a profissão. Confessa, por isso, que os jornalistas são «pela liberdade, contra a ditadura, pelos direitos humanos contra a opressão, pela preservação do ambiente, contra a sua degradação, pelo respeito pela vida e dignidade humanas, contra o terrorismo e a tortura» (Fino, 2003:38). Talvez só assim se compreenda mesmo a aparente solidariedade dos jornalistas para com as vítimas de ataques terroristas, que atravessou a mediatização de acontecimentos ímpares como o 11 de Setembro, nos Estados Unidos em 2001, e o 11 de Março, dois anos e meio depois, em Espanha. Exprimindo aquilo que poderia chamar-se a "mundialização dos afectos" (Mourão, 2002), a cobertura destes dois ataques mostrou com nitidez como a emoção se manifesta como vector de ligação e, portanto, de experiência do colectivo. O uso frequente de palavras-choque, como "barbárie", "catástrofe", "atentado", "tragédia" e "massacre" e de grafias de forte impacto, como "11-S" e "11-M" corrobora ainda a ideia, no caso dos jornalistas norte-americanos e espanhóis, respectivamente, de um certo "jornalismo patriótico" – o que, sob outro prisma, recoloca o problema da objectividade, porque o patriotismo não é politicamente neutral[95]. É, aliás, de problemas ou de perigos que mais se revestem, reconhecem inclusive os profissionais,

[94] As reportagens marginais aos conflitos têm, por outro lado, a particularidade de configurarem trabalhos de elevado valor estético. Já em meados da década de 90, uma reportagem de Cândida Pinto, intitulada "Meninos de Angola" (SIC) tinha sido reconhecida com vários prémios nacionais e, em França, pelo prémio de Direitos Humanos do FIGRA (Festival Internacional da Grande Reportagem e do Documento de Actualidade). "Mulheres de Bagdad" é, já no primeiro quinquénio do século XXI, outra das reportagens da jornalista (emitida pela SIC a 5 de Novembro de 2003) que assinala a preponderância deste tipo de trabalhos.

[95] Ver a propósito o texto de Robert Jensen, intitulado: "What's wrong with patriotic journalim?", disponível em http://www.progressivetrail.org/articles/031119Jensen.shtml

as cedências do emotivo no discurso sobre os factos. Lado a lado com o patriotismo está, por exemplo, um perigo de conivência, ainda que involuntário, com os autores de atentados como os que referíamos. Num texto publicado a 12 de Março de 2004, no jornal "El Pais", Juan Luis Cébrian advertia para o facto de ser objectivo primeiro dos grupos de terroristas ou de comandantes de forças militares o contágio de toda a sociedade pelo terror, pelo medo e pela desgraça que atinge apenas alguns. Um dos perigos do exacerbamento das coberturas, às vezes imponderadas, de tragédias da dimensão que se conheceu aos atentados de Nova Iorque e Madrid é, para o jornalista espanhol, o risco de a sociedade mediática ser «aliada principal e vítima preferente do terrorismo moderno, uma vez que se trata de submeter a opinião pública à ditadura do terror, da desconfiança e do medo» (Cébrian, 2004).

Com efeito semelhante, ainda que de menor amplitude, o sequestro do teatro Dubrovskaia, em Moscovo, por rebeldes tchechenos (Outubro de 2002) e da Escola de Beslan (Setembro de 2004) deram também o mote a narrativas de tom emocionalmente comprometido. Já de si sinistros, estes acontecimentos, especialmente visíveis pela televisão, tiveram pelo menos um dos vários efeitos que tem a transmissão da história em directo – o facto de gerarem experiências empáticas. Daniel Dayan e Elihu Katz anotam que partilhar os sentimentos de outras nações é um efeito de impacto que está para além do cognitivo (Dayan, 1999:189)[96]. O que o tratamento informativo destes episódios russos veio demonstrar é que, independentemente da proximidade afectiva, ideológica ou espacial (ou da falta dela), o drama humano é congregador, gera empatia. Ora, se o trágico por si cria ligação, o trágico agenciado pelos *media*, isto é, pela tecnologia mediática, mobiliza para um sentir em conjunto que releva da "tradução das qualidades sensíveis em informação" (Cruz, 2002). Não obstante, «é talvez por isso» propõe Teresa Cruz, «que o espírito do tempo surge frequentemente diagnosticado como uma afecção que associa, simultaneamente, euforia e entorpecimento» (2002:39). Parece

[96] Embora se ocupem preferentemente do acontecimento mediático, festivo ou cerimonial, na televisão Daniel Dayan e Elihu Katz fazem, em *A História em Directo*, uma revisão dos efeitos internos e externos dos acontecimentos mediáticos que importaria registar (pp. 181-207).

haver, pois, um ímpeto euforizante de ligação com estas máquinas, que é essencialmente inconsciente, exclusivo, afectivo (Gil, 2002), mas ao mesmo tempo uma apatia feita, segundo Lipovetsky, «de sensibilização epidérmica ao mundo e simultaneamente de profunda indiferença em relação a ele» (1989a:50). É quiçá esta ambivalência que explica por que razão os acontecimentos com que ilustramos a proposição deste capítulo se precipitam uns aos outros, manietando, por um lado, as nossas emoções e impedindo, por outro, qualquer emoção duradoira[97].

4. Olhando a morte dos outros

Se for realmente possível fazer uma história do sofrimento humano das sociedades, como a que Phillipe Ariès ensaiou sobre a morte no ocidente[98], um aspecto será incontornável: toda a dor tem um carácter universal potenciado pelos *media*. A transformação do sofrimento individual numa dor colectiva tem, aliás, na confluência entre o tempo real e o tempo mediático uma das suas mais elementares explicações. Sendo, como dizíamos, um dos efeitos da transmissão em directo, apontados por Daniel Dayan e Elihu Katz, em *A História em Directo*, a experiência empática relativamente aos sentimentos de outros indivíduos ou nações transfigurou a forma como os povos sentem a dor.

Sofrimento derradeiro, a morte é, nos *media*, uma experiência velha. O carácter de noticiabilidade do fim da vida acompanhou toda a história do jornalismo, sendo critério de tratamento informativo de acidentes, catástrofes e crimes. No entanto, a experiência que hoje se tem da morte é radicalmente diferente da que se tinha quando a informação era veiculada

[97] Repare-se, a este propósito, na seguinte passagem de Vergílio Ferreira, em *Escrever*, a propósito da morte, assunto de que nos ocupamos no ponto seguinte: «O que mais me intriga e dói na nossa morte, como vemos na dos outros, é que nada se perturba com ela na vida normal do mundo. Mesmo que sejas uma personagem histórica, tudo entra de novo na rotina como se nem tivesses existido. O que mais podem fazer-te é tomar nota do acontecimento e recomeçar. (...) Repara no que acontece com a morte dos outros e ficas a saber que o universo se está nas tintas para que morras ou não.»

[98] Ver Ariès, Phillipe – *Essais sur l'histoire de la mort en occident du moyen age à nos jours* – Paris, Editions du Seuil: 1975

sobretudo por escrito, em jeito puramente factual e com distanciamento efectivo do momento dos acontecimentos. A precipitação dos *media* para o centro dos acontecimentos, de que as potencialidades dos novos meios de comunicação foram inteiramente responsáveis, conferiu à morte um novo lugar no imaginário contemporâneo.

Sentir a morte que acontece é algo com que os *media* nos familiarizaram. Diz Susan Sontag que «captar uma morte que está a ocorrer e embalsamá-la para todo o sempre é algo que apenas uma câmara pode fazer» (Sontag, 2003:65). Fixar o desaparecimento de personalidades publicamente reconhecidas, bem como o apagamento de vidas, sobretudo no contexto de acontecimentos traumáticos, é vocação que os meios jornalísticos têm demonstrado com especial empenho. À cobertura de tragédias e de guerras de grande amplitude junta-se um interesse particular pelo sofrimento e morte de figuras públicas. A exibição do corpo morto e realmente embalsamado de João Paulo II não é de outra natureza. Inúmeras câmaras, fotográficas e televisivas, captaram esse corpo findo, cuja morte foi anunciada numa lenta agonia de que participaram os *media* de todo o mundo. Mediático na vida e na morte, Karol Wojtyla expirou nos próprios *media*[99], numa notícia demorada à espera da multidão[100] que se prestou a orações e a homenagens, mas sobretudo a olhar a morte.

Em *A Solidão dos Moribundos*, Norbert Elias considera que somos hoje muito mais sensíveis ao sofrimento e ao espectáculo da morte do que na Antiguidade ou na Idade Média. A existência de um espaço de identificação social maior do que noutros tempos históricos é, para o sociólogo alemão, a explicação desta partilha do sofrimento alheio. Também Philippe Ariès apontou, num trabalho sobre a história do homem perante o fim da vida (1975), várias

[99] Num texto em que se refere a João Paulo II como "o Papa mediático", António Fidalgo diz que «os *media* fizeram de João Paulo II a personagem talvez mais mediática à face da terra. E o Papa correspondeu aos desejos dos *media*, não lhes escondendo a doença e o sofrimento que o consumiram nos últimos anos.»

[100] Sobre a "maior multidão do mundo" escrevia Eduardo Cintra Torres, no jornal Público (edição de 11.Abril.2005): «A expectativa em relação ao gigantismo da multidão não foi defraudada. À figura do Papa, aos sentimentos que despertava, juntou-se a cobertura mediática intensiva e excessiva, chamando mais multidão à multidão que chega: o espectáculo da multidão que cresce de dia para dia, da "maior multidão do mundo" que se vê na maior praça do mundo ocidental, foi o aspecto televisivo mais significativo...»

transformações na percepção e na exposição da morte[101]. Se a Idade Média foi, para o autor, o período das expressões macabras, a Modernidade deu à morte matizes românticas. Contudo, a partir do século XX, a morte passou a ser camuflada, mais oculta e menos presente. O aumento da capacidade humana para adiar a morte, nomeadamente os avanços da medicina, envergonhou o sofrimento, privando-o dos espaços públicos. Numa era predominantemente determinada pela tecnologia, a morte passou a ser temida, encarada como a fraqueza da capacidade de domínio sobre a vida. «A morte», explica Ariès, «deixou de ser admitida como um fenómeno natural necessário. É um fracasso» (1988:340).

Facto irreversível, a morte é o clímax da tragédia. E a tragédia é a afecção que caracteriza a contemporaneidade – um tempo que sofre de "patologia apocalíptica" (Miranda, 1998). O carácter irresolúvel da morte torna-se assim na metáfora da ausência de projecção futura, manifesta na «recusa de tudo o que é estável, fixo, determinado», no «movimento que transgride e excede todo o limite» e no «desejo de levar os afectos até um grau de intensidade máxima». É por isso que, para Perniola, «a pulsão da vida não se distingue da pulsão da morte», sendo essencial em ambas uma «comparticipação de emoções e de sensações» (1993:54). Para Edgar Morin, a morte é como a vida: solene e sagrada. «A mesma exaltação provoca a vida e a morte», diz Morin, para quem «a morte não tem, pois, de ser teratologicamente separada da vida» (1988:273).

Embora não mantenha uma certa dimensão teatral de outros tempos, a morte tem hoje algo de uma figuração que retoma mitos e representações tribais. As interrogações de Michel Maffesoli sobre a emergência de um *homo aestheticus* ressoam numa cultura do sentimento que recupera a morte como factor de agregação. No ímpeto de pertença ao corpo colectivo, a tristeza como a alegria, o pânico como o êxtase, a morte como a vida fundem-se num palpitar colectivo, concretizando uma sobrevalorização do *pathos* aristotélico.

[101] Num conjunto de ensaios escritos em 1975, Ariès descreve assim estas transformações: «Antigamente, a morte era uma tragédia – muitas vezes cómica – na qual se representava o papel daquele que vai morrer. Hoje, a morte é uma comédia – muitas vezes dramática – onde se representa o papel daquele que não sabe que vai morrer.»

Transparecendo para os *media* e por eles especialmente potenciada, esta vivência passional ou sensacional, quer da morte quer de outros estados colectivamente efusivos, transcende os limites da individualidade. É neste contexto que Mario Perniola diz que «o importante é que emoções e afectos não pertençam mais a uma consciência, a um eu, e muito menos a um sujeito» (1993:40). A experiência emotiva revela-se assim cada vez mais colectiva e gregária, acentuando a fusão, o ser e o sentir em conjunto. É por isso que, embora tímida, envergonhada e privada, a dor individual tem uma especial propensão para se converter em dor colectiva. E no extremo do sofrimento, na morte, são particularmente os cerimoniais que se revestem de um sentido plural. Os próprios rituais fúnebres abrem a dor da morte ao espaço público, num gesto não se sabe se de despudor se de resignação.

Com uma propriedade essencialmente aglutinadora (a morte é afinal a única vicissitude inevitavelmente comum a todos os homens), a morte é hoje insistentemente perseguida pelos *media* e por eles permanentemente envolvida numa lógica que subverte as convencionais noções de espaço e de tempo. Antecipar e viver em directo são experiências inerentes a uma espectacularização da morte, cuja arqueologia assenta num louvor à razão sensível. Ora, instituída sobre intuições, fulgurâncias e efervescências sociais, esta razão consolida a natureza dramática do sofrimento humano, num movimento de comunhão de emoções e afectos. Perante a vida ou perante a morte, é apenas um o gesto que prevalece: o de "fazer-se sentir". Por conseguinte, a experiência mediática da vida e da morte também só pode ser uma experiência do presente.

Há, porém, no "fazer-se sentir" uma espécie de desespero, uma avidez e voracidade maiores pela fatalidade, o que, nos *media*, resulta numa estranha confusão entre informação e sensacionalismo. Estimular sentidos com o fervor da actualidade é habilidade que, no início do século XX, Karl Kraus reconheceu à imprensa, pela vocação para transformar «emoções e paixões moderadas em histeria e folia, (...) o orgulho nacional em delírio nacionalista e em

xenofobia e (...) o medo em pânico» (Bouveresse, 2001:51). As emoções de extremos são, na verdade, sensações a que os *media* eficazmente se prestam.

No 11 de Setembro (2001), na queda da Ponte de Entre-os-Rios (2001), nos atentados terroristas em Madrid (2004) e, especialmente, no tsunami asiático do final de 2004, a morte foi a notícia mais demorada. Conhecemos-lhe, nalguns casos, o cheiro a carne queimada ou a putrefacção e, noutros, foi-nos poupado o choque de olhar corpos mutilados pela barbárie[102]. De longe, sempre de longe, os jornalistas foram os nossos olhos diante da morte. Contaram as vítimas e contaram-nos o horror da morte. É que, embora as câmaras levem o espectador para perto, demasiado perto, «o genuíno pode não ser suficientemente terrível»; pode precisar portanto «de ser aumentado» (Sontag, 2003:69). A dor da morte é, nestes episódios traumáticos, abreviada na dor dos números, mas é ainda assim a imagem de um apocalipse que subsiste.

Não se esgotando em acontecimentos dramáticos da actualidade, a representação mediática da morte como expoente máximo da dor humana prolonga-se em reportagens sobre cuidados paliativos, sobre a solidão na velhice ou a condição quase indigna dos infectados com doenças condenatórias. Em todas, tem-se sobretudo uma atitude: olha-se a morte dos outros, porque fazê-lo é, no fundo, reconhecer a fatalidade da iminência inescapável da nossa própria morte. Ou que outra justificação explicaria a insistência dos jornalistas em saber o que sentem os familiares e amigos das vítimas?[103]

---

[102] Lembre-se a este propósito a fotografia do 11 de Março em Madrid, com corpos espalhados pela linha de comboio de Atocha, manipulada para não mostrar um cadáver desmembrado e o respectivo braço uns metros mais adiante.

[103] Por ocasião da queda da ponte de Entre-os-Rios, José Vítor Malheiros questionava esta ânsia de partilha da dor dos "sofredores": «O que é que sentiu? O que esperam em troca desta pergunta? Uma reflexão sobre o sentido da vida, o absurdo da morte, a fragilidade dos homens? Sobre a impossibilidade de explicar o que se sente nestas circunstâncias? Por trás da pergunta esconde-se um convite: desabafe para as câmaras, dê-nos um soluço, um grito dilacerante, mostre-nos o inominável, em vinte segundos, não se acanhe, queremos a sua dor, queremos partilhar a sua dor.» (Malheiros, 2001)

A espectacularização da morte, com descrições exaustivas como as que ouvimos a propósito do maremoto no sudeste da Ásia e com imagens que desnudam a reserva da dignidade humana, não resulta apenas da necessidade de informar acerca do termo da vida; tem subjacente uma necessidade do "fazer-se sentir", numa experiência que equivale «a um dar-se, a um conceder-se, para que através de nós o outro, o diferente, se torne realidade, acontecimento, história» (Perniola, 1993:104). Compaixão, medo, solidariedade, pânico, euforia, êxtase, são, portanto, estados cada vez mais associados à informação. Que foi o tratamento jornalístico do fim do Pontificado de João Paulo II senão isto – um misto de informação e sensações? Apesar da informação acerca das implicações da sucessão do Papa, em cada suspiro noticiado era a morte que olhávamos prolongadamente.

Equiparável, na última década, apenas à morte da Princesa Diana de Gales (1997), a agonia de João Paulo II configurou um dos momentos mediáticos mais significativos da era dos meios de comunicação electrónicos. Segundo o Global Language Monitor, nas 72 horas após o anúncio da morte do Papa, foram publicadas cerca de 100 mil reportagens em todo o mundo e o nome de João Paulo II foi citado 12 milhões de vezes na rede mundial de informação[104]. Além disso, o facto de se tratar de um acontecimento previsível, no sentido em que a saúde do Papa revelava uma aproximação acelerada do fim da vida, contribuiu para a constatação de se estar perante um acontecimento sem precedente mediático. Na previsibilidade da morte está, aliás, a causa de alguns excessos cometidos pelos *media*[105]. «O anúncio de uma morte iminente», explicava Vicente Jorge Silva, no Diário de Notícias, no dia seguinte à morte de João Paulo II, «é já a confirmação dessa morte – "irreversível", como é sublinhado em todos os noticiários»[106].

[104] Informação disponível em http://www.languagemonitor.com/wst_page13.html

[105] Registam-se a este propósito as críticas apontadas, em Espanha, por alguns partidos políticos à TVE - televisão pública, portanto laica - pela iniciativa de 24 horas de emissão dedicadas à morte de João Paulo II, sem qualquer publicidade. Em Portugal, a cobertura jornalística da morte do Papa foi criticada por 40 por cento dos respondentes de um painel de jornalistas, no que respeita à isenção e objectividade no tratamento informativo. Em França, telespectadores da France 3 comentaram com a provedora do canal que as televisões cobriram a morte do Papa como se mais nada se passasse no mundo.

[106] In "Notícia", Vicente Jorge Silva – Diário de Notícias – 03 de Abril de 2005

Falando de uma «ansiedade febril que é imposta pela nova e implacável velocidade dos *media*», o jornalista sugeria que «o império do directo e do imediatismo noticioso» imprimiu à cobertura jornalística do fim da vida de João Paulo II um tom de obituário, mesmo antes do anúncio oficial da morte[107].

Permanentemente justificado pela singularidade da figura do Papa, o tratamento informativo do fim do Pontificado de João Paulo II repetiu, de alguma forma, a mediatização do seu decurso. José Manuel Fernandes referia-se a esta coincidência nestes termos:

> «Num mundo tão fortemente mediatizado, no final de um pontificado que tão bem aproveitou as potencialidades da mediatização, não surpreendeu que nos últimos dias as televisões de todo o mundo tenham enchido horas e horas de transmissão - às vezes totalmente despropositadas e sensacionalistas - com a agonia de João Paulo II.»[108]

Não deixa, pois, de ser intrigante o facto de João Paulo II ser assim a imagem de uma semelhança entre a estética da vida e a estética da morte. Para António Fidalgo[109], a cobertura mediática da agonia e da morte do Papa repete a exposição dos 27 anos de Pontificado, copiando «a cobertura mediática que as suas viagens pelo mundo fora tiveram ou a cobertura mediática das grandes cerimónias na Praça de S. Pedro em Roma». Referindo-se à discussão sobre a laicidade da generalidade dos meios de comunicação social, também Diogo Pires Aurélio tolerava a atenção prestada, quase sempre em directo, ao sofrimento do Papa, salvaguardando o facto de:

> «Por mais excessivo que tenha sido o aproveitamento pelos media da figura de um João Paulo II manifestamente agonizante, e por mais interrogações que suscite a monopolização de um espaço público supostamente laico pela agonia e morte do Papa, é impossível ignorar a força de semelhante imagem ou criticar a ênfase com que todos os canais a repetem.» [110]

---

[107] Foram inúmeras as estratégias dos meios de comunicação social para cobrirem a iminência da morte. A CNN, por exemplo, encabeçou o serviço informativo com uma banda que dizia "Health of Pope", num jogo de palavras que sugeria um enviesamento de "Death of Pope".

[108] In Editorial de José Manuel Fernandes – Público – 03 de Abril de 2005

[109] "O Papa Mediático", já citado.

[110] In "O Sofrimento em Directo", Diogo Pires Aurélio – Diário de Notícias – 10 de Abril de 2005

Se, para uns, a exibição da morte de João Paulo II foi justificável, para outros, porém, houve da parte dos *media* uma apropriação do espectáculo gerado pela fatalidade que conduzia ao fim deste Pontificado. Numa semana, os *media* de todo o mundo cercaram a Praça de S. Pedro, fixando as câmaras, e portanto os nossos olhares, na janela dos aposentos papais. A morte era aguardada ironicamente como se aguarda uma notícia sem novidade. Ao contrário das mortes da Lady Di, de Ayrton Sena ou de Miklas Fehér[111], súbitas, inesperadas, surpreendentes, a morte de João Paulo II foi ocorrendo nos próprios *media*. Por opção, Karol Woytjla nunca escondeu o seu sofrimento nem a debilidade da sua saúde, numa experiência que alguns denominaram de "Teologia do Sofrimento". Os *media*, sobretudo a Televisão, corresponderam à excepcional relação que João Paulo II sempre manteve com a comunicação social, com requintes incomparáveis à cobertura de qualquer casamento real ou sucessão presidencial. Com infindos recursos informativos – preparados previamente, como acontece sempre que se torna previsível a morte de determinadas figuras públicas – não foi difícil às redacções alimentar horas contínuas de emissão com biografias, reportagens de viagens oficiais, testemunhos sobre a personalidade do Papa e trabalhos sobre as principais dinamizações por ele promovidas. Em todas estas emissões, os *media* sugeriam a perpetuidade de uma vida no mesmo momento em que esperavam sobretudo a morte.

Num quase jornalismo de luto, os meios de comunicação social encenaram a morte, cumprindo a vontade de espectáculo trágico do público[112]. Ao carácter dramático próprio do

[111] Como João Paulo II, também a Princesa de Gales e Ayrton Sena tiveram vidas absolutamente expostas no espaço público. Não é, portanto, extraordinária a centralidade das suas mortes na agenda mediática. Miklas Fehér, por seu lado, não sendo uma figura pública de igual dimensão, morreu praticamente em directo, diante de câmaras de televisão, durante um jogo de futebol. A morte do jogador foi, de alguma forma, apropriada pelos *media* que esgotaram todos os ângulos de abordagem. A notícia propriamente dita poderia ter terminado com a transladação do corpo para a Hungria, mas a espectacularidade desta morte motivou inclusive a transmissão em directo do funeral do jogador.

[112] Curiosamente, em *Ángeles y Demonios*, escrito em 2000, Dan Brown romanceia uma sucessão papal, num enredo que inclui a comunicação social, sobretudo a Televisão. Tecendo considerações sobre o tipo de encenações

acontecimento juntaram-lhe aquilo que Eduardo Cintra Torres considerou «todos os traços da comunicação de massas pró-emotiva em feroz concorrência»[113]. As imagens memoriais do Papa descoloriram-se em tonalidades lutuosas, numa combinação tangente de «pieguice, piroseira, letrinhas abonecadas (...), títulos semi-piadéticos» (Torres). Poderíamos dizer que há na perseguição da morte como notícia um quase existencialismo trágico. No entanto, a ânsia de consolidar um acontecimento iminente não denuncia senão espectáculo, «como se fosse um direito da televisão que o Papa morresse à hora do telejornal» (Torres)[114].

Ainda que representativas de significativas mudanças históricas, a morte de Jonas Savimbi, em 2002, em Angola, e a captura de Saddam Hussein, em 2004, no Iraque, repetiram este interesse dos *media*, sobretudo da televisão, pela exploração da imagem humana em sofrimento. No primeiro caso, como oportunamente lembrou Estrela Serrano, na altura, provedora dos leitores do Diário de Notícias, «as televisões mostraram o corpo do líder da Unita, em grandes e demorados planos, exposto às moscas, de calças desapertadas e sem sapatos»[115]. No segundo, por outro lado, tratava-se da exibição de um "estado-pré-morto. Em ambas as situações, porém, a exposição do corpo pelos *media* traduziu o uso da imagem como elemento de encontro da dor (quer de Savimbi e Hussein quer das vítimas que fizeram as lutas que travaram) com o ódio do público relativamente a estas duas figuras.

Quente e impetuosa, fervorosa e veemente como a vida (Perniola), a morte é factor de reunião na rua, mas também na audiência. Que podem, afinal, ter em comum a massiva mortandade resultante de catástrofes naturais, de crimes terroristas ou de guerras, e a morte

---

promovidas pelos jornalistas, o autor sugere que «os espectadores já não querem a verdade; querem diversão.» (2004:217)

[113] In "A boa morte", de Eduardo Cintra Torres – Público – 4 de Abril de 2005.

[114] Crítico relativamente ao tratamento informativo do fim do Pontificado de Karol Woytjla, Eduardo Cintra Torres anotou que os *media* substituíram a tragédia – que, na verdade, a relação pacífica de João Paulo II com a morte desmentia – «pelo drama, pelo melodrama, pela transmissão ininterrupta, pelos noticiários a partir de Roma, pela fusão do jornalismo com a propaganda e pela importante actividade televisiva de construção da multidão durante seis dias» - In Público – 11 de Abril de 2005.

[115] In "Alarme na primeira página", coluna da provedora dos leitores do Diário de Notícias de 4 de Março de 2002.

singular de personalidades cuja memória a história não apaga? Há em ambas um sentimento de pesar gerado pela estratégia mediática, que comanda o movimento de massas como a que afluiu à Praça de S. Pedro em Abril de 2005. Na descrição de ambientes, no discurso comovido, nos testemunhos emocionados, os *media* não conseguem senão dissolver a intimidade da morte na afecção colectiva. A fixação pela agonia, de que a morte de Terri Schiavo foi também exemplo, denota a determinação de uma racionalidade emocional promovida nos e pelos *media,* cujas promessas de imediatização da experiência estão a resultar num oposto da razão iluminista. Promovendo um conhecimento sensível, mais do que um conhecimento inteligível, o que os *media* nos propõem hoje é uma entrega dos sentidos na revelação imediata, intuitiva e axiomática da realidade.

Numa recuperação da tese de McLuhan sobre os *media* como instrumentos de extensão dos nossos sentidos, podemos dizer hoje que é também o nosso sofrimento que é prolongado pelos meios de comunicação de massas. Olhar a morte dos outros torna presente o mistério da nossa própria finitude – que é, por instantes, o mesmo que dizer, o mistério das nossas mais intrigantes crenças. Atravessando os dias da nossa maior tristeza, os *media* exaltam a dor como experiência de comunicação, a pôr, portanto, em comum. Olhar a morte da Princesa Diana de Gales, de Madre Teresa de Calcutá ou de João Paulo II é participar da construção de um luto que se vive ficcionalmente na emoção produzida pelo aparelho mediático.

Colocar a morte em perspectiva na notícia impõe necessariamente uma teoria dos efeitos da exibição da morte sobre o público. Desempenhando um papel que é também o de ser parte do ambiente do acontecimento, o público não é, no entanto, um agente passivo da emotividade gerada pela informação. São as suas próprias emoções que, tecnologicamente estendidas, fazem da morte um dos pontos de focagem predilectos dos meios de comunicação social. Talvez difícil de padronizar, contudo, o conhecimento dos efeitos sobre o público ajudaria a compreender por que é que os *media* nos mantêm olhando a morte dos outros.

5. O erotismo na tecno-intimidade

Fazendo uma leitura das transformações da intimidade nas sociedades modernas, Giddens opõe a ideia de intimidade enquanto clausura emocional à possibilidade de negociação de laços pessoais de igual para igual. Pensada a esta luz completamente diferente, a intimidade implica, como reconhece o autor, «uma indiscriminada democratização do domínio das relações interpessoais de forma inteiramente compatível com a democracia na esfera pública» (1996:2). Que a intimidade é uma dimensão em transformação é o que, de certo modo, também procuramos averiguar ao considerar a hipótese de as novas tecnologias estarem a aparelhar as nossas emoções. E que estas transformações se inclinam para ligações livres, libertas de outra finalidade que não a necessidade de conexão é ainda o que tentamos compreender.

Espécie estranha de magma fusional que nos alucina com imagens que neles se sucedem, os *media* exerceram desde sempre um forte poder de atracção. Faz parte da sua natureza o *suspense* da sedução, e é isso que lhes confere poder, ou não fosse a sedução, como sugere Baudrillard, uma forma de fragilizar e de chamar o outro para o terreno das nossas próprias fraquezas (1992:94). Pois se há fraqueza para a qual os *media* nos podem chamar é, precisamente, para o terreno confim da experiência directamente vivida, onde começa todo o universo da representação. Lá, onde a experiência se transforma em *imagem da experiência*, isto é, onde a vida se converte num *vivido aparente*, é a sedução que funciona como modo dominante, porque, apoderando-se de todos os prazeres, a sedução é sempre manipulação das aparências. A língua estabeleceu há muito um sentido ambivalente para o *seduzir*. Ao cativar, atrair, deslumbrar, que são tudo formas equivalentes de seduzir, acresce o sentido latino de *seducĕre*, o "levar para o lado", o desencaminhar, enganar ou corromper. Atrair para o universo das aparências, deslumbrar pela superfície das coisas, é esse o desencaminhamento da nossa época, «cuja experiência está em crise e assim continuará indefinidamente», diz Benjamin (1992:28). É certo que o desencaminhamento pode ser encantador, ou resultar em "reencantamento do mundo" (Maffesoli), mas mais certo é que tudo o que se joga à tona se

desvanece no ar. A superfície, que é uma outra maneira de nos referirmos às aparências, comporta fragilidades que revestem a experiência de perigos, do mesmo modo que a superfície da água sujeita os barcos à vulnerabilidade de ventos impulsionadores, à «tempestade que destrói e move, que faz naufragar e impulsiona» (Blumenberg, 1990:91).

Debord também não deixou por mãos alheias a consciência das desditas de uma experiência feita da espuma das coisas. Supunha ele que o espectáculo era «o sonho mau da sociedade moderna adormecida», uma sociedade que não exprime senão «o seu desejo de dormir» (1992:24-25). A entrega ao sono, que aqui pode corresponder à entrega a uma sedução, não exprime senão o estado anestesiante de uma sociedade governada pela tecnologia e pelo seu fetiche. Numa sociedade assim – fundada na exterioridade, na aparência, na convergência, mais do que na diferença – , pouco resta já do projecto moderno. Disciplinada pela razão e libertando-se da tradição, a modernidade tinha-se libertado também da emoção, o que pressupunha, como comenta Giddens, «uma divisão institucional entre razão e emoção» (1996:140). Com o domínio irreversível da técnica sobre toda a vida económica, cultural, política e social, esta divisão dissolve-se, redescobrindo-se a emoção como força de relação, de conhecimento e de acção. O relato jornalístico pontua de modo único, como explorámos nos pontos anteriores, esta redescoberta: por um lado, privilegiando a actualidade que apaixona, que comove, que implica; por outro, insistindo numa *performance* que tende a revalorizar alguma subjectividade e a subverter o imperativo de uma comunicação estritamente neutral. Dir-se-ia, por sinal, que, tendo criado condições para uma certa libertação do trabalho, o progresso tecnológico potenciou a libertação dos instintos humanos que Freud considerava ainda reprimidos. Escrevendo sobre a libertação do Eros (1971), Marcuse adivinhava precisamente a criação de novas formas de realização e de descoberta do mundo de que surgiria uma sociedade não repressiva assente na lógica da satisfação e, portanto, não da repressão[116].

[116] Também em Marcuse encontramos a constatação de uma nova racionalidade que tem por base o universo sensorial. Dada a transformação da sexualidade em Eros, diz Marcuse numa passagem de *Eros et Civilisation*, «os

Se a herança moderna passa pela figura de um Eros libertado, então é claro que para falarmos da experiência comunicativa contemporânea nos serve bem um conceito caro a Bataille, o de erotismo. Sendo um dos aspectos da vida interior do homem, o erotismo é a qualidade pela qual uma certa tradição europeia (de Bataille a Maffesoli, passando nomeadamente por Perniola e ainda por Alberoni) examina as relações interpessoais e as relações mais amplas do indivíduo com a comunidade[117], porque o erotismo é afinal uma das fórmulas com que desde sempre se interpretaram as ligações humanas. Ajudando-nos a compreender o ímpeto de fusão, o movimento que se exerce no nosso interior para um encontro com o outro, o erotismo volta a ser chave de análise das transformações operadas no íntimo da experiência comunicativa. Dizíamos antes que a tecnologia se enche de *sex-appeal*. Diremos ainda, concretizando, que os aparelhos de comunicação exercem sobre nós um domínio erótico que é, para Bataille, um domínio de violência e de violação, uma vez que só a violência pode pôr tudo em causa, «a violência e a inominável perturbação a que está ligada» (1988:15). Ora, não é numa violação dos corpos que os dispositivos de som (auscultadores e auriculares) nos invadem os ouvidos? Não é em violência que as imagens se nos impõem e se sucedem em ecrãs de que os nossos olhos parecem não poder desviar-se?[118] Não é, enfim, para uma transfiguração violenta de todo o corpo que se dirige o apelo dos objectos de que se rodearam, pensa Baudrillard (1995), os homens da opulência?

---

instintos vitais desenvolvem a sua sensorialidade, ao mesmo tempo que a razão se torna por sua vez sensorial na medida em que integra e organiza a necessidade em termos de enriquecimento dos instintos vitais» (p.179)

[117] Recorde-se que, embora não tomando especificamente o conceito de erotismo, era também com base em qualidades emocionais que Gabriel de Tarde e Gustave le Bon se referiam, no final do século XIX, ao modo como o indivíduo se relacionava com o colectivo (ver, por exemplo, de de Tarde *Les lois de l'imitation [1890]* e *L'opinion et la foule [1901]* e de le Bon *Psychologie des foules [1895]*)

[118] Repare-se a este propósito no modo como Derrick de Kerckhove se refere à televisão: «... a televisão é hipnoticamente envolvente: qualquer movimento no ecrã atrai a nossa atenção tão automaticamente como se alguém nos tivesse tocado. Os nossos olhos são atraídos pelo ecrã como o ferro por um íman.» (1997:39). Também interessante a expressão com que Georges Duhamel, citado por Benjamin no ensaio "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica" (1992:107), menciona o poder das imagens: «As imagens em movimento tomaram o lugar dos meus pensamentos».

Há hoje entre nós e as máquinas um desejo permanente de ligação. É que, tendo deixado de ser meios de efectivação do desejo, as máquinas tornaram-se "objectos-fetiches emissores de desejo" (Gil, 2002:27). Mas assim tomadas, as máquinas assemelham-se a organismos dotados de inteligência e de sensibilidade, em última instância dotados de um corpo com o qual os nossos próprios corpos se envolvem numa estranha relação de prazer. Entre nós e o computador, máquina maior dos tempos pós-modernos, já não há apenas um desígnio de ligação ao outro, mas também um desejo de ligação à própria máquina que deixa de ser um meio para ser um fim em si mesma. É este desejo de ligação com as máquinas que faz do utilizador dos *media* interactivos um ser de excitações monitorizadas ou de emoções tecnologizadas. Em tempos mais tradicionais, o desejo era coisa da carne; hoje, o olhar da máquina é mais poderoso (Kerckhove, 1997) e o desejo é também coisa do inorgânico, coisa pós-humana, «no sentido em que encontra o seu ponto de partida no homem, no seu impulso em direcção ao artificial» (Perniola, 2004:32) e na sua vontade de realizar uma experiência excessiva, uma experiência que transborda de pulsões e que procura a coincidência entre o virtual e o actual.

Ao dizermos que as máquinas aparelham emoções, reconhecemos entre elas e nós um vínculo que não é apenas epidérmico; com efeitos muito concretos ao nível da sensorialidade, este vínculo agencia sobretudo a possibilidade de uma tecno-intimidade, constituída da ligação simbiótica homem-máquina. É que, depois de ter inventado "máquinas que agem" e "máquinas que pensam", «a imaginação científica explora hoje», arrisca ainda Perniola, «a hipótese de uma máquina sensitiva» (1993:46). Por isso, na linha especulativa do autor, é natural que à pergunta sobre quem sente se sobreponha uma «pergunta sobre quem administra e gere a circulação do já sentido» (*ib*:47), até porque no próprio campo da inteligência estamos constantemente a perder protagonismo para o mundo assistido por computador.

O que assim se enuncia é o que Kerckhove chama de arte salvadora, é o "sentir mais" como fórmula para compreender o mundo em que estamos a entrar. Mas o arrebatamento do

sentir descobriu notícia onde antes não se via qualquer coisa de valor, propondo uma «equivalência da história e do *fait-divers*, do acontecimento e do espectáculo» (Baudrillard, 1995:128). Erigidos como feições específicas da socialização contemporânea, o *sentir* e o *fazer-se sentir* são, tal como já vimos a partir das propostas de Perniola, traços distintivos de uma época mais sensológica do que ideológica. Ora apresentando-nos o *já sentido* – que é afim do *já pensado* e do *já feito* –, ora alentando a experiência de um *querer sentir*, é, de algum modo, num desvio do pensamento para o sentimento que os *media* nos trazem hoje o mundo à nossa interioridade. E é justamente porque o trazem à nossa interioridade, procurando um *sentir em conjunto* em detrimento do *sentir individual* que os *media* se transformam em máquinas potencialmente sensitivas que agem sobre a nossa intimidade com uma espécie de erotismo táctil. Mas o erotismo significa alheamento, não do *sentir* que consistiria «em delegar noutros o que deveríamos ser nós a sentir» (Perniola, 1993:22), mas alheamento da razão. É que, do ponto de vista erótico, estamos sempre sujeitos a um "deixar-se ir", a uma quase irremediável entrega do corpo à alucinação do desejo, ao desenfreamento da paixão. O que a fantasia erótica que caracteriza as novas tecnologias que servem a comunicação tem de perturbador é o facto de as emoções e os afectos serem investidos de um absolutismo que empobrece a experiência. Escusando-se à racionalidade que a marcava para os modernos, a experiência actual constitui-se na base de uma "sensologia" que Perniola diz caracterizar o nosso tempo. Estilizada pelos sentidos – por sentidos administrados pela técnica –, a experiência actual é aquela em que a aferição do poder se faz pela sedução. De que decorre o poder mediático senão da capacidade de sedução da engrenagem informativa e de entretenimento? De onde procede mais concretamente o poder da televisão senão da força sedutora das imagens?

O que à primeira vista poderia ser encarado como a transfiguração da experiência pela estética parece, no entanto, dever ser examinado como a criação de uma "experiência 'sintética'" «que faz verter e reverter presença e ausência, imagem e corpo, real e virtual,

possível e existente» (Miranda e Cruz, 2002a[119]). Experiência sintética porque intensa mas sucinta, por um lado, e porque produzida por síntese maquínica por outro. Não são poucos os efeitos da "requisição da experiência pela tecnologia" (Gil, 2002:22): a fragilização do pensamento, a modelação das emoções, o empobrecimento da experiência, a subversão da realidade por uma certa irrealidade... todos formas concretas de uma crise que Kraus identificou com o "trágico de uma humanidade desacreditada" (1993:149). Baudrillard tinha-o dito: «Seduzir é morrer como realidade e produzir-se como engano» (1992:79).

[119] Introdução ao livro *Crítica das Ligações na Era da Técnica,* p.12.

Em síntese...

Para uma outra sociologia dos media

Se fosse pensável uma correspondência entre a realidade e o mito, na caixa de Pandora continuaria guardado o mal que acaba com a esperança – o único que a deusa conseguiu evitar que se abatesse sobre a Humanidade. Mas da caixa de que Epmeteu se descuidou ter-se-á também libertado este derradeiro mal, porque, como apurou Lipovetsky, a era da esperança futurista terminou (1989:10). De acordo com uma sugestiva expressão do sociólogo Gustave Le Bon, a esperança constitui «uma espécie de vara mágica que transforma tudo», sendo apenas isso o que os reformadores sempre fizeram: substituir uma esperança por outra (1928). Dir-se-ia então que, sem esperança, o nosso tempo é um tempo sem magia transformadora e, portanto, vencido pela magia arrebatadora do imediato que consiste em esgotar todas as possibilidades de prazer, possibilidades que a esperança antes mantinha contidas. Sem esperança, o nosso tempo é ainda tributário de uma cultura da notícia para usar e deitar fora, que é, como disse algures Sebastião Lima Rego[120], superficial e fútil, «sintoma de distanciamento entre a notícia e o cidadão apesar de parecer o contrário».

[120] REGO, Sebastião Lima (1996) – "A ditadura da última hora", in Público, edição de 12 de Fevereiro

É arredado de toda a esperança o nosso tempo, porque se é verdade o que dizia o poeta setecentista François La Rochefoucauld, que a esperança serviria para nos levar ao fim da vida pelos caminhos mais agradáveis, também o é que uma cultura ferida pela desterritorialização já não tem caminhos mais agradáveis nem caminhos menos agradáveis. Não tem caminhos. Como o mar, aliás, por onde Blumenberg nos supõe a naufragar, pois «a metáfora do embarque contém a sugestão de que a vida significa que se está já no mar alto» (Blumenberg, 1990:34), onde o que há é a tona da água que apenas se afasta à passagem de um barco para logo voltar a confluir atrás dele. É ainda arredado de toda a esperança um tempo que já não faz fé no próprio curso do tempo, suprimido que está todo o horizonte e menorizado todo o passado. De tudo isto padece um tempo que vive o que também Lima Rego procurou chamar a "ditadura da última hora", onde, "inebriante e inebriada", a informação chicoteia o cidadão «permanentemente com novos focos de interesse, com parangonas 'originais', que não tenham (ou pareçam não ter) nada a ver com as de ontem, já gastas» (cf. 1996: A ditadura da última hora). É, de resto, sem esperança uma época em que é preciso inovar sempre, sem descanso, para impedir a monotonia, uma época que vive, por isso, da "erosão do sentimento" (Lipovetsky, 1989) de tanto o exaltar e de tanto se servir dele para realizar o ideal de participação, da "experiência de uma interioridade em comunhão" (Perniola, 1993:53).

Não é, por tudo isto, possível concordar com teses resignadas que insistem em ver nestas circunstâncias sinais de encantamento ou desafios para «uma ética de adesão à plenitude do instante, a que se associa a aceitação lúdica do seu sentido efémero» (Maffesoli, 2001). Nestas circunstâncias dir-se-ia estarem antes os sinais de decepção de uma sociedade que, segundo Lipovetsky, promete a felicidade em tudo, no trabalho e no amor. Dir-se-ia estarem ainda todos os sinais de perigo da democracia e todas as suas promessas não cumpridas, enumeradas por Norberto Bobbio (1988): a sobrevivência do poder invisível, a permanência das oligarquias, a persistência dos corpos intermédios, a desforra dos interesses no âmbito da representação, a participação restrita, o cidadão não educado e, portanto, a apatia política.

Tornando o desejo imenso, maior do que a sua própria viabilidade, a democracia transformou-se num sistema ilusório, tendo adquirido «um estatuto poético, estético» e satisfazendo-se em melancolia, «a melancolia que é a afecção que melhor caracteriza a idade do trágico» (Martins, 2002:78). Por princípio, aos meios de produção e difusão de informação está ligado desde sempre o pensamento liberal e democrático, que estabelece como condição da democracia a liberdade de opinião, de expressão da opinião, de reunião e de associação. De Locke a Bentham, passando por Tocqueville e por John Stuart Mill, a doutrina democrática terá imaginado uma sociedade alçada na total liberdade de ligações. É até razoável supor-se que a mesma doutrina democrática está na base da euforia hilariante daquilo que, para Manuel Castells, constitui a "galáxia Internet" (2004). Num texto de 2001[121], António Machuco Rosa anotava precisamente o facto de os ideais emancipadores surgirem «frequentemente no rasto do aparecimento de novas tecnologias» por estas possuírem como singular propriedade «a capacidade de contribuírem para a reformulação da experiência social num sentido "melhor" e de "progresso"». Mas esta euforia mergulha numa extensa zona de sombra no momento em que a partir dela se fundam três falácias: em primeiro lugar, a ideia segundo a qual o ciberespaço significaria a possibilidade de um espaço limitado ou um "espaço de controlo" (Miranda, 1996), passando o "imaginário" de "controlado" a "controlador" (Miranda, 2002b:57); depois, a pressuposição de que o tempo que conta é o presente – que é o tempo do movimento e do fluxo –, impondo-se uma "economia política da velocidade" (Virilio, 2000); finalmente, a fixação pelo lado afectivo, pela radicalização da sensibilidade, que desloca o universo das notícias para o universo das causas mobilizadoras.

Três falácias, dissemo-lo, por três razões: primeiro, porque, sendo, como oportunamente definiu Bragança de Miranda, aberto e acentrado, o ciberespaço funciona como um espaço neutro ou desterritorializado. Por isso, a era de redes de comunicação a que está por natureza ligado tem sido apresentada como correspondendo a uma época em que se arrisca conjecturar o fim da geografia. Ora, num movimento que poderia dizer-se típico em diversos pensadores da

[121] ROSA, António Machuco (2001) – "O Ciberespaço como Ideal de Emancipação" – Interact 4

cultura cibernética, o ciberespaço tende a ser encarado também como uma espécie de "panopticon electrónico", dispositivo de vigilância aperfeiçoado pela tecnologia. No entanto, de onde se podia ver tudo sem se ser visto, os espaços encerravam-se num horizonte fixado segundo a lógica do espaço de realização. Hoje, porém, o horizonte, qual linha falaciosa, move-se a cada passo que damos, não estando nunca onde julgávamos tê-lo visto antes. Daí que o ciberespaço seja, de algum modo, o lugar de onde, numa nova geografia ainda por mapear, se luta contra o controlo, sendo adequada a proposição de Bragança de Miranda, segundo a qual o imaginário se caracteriza pelo descontrolo (2002b:57). Se com a primeira falácia nos referimos então à dissonância entre o sonho de uma sociedade controladora e a realidade de um imaginário em descontrolo, na segunda, comentamos como o desejo de tudo arriscar no presente se reverteu numa implosão da história. De facto, foi na linha dos ideais emancipadores, a que aludíamos atrás, «que se efectivou o trajecto que conduz do corte com a história à reiterada apoteose da novidade como sentido» (Carrilho, 1994[122]). No registo deste processo, que releva, numa expressão estimada por Carrilho, da "epifania do efémero" (cf. 1994: Os media e a modernidade), que espanto pode haver para com a afirmação de Lipovetsky de que «vivemos em sociedades de dominante frívola» (1989:19)? Pois se os princípios organizadores da vida colectiva se sustentam na efervescência do quotidiano, naquilo que Maffesoli chama de "ética do instante" (2002), como contestar as teses que, desta vez, anunciam o fim da história? É que, enquanto âncora dos acontecimentos, a história significava processo unitário. Mas os acontecimentos apresentam-se agora em mensagens intermitentes, sucessivas, e a ideia de história como continuidade dá lugar a uma outra coisa feita de descontínuos, de fragmentos, que não coincidem com a possibilidade de um projecto totalizador. Daí que considerar o nosso tempo sob a égide de uma cultura da urgência signifique não só a vontade de viver e conhecer tudo mais depressa, mas acima de tudo a irremediável cedência a uma cultura a retalho. Finalmente, o terceiro logro, aquele segundo o qual o sonho da operatividade maquínica haveria

[122] CARRILHO, Manuel Maria (1994) – "Os media e a modernidade" – in jornal Público, edição de 12 de Março

de se cruzar com os afectos, não apenas para estender os nossos sentidos como também para, mais invasivo, administrar paixões. Poder-se-ia, quiçá, arriscar também a perspectiva de um fim, talvez o fim do orgânico se é já da sua fusão com a coisa inorgânica que falamos, mas a uma crítica da tecnologização das emoções convém ainda explorar esta experiência nova que é a experiência vivida entre a vida e os *devices*. Daí que seja aqui mais justificado perspectivar a comunidade que vem, que será a comunidade do ser qualquer, «o ser que pode não ser, que pode a sua própria impotência» (Agamben, 1993:33). Falácia, insistimos. É que, quando se fala da experiência pela sua densidade emotiva, sobretudo quando esta densidade resulta da mistura com o mecânico, é a falência, em parte, do pensamento que há que considerar. E então talvez não tenha sido despropositada a percepção de Kraus abreviada nestes termos: «o jornalista matou a nossa imaginação» (2000:190). Se era já possível, em 1910[123], a um pensador – para quem o mundo exala um "odor de putrefacção" (*ibidem*:93) –, uma afirmação tão derrotista relativamente ao jornalismo, que poderá ainda dizer-se hoje de uma actividade que rentabiliza toda a aptidão tecnológica para "mercantilizar o sentir individual" (Perniola, 1993)?

Apontámos no início desta primeira nota conclusiva para uma outra sociologia dos *media*. Na verdade, julgamos que reflectir sobre o jornalismo enquanto registo da actualidade e, portanto, enquanto compasso do ritmo social, político, económico e cultural dos acontecimentos, não pode ser uma tarefa isolada do vasto contexto de uma realidade electrónica no âmbito da qual os media passaram a ser pensados segundo a metáfora da navegação. É por isso uma ampla reflexão sobre a nova condição humana que se impõe, persistindo ainda com validade os propósitos de Hannah Arendt de pensar o "agir público humano" (2001), o agir livre e em pluralidade. Procurámos nesta primeira parte sintetizar em três eixos – do espaço, do tempo e do modo – os traços do diagrama de uma experiência comunicativa que dizemos em crise. Em crise, repetimo-lo, porque o sonho euforizante de uma sociedade de informação global não

[123] O texto de Kraus que mencionamos neste momento foi escrito em 1910 sob o título *Die chinesische Mauer*, reeditado mais tarde, numa versão francesa, intitulada *Cette grande époque*, que juntou a este texto um ensaio de Walter Benjamin sobre o autor austríaco.

contribuiu apenas para melhorar condições de vida, mas para gerar uma vida inteiramente nova, em que as diferenças de literacia se vão manifestar nas nossas escolhas. Decidir, eis, pois, recuperado o sentido grego de *krisis*, palavra que na nossa língua está profundamente ligada à ideia de transformação. Se pode ler-se nesta aproximação semântica uma réstia de esperança, que ela não perturbe, porém, o essencial do que aqui procurámos examinar: a necessidade não de uma ética de adesão, mas de uma analítica de interrogação que contradiga a força do destino.

SEGUNDA PARTE

Do triunfo do jornalismo ao embaraço dos jornalistas

Introdução

«... quem nos tem enraizado estes hábitos de desoladora leviandade? O jornal – o jornal, que oferece cada manhã, desde a crónica até aos anúncios, uma massa espumante de juízos ligeiros, improvisados na véspera, à meia-noite, entre o silvar do gás e o fervilhar das chalaças, por excelentes rapazes que rompem pela Redacção, agarram uma tira de papel, e, sem tirar mesmo o chapéu, decidem com dois rabiscos da pena sobre todas as coisas da Terra e do Céu.»
Eça de Queirós, 19–: 217[124]

A alguma literatura, sobretudo da segunda metade do século XIX, se deve em parte o desprestígio dos jornalistas. É clássica na história do romance realista português a exclamação de João da Ega para Carlos da Maia[125], «Estes burros destes jornalistas! São a escória da sociedade!». Vistos pelos escritores como uma espécie de "redactores menores", os jornalistas estão historicamente ligados a uma escrita precária, fugaz, que despreza a posteridade. Uma escrita, como propõem as sugestivas expressões de Eça de Queirós, de "juízos ligeiros", decidida "com dois rabiscos da pena". Paradoxalmente, dir-se-ia que a expressão do quotidiano sempre foi a força e a fraqueza do jornalismo. Deste registo da graça dos dias lhe vem o

[124] Carta de Fradique Mendes a Bento de S., in QUEIRÓS, Eça, *A correspondência de Fradique Mendes*.
[125] Em *Os Maias*, de Eça de Queirós, capítulo V.

tempero, mas também, por ironia, os travos de amargor. É que à prosa de actualidade, a que convém a leveza dos dias, falta o acento grave e embriagante da prosa literária. Produzida para ser lida e abandonada no mesmo dia, a escrita jornalística poucas vezes conheceu o apreço dos círculos intelectuais. Foi, por sinal, no seio dos escritores que se formularam as primeiras grandes hostilidades ao modelo discursivo dos jornais, um modelo que – terá dito Zola – matou a crítica literária. Ora, seria precisamente este o sentimento que haveríamos de encontrar noutras figuras da literatura nacional e estrangeira, sendo célebre, por exemplo, a expressão de Diderot de que os jornais eram o "pasto dos ignorantes". Mas também Karl Kraus haveria de dizer, às portas do século XX, que o jornalismo estaria a devorar a literatura e os jornalistas a espezinhar para sempre a semente do espírito. Parca em recursos estilísticos, a escrita jornalística contribuiria enfim, para o autor austríaco, a quem nos referiremos ainda adiante, para a corrupção da linguagem, a corrupção por excelência, segundo Kraus. Exprimindo o pensamento numa linguagem esbatida, o jornalismo e os jornalistas pouco abonariam em proveito de uma relação directa entre a liberdade de expressão e a liberdade de pensamento.

Uma visão tão derrotista da imprensa autorizará que questionemos o valor do jornalismo e o lugar central que ele haveria de ocupar não só na sociedade do século XIX, como mais especificamente no prolongamento do século XX para o novo milénio. Poderá, com efeito, falar-se de uma actividade triunfante quando se examina, como o fez obstinadamente Kraus, o trabalho dos jornalistas como sendo sinónimo de impunidade e de irresponsabilidade? Será, deste ponto de vista, satisfatória a assunção de que os jornalistas são, como propôs mais recentemente Dominique Wolton[126], os heróis frágeis da modernidade? Será, para todos os efeitos, válida a apreciação do jornalismo como um poder, seja ele o quarto, o do contra ou mesmo o primeiro ou o "único realmente absoluto"? Como pensar o jornalismo que se diz, por sugestão de Bérnier (1995), vítima dos jornalistas?

[126] WOLTON, Dominique (2003) – "Journalistes, une si fragile victoire", in Revista Hermès 35, Paris

4

Um métier *ferido pela escrita dos dias*

«O jornalismo é uma das profissões onde encontramos mais pessoas inquietas, insatisfeitas, revoltadas ou cinicamente resignadas, onde se exprimem generalizadamente (...) a cólera, o nojo ou o desânimo perante a realidade de um trabalho que continua a ser vivido e reivindicado como "diferente dos outros".»
Pierre Bourdieu, 2001: 36-37

1. Contra o jornalismo e os jornalistas

É no tom directo que caracteriza uma carta que Daniel Schneidermann (1999) se debate com um "triste retrato dos jornalistas" (*ibidem*:7) esboçado por Bourdieu. Que as palavras da epígrafe remetem para o jornalismo como um campo de intranquilidades, não inspirará quaisquer dúvidas. Que a crítica dos media parece mais indispensável do que nunca, admite-o também Schneidermann. Mas que os jornalistas sejam uma espécie de «escravos inconscientes submetidos à urgência, sob o apetite do público e do dinheiro» (*ibidem*:7), soa ao jornalista que Schneidermann também é a um praguejamento de maldizente moderno. Embora em *Sobre a Televisão*, Bourdieu tenha desde cedo acautelado não se tratar «nem de condenar nem de combater os jornalistas» (2001:5), para Schneidermann, foi justamente "fustigar os media e os jornalistas" o que Bourdieu fez, *sur le tard*, quando se ocupou particularmente da televisão. E,

paradoxalmente, fustigando os media, tornou-se neles numa «vedeta omnipresente» (1999:139), ao procurar fazer uma espécie de "contra-jornalismo". Pode compreender-se, no entanto, o motivo por que Bourdieu suspeita ser o jornalismo uma das profissões onde se encontra mais gente inquieta, insatisfeita ou revoltada. É que, durante toda a sua história, a imprensa foi sempre de algum modo olhada de soslaio. Se hoje se batalha contra uma certa força efectiva de acção dos jornais, pelos séculos XVII e XVIII, era ainda a passividade da imprensa que incomodava as elites sociais e intelectuais, para quem o jornalismo parecia uma «sub-literatura sem valor nem prestígio» (Albert, 1970:15). É, neste contexto, curiosa a expressão que Albert e Terrou registam de Rousseau (1712-1778) em *Histoire de la presse*, sobre o que era o jornal: «obra efémera sem mérito e sem utilidade cuja leitura, negligenciada e desprezada pelas pessoas letradas, não serve senão para dar vaidade sem instrução às mulheres e aos tolos» (*ibidem*). Estas são as palavras que, em 1755, Rousseau dirige a um amigo de Genebra que teria acabado de lançar um jornal. Pouco "regozijado" com a iniciativa, Rousseau diz ainda lamentar «ver homens feitos para construir monumentos contentarem-se em transportes de materiais, e arquitectos transformados em pedreiros», numa metáfora que pretenderia apenas lamentar o facto de homens de letras se resignarem aos escritos de jornal. Não menos interessante é a caricatura que Balzac (1799-1850) faz dos jornalistas já no século XIX. Numa crítica feroz aos jornalistas e "jornaizinhos", Balzac, que cedeu ele próprio à tentação de escrever assiduamente nos jornais, desprezava aqueles que renunciavam à grandeza de uma obra em favor das pequenas vaidades imediatas exibidas nas páginas dos periódicos. É este o interessante retrato da imprensa francesa que Balzac faz em *Les Journalistes.* Nesta monografia da imprensa parisiense, escrita em 1843, o autor de *La comédie humaine* tece duras críticas à omnipotência e à vaidade dos jornalistas, denunciando a depravação da versatilidade dos seus julgamentos e a influência abusiva que exerciam sobre os governos. Como reparávamos na introdução desta segunda parte, é, por um lado, pelo carácter quase anti-literário e, por outro, pela corrupção da verdade, que uma boa fracção da crítica que acompanhou o desenvolvimento

da imprensa se pronuncia contra o jornalismo e os jornalistas. A cólera de Balzac contra a rotina medíocre e os "interesses rasteiros dos jornais" (Balzac, 1998) repete-se com toda a nitidez – talvez com mais dureza ainda – na crítica que, pouco mais tarde, Karl Kraus (1874-1936) desenvolve relativamente à imprensa de Viena.

A mesma apreciação negativa encontramos ainda nalguma dramaturgia satírica de expressão alemã[127]. Numa obra de 1854, intitulada *Die Journalisten*, Gustav Freytag (1816-1895) constrói uma caricatura dos jornalistas para expressar a sua repugnância por aquilo que poderia chamar-se um "jornalismo-camaleão". Schmock é, nesta peça, um jornalista que consegue escrever à esquerda e à direita, conforme determinam as conveniências. «Aprendi a escrever para todas as tendências. (...) Sei escrever segundo não importa qual inclinação» (Freytag, 1988:46), diz a dado passo, Schmock que se torna assim no símbolo da mentalidade deste jornalismo de metamorfoses, sem convicções, sem princípios e sem escrúpulos. Narrador de acontecimentos, Schmock é, por certo, na peça de Freytag, também uma vítima do sistema e das circunstâncias, já que, de acordo com a leitura de Bouveresse, ele se situa na fronteira entre «o ideal de um jornalismo independente, que não escuta senão as suas próprias convicções e que não diz senão aquilo que sabe, ou em todo o caso, aquilo em que acredita» (2001:30) e a realidade do trabalho e da produção jornalísticos, por sinal, bem distante da aspiração à independência. Mas, sendo na dramaturgia uma personagem de caracteres tão vincados, Schmock converte-se, no âmbito de uma certa crítica da imprensa, mormente de Karl Kraus[128], numa espécie de jornalista protótipo. Um pouco mais tarde, em 1916, Arthur Schnitzler (1862-

[127] Anterior às comédias de Língua alemã a que aludimos é a obra, por exemplo, de Benjamin Jonson (1572-1637), um dramaturgo inglês contemporâneo de Shakespeare, autor de duas peças dos anos 1620, em parte inspiradas na nova realidade noticiosa emergente. Referimo-nos a "News from the new world", uma pantomina teatral escrita em 1620 para ser representada na Corte inglesa, e a "The Staple of News", de 1626, que, sendo uma sátira à sociedade capitalista que começava a constituir-se, é também uma sátira simples e directa aos incipientes jornais de negócios do século XVII.

[128] Anota Bouveresse, em *Schmock ou le triomphe du journalisme* (2001), que, lançando-se na publicação de « Die Fackel » 50 anos depois da primeira edição da sátira de Gustav Freytag, Kraus utilizaria frequentemente termos adaptados a partir do próprio nome da personagem principal. Assim, serão frequentes nos escritos de Kraus termos como "Schmockerei", "Schmocktum", "schmocktisch", "verschmockt", e "Verschmocktheit".

1931), que se apercebe, no início do século XX, da importância que os meios de comunicação de massa poderiam vir a ter, escreve uma peça no essencial semelhante à de Freytag. Em *Fink und Fliederbusch*[129], Fliederbusch é um jovem repórter parlamentar, apto a escrever duas opiniões contraditórias sobre um mesmo assunto num diário e num semanário. Numa densa sátira à rivalidade entre os jornais, Schnitzler retrata os jornalistas como um grupo de "mercenários sem escrúpulos", capazes de forjar a opinião pública e deformar a realidade, pelo que a informação poderia ter contornos de desinformação.

Se pode dizer-se que Kraus terá inspirado Schnitzler a descrever a decadência burguesa vista por dentro de uma redacção, também será apropriado reconhecer em Kraus um dos escritores que, ocupando-se dela, mais desprezou a imprensa. Será, mais do que isso, apropriado reconhecê-lo como uma dessas pessoas «inquietas, insatisfeitas, revoltadas» que, segundo Bourdieu, encontramos no jornalismo. Talvez a mais inquieta, a mais insatisfeita, a mais revoltada, mas de certo, a menos resignada de todas as que alguma vez terão escrito sobre o jornalismo e os jornalistas. Nele se terão, de algum modo, inspirado, muitos dos que nos últimos cem anos produziram obras em que a imprensa, a rádio e a televisão foram retratadas sobretudo no papel de personagens decadentes e levianas. Contra ele se têm também, por outro lado, insurgido muitos dos que hoje fazem a apologia dos *media* e dos jornalistas como um instrumento necessário à sobrevivência das democracias. Contra ele, pois, se declarou, em parte, Jacques Bouveresse (2001) que, como Schneidermann, também no modo intimista de uma carta replicou alguns dos argumentos mais inflexíveis da crítica social radical de Kraus. A carta que, na introdução a *Schmock ou le triomphe du journalisme*, Bouveresse não assina, mas enuncia em nome de um qualquer leitor de hoje, introduz-nos no combate por que o jornalista austríaco se bateu contra o jornalismo no final do século XIX e contra o capitalismo de uma forma mais generalizada. É precisamente aí, no desprezo pelo capitalismo, que Bouveresse

[129] Encenada em português, por Jorge Lavelli, a peça de Arthur Schnitzler esteve em palco no Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, em Dezembro de 1994, sob o título "O Jornalismo antes dos mass media".

começa uma objecção à eventual actualidade da crítica de Kraus, pois que detestar os capitalistas «será hoje detestar simplesmente todo o mundo» (2001:18-19). Ora, nas entrelinhas da carta que antecipa o livro que dedica à crítica virulenta de Kraus, Bouveresse procura, em certo sentido, declinar o catastrofismo das suas premonições. Assim, apesar de compreender que ele tivesse tido necessidade de protestar contra o facto de a imprensa concorrer para o desaparecimento dos conteúdos em proveito da apresentação, da realidade em proveito da aparência e do sentido em proveito das palavras (*ibidem*:22), o que um leitor de hoje não compreenderá é a transformação da crítica «num acto de guerra contra um inimigo que se sonha aniquilar» (*ibidem*: 22). É por isso que, não obstante o facto de se poder fazer a partir de Kraus uma interessante experiência de pensamento, mal se compreenderá verdadeiramente aquilo que ele quereria que a imprensa fizesse para se tornar «senão irrepreensível, pelo menos aceitável em rigor» (*ibidem*).

Ao considerar a literatura como o único refúgio que pudesse ainda subsistir num mundo em perdição, Kraus coloca-se ao lado de escritores como Voltaire (1694-1778) para quem as gazetas eram publicações cheias de "narrativas de bagatelas" ou até mesmo ao lado de escritores como Eça de Queirós (1845-1900), se quisermos mencionar a literatura portuguesa, que se referia, na pele de Fradique Mendes, ao jornal como «fole incansável que assopra a vaidade humana» (op. cit: 219). Demasiado próximo da ideia que fazia Kraus da imprensa sobre a sua capacidade de transformar «emoções e paixões moderadas em histeria e folia, (...) o orgulho nacional em delírio nacionalista e em xenofobia e (...) o medo em pânico» (Bouveresse: 2001:51), nas correspondências a Bento S., Fradique Mendes consideraria ainda que «todo o jornal destila intolerância, como um alambique destila álcool, e cada manhã a multidão se envenena aos goles com esse veneno capcioso» (op. cit:223). Não deixa de ser curiosa a coincidência desta expressão com este verso que Voltaire compõe a determinada altura contra Fréron, um jornalista francês (1718-1776) que, segundo consta, se terá manifestado sempre contra os filósofos: «No outro dia, ao canto de um pequeno vale/ Uma serpente mordeu Jean

Fréron./ Sabe o que aconteceu?/ A serpente morreu...» (cit. Por Jeanneney, 1996:41). Mas a relutância de Fradique Mendes relativamente à imprensa estender-se-ia ainda à ideia de que, azedando todos os conflitos do mundo, o jornal mataria a paz, porquanto «atiça as questões já dormentes como borralhos de lareira, até que delas salte novamente uma chama furiosa» (op. cit:224) e inventa dissensões novas.

De matriz literária, a escrita de Kraus encerra um «género de condenação definitiva, impiedosa e radical» (Bouveresse, 2001:21) que, segundo Bouveresse, impossibilita uma crítica construtiva do jornalismo que seria seguramente preferível. E se não fossem verdade alguns atropelos à ética profissional e a falta de escrúpulos revelada efectivamente por alguns jornalistas, ávidos de escândalos, talvez chegássemos a dizer, como o eventual leitor de hoje, que tudo aquilo que Kraus escreveu «sobre os jornalistas e os leitores dos jornais é hoje quase totalmente diferente da realidade e não pode ser percebido senão como uma mentira grosseira e um insulto inaceitável» (*ibidem*:13-14). Mas a verdade é que os fenómenos que preocupavam Kraus na transição do século passado (como a invasão dos jornais pela publicidade, a sua dependência relativamente aos poderes económico e financeiro, a concentração e a construção de verdadeiros impérios de jornalismo que ameaçariam o pluralismo e a liberdade de imprensa) se tornaram hoje ainda mais perceptíveis, ainda que provavelmente não tenham resultado manifestamente em nenhuma das consequências desastrosas que ele anunciou. Entende Bouveresse que toda a gente diria hoje a Kraus que os erros que a imprensa e os jornalistas possam ter cometido ao longo da sua história «não representam nada em comparação com os imensos serviços que lhe devolveram» (*ibidem*:22).

Num contexto em que a imprensa generalizadamente se desenvolve e num momento em que, por exemplo, em França a tiragem de jornais diários passa, na segunda metade do século XIX, de 150 mil exemplares (1852) para um milhão (1870) (Albert, 1970:45), não será, porventura de estranhar que a inquietação de Kraus se devesse à preocupação de que os jornalistas pudessem adquirir um poder desmesurado sobre o mundo da cultura e sobre o

mundo em geral. Contemporâneo do desenvolvimento da imprensa popular de grande tiragem, que floresce entre 1871 e 1914, o escritor austríaco, para quem a imprensa se havia tornado "a Grande Prostituta de Viena", obstinar-se-ia pela batalha contra aquilo que considerava ser a dimensão mais promíscua e perversa da nossa sociedade. Completamente desencantado pela imprensa que, na sua opinião, estaria exclusivamente ao serviço dos imperativos de mercado, Kraus veria ainda nos jornais a causa da «auto-mutilação do espírito humano» (Kraus, 2000:186). Até porque, pensaria Kraus, «longe de servir de maneira desinteressada os ideais universais de onde se reclama, a imprensa propõe e reserva os seus favores àqueles que têm meios de os pagar e os pagam efectivamente» (Bouveresse, 2001:33)

«A imprensa é um mensageiro? Não, ela é o acontecimento! Um discurso? Não, a vida!» (Kraus, 2000:182). Se bem que esta pudesse parecer uma exclamação cativada pelas bem-aventuranças do jornalismo, ela repete a incomodidade do ensaísta austríaco relativamente ao poder dos que se ocupam da narração do quotidiano, que, não pretendendo apenas comunicar os acontecimentos, se constituiria ainda como produtora de factos. Sabendo que o jornal não informa sobre um conteúdo, mas que é ele próprio um conteúdo e um excitador, Kraus seria peremptório: a imaginação do jornalista é o pior sucedâneo para a nossa própria imaginação. É, aliás, «contra a nossa vida que ele [o jornalista] atenta com as suas mentiras» (Kraus, 2000: 190).

Anti-jornalista, como lhe chamaria Yves Kobry[130] na apresentação que abre o livro *La Littérature Démolie* (1993), Kraus teria inclusive a ideia de que não são os jornais que são a expressão da vida, mas a própria vida é que seria a expressão destes jornais (Kraus, 2000:185). Matando o pensamento ou não, o certo é que, para Kraus, sendo responsável pela falta de imaginação, o jornalismo seria também responsável «pela cegueira, pela passividade e pelo

[130] É, em toda a linha, interessante o modo como Yves Kobry define a personalidade de Kraus: «Jornalista, Karl Kraus? Anti-jornalista, antes, não à procura do sensacional, à espera do acontecimento, mas atento aos factos miúdos, diversos, da vida quotidiana, judicial, literária, que desenham a seus olhos o retrato de uma sociedade com as suas imperfeições e os seus vícios. Indo do particular para o geral, ele tomava os preconceitos e as convenções pela retaguarda, servindo-se do paradoxo como método crítico e do humor como de uma arma.» (Kraus, 1993:36)

conformismo» (Bouveresse, 2001:87). A mesma cegueira e surdez que permite ainda, segundo ele, que a imprensa continue a existir e se tenha tornado sinónimo de impunidade e de irresponsabilidade. Daí que, se se impusesse uma escolha entre os jornais e a censura, Kraus, não teria dúvidas, optando pela censura. Por temer a habilidade perigosa da imprensa para «transformar não somente a insignificância objectiva em importância reconhecida por todo o mundo» e a própria mentira em verdade (*ibidem*:52)[131], ele sugeriria inclusive que aquilo a que devemos aspirar como uma espécie de felicidade inspirada é a um mundo sem imprensa. A fechar a sua monografia sobre a imprensa parisiense, Balzac deixaria quase a mesma sugestão: «Se a imprensa não existisse, ela não precisaria de ser inventada» (1998:143). Meio século depois, Debord reformularia esta apreensão de Kraus, ao considerar que o espectáculo, ao mesmo tempo resultado e projecto do modo de produção existente (Debord, 1992:17), é o herdeiro de toda a fraqueza do projecto filosófico ocidental. Na verdade, segundo Debord, parecendo render-se à espantosa promessa da imagem, «o mundo real transforma-se em simples imagens e as simples imagens tornam-se em seres reais e motivações efectivas de um comportamento hipnótico» (*ibidem*:23).

Poderá perceber-se melhor o motivo pelo qual Kraus perseguiu persistentemente o aparelho jornalístico[132]. Trata-se da sua completa aversão ao liberalismo económico[133] e à

[131] Comparando a Imprensa às mulheres, também Balzac se referiu de modo curioso a esta habilidade da imprensa para "impor" verdades ou convencer de mentiras. Dizia ele, com ironia, que «a imprensa, como a mulher, é admirável e sublime quando ela avança uma mentira, ela não vos larga senão quando vos forçou a acreditar e desdobra as maiores qualidades nesta luta onde o público, tão estúpido como um marido, sucumbe sempre» (1998:142-143).

[132] Diz Bouveresse (2001:90) que, segundo Edward Timms, a crítica krausiana do aparelho, entendida como um todo, é mais importante do que a crítica aos jornalistas individualmente. Citado em *Schmock ou le triomphe du journalisme*, Timms, que escreveu dois volumes sob o título *Karl Kraus: apocalyptic satirist*, diria inclusive que «a crítica krausiana da "destruição do espírito" não é de maneira nenhuma um pedaço de idealismo abstracto. A sua insistência acerca do aparelho de produção da consciência antecipa teorias mais recentes como as de Walter Benjamin, Hans Magnus Enzenberger e Marshall MacLuhan».

[133] Em termos filosófico-políticos, Karl Kraus reclamou sempre um Estado suficientemente forte e determinado que assegurasse a protecção económica dos indivíduos contra as consequências destrutivas que resultam do livre jogo do mercado. Em momento algum Kraus veria com bons olhos a dominação económica. Em *Cette belle époque*, teria mesmo esta expressão arrasadora: «Desde que a humanidade se submeteu à economia, ela tem apenas a

dominação da economia sobre a vida social. Debord explicaria também os perigos desta dominação, sustentando que ela tinha, numa primeira fase, arrastado «na definição de toda a realização humana uma evidente degradação do ser no ter», o que se torna ainda pior na fase presente em que «a ocupação total da vida social pelos resultados acumulados da economia conduz a um deslize geral do ter no parecer» (Debord, 1992:22). Por isso, jamais admitiria Kraus que a aceitação de regras e de exigências universais do mercado fosse o preço a pagar para que a imprensa pudesse viver e desempenhar a sua tarefa. A essa tentação respondeu com a sua própria opção de ser proprietário, editor e redactor único da revista que elegeu como o instrumento da grande batalha da sua vida. Adoptando um tom e uma terminologia apocalípticos, Kraus insistiria mesmo que a independência económica e financeira seria, em matéria de imprensa, a condição *sine qua non* da independência moral e intelectual[134]. Sobretudo, porque, apesar de se insurgirem contra a censura exercida pelo poder político, os jornalistas «são geralmente muito mais discretos e muito menos determinados quando se trata das relações de dependência económica nas quais está implicada cada vez mais a imprensa» (Bouveresse, 2001:122). Nesta mesma preocupação se inscreveria, muito mais recentemente, Bourdieu ao constatar que «os jornalistas e os jornais "sérios" estão a perder a sua aura e se vêem eles próprios obrigados a fazer concessões à lógica do mercado e do marketing» (Bourdieu, 2001:88). Aliás, era seu entendimento que, no que concerne à televisão, é a coacção económica o que mais pesa sobre as opções editoriais[135]. Assinalada por vários autores da

liberdade da inimizade, e se o progresso aguçou as suas armas, ele forneceu-lhe a mais mortífera de todas, uma arma que, além da sua necessidade sagrada, lhe rouba o cuidado último da sua salvação terrestre: a imprensa» (Kraus, 2000:181).

[134] Nesta matéria, o que realmente impressionava Kraus era o facto de o imperativo primeiro de uma sociedade capitalista, e portanto, de uma imprensa ela própria de matriz capitalista, ser a rentabilização das acções e não, como seria de esperar, o interesse público do trabalho realizado. Não seriam necessárias grandes demonstrações para sugerir que este é, ainda hoje, um dos pontos de grande sensibilidade no debate sobre a *performance* dos *media* actuais, com a agravante que configuram os grandes grupos económicos de *media* e a precariedade do trabalho jornalístico em diversas circunstâncias.

[135] Num ensaio escrito em 1996, *Sobre a Televisão*, Bourdieu reflecte justamente acerca da falta de autonomia da televisão. «A televisão», diz ele, «é um instrumento de comunicação muito pouco autónomo sobre o qual pesa toda

sociologia dos *media*, mas também por muitos jornalistas, a dependência face ao poder económico também não escapou a Serge Halimi que, num texto polémico, editado em 1997, lamenta que os órgãos de comunicação social se tenham tornado numa espécie de «orquestra sinfónica afinada pelo diapasão dos mercados, que escondem as nossas existências num mundo sem sono e sem fronteiras» (1998:47). Não menos pessimista que Kraus, Halimi atribui ao jornalismo a responsabilidade pelo empobrecimento do debate público, porque, «convivendo apenas com "decisores", convertendo-se numa sociedade de corte e de dinheiro, transformando-se em máquina de propaganda do pensamento de mercado, o jornalismo encerrou-se numa classe e numa casta» (*ibidem*:108).

Não sendo hoje propriamente um dos nomes mais habituais das referências intelectuais do início do século XX, a Karl Kraus devemos, todavia, um dos maiores repertórios de artigos contra o jornalismo e os jornalistas. Mestre do aforismo e da frase cortante, dedicou quase quatro décadas da sua vida a anotar faltas, escândalos e abusos precisos da imprensa. Em *Die Fackel* (O Archote), revista que editou com financiamento próprio[136], durante 37 anos (de 1899 a 1936), Kraus desenvolveu a sua mais ácida ironia no retrato do papel da imprensa. Em 922 números, *Die Fackel* colectou cerca de 30 mil páginas[137] de intuições e de um forte inconformismo relativamente à decadência dos valores e instituições austríacas. Não se tratava, por isso, de um pasquim ou de panfleto burlesco. *Die Fackel* foi o exercício da crítica levado ao extremo. Esta espécie de jornalismo solitário – anterior à era digital – exerceram também Gilbert

---

uma série de imposições que têm a ver com as relações sociais entre os jornalistas, *relações de concorrência* encarniçada, implacável, até ao absurdo, e que são também *relações de conivência*, de cumplicidade objectiva, baseadas nos interesses comuns ligados à sua posição no campo de produção simbólica e no facto de os jornalistas terem em comum estruturas cognitivas, categorias de percepção e de apreciação ligadas à sua origem social, à sua formação (ou à sua não formação)» (2001:34)

[136] Os primeiros números da *Die Fackel* foram financeiramente garantidos pelo pai de Kraus. Depois, ele herda uma fortuna grande, o que, a par com o sucesso alcançado pela revista, permitirá que ele se financiasse com total independência.

[137] Note-se que a produção literária e reflexiva de Kraus não se resume apenas aos extensos trabalhos da *Die Fackel*. Conta-se que, para além das mais de duas dezenas de obras de ensaio e de dramaturgia, Kraus terá ainda proferido mais de 500 conferências.

Keith Chesterton, um influente escritor inglês que publicou de 1925 a 1936 o *G.K.'s Weekly*, e, mais tardiamente, Izzy Feinstein Stone, um jornalista americano que editou de 1952 a 1971 uma espécie de *newsletter* política intitulada *IF Stone's Weekly*. Mas dizíamos que *Die Fackel* se tornou, de algum modo, no símbolo da imagem negativa que os intelectuais do final do século XIX e do início do século XX traçaram para o jornalismo e os jornalistas. Com efeito, a pretexto da crítica ao *Neue Freie Presse*, o mais importante jornal austríaco de então e um dos mais respeitados da Europa, Kraus consideraria mesmo a imprensa o inimigo número um a abater. Céptico relativamente à liberdade de expressão e constatando que o poder político e a imprensa, as duas instâncias de liberdade, «trabalham de mão dada»[138] (*Die Fackel* nº 35, 1900, citada por Bouveresse, 2001:104), questionaria a relação entre a liberdade de expressão e a liberdade de pensamento. Diz Bouveresse que, para Kraus, «uma liberdade de expressão total é de pouco interesse quando o pensamento é (...) totalmente convencionado e não se exprime senão numa linguagem esbatida que, precisamente, não é feita para pensar, mas unicamente para (...) a eufemização, a ornamentação e a decoração» (2001:130)[139]. Muito mais favorável à liberdade de expressão do que Kraus[140], Voltaire também não se mostraria especialmente animado pela escrita periódica que ele próprio cultivou, pelo menos em gazetas literárias. Curiosamente mais tolerante aos jornais oficiais, considerava que os outros, nomeadamente os de Londres onde vigorava um regime de liberdade, se enchiam de "indecência". Mas, de um modo geral, entendia que a imprensa se tinha tornado «num dos flagelos da sociedade e uma extorsão intolerável». Diz Jean-Noël Jeanneney que estas declarações de Voltaire, publicadas num artigo da *Enciclopédie,* revelam a «arrogância altiva do homem de escritos duradoiros em relação à

[138] Balzac dizia algo parecido ao sugerir que as obras dos que governam e as dos que escrevem são duas maneiras de conduzir o homem (1998:140).

[139] Não seriam escassas, no século XVIII, as declarações contra a liberdade de expressão. Jeanneney cita, por exemplo, o abade Galiani que, em correspondência a Madame d'Épinay, exclama, relativamente à liberdade de imprensa: «nada contribui mais para tornar uma nação grosseira, destruir o gosto, adulterar a eloquência» (1996:40).

[140] É célebre a expressão de Voltaire que se tornou o emblema desta defesa da liberdade de expressão: «Posso não concordar com nenhuma das palavras que você diz, mas defenderei até à morte o seu direito de dizê-las.

pequena multidão dos profissionais da imprensa» que ele culpa «simultaneamente de indecência e de leviandade» (1996:40). E, ao considerar que a imprensa nunca atingiria a nobreza do livro reflectivo, chega a fazer coro com Diderot (113-1784), para quem os jornais seriam «o recurso dos que querem falar e julgar sem ler, o flagelo e o desprezo dos que trabalham» ou com Montesquieu (1689-1755) que, ao reconhecer que os jornais estariam na moda, lamentava que a preguiça se sentisse lisonjeada ao lê-los. (também cit. por Jeanneney).

Pode dizer-se que, inscrevendo-se no plano da crítica mais negativa de que, porventura, haverá memória, Kraus se torna, no âmbito do nosso trabalho, numa referência incontornável. De acordo com Bourdieu, a ele se deve uma espécie de «manual do perfeito militante contra a dominação simbólica», por ter sido um dos primeiros a entender que «existe uma forma de violência simbólica que se exerce sobre as mentes (os espíritos) manipulando as estruturas cognitivas» (Bourdieu, 2000:123). Não sendo um filólogo, insistiu, no entanto, em reprovar a degradação da linguagem, em especial da linguagem jornalística que, no seu entendimento, se estaria a constituir como base das mistificações e perversões do homem dito moderno. Considerando, por conseguinte, que a escrita jornalística é uma espécie de escrita de fluxos e de tendências, isto é, traçada por uma sujeição a interesses "que mudam todos os dias" (motivo pelo qual ele diria que os jornalistas têm uma verdade para cada dia), Kraus dá a impressão de ignorar todo o lado positivo que a imprensa pudesse, na verdade, ter. Até porque, ao invés de reconhecer a democratização do acesso à informação de que os jornais foram, segundo muitos historiadores, em certa medida responsáveis, o que Kraus fez foi denunciar a submissão do pensamento e da opinião ao trabalho de "escrevinhadores de páginas impressas". Se bem que esta ideia nos pudesse parecer um tanto ou quanto excessiva, a verdade é que a reencontramos, quase nos mesmos termos, por exemplo, em Bourdieu que, ainda a propósito do jornalismo televisivo, julgou que o acesso à televisão teria por contrapartida uma certa forma de censura: «uma perda de autonomia ligada, entre outras coisas, ao facto de o tema ser imposto, de as

condições da comunicação serem impostas e sobretudo de a limitação do tempo impor ao discurso coacções» (Bourdieu, 2001:6) que impedem que possa dizer-se mais alguma coisa.

Sugerindo, então, que o jornalismo seria uma espécie de actividade ferida pela escrita dos dias, o que quer dizer, ferida pela ligeireza dos relatos de acontecimentos, pela falta de recuo e de distância crítica, Kraus antecipa de modo curioso o que, no segundo capítulo deste texto, apresentámos como a actual cultura da urgência. Com efeito, tal como Baudrillard e Debord mantiveram já na segunda metade do século XX, também Kraus, no início dos anos 1900 descreveu a sociedade contemporânea pelo consumo e pelo espectáculo. Mas o que é talvez mais intrigante é que ele tenha atribuído à imprensa a responsabilidade por este estado de coisas. Ora, nestes termos, a imprensa "pecaria", por um lado, por se prestar ela própria à venda de um produto e por convidar ao consumo de tudo o que pode comprar-se e vender-se, e, por outro, por substituir a realidade que deveria reportar por aquela que ela constrói (Bouveresse, 2001:59). Actualizar a crítica de Kraus, ou mesmo a de Balzac, cuja denúncia feroz – da omnipotência e vaidade dos jornalistas, da versatilidade dos seus julgamentos e da influência abusiva que exerciam sobre os governos – surpreende ainda hoje, é, como poderá imaginar-se, um desafio no contexto da cultura actual, que, como descrevemos anteriormente, nos coloca na fronteira entre o real e a sua aparência, ou por outra, entre o real e o virtual.

2. Um produto da urgência dos dias

«A escrita jornalística», diz Bragança de Miranda, «torna-se politicamente densa quando se exerce sobre os dias do mundo», porque a ela se deve a exibição dos «estados inaceitáveis do mundo» e ao mesmo tempo os «quadros em que o actual acede à visibilidade» (1998:9). Quando, pelo século XIV ou XV, surgiram as primeiras folhas noticiosas, não se teria, por certo, noção do carácter decisivo que os media adquiririam na definição da actualidade. Tendo aparecido para responder à necessidade de informação e à curiosidade dos públicos, que sempre suscitaram «a vocação dos contadores de histórias» (Albert, 1970:7), estes primeiros

registos noticiosos ficaram a dever-se em parte ao alargamento dos horizontes, devido ao progresso do capitalismo bancário e comercial, e à criação de grandes estados que tornaram as comunicações mais estáveis (*ibidem*). Apesar de, naquilo que os historiadores chamam a "pré-história dos jornais", não haver propriamente um reconhecimento do valor simbólico das chamadas *nouvelles*, elas tornam-se desde o primeiro momento verdadeiras mercadorias, estando desde então associadas a importantes centros de distribuição destes escritos (*ibidem*). Mesmo antes da imprensa, e ainda apenas para um público restrito, com interesses exclusivamente políticos ou económicos, a própria notícia manuscrita tem, desde a Inglaterra dos séculos XIII e XIV uma importância incontestável. Ela transforma-se numa verdadeira indústria que cativa desde o primeiro momento uma preocupação pelas questões de verdade. «Consta», relata Pizarroso Quintero, «que na Inglaterra de Eduardo I (...) foi criada, em 1275, uma Ordenança Real contra os propagadores de falsas notícias» (1996:31). Este é talvez o primeiro registo de escrutínio público ou de regulação da actividade dos *intelligencers*, aqueles que, em Inglaterra, se dedicavam às notícias manuscritas[141], estando por isso nos antípodas daquilo que configuraria mais tarde a profissão de jornalista. Numa Europa a florescer, marcada pelo incremento do comércio, por um novo modelo de vida urbana, pela existência de rotas comerciais cada vez mais seguras e pelo desenvolvimento de uma cultura escrita e de um público leitor (*ibidem*), florescem também as condições que determinam o desenvolvimento das trocas de informação e o comércio de notícias ligadas a interesses mercantis. Constituem-se assim, já no século XIII, importantes centros informativos, em Itália, na Inglaterra e na Áustria, onde prolifera o intercâmbio de "informação de actualidade". Toda a Idade Média é, por sinal, marcada pela constituição de redes de angariação e difusão de informações, transmitindo os mensageiros, «oralmente ou por escrito, as notícias que podiam ser tornadas de conhecimento público» (Albert, 1970:7).

[141] Em Itália, estes escritores de notícias tinham inicialmente o nome de *menanti*.

Nouvelles à la main (França), *Geschriebene Zeitungen* (Alemanha) ou *lettre d'avvis* (Itália), estes primeiros registos noticiosos, ainda apenas manuscritos, tinham por enquanto uma forma muito simples. Sem título, relatavam os factos de modo conciso, sendo apenas precedidos pela indicação da data e do local de proveniência. Não obstante a sua simplicidade, as "notícias à mão"[142] conhecem um impulso significativo a partir do século XIV, não escapando por isso à atenção e até a uma certa relutância dos poderes político e religioso da Baixa Idade Média e do Renascimento. Não deixa de ser curioso que também sobre estes relatos tivessem recaído as reprimendas da Igreja, sendo digno de nota um consistório de 1570 referido por Quintero (1996), em que, reunido com os cardeais, Pio V[143] lança «uma invectiva contra os que escrevem notícias prejudiciais para o Papa, para os cardeais, para os bispos e para os outros prelados». Pode talvez dizer-se que, depois desta intervenção papal, estão, de algum modo, legitimados os ódios contra aqueles que, propagando informação, a utilizavam para efeitos perversos, ódios que terão feito de Niccolò Franco "o primeiro mártir do jornalismo"[144].

Ora, se, com a Igreja encontramos a definição de constrangimentos impostos à actividade informativa, no seio dos governos monárquicos renascentistas, traçar-se-ão não apenas os contornos de limites a impor ao que pudesse pôr em perigo os interesses políticos, mas também estratégias de aproveitamento das mensagens quotidianas em favor dos próprios governantes. É, com efeito, marcada por um forte controlo que a informação de actualidade

[142] De acordo com a *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, sistematizada por José Tengarrinha, a primeira folha noticiosa manuscrita conhecida em Portugal, data de 1588 e terá aparecido em duas páginas intituladas "Notícia da Infelicidade da Armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre de Santa Catarina".

[143] Recorde-se que foi precisamente no Pontificado de Pio V que se estabeleceu, em 1571, a Congregação do Índex que obrigou à saída de muitos impressores de Itália para a Suiça e para a Alemanha. Com o tempo, a posição da Igreja tornar-se-ia mais moderada, como o demonstrarão os documentos do Concílio Vaticano II. «A mãe Igreja sabe, com efeito, que os meios (de comunicação), se utilizados rectamente, proporcionam valiosas ajudas ao género humano, pois contribuem eficazmente para descansar e cultivar o espírito e propagar e fortalecer o Reino de Deus; sabe também que os homens podem voltar estes meios contra o plano do divino Criador e utilizá-los para seu próprio prejuízo; mais ainda, sente uma maternal angústia por causa dos danos que derivam com frequência do seu mau uso para a sociedade humana» (*Inter mirifica*, ponto 2)

[144] Diz Quintero que, um mês depois do consistório de Pio V, um *avvisi* de Veneza relatava assim o desaparecimeno de Niccolò Franco: «Esta manhã, Niccolò Franco, qe esteve ao serviço de Morone, foi enforcado na Ponte. Diz-se que por ter difamado ilustríssimos senhores, e por ter corrompido alguns agentes da justiça» (1996:33).

avança, no século XV, para a era da impressão. Depois de Gutenberg, as restrições haveriam de ser ainda maiores, configurando em muitos países a efectiva proibição de imprimir e vender publicações impressas que não fossem previamente aprovadas. Dando conta, nomeadamente da realidade francesa, Quintero anota o carácter proibitivo de uma Ordenança Real de Francisco I que obrigava a submeter todos os trabalhos para impressão à aprovação de uma Faculdade de Teologia, a que se segue, a partir de 1534 a obrigação dos impressores de obtenção de um privilégio. A entrada no século XVI não haveria de ser muito abonatória da imprensa. De facto, se, por um lado, os movimentos de Reforma e de Contra-Reforma estimularam a publicação de um número considerável de folhas noticiosas, por outro, fizeram multiplicar-se os motivos por que os Estados Católicos deveriam impor medidas de censura e de controlo da informação. E impuseram-nas, de facto, endurecendo a legislação repressiva, que se «destinava mais a controlar o novo fenómeno do que a organizá-lo» (Quintero, 1996:44). Ao forte papel que a Igreja insistia em marcar, juntaram-se então as forças do poder civil que «instalaram os seus próprios censores na Alemanha, em 1524, em França em 1537, em Inglaterra em 1586» (Albert, 1970:10), estabelecendo perseguições contra os editores e difusores dos boletins ocasionais que se produziam em escalas cada vez maiores. Ainda assim, ao longo de todo o século XVI, a história da imprensa regista a multiplicação de experiências de impressões em série, com um carácter cada vez menos ocasional, embora a regularidade inicial das folhas noticiosas fosse ainda compassada por intervalos temporais muito espaçados. Anuais, semestrais ou mensais, as publicações mais ou menos regulares no século XVI não substituem, no entanto, por completo as publicações não periódicas que conhecem algum êxito ainda durante os séculos seguintes. Os *nouvellistes* que as produziam, algumas mesmo persistentemente escritas à mão, «obtêm, ao lado dos *gazetiers*, uma importância considerável como fornecedores de notícias» (Albert, 1970:11), assemelhando-se, quiçá, a informadores informais e constituindo importantes redes de informação complementares, uma vez que escapavam ao rígido controlo que condicionava as mensagens impressas.

Só com os primeiros almanaques[145] as *nouvelles* ganham um certo carácter periódico. Apesar de não serem publicações estritamente jornalísticas, os almanaques são uma referência necessária para se compreender o advento das publicações de actualidade. Derivando dos calendários, os almanaques publicavam sobretudo informações de carácter prático sobre os astros, os dias santos e as tarefas de lavoura. Não davam, por isso, muito azo a intimidações da censura. A par destas publicações, aparecem também os mercúrios, uma espécie de anuários que se publicavam muitas vezes por ocasião de feiras, como o *Messrelationen* (relação de feiras) que aparece, na Alemanha, por ocasião da Feira Anual de Frankfurt. Estando, como sugere Tengarrinha, para as gazetas como as revistas estão hoje para os jornais, os mercúrios tinham a particularidade de registar uma síntese de acontecimentos, uma «súmula de factos notáveis e esporádicos, não encadeados» (Tengarrinha, 1989:42) relatados em notícias diversas, cronologicamente ordenadas.

É com as primeiras gazetas (primeira forma de jornalismo no sentido estrito) que se garante uma certa sistematicidade (temporal e de género) no relato dos acontecimentos. Se as publicações anteriores tinham uma periodicidade diversa, as gazetas aparecem para impor um novo ritmo à circulação de informação. Generalizando-se, no século XVII, por toda a Europa, as gazetas tornam-se num modelo ideal de divulgação de notícias. A sua periodicidade semanal torna-as numa resposta mais satisfatória às necessidades crescentes de informação actual, ao mesmo tempo que impõe métodos mais exigentes de recolha e de tratamento das "novas" e, portanto, competências cada vez mais particulares. Começam, assim, a desenhar-se, as especificidades de um novo ofício que subtrai aos intelectuais a exclusividade da produção escrita. Se bem que as questões da profissionalização do jornalismo só apareçam já no século XVIII tardio, os redactores das gazetas são reconhecidos desde cedo como um grupo singular, bem distinto do grupo de escritores que frequentavam os salões literários. Autores de uma

[145] O primeiro conhecido em França data de 1486; na Alemanha, o mais antigo foi impresso em Nurenberg, em 1455 e em Portugal, o *Almanach Perpetuum*, editado em 1496, é o primeiro de que temos notícia.

escrita sem estilo e sem poesia, estes homens da prosa dos dias que passam são então olhados como uma espécie de mercadores, uma imagem singularmente retratada numa das personagens com que Ben Jonson figura *News of the new world*, uma personagem que se diz capaz de escrever até 1200 notícias semanais para se venderem a bom preço por toda a Inglaterra. A este lado mercador escaparia, por seu turno, Schmock, o protagonista de *Die Journalisten*, que, no final da peça, aceita uma oferta monetária generosa para abrir um negócio por conta própria, abandonando assim a habilidade que tinha desenvolvido de escrever ao jeito das conveniências. Se bem que é, justamente, para escrever de acordo com os interesses mercantis e políticos que os correspondentes de notícias encontram, ainda assim, algum incentivo ao desenvolvimento da produção e divulgação de informação de actualidade.

Sendo um século de verdadeira expansão do jornalismo, o século XVII vulgariza, de algum modo, a circulação das folhas noticiosas, que, se inicialmente tinham também uma função de algum modo vocacionada para a diversão de classes populares, começam então a ser cada vez mais vocacionadas para corresponder aos propósitos das classes letradas, orientadas sobretudo pela necessidade de actualização numa sociedade em acelerada mudança. Estas são as premissas que permitirão compreender por que razão os correspondentes privados, encarregues de transportar mensagens de carácter particular, vão dando progressivamente lugar à actividade de relatores de uma informação de índole pública. É, neste contexto, portanto que se vai definindo o papel daqueles a quem haveríamos de chamar jornalistas. Entendidos por Ben Jonson como uma espécie de "alquimistas de notícias" – é assim, diz Javier Díaz Noci (2001) que o dramaturgo retrata um dos protagonistas de *The staple of News* –, estes "comerciantes de informação" começam justamente por procurar corresponder à curiosidade dos seus clientes. É, aliás, surpreendente o termo escolhido por Jonson para se referir às redacções de então. Chama-lhes oficinas de notícias, como se dos jornalistas se pudesse inferir um tipo de trabalho artesão, sustentado pela compra e venda de notícias. Há talvez aqui já uma ideia original da informação como mercadoria, da notícia como "coisa" susceptível de troca comercial, também

ela com vista ao lucro. Tratando estas experiências primárias de jornalismo como negócio, Jonson alinhar-se-ia com alguns dos intelectuais que posteriormente tanto procuraram arrasar as práticas jornalísticas pela sua, diziam, afinidade com as leis do mercado.

Com o aparecimento de *La Gazette*, em 1631, um semanário publicado em Paris por Théophraste Renaudot, frequentemente apresentado como a primeira publicação semanal impressa (o que, para Quintero não corresponde efectivamente à verdade porque haverá registos de uma outra publicação de carácter semanal, impressa em Florença desde 1597), consolida-se o nome por que seriam reconhecidos os boletins informativos periódicos a partir do século XVII. As gazetas passam então a designar as folhas noticiosas, sendo o gazetista aquele que escreve sobre as novidades. Longe, muito longe ainda dos meios que permitiriam o relato em directo, esta primeira versão de textos jornalísticos demonstrava já o que viria a ser a marca distintiva da escrita jornalística: uma preocupação permanente com a novidade. Até ao final deste século consuma-se, portanto, a actividade de impressão e difusão de informação, ainda que profundamente marcada pelo carácter oficial da maior parte das publicações, sujeitas a rígidos regimes de censura religiosa e civil. Contam, por sinal, os manuais de história da imprensa que, em França, «o jornal nasce no campo político (...) e, por ocasião da Revolução, serve fielmente os interesses da monarquia» (Delporte, 1999:52). Ora, tratando-se de imprensa oficial, não seria com certeza de estranhar que muitas destas publicações estivessem estreitamente ligadas a estratégias políticas e servissem, com frequência, de instrumentos de propaganda. Ligações perigosas que se manteriam pelos séculos seguintes, legitimando as motivações daqueles que tanto investiram na crítica à escrita de actualidades. Balzac, referindo-se aos *publicistes*, anotou precisamente as transformações operadas nestes "escrevinhadores" (*écrivassieres*) da política, que são agora, diz, na era da imprensa, homens ocupados com os "bastões inconstantes da actualidade" (1998:19). O jornalismo incipiente dos anos 1700 não procuraria senão responder então à conduta publicista dos organismos oficiais, se bem que, a par dos jornais de interesse geral, de informação política, militar e económica, aparecem também outros dois tipos que, no

final do século XVIII e por todo o século XIX ganharão um dinamismo muito significativo – são os jornais de cultura, orientados pela troca de impressões literárias e artísticas, e os jornais de entretenimento, que aparecem como uma espécie de antecipação da imprensa sensacionalista ou de escândalos.

Mas a efervescência político-social dos estados europeus, a Revolução Francesa, a Declaração dos Direitos do Homem, em que se define pela primeira vez a livre comunicação de pensamento e de opiniões como um dos direitos fundamentais, rapidamente impulsionaria os esforços e a iniciativa de uma imprensa tendencialmente menos oficial, de expressão mais livre, com fórmulas e formatos mais variados e com uma periodicidade mais assídua e mais frequente, a partir de 1791, quando *La Gazette* se torna, sob o título *Gazette nationale de France*, um jornal diário. Estando desde sempre marcados pelo estigma de uma certa vontade de domesticação por parte dos governos, os jornais em franca expansão haveriam de enfrentar uma outra ameaça, justamente a que mais inspirou os escritos de Kraus contra a imprensa: a corrupção económica. «Desde o século XVII», lembra Jeanneney, «que se acusam os jornalistas de mentir para melhor vender o jornal, por vezes por preguiça (...) e sobretudo porque foram subornados» (1996:26). Quando aparecem as primeiras formas de publicidade, que poderiam fazer adivinhar uma certa independência relativamente aos governos, as denúncias contra os jornalistas tornam-se ainda mais graves. Muitos são mesmo encarados como "novelistas venais", podendo supor-se que «os jornalistas desta época não se mostravam muito fortes perante as tentações de ceder ao pagamento de "luvas"» (*ibidem*:27).

Esta relação de promiscuidade entre os jornalistas e os homens de poder (político, religioso ou económico) estaria, na verdade, facilitada pelo facto de, nestes primeiros tempos do ofício, a imprensa não ter senão um papel passivo, exercendo um certo jornalismo acrítico e deixando à literatura os grandes combates públicos (Albert, 1970:17). É a Revolução Francesa que, de algum modo, promove uma mudança neste estado de coisas, num momento em que boa parte dos actores políticos importantes se tornam jornalistas (Jeanneney, 1996). Com a

Revolução, organiza-se ainda o conceito de opinião pública, considerando-se que ela é a principal figura do dinamismo histórico. O próprio Rousseau escreveria na segunda metade do século XVIII que até então «as opiniões erravam, sem ordem e sem regra, à medida das paixões dos homens e estas paixões que se entre-chocavam incessantemente faziam com que o público flutuasse de uma para a outra, sem nenhuma direcção dominante» (cit. por Jeanneney, 1996:54). É à imprensa, portanto, que se atribui, para o bem e para o mal, a função de organizar e estabilizar uma «opinião pública indecisa e que ameaça ser caótica, que arrisca ser corrompida ou tornada libertina» (*ibidem*). Mas a Revolução Francesa é reconhecida como um marco importante da história do jornalismo, acima de tudo porque ela significa em muitos sentidos a conquista da liberdade. É que os acontecimentos políticos que agitam a França, primeiro, mas depois também, por arrastamento, outros países europeus, estimulam a impressão cruzada de folhas panfletárias de movimentos pró-revolução e de movimentos contra-revolucionários, que encorajam ainda o aparecimento de novos jornais, «vigorosos e polémicos» (*ibidem*:56)[146]. É o que acontece em Portugal, por ocasião da Revolução de 1820, altura em que se regista um incremento da imprensa, que se traduz na multiplicação de títulos e no alargamento da audiência, dois fenómenos que desagradariam os partidários do regime absoluto (Tengarrinha, 1989). Apesar do ânimo que a Revolução possa ter causado em matéria de liberdade, os jornalistas continuam a ser intensamente perseguidos. Em França, os censores vão sendo integrados progressivamente nas redacções a partir de 1805, em processos de controlo que culminam com a submissão absoluta da imprensa imposta por Napoleão. Em Portugal, ainda que a primeira Lei de Liberdade de Imprensa, publicada em 1821, estabelecesse a livre impressão, publicação, compra e venda de quaisquer livros ou escritos sem prévia censura, a

[146] Regista Jeanneney que, em Paris, em 1789, se contam entre 140 e 190 jornais, dos quais 23 seriam diários editados na capital. Se o número de títulos não dissesse suficientemente a dimensão da imprensa de então, os números das tiragens seriam, por si só, verdadeiramente impressionantes. Nos anos mais quentes da Revolução, vendiam-se em França cerca de 300 mil exemplares de jornais, 80 mil dos quais expedidos de Paris para a província.

verdade é que a censura nunca se extingue completamente, agravando-se com a decadência do projecto vintista.

Só a partir do final do século XIX, porém, os periódicos evoluem, quer em Portugal quer no estrangeiro, para a publicação de novos géneros jornalísticos. Por isso, mas também pela ausência ainda de meios de comunicação concorrentes, do último quartel do século XIX à Primeira Guerra Mundial, a imprensa vive o que se chegou a chamar a idade de ouro dos jornais. Mais interventivo, mais opinativo, enfim, mais implicado nos assuntos relatados, o jornalismo literário e político começa a interessar a muitos escritores que se prestam a colaborações regulares, elevando o nível de qualidade das publicações. Estão assim, com a participação de uma classe mais culta e com os desafios políticos, sociais e culturais que marcam o mundo ocidental nos séculos das Luzes, reunidas as condições para o desenvolvimento de uma imprensa de opinião. Nos anos 1880, o jornalismo francês estava, com efeito, amplamente estruturado por esta dupla tradição, política e literária, porquanto se dirigia vocacionalmente às elites. «Núcleo de resistência à opressão ou instrumento de propaganda do poder» (Delporte, 1999:52), o jornal torna-se numa «tribuna ao serviço de um homem, de uma facção, de um partido, de um regime, mas também de uma crença, de uma filosofia, de uma doutrina» (*ibidem*).

Em Portugal, o fenómeno do jornalismo literário de alcance político seria, porventura, mais tardio, desenvolvendo-se apenas a partir de 1834. Haveriam de se destacar, neste período, no contexto português principalmente dois títulos: *O Panorama*, de Alexandre Herculano, e a *Revista Universal Lisbonense*, de António Feliciano de Castilho (Tengarrinha, 1989:175). É certo que, apesar de se tratar de publicações especialmente dedicadas aos assuntos literários e estéticos emergentes do humanismo e do romantismo, a estes títulos não escapam os assuntos sociais e políticos (*ibidem*). Aliando a expressão literária às motivações nalguns casos militantes, os jornalistas europeus afastam-se gradualmente de uma concepção neutra de informação. Diz-se que alguns chegam a usar a pena como uma arma (Delporte, 1999), servindo-se das colunas

dos jornais ou revistas como espaços assassinos de difamação. Este é, por outro lado, um período muito próspero na afirmação de géneros como a crónica ou a crítica. Daí que, nesta época, não seja muito clara a distinção entre o jornalista e o homem de letras e o jornalismo funcione como uma espécie de antecâmara da literatura. Uma das causas do impulso britânico, por exemplo, neste período concerne, precisamente, ao «encontro entre o prestígio literário e o prestígio jornalístico» (Jeanneney, 1996:33).

A par do forte entusiasmo cultural, factores de índole económica e técnica contribuem para a massificação da imprensa. Do tempo das elites evolui-se para a era das massas, num processo que coincide com a passagem da imprensa artesanal à idade industrial, que conduziria à grande explosão das tiragens dos jornais. Graças ao desenvolvimento dos transportes e aos progressos nas técnicas de composição e de impressão, vulgariza-se a imprensa diária. A invenção do telégrafo favorece consideravelmente a circulação de notícias e converte-se no instrumento que permitiria o aparecimento das agências noticiosas, importantes centros de distribuição rápida de informações. É ainda em meados do século XIX que nascem pelo menos duas das agências noticiosas que ainda hoje se distinguem no panorama informativo internacional: a Reuters, criada em 1851, e a Associated Press, fundada em 1848. Elas, sim, espécies de oficinas informativas, *staples of news* como diria Benjamin Jonson, estas agências representam mudanças muito significativas que dão uma dimensão mundial ao mercado da informação. É que, sem condição financeira para manter correspondentes à distância, os jornais encontram nestas agências uma forma de contornar esta dificuldade e de ampliarem o âmbito geográfico das suas edições. Mas também sobre as agências haveria de "cair" a mão de ferro dos governos que não se descuidariam da importância destes canais de comunicação. É, com efeito, ao desenvolvimento dos meios físicos de comunicação que a imprensa fica a dever os desafios que se lhe colocariam a partir desta altura. Depois do telégrafo e da industrialização das técnicas de impressão, é o telefone que, ainda pouco comum no final do século XIX, se torna, até à I Guerra Mundial, num instrumento cada vez mais banal tanto para as agências como para

os jornalistas, ávidos de uma informação instantânea (Delporte, 1999:61). Vencidos os primeiros obstáculos à propagação de notícias, a grande novidade do início do século XX seria finalmente a introdução da imagem nos jornais. Primeiro sob a forma de ilustrações traçadas por gravuristas e logo depois pela utilização da fotografia, que depois das experiências de Nièpce e Daguèrre se tornaria rapidamente popular. Paralelamente ao forte entusiasmo que gera na esfera privada, nomeadamente no que concerne à produção de retratos pessoais e de família, a fotografia conquista a pouco e pouco espaço nos jornais. A partir dos anos 1840 começam a publicar-se revistas ilustradas. O primeiro destes novos periódicos é o "Illustrated London News"[147], fundado em Inglaterra em Maio de 1842. No primeiro número, ainda anterior à fotografia, promete aos leitores «notícias contínuas dos acontecimentos mundiais importantes, dos progressos sociais e da vida política, com a ajuda de imagens variadas e realistas» (Lemagny, 1998). As ilustrações fotográficas propriamente ditas aparecem durante os anos 1880. É verdade que, inicialmente, a imagem aparece apenas como modo de ilustração, sem grande valor informativo. No entanto, considerada uma incorruptível matriz de verdade, a fotografia conquista uma grande confiança do público. O seu testemunho nunca é posto em causa, pelo que os fotógrafos passariam a ser companheiros dos jornalistas. Começam, pois, por ser retratados os grandes acontecimentos nacionais, as catástrofes naturais e as grandes realizações arquitectónicas. Assim são documentadas, por exemplo, as inaugurações do Crystal Palace de Londres e da Torre Eiffel de Paris, e é com a guerra de Crimeia (1853-1856) que se estreia a verdadeira reportagem de guerra (*ibidem*).

Pode talvez dizer-se que a introdução da imagem contribui enormemente para o aumento de tiragens que se verifica nas primeiras décadas do século XX. É verdade que a

[147] A imprensa ilustrada conhece uma franca expansão na segunda metade do século XIX. Apesar de, já no século XVIII se conhecerem notícias ilustradas – de acordo com Tengarrinha, em Portugal, a primeira notícia ilustrada data de 1716 (1989:197) –, os títulos especificamente ilustrados aparecem e generalizam-se apenas nos anos 1850 e 1860. Em França, aparecem neste período o "L'Illustration" e o "Le Monde Ilustré"; na Alemanha, um dos mais importantes é o "Illustrierte Zeitung" e nos Estados Unidos, o Frank Leslie's Illustrated Newspaper rivaliza com o Harper's Weekly.

fotografia gera grandes entusiasmos ao trazer aos olhos de todos as imagens de sítios aonde só alguns tinham condições de ir. Mas o desenvolvimento da imprensa dita popular seria determinado pela conjugação de vários factores que passam pela generalização da instrução e, portanto, por uma diminuição do analfabetismo, assim como pela melhoria do nível de vida das classes baixa e média. Os próprios jornais empreendem estratégias de aproximação dos leitores populares. A imprensa afasta-se, anota Jeanneney, «deliberadamente do estilo literário que tinha dominado até meados do século XIX» (1996:87), desenvolvendo-se um jornalismo menos elitista que ditará a convivência de jornais de qualidade com jornais populares. O encontro com o grande público resulta, por isso, de um movimento de duplo sentido: por um lado, mais instruídas, as massas estão mais aptas e mais receptivas à compra de jornais, por outro, a própria imprensa encontra fórmulas para oferecer um produto cada vez mais barato e de menor ambição intelectual. Aparecem ainda publicações especializadas que procuram cativar os diferentes interesses de públicos cada vez mais segmentados.

O certo é que, com todas as transformações operadas, durante mais de três séculos, na produção, edição e difusão de jornais, estão dados quase todos os passos para que o jornalismo passe a ocupar-se do dia-a-dia e se transforme naquilo que, para Bragança de Miranda, podemos chamar «um produto da urgência dos dias», introduzindo-se assim o jornalismo nos «processamentos da actualidade» (1998:9). Como relata Delporte, as duas últimas décadas do século XIX caracterizam-se efectivamente pela passagem de um jornalismo de ideias a um jornalismo de factos, ou, como sugerem Albert e Terrou, de um jornalismo de crónicas a um jornalismo de reportagens (Albert, 1970:59), a que corresponde, segundo vários intelectuais, a ideia depreciativa de que uma imprensa nova substitui a "velha imprensa dos notáveis".[148] É, pois, a actualidade e não a periodicidade, que constitui o essencial do fenómeno jornalístico.

[148] A pretexto desta evolução, Delporte cita a seguinte afirmação de Anatole Leroy-Beaulieu: «A imprensa diminui-se e corrompeu-se ao vulgarizar-se. Antes, ela era redigida por uma elite para uma elite. Hoje, se ainda há uma imprensa de elite séria, digna da sua alta missão, ela está submersa por uma imprensa nova, menos preocupada com ideias do que com interesses, menos ávida de instruir do que de divertir, inveja antes de mais prazer, e resignada, pelo prazer, a lisonjear os preconceitos, os vícios, as paixões, as ignorâncias dos leitores.» (Delporte, 1999:132)

Mas se longamente nos detivemos na apreciação histórica da evolução da periodicidade do jornalismo é porque compreendemos, como Quintero, que «quanto menor for o intervalo de periodicidade, maior é a garantia de actualidade» (1996:47).

Todavia, à medida que a imprensa conquista o grande público aumentam também os motivos por que ela seria alvo de apreciações menos favoráveis, «visto que toda a tentativa de alargar o público da imprensa é julgada pelas elites como um factor de declínio» (Delport, 1999:131). A deslocação de uma imprensa doutrinária para uma imprensa de índole popular, que procura na pequena reportagem e no *fait-divers* uma receita de sucesso, coincide, por sinal, com a enunciação de reacções extremamente agressivas daqueles que, considerando o jornal como uma fonte moral e educativa, vêem no entusiasmo pela difusão amplificada da informação de actualidade os sinais da decadência do jornalismo. Arredando-se da discussão de ideias, os jornais começam a interessar-se pelos dramas do quotidiano, o que, a avaliar pelas palavras desoladas de Baudelaire, não contribui senão para exibir as mais medonhas perversidades humanas: «Todo o jornal, da primeira à última linha, é apenas um tecido de horrores. Guerras, crimes, indecências, torturas, crimes de príncipes, crimes de nações, crimes de particulares, uma embriaguês de atrocidade universal» (1949). Lamentando que seja deste «repugnante aperitivo que o homem civilizado acompanha todas as manhãs a sua refeição», Baudelaire não compreendia, sequer que uma mão pudesse «tocar um jornal sem uma convulsão de asco» (*ibidem*).

Enfermo de informação, portanto. É sob este signo que Delporte descreve, numa longa alusão à imprensa do início do século XX, o jornalismo que, orientando-se para as massas, se aproxima a passos largos do jornalismo dos nossos dias. Enclausurada pelo «turbilhão da actualidade diária» (*ibidem*:129), a imprensa é encarada como um «espelho deformador» da realidade, que não poupa os jornalistas num momento em que procuram justamente os caminhos da profissionalização. «Nenhuma profissão é mais desprezada que a do jornalista, nenhuma é mais adulada» – diria Robert de Jouvenel em *La Republique des Camarades*.

Francamente depreciativas, as representações do pequeno jornalismo – ou do jornalismo de factos, como dizíamos antes – dão sinais de descontentamento face a um trabalho, para alguns, irreflectido, para outros, usurpador[149], sempre pouco lisonjeiro. Por conseguinte, se é verdade que em termos de expansão podemos encarar o final do século XIX e a viragem para o século XX como a idade de ouro da imprensa, também o é que, no que concerne à reputação do ofício, este é um período em que se tornam, por outro lado, bem evidentes as fragilidades de uma actividade que se organiza sob o regime da urgência, alheada de todo o sentido de posteridade.

Não seria, por conseguinte, necessário aguardar pelo aparecimento da rádio e da televisão para que o jornalismo começasse a padecer do paradoxo a que, desde cedo, a sua natureza efémera o haveria de condenar. A forte concorrência dos novos meios de comunicação apenas agravaria o que, desde sempre, parecem ter sido as tentações da imprensa: a perseguição da polémica e a denúncia do escândalo, gostos que Dickens reprovaria à imprensa americana. Mas, reagindo ao desafio da imediaticidade e da emoção das notícias da rádio, ela torna-se talvez mais agressiva nos seus métodos. Não é, por isso, de estranhar que sobre ela tenham incidido novamente severas críticas e duras repressões, que relembram o modo como Tocqueville definia o espírito do jornalista americano, um espírito desejoso de «atacar grosseiramente, sem conhecimento, sem arte, as paixões daqueles a quem se dirige» e que se resumiria a «pôr de lado os princípios, para apanhar os homens, seguir as suas vidas privadas, pôr a nu as suas fraquezas e os seus vícios» (cit. por Jeanneney, *ibidem*: 100-101). Tomado como uma actividade degradante, pode dizer-se que o jornalismo aterroriza e fascina os *homens de letras*. Sobre ele pesa a volatilidade que, segundo Bragança de Miranda, caracteriza o actual (1994:32). Mas só a pretexto da actualidade é pensável a tarefa jornalística, porque o seu propósito principal é acompanhar as condições de experimentação do mundo. Com um sentido

[149] É bem expressiva desta ideia uma afirmação de um jornalista suíço, cronista de "La Gazette de Lausanne", que Delporte cita a propósito da "imagem deplorável do pequeno repórter": «O jornalista – ou antes o repórter – tende a usurpar todas as funções: ele conduz os inquéritos, ele instrui os processos, ele dá conselhos aos sábios e aos militares, ele substitui o juiz, o crítico, o diplomata e o general» (Delporte, 1999:138).

permanente de actualidade, portanto, o jornalismo busca o que faz de cada dia um dia diferente do outro. Neste esforço de acompanhar o que a cada momento está *em acto*, os jornalistas criam em cada dia uma obra completa que os intelectuais sempre trataram como um volume frágil, sem consistência, «lido por um largo público indiferenciado que o terá esquecido logo no dia seguinte» (Delporte, 1999:129). Presas fáceis da irrupção do tempo nos "estados de coisas" existentes, mais ou menos organizados (Miranda, 1994), os jornalistas alargam o presente que é o tempo em que as figurações a dar ao nosso destino se mantêm em aberto. E intervindo no que há de hesitante nessa abertura, operam sobre o transitório, sobre a efervescência dos instantes a que dedicámos o segundo capítulo deste trabalho. Reclamando o grau zero do tempo de cada acontecimento, o jornalismo está, pois, profundamente enraizado nos constrangimentos do tempo. Tributário dos vícios e das virtudes da urgência, no tempo encontra os sintomas de uma fragilidade que é, ao mesmo tempo, ao contrário do que proporia Balzac, no final da monografia dos jornalistas parisienses (1998), o motivo por que hoje, se não existisse, seria necessário inventá-lo.

5

O jornalismo como archote ou ainda a ideia de poder

«O jornalismo não deve ser a expressão mais ou menos real das ideias recebidas: ele não é somente o arquivo da opinião moderna: a repercussão d'uma impressão geral: ele é o motor dos espíritos, descobre novas e fecundas relações sociais entre os povos dum mesmo continente; ele consagra e robustece a solidariedade moral que liga os homens, a fraternidade que os prende: o jornalismo ensina, professa: alumia sobretudo; ele é o grande construidor do futuro; não é só o facto d'hoje que o prende – isso é o menos: é o facto que o futuro contém; ele vai das relações presentes às relações futuras e mostra a revolução lenta, serena, imensa, pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido da justiça. É por isso que ele contradiz muitas vezes a opinião recebida, e com razão: nem sempre a grande massa tem a consciência do bem, do direito e da sua verdadeira razão. É necessário que o jornalismo a esclareça, que a avise quando ela se transviar, que a sustenha, quando ela for a cair.»
Eça de Queirós, Distrito de Évora, 6 de Janeiro de 1876

1. As afinidades da palavra com o poder

Ao considerar que a informação transformou o jornalismo, Zola buscava na actualidade a razão pela qual o jornalismo teria matado os grandes artigos e a crítica literária. Com o mesmo argumento se procurou também, desde sempre, explicar que o jornalismo estaria enfermo, não apenas de actualidade, mas também de poder. Talvez porque, como constata Delporte, os jornais sejam o lugar mais antigo de encontro entre os jornalistas e os políticos (*ibidem*:149). Ou

talvez porque à palavra esteja efectivamente vinculada a ideia de um poder realizador. Diz o Evangelho de S. João que, «no princípio era o Verbo» e que «todas as coisas foram feitas por ele e sem ele nada se fez de tudo o que foi feito. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens.» (Jo. 1,1-4). À força da palavra estão, na verdade, historicamente ligadas as grandes instituições. Não apenas a Igreja, mas também o Direito, a Literatura e o Ensino. Referindo-se ao texto como «um tecido de palavras envolvidas na obra e ordenadas de maneira a impor um sentido estável e tanto quanto possível único» (1976:371), Roland Barthes indicava precisamente este sentido para as palavras, no contexto de uma concepção clássica de texto um tanto ou quanto condizente com a ideia que Gilbert Durand faz do discurso. É que, sendo acontecimento fundador, o discurso em Gilbert Durand é origem absoluta. Como aparentemente o Verbo de Deus, de resto. Não é, porém, neste entendimento que veríamos as ligações da palavra jornalística ao poder. Não, porque isso significaria dar às palavras uma força ilocucionária que não diz, em boa verdade, tudo sobre o poder da palavra. Se o próprio Verbo evangélico busca na Divindade, e portanto, numa certa exterioridade, o mistério da sua potência, porque haveria de remeter a palavra jornalística, que busca na experiência e no acontecimento o seu significado, para um quadro fechado de significações que encerrariam todas as hipóteses de sentido?

Quando indagamos as afinidades da palavra com o poder, temos mais presente a tese de Pierre Bourdieu sobre *o que falar quer dizer*. Compreender o jornalismo como um campo de poder não obriga a encerrar na sua palavra a força do seu discurso[150]. Pelo contrário. Diz Bourdieu que ao procurarmos nas palavras o poder das palavras, «condenamo-nos a procurá-lo lá onde ele não está» (1998:93), porque a força realizadora das palavras «não está nas próprias palavras, não está nos actos da linguagem "performativa"» (*ibidem*). Se bem que as palavras a representem, a manifestem, é sempre de fora que a autoridade chega à linguagem. Daí que

[150] Trabalhando sobre as questões da linguagem e do poder simbólico, nomeadamente sobre a linguagem autorizada e as condições sociais da eficácia do discurso ritual, Bourdieu não pensaria especificamente na linguagem jornalística. O que, neste ponto, propomos é uma tentativa de leitura do eventual poder (ou autoridade) do discurso jornalístico à luz do que Bourdieu trata como discurso ritual.

associar a palavra jornalística ao poder pouco tenha a ver com o valor intrínseco do discurso, sendo necessário atender à sua dimensão simbólica e ultrapassar aquilo que Bourdieu chama a questão ingénua da supressão inicial da problemática dos usos da linguagem e, portanto, das condições sociais de utilização da palavra. Nesta questão ingénua situa o autor o princípio do erro de Austin que «julga descobrir no próprio discurso, quer dizer na substância propriamente linguística da palavra, o princípio da eficácia da palavra» (1998:95). Ora, de acordo com Bourdieu, a eficácia simbólica do discurso implica a reunião de três tipos de propriedades: em primeiro lugar, as propriedades do discurso propriamente dito, depois as propriedades daquele que o pronuncia e, finalmente, as propriedades da instituição que o autoriza a pronunciá-lo. Bem vista esta ideia, parecerá claro porque sentimos necessidade de fazer uma incursão pelo jornalismo como campo e não apenas uma abordagem da sua "letra". Numa tentativa de simples transposição do esquema bourdieusiano, dir-se-ia que também a eficácia do discurso jornalístico – e, portanto, o poder da sua palavra – resulta da combinação de três condições particulares: por um lado, a condição de diferença que estabelece para o jornalismo uma linguagem específica orientada por um universo referencial; por outro, a condição do próprio jornalista, autor e agente de uma prática que visa a actualidade; e finalmente, a condição do jornalismo como instituição legitimadora do uso público da palavra. Em síntese, poderia talvez dizer-se que o uso da linguagem jornalística depende da posição social do jornalista que comanda o acesso que ele pode ter à língua da instituição, à palavra oficial. São, por isso, noções como legitimidade e aceitabilidade social que, em Bourdieu, esclarecem aquilo que outros[151] chamariam o valor ilocucionário da linguagem.

Na verdade, atendendo aos trabalhos de J. L. Austin, poderia pensar-se que a imprescindibilidade dos *media* decorre da possibilidade de *fazer coisas com as palavras*. Ao definir como "falácia descritiva" a presunção de atribuir à linguagem apenas um carácter descritivo dos estados de coisas ou enunciativo dos factos, Austin propõe encontrar nas palavras

[151] Poderiam referir-se, a este propósito, os trabalhos de Austin, John Searle ou André Joly.

uma força realizadora. Ao pronunciá-las em certas circunstâncias, explica, levamos a cabo uma acção que não deve confundir-se com a acção de pronunciá-las; «fazemos algo mais do que dizer» (1986). Profundamente influenciado por Austin, também John Searle (1987) insistiria na tese de que a linguagem se organiza segundo a realização de actos, que poderiam ser actos de enunciação (que decorrem do simples facto de se enunciar), actos de proposição (que decorrem da acção de referir e predicar) e actos ilocucionais (que resultam do facto de se afirmar, fazer uma pergunta, dar uma ordem, prometer...). Quase nos mesmos termos, Austin propunha a necessidade de distinguir três actos na execução linguística: um acto locucionário, que é o acto de dizer propriamente dito; um acto ilocucionário que é o que levamos a cabo ao dizer algo (prometer, advertir, afirmar, felicitar, saudar, insultar, denunciar...) e, finalmente, um acto perlocucionário, que corresponde ao que levamos a cabo porque dizemos algo (os actos de intimidar, assombrar, convencer, intrigar...). É certo que, ao ser publicada ou difundida, a palavra jornalística fará algo mais do que dizer. Até porque, conscientemente ou não, ela releva de uma intenção que é pelo menos a de informar. E nesse ponto admitimos que talvez haja um fundo de verdade na proposta de Searle que admite haver uma relação entre significação e intenção. Também Ducrot reconheceria não existir na significação uma dimensão puramente objectiva, que não seja determinada também por intenções pragmáticas. Mas deste ponto de vista é ainda apenas para o interior da linguagem e para as marcas que nela deixa o seu autor que olhamos.

Ora, constatávamos, de acordo com o projecto de Bourdieu, que a apreensão da eficácia do discurso carece, não apenas de uma abordagem pragmática, mas sobretudo de uma abordagem sociológica. Entendido, neste âmbito, como um tecido de relações de força simbólica, o discurso – o discurso jornalístico, entenda-se – deve então ser compreendido na sua relação com as noções de aceitabilidade e de legitimidade, uma vez que «para que as palavras compensem, para que as palavras produzam os seus efeitos, é necessário dizerem-se não só as palavras gramaticalmente correctas mas também as palavras socialmente

admissíveis» (Bourdieu, 2003:128-129). E as palavras socialmente admissíveis são as que se conjugam no pressuposto de regras «imanentemente dominadas, que são imanentes a uma "situação" ou antes a um certo mercado linguístico» (*ibidem*)[152]. Estamos, como se compreenderá, a inscrever a prática jornalística no campo de um mercado linguístico específico, o que se traduz na dupla consideração de uma situação social mais ou menos oficial e ritualizada (como é o espaço público) e de um conjunto de interlocutores. O que esta ideia de mercado linguístico tem de original é que, por força da sua comparação com o mercado económico, ela compreende a presunção de relações de força que determinam que nem todos os produtores, nem todos os produtos, sejam iguais à partida. Trata-se, como explica Bourdieu, de «relações que são transcendentes à situação, que são irredutíveis às relações de interacção segundo as podemos apreender na situação» (Bourdieu, 2003:133).

Na esteira desta proposta de Bourdieu, que acolhemos portanto, interessam-nos particularmente, como dissemos, os conceitos de aceitabilidade e de legitimidade, porque os entendemos como conceitos-chave numa abordagem que indaga as afinidades da palavra com o poder. É que, tal como o discurso de autoridade, também o discurso jornalístico requer que seja não só compreendido como também reconhecido. Acontece que este reconhecimento decorre de condições específicas, que são, na sugestão de Bourdieu, «aquelas que definem o uso legítimo» (1998:101). E, sendo assim, sustentar uma ligação entre o jornalismo e o poder implica questionar as origens e as condições de garantia da legitimidade do exercício de difusão

[152] A questão da admissibilidade a que insistentemente se refere Bourdieu, pressupõe uma competência que não é puramente, ou exclusivamente, linguística. Uma competência, diz Bourdieu, «que se adquire em situação, pela prática, comporta, de modo inseparável, o domínio prático de um uso da língua e o domínio prático das situações em que esse uso da língua é *socialmente aceitável*» (1998:76). A mesma ideia de "competência social" encontraremos também em Giddens, num texto em que o autor trabalha especificamente as propostas do estruturalismo e do pós-estruturalismo. Diz ele que «a competência linguística não consiste só em dominar as frases sintacticamente, mas também em dominar as circunstâncias apropriadas a determinados tipos de frases (...). Por outras palavras, o domínio da linguagem é inseparável do domínio da variedade dos contextos em que se emprega a linguagem.» (Giddens, 1990:260) Tratando-a como uma "consciência prática", um tipo de conhecimento que se conserva e se evoca de forma tácita, Giddens explica que esta competência é inerente à competência linguística, porque «um utilizador competente da língua não apenas domina o quadro de regras sintácticas e semânticas, como a gama de convenções praticadas nos contextos diários da actividade social.» (*ibidem*:280)

de informação. Se, como observa Bourdieu, o próprio acesso à palavra resulta da legitimidade daquele que a pronuncia, então é no jornalista como detentor da palavra e no jornalismo como instituição que a força da palavra jornalística deve ser procurada. É aí que importa perguntar por que é que o discurso não é simplesmente algo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação da sociedade, sendo também o discurso jornalístico aquilo por que se luta, como sugere Foucault, «o poder de que queremos apoderar-nos» (1997).

2. Da legitimidade para informar

Reconhecíamos no ponto anterior ter forçado a equivalência ao tratar o acesso à palavra jornalística como Bourdieu tratou a questão do poder da linguagem de autoridade. De facto, seria falacioso colocar o jornalismo no plano do discurso ritual ou autoritário. Mas há, em todo o caso, no jornalismo como no discurso de outras instituições (a Igreja ou o Ensino, por exemplo), a questão comum da legitimidade. O que autoriza, afinal, os jornalistas a revelar a actualidade? O que é que os habilita ao direito de relatar os acontecimentos do quotidiano, sobretudo se, pelo facto de o fazerem, agem sobre a própria história? Não é, com certeza, como anota Bérnier, de um dom divino que se trata (1995:15). Também não é uma simples questão de legalidade, uma vez que «a legitimidade transborda o quadro do respeito da estrita legalidade» (*ibidem*:25). A legitimidade é, pelo contrário, um processo que decorre diariamente e que se funda, sobretudo no princípio de que a tarefa de informar é socialmente consentida ou até exigida. «A legitimidade», sustenta Bérnier, «é nem mais nem menos do que o assentimento social à função do jornalismo e, por extensão, às funções da imprensa e dos jornalistas» (*ibidem*:21). Digamos, portanto, que os jornalistas usam a palavra acima de tudo para responder à demanda de informação do público. Vimos que, historicamente, foi precisamente por isso, pela exigência cada vez maior de informação de actualidade, que os informadores privados foram perdendo o seu lugar para novos profissionais da palavra. Daí podermos dizer que o jornalismo aparece como actividade – para se definir mais tarde como uma profissão com as suas próprias

especificidades – para responder aos anseios de leitores cada vez mais desejosos de um conhecimento imediato do presente. É neste pressuposto que Bérnier situa a necessidade de considerar a existência de uma espécie de "contrato social" entre os jornalistas e o público, cuja primeira premissa releva da convicção de que «o jornalista seja o representante dos cidadãos junto dos detentores dos poderes sociais a fim de forçar estes últimos a dar conta das decisões e dos gestos que concernem à colectividade» (1995:28). Nesta concepção contratualista está, segundo o investigador canadiano, implicada em toda a linha a noção de interesse público, podendo-se dizer que a razão de ser do jornalista se prende com a sua função primeira de cooperar com os mecanismos da democracia. Neste sentido se dirá que este contrato social «reconhece aos jornalistas o dever primeiro de assegurar a vitalidade democrática da sociedade informando o conjunto dos cidadãos de factos pertinentes quanto à conduta geral das suas vidas» (*ibidem*: 30). Na expectativa de uma participação mais esclarecida na vida colectiva, os cidadãos concederão então aos jornalistas um conjunto de direitos e liberdades que se repercutem numa relação de confiança que neles delega a tarefa de zelar pelo acompanhamento do pulsar da vida. Já dizia o jornalista que também foi Eça de Queirós que o grande dever do jornalismo seria:

> «fazer conhecer o estado de cousas públicas, ensinar ao povo os seus direitos e as garantias da sua segurança, estar atento às atitudes que toma a política estrangeira, protestar com justa violência contra os actos culposos, frouxos, ou nocivos, velar pelo poder interior da pátria, pela grandeza moral, intelectual e material em presença das outras nações, pelo progresso que fazem os espíritos, pela conservação da justiça, pelo respeito do direito, da família, do trabalho, pelo melhoramento das classes infelizes.» (in Distrito de Évora, 6 de Janeiro de 1876)

Grande, portanto, esta tarefa que confere aos jornalistas uma espécie de mandato de representação daqueles a quem se dirigem. Remetendo com Bérnier para o conceito político de contrato social[153] trabalhado por Rousseau, colocamos a questão da legitimidade no âmbito de

[153] Conceito nobre da ciência política, a ideia de "contrato social" não é original em Bérnier. A ela se referiram também, em *The Virtuous Journalist*, Stephen Klaidman e Tom Beauchamp (1987). Especialmente orientados pela

um acordo tácito entre a sociedade e os jornalistas ao admitir que, mesmo não estando fixado na letra, ou no formalismo de um contrato "lavrado em auto", este contrato "autoriza" os jornalistas a testemunhar os acontecimentos e a dar conta desse testemunho aos cidadãos. Bérnier enumera mesmo um conjunto de privilégios conferidos ao jornalista no âmbito deste mandato: «facilidade de acesso aos tribunais, às assembleias legislativas, acesso a um grande número de documentos públicos que lhes são muitas vezes enviados automaticamente, admissão em alguns lugares onde se desenrolam acontecimentos importantes...» (1996:31). Com o dever de trabalhar em benefício do interesse geral, é, no entanto, óbvio que a missão dos jornalistas não decorre de um voto expresso dos cidadãos. Talvez seja por isso que, para Bérnier, «a legitimidade que o público reconhece aos jornalistas decorre mais da ignorância do que do consentimento esclarecido» (*ibidem*:52). O que torna a questão do reconhecimento da "autoridade" destes profissionais ainda mais obtusa.

É, porém, no público que reside não só a fonte de legitimação como também a confirmação da aceitabilidade do jornalismo e dos jornalistas. É aí, no facto de ser tomado como representante do cidadão, que vários autores situam a razão de ser do jornalista, por ser a este título, considera Daniel Cornu, que lhe incumbe «alimentar o pluralismo pelas suas actividades de informação, de comentário e de crítica» (1997:74). Também a este título se espera que os jornalistas exijam dos vários actores sociais uma prestação pública de contas (Bérnier, *ibidem*:57). É nesta função social que repousam, portanto, as expectativas do público e, por isso mesmo, a abertura ao reconhecimento dos procedimentos da prática jornalística. Mas, porque um reconhecimento não se faz sem exigências por contrapartida, esta ideia de legitimidade assenta muitas vezes no pressuposto de que, na prossecução do respectivo mandato, os jornalistas ficam obrigados a um conjunto de princípios, como sejam a objectividade, o rigor, a verdade. Daí que um consentimento esclarecido por parte dos cidadãos devesse implicar o

tarefa de estabelecer um guia ético para o jornalismo, os autores admitem haver um contrato implícito entre a imprensa e a sociedade, residindo aí a justificação dos privilégios reconhecidos aos jornalistas (1987:129-139).

conhecimento público dos procedimentos inerentes à tarefa de informar, isto é, que o próprio público estivesse «em condições de julgar, para aceitar ou criticar o trabalho jornalístico em seu nome» (Bérnier, *ibidem*:51). O que, em devido sentido, deverá significar a necessidade de o público estar informado também sobre os próprios informadores. «É preciso», sublinha Bérnier, «que o autor da legitimidade possa vigiar os actores da legitimação» (*ibidem*). Porque historicamente a legitimidade tem sido reconhecida com maior propriedade ao jornalismo do que aos jornalistas, compreende-se que seja sobre estes actores sociais, sobre as suas *performances* que recaem sempre as maiores suspeitas.

Se legitimar significa garantir liberdade, então desde sempre o jornalismo esteve vinculado a um imperativo de legitimação. Com uma longa história de luta pela liberdade, a imprensa primeiro e depois também os meios audiovisuais sempre travaram duros combates pela expressão livre. Acima de tudo, contra os governos que, mais receosos do que interessados nas oportunidades da informação, começaram justamente por restringir o uso da palavra. Remando contra a corrente, muitos foram ainda assim os que publicamente se bateram pela liberdade. Com ousadia, reconheça-se, foi assim que o poeta inglês John Milton (1608-1674), dirigiu ao Parlamento de Inglaterra *um discurso pela liberdade da imprensa não licenciada*, em que sustentava que «quem mata um homem mata uma criatura razoável, imagem de Deus; mas o que destrói um bom livro, mata a própria razão, mata a imagem de Deus»[154]. A mesma apologia fez o político revolucionário francês Jacques Brissot (1754-1793) que, mesmo tendo sido preso por escrever contra a Rainha, insistia na inalienável força dos jornais na formação dos espíritos. Dizia ele que:

> «É preciso encontrar um outro meio que não apenas as brochuras para instruir todos os franceses, continuamente, por pouco dinheiro, e sob uma forma que não os fatigue. Este meio é um jornal político ou uma gazeta: é o único meio de instrução de uma nação nobre... pouco acostumada a ler e que procura sair da ignorância e da escravatura. (...) São as gazetas que conservam o pouco de liberdade que resta em Inglaterra.» (cit. por Abert, 1970:26-27)

[154] In *Areopagitica* (1644), acedido on-line em http://www.uoregon.edu/%7Erbear/areopagitica.html

Sofrendo movimentos de fluxo e de refluxo, a liberdade tornou-se num valor quase absoluto para o jornalismo. «Os jornalistas», reconhece Bérnier, «sacralizaram esta noção ao ponto de fazer dela uma arma defensiva terrível» (*ibidem*:34). Não será, portanto, de estranhar que esse tenha sido, ou seja ainda hoje, um dos pontos de fragilidade do jornalismo, não obstante se ter tomado por adquirido que, em última análise, a expressão livre seria positiva para a sociedade. À excepção da arte, talvez para nenhuma outra actividade a liberdade seja reconhecida como condição tão fundamental como para o jornalismo. Reclamada, por isso, contra todos os constrangimentos, ela foi a bandeira do filósofo político britânico John Stuart Mill (1806-1873). Apóstolo do utilitarismo, Mill encontrava no confronto de ideias livremente expressas o grande dinamismo das sociedades. Em *Sobre a Liberdade* (1997), obra publicada originalmente em 1859, faz, como Milton, a defesa da liberdade de consciência, crença e opinião. E, dando continuidade à chamada tradição liberal inglesa, insistiria que o acesso à verdade só pode fazer-se em liberdade. De inspiração socrática, o entendimento de Mill sobre a liberdade serviria de suporte ideológico das argumentações que, da segunda metade do século XIX em diante, procuraram justificar a necessidade de conceder aos *media* um estatuto de autonomia e independência. Cruzando caminho com muitos momentos de censura (vigentes ainda, sob diversas formas, em muitas nações), a liberdade foi sempre a matriz orientadora do processo de legitimação histórica do jornalismo. Se, na sua justa e verdadeira atitude, o jornalismo deve ser, como quis Eça de Queirós, «a intervenção permanente do país na sua própria vida política, moral, religiosa, literária e individual», então só um regime de liberdade poderia garantir tais propósitos. O próprio escritor, que em diversos episódios literários retratou alguma repugnância da sociedade relativamente aos jornalistas, reconhecia que, para ser fecunda, elevada e ter carácter de utilidade pública, «esta intervenção nos factos, nas ideias (...) deve ser preparada pela discussão e pelo esclarecimento da direcção governativa, do estado geral dos espíritos, do vigor das consciências, da situação pública, das virtudes da lei».[155]

[155] Art. cit. Distrito de Évora, 6 de Janeiro de 1876

Longe, porém, de se tratar de uma concessão gratuita, a liberdade não está para o jornalismo nos mesmos termos que o está para a arte. É que, se a expressão livre da criação artística não respeita senão o génio do próprio criador, a expressão jornalística concerne a um quadro de responsabilidades que se traduzem, em muitos aspectos, em constrangimentos de tipo legal e deontológico. É que, à liberdade acresce, como bem viu Bérnier, «a responsabilidade de agir de maneira independente e honesta» (*ibidem*:38). O que, em justo sentido, faz presumir que a liberdade se justifica apenas na base de um conjunto de pilares normativos, também enumerados por Bérnier, num texto em que o autor define a ética e a deontologia como elementos da legitimidade do jornalismo (2003). A verdade, a exactidão e o rigor, a equidade, a imparcialidade, a integridade e a imputabilidade jornalística serão, assim, os valores de troca da liberdade de buscar, tratar e divulgar informação, porquanto admitir que o jornalista precisa de ser livre não deva significar atribuir-lhe um direito de livre arbítrio. Com efeito, se a questão da exactidão, por exemplo, não se coloca no âmbito da arte, no âmbito do relato de actualidade ela é não só defensável como indispensável. Acontece que, explica Mário Mesquita, «se é possível postular [no âmbito da criação literária], em nome das virtualidades da experiência estética, uma espécie de *irresponsabilidade criativa do escritor*, o mesmo não se dirá do jornalista cuja actividade se organiza em função daquilo a que poderíamos chamar *dever referencial*» (Mesquita, 2003:138).

Apesar de, em certo sentido, poder dizer-se que, por força da liberdade, a imprensa alcançou uma posição de privilégio, a verdade é que uma teoria puramente liberal não vingaria sem a anexação de obrigações ou de deveres. Esta presunção de que a imprensa é obrigada a ser responsável para com a sociedade constitui a premissa básica da tese que, no meio académico, viria a fundamentar a formulação da chamada "Teoria da Responsabilidade Social da Imprensa". Traduzindo-se por uma actualização da Teoria Liberal que dominou sobretudo os séculos XVII e XVIII britânicos, esta abordagem enunciaria seis tarefas atribuídas à imprensa: 1) servir o sistema político, graças à divulgação de informação e à promoção do debate sobre

assuntos públicos; 2) esclarecer o público; 3) salvaguardar os direitos do indivíduo; 4) servir o sistema económico; 5) promover o entretenimento; e 6) manter a sua própria auto-suficiência financeira (Peterson,1963:74). Nascida da revolução tecnológica e industrial, que incrementou a eficiência dos velhos *media*, e do desenvolvimento da crítica contra a imprensa, a Teoria da Responsabilidade Social da imprensa tem as suas raízes históricas em meados do século XIX, quando o jornalismo entusiasma os intelectuais. Definindo padrões elevados de actuação, alguns dos homens de letras que se deixam atrair pela escrita de actualidade chegam inclusive a propor a formulação de códigos de ética que estimulam o espírito profissional crescente dos jornalistas. É nesta medida que, ao contrário da Teoria Liberal, a Teoria da Responsabilidade Social faz sobretudo a apologia da "liberdade positiva", isto é, da "liberdade para" e, por conseguinte, propõe que o governo tem não só que permitir como mais activamente promover a liberdade. Por isso se entende que «quando necessário, o governo deve agir para proteger a liberdade dos seus cidadãos» (*ibidem*:95). Quase se poderia dizer, então, que a liberdade configura, no quadro desta teoria, não o carácter de direito moral apenas, mas de um dever. É neste ponto, de facto, que a Teoria da Responsabilidade Social extravasa as questões exclusivamente liberais. Para John Stuart Mill e para os liberais em geral, os indivíduos nascem com o direito inalienável de se expressarem. Para os adeptos da Teoria da Responsabilidade Social, porém, «a liberdade de expressão é fundada no dever do indivíduo para com o seu pensamento, a sua consciência» (*ibidem*:96), não sendo, por isso, tratada como um direito absoluto. Fortemente vinculada ao relatório da Comissão sobre a Liberdade de Imprensa divulgado em 1947[156], a Teoria da Responsabilidade Social acompanharia as disposições desta comissão naquilo que são os requisitos estabelecidos para o desempenho da imprensa como também as recomendações para a melhoria da sua *performance*. Em matéria de requisitos, e levando em linha de conta as

[156] Constituída para responder a uma pesquisa encomendada por um editor da revista "Time", a Comissão sobre a Liberdade de Imprensa, dirigida por Robert Hutchins, ouviu, entre 1943 e 1945, 225 pessoas, 58 das quais jornalistas. Dois anos mais tarde, publica o primeiro relatório que, dado o teor das suas considerações sobre a necessidade de os jornalistas conciliarem liberdade e responsabilidade, se tornaria célebre e incontornavelmente citado pelos manuais de ética e deontologia.

orientações da Comissão Hutchins, a Teoria da Responsabilidade Social subscreve cinco condições: 1) a primeira diz respeito à necessidade de a imprensa ser exacta e de providenciar uma avaliação verdadeira e compreensiva da actualidade; 2) por outro lado, espera-se que a imprensa sirva como um fórum para a troca de comentários e de críticas; 3) um terceiro requisito respeita ao imperativo de a imprensa projectar uma imagem representativa dos grupos constituintes em sociedade; 4) em quarto lugar, a imprensa deveria ser responsável pela apresentação e clarificação dos objectivos e valores da sociedade; 5) finalmente, a imprensa deveria providenciar um acesso completo à inteligência do dia, devendo distribuir notícias e opinião (Peterson, *ibidem*:87-91). No que concerne a recomendações, a comissão, e por conseguinte esta teoria reformulada a partir do liberalismo, anotaria sobretudo o dever de a imprensa assumir um espírito profissional que incluísse um compromisso de auto-crítica. Tocando no essencial da proposta que pretendemos desenvolver, a Teoria da Responsabilidade Social implicaria assim o público na obrigação de cooperar com a imprensa na discussão dos seus deveres e dos seus limites[157], quer pela actuação de instituições educacionais no empreendimento de pesquisas e publicações críticas no campo da comunicação de massas

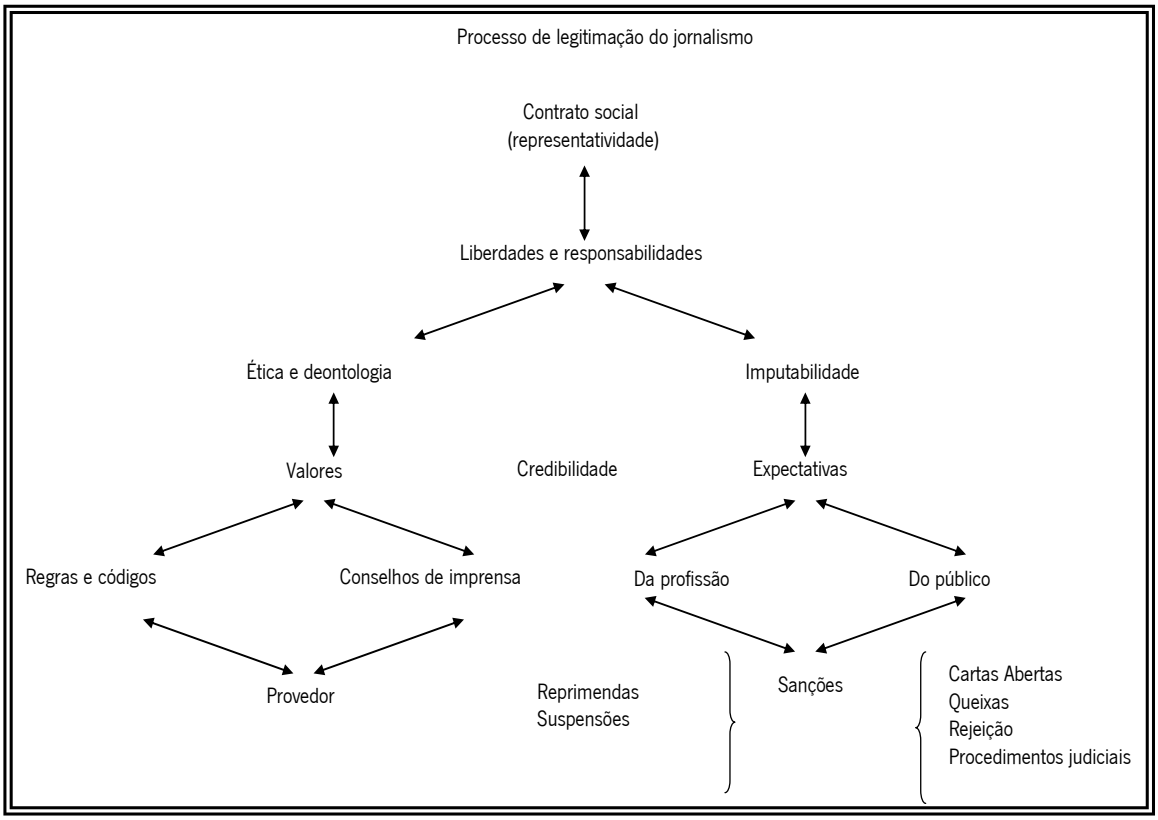
[157] Lembra Mário Mesquita que, em 1983, uma declaração da UNESCO sobre os media, sob o título "Princípios Internacionais de Ética Profissional do Jornalismo", retomava os pontos essenciais da Teoria da Responsabilidade Social desenvolvida nos anos 1950. Ora, considerando que informação deve ser entendida, não como um simples produto, mas como um bem social, esta declaração da UNESCO examinava que «o jornalista partilha a responsabilidade da informação transmitida, sendo, portanto, responsável, não só perante os que controlam os media, mas, em última análise, perante o grande público, tomando em conta a diversidade dos interesses sociais. A responsabilidade social do jornalista exige que ele actue em todas as circunstâncias em conformidade com a sua própria consciência ética» (Mesquita, 2003:271) [A declaração da UNESCO é igualmente citada por Daniel Cornu, em *Journalisme et Verité*, p.481-482)]. Outros documentos poderiam ainda ser referidos a este propósito. A Declaração de Princípios sobre a Conduta dos Jornalistas, adoptada por ocasião do segundo congresso mundial da Federação Internacional de Jornalistas, realizado em Bordéus, em Abril de 1954 (conhecida, por isso, como "Declaração de Bordéus") define, no ponto 2 que, na prossecução do respeito pela verdade e pelo direito do público a ser informado, «o jornalista deve ao mesmo tempo defender os princípios da liberdade na honesta reunião e publicação de notícias, e do direito ao justo comentário e crítica». Já a Declaração de Munique dos Direitos e Deveres dos Jornalistas, apresentada, em 1971, por seis sindicatos de jornalistas da Comunidade Europeia define no preâmbulo que «a responsabilidade do jornalista em relação ao público tem precedência sobre qualquer outra responsabilidade, em particular para com os seus empregadores e o poder público. A missão de informar inclui necessariamente limites que os jornalistas espontaneamente impõem sobre eles próprios».

quer pela definição de mecanismos reguladores habilitados para apreciar o exercício dos *media* (*ibidem*:92-92).

Ocupando-se desta teoria na perspectiva de um mínimo ético, Mário Mesquita desenvolve a questão da responsabilidade em três níveis que correspondem à necessidade de encarar três vectores ou instâncias distintas: em primeiro lugar, a dimensão da pessoa ou entidade responsável. Cuidando de sugerir que é o jornalista que deve ser chamado a prestar contas e não o jornalismo enquanto função social, diríamos que este é o vector em que o jornalista é considerado "responsável por". A informação, aquilo por que o jornalista responde, constitui o segundo nível deste processo, a área de responsabilidade. Finalmente, a instância perante a qual o jornalista se deve mostrar responsável, ou seja, os seus pares, a empresa jornalística e o destinatário ou o público (Mesquita, 2003:272).

Menos radical do que a Teoria Liberal da imprensa, esta Teoria da Responsabilidade Social é provavelmente a que ainda hoje acolhe melhor acordo quer por parte do público (cidadãos comuns e especialistas) quer por parte dos próprios profissionais da imprensa. Embora não explicitamente, pode dizer-se que ela estará ainda na base da proposta de Bérnier sobre a legitimação do jornalismo, uma vez que, segundo o investigador, «os jornalistas não são os únicos agentes sociais a poder preservar a legitimidade da sua função; o público tem também um papel importante a desempenhar» (1996:63). Por outro lado, aos jornalistas exige-se, segundo o investigador canadiano, um imperativo de imputabilidade, que, como veremos adiante, os autores anglo-saxónicos definem como um princípio de *accountability*. Dito de outro modo, entende-se que a proposta de Bérnier se orienta no sentido da defesa de que, enquanto actores sociais, os jornalistas devem ser, por um lado, responsáveis, e por outro, imputáveis. Mas não é tudo. É que, precisamente por serem imputáveis, os jornalistas estão sujeitos à observação do público e não apenas dos mecanismos próprios da profissão. Elemento chave do processo de legitimação, a imputabilidade profissional decorre, pois, da atitude do público para, em conhecimento de causa, julgar «da capacidade de as empresas de imprensa e os jornalistas

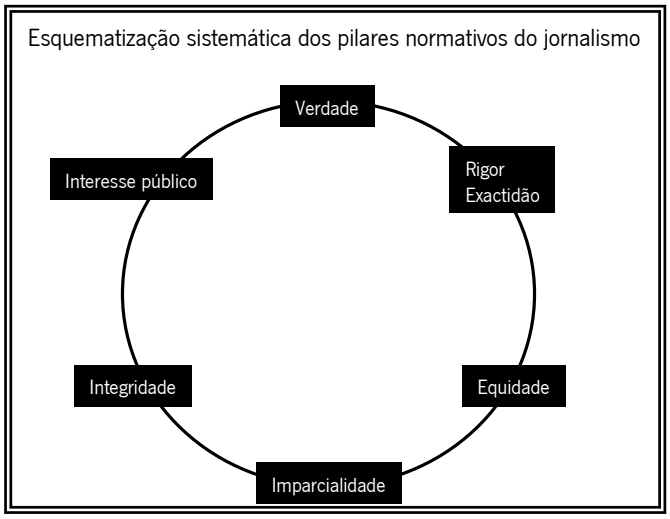
para assumir de maneira competente as responsabilidades ligadas ao contrato social» (Bérnier, *ibidem*:55). Daí que, no esquema do processo de legitimação do jornalismo que a seguir transcrevemos de Bérnier, a par da regulamentação dos códigos de ética e dos conselhos de imprensa figurem também as queixas e as observações quer do interior da profissão quer do próprio público.



Fonte: BÉRNIER, Marc-François (1996) – *Les planqués – le journalisme victime des journalistes* – Quebec : VLB Éditeur, p. 60

Ainda que, só na terceira parte deste trabalho, desenvolvamos quer as questões do imperativo ético (ver capítulo 7), (sendo este esquema de Bérnier um modelo a que voltaremos) quer as questões que concernem ao princípio de imputabilidade dos jornalistas e a um

imperativo metapolítico que se traduz especialmente pelo exercício permanente da crítica (ver capítulos 8 e 9), uma referência era aqui necessária, tendo em conta a conexão destas questões com a noção bourdesiana de legitimidade que tomámos como distintiva e esclarecedora do modo pelo qual se processa o reconhecimento do jornalista no uso da palavra legítima e socialmente aceitável. Dizemos bem, reconhecimento do jornalista, porque é por intermédio destes actores sociais e das empresas que integram que o jornalismo, enquanto função social abstracta, é reivindicado como um direito não dos jornalistas, mas dos próprios cidadãos. Pode, então, com propriedade, dizer-se, acatando uma proposição de Daniel Cornu, que «o jornalista retira a sua legitimidade apenas da discussão (...) sobre a verdade da sua informação e sobre a forma como essa informação verdadeira reflecte as preocupações reais da sociedade» (1994:424). Não pareça, no entanto, que a legitimidade decorre apenas das questões de verdade ou falsidade dos enunciados jornalísticos. Nesses termos, não teríamos ainda ultrapassado sequer o problema que constitui, para Austin, a chamada "falácia descritiva". Sendo condição fundamental, a verdade não é, portanto, condição exclusiva. A ela acresce, como vimos, a integridade profissional, a honestidade dos procedimentos e a própria vontade do público de ser informado segundo princípios de equidade e de imparcialidade, aquilo que, na esquematização sistemática seguinte, Bérnier denomina "pilares normativos do jornalismo".



Fonte: BÉRNIER, Marc-François (2003) – « L'éthique et la déontologie comme éléments de la légitimité du journalisme» - in Actas do X Colloque bilatéral franco-roumain, CIFSIC, Universidade de Bucarest [esquema simplificado]

3. Sobre as afinidades do jornalismo com o poder

Com a questão da legitimidade e do reconhecimento do jornalista como actor legítimo para informar sobre a actualidade, teremos apenas introduzido a relação de afinidade do jornalismo com o poder. Na verdade, ela é talvez apenas o ponto de chegada de um debate iniciado muito cedo nos círculos jornalístico e político. Comprometido com as lutas políticas praticamente desde a sua origem, o jornalismo fez todo um percurso histórico conotado com o poder, o que lhe valeria, em 1787, o título de "quarto poder". É o publicista inglês Edmund Burke (1729-1797) que, um dia, na Câmara dos Comuns, dirige o olhar para a Galeria de Imprensa e diz: «Ali senta-se o Quarto Poder, e é o mais importante de todos eles»[158]. Assim procurava fazer a denúncia da influência perniciosa da imprensa na vida política, porquanto ela exerceria forte influência sobre as votações do poder legislativo, sobre as acções do poder executivo e sobre as decisões do poder judicial[159]. Note-se que, estimulados por alguma concorrência e por um clima de relativa liberdade, os jornais britânicos eram mais variados e mais ricos de conteúdo do que os do resto da Europa. Eles eram, aliás, acolhidos pelos leitores com muito interesse, justamente por causa das notícias políticas e dos relatos dos debates parlamentares que se iam publicando graças à ousadia de alguns jornalistas.

Em 1828, a expressão "quarto poder" seria repetida pelo poeta, historiador e político britânico Thomas Babington Macaulay (1800-1859): «A galeria em que se sentam os repórteres

[158] A atribuição da expressão "quarto poder" a Edmund Burke não é totalmente consensual. De acordo com alguns historiadores, como William Safire, comentador politico do New York Times, a expressão entra na história do jornalismo pela pena do ensaísta William Hazlitt que, escrevendo sobre o jornalista William Cobbett, terá dito, em 1821, que «o seu estilo atordoa os seus leitores... ele é demais para um só jornal antagonista; assola um orador da cidade ou um membro do Parlamento e sustenta o próprio governo. Ele é uma espécie de Quarto Poder na política deste país" [SAFIRE, William (1982) – "The one-ma fourth estate" – in New York Times, edição de 6 de Junho]

[159] Uma grande parte do trabalho de Kraus, recorda Alain Accardo num texto publicado no Le Monde Diplomatique, consistia precisamente em denunciar as influências perniciosas da imprensa. O que Kraus fez com acutilância foi ler atentamente a imprensa da sua época e desmontar meticulosamente o discurso, «para mostrar toda a impostura a partir 'do uso que ela faz da linguagem, da desinformação do sentido e do valor, da maneira como são vazios e desonrados todos os conceitos e todos os conteúdos'». [ACCARDO, Alain (2005) – « Karl Kraus, contre l'empire de la bêtise » - in Le Monde Diplomatique, Agosto]

tornou-se no quarto poder do reino». Arredada de qualquer intenção elogiosa, a designação "quarto-poder" aparece assim para exprimir os receios que as elites político-culturais desenvolviam relativamente aos sinais de triunfo que a imprensa dos séculos XVIII e XIX começava a dar. De inspiração republicana, esta expressão surge, na verdade, como uma espécie de apêndice da trilogia de poderes republicanos fixada por Montesquieu. Aos poderes legislativo, executivo e judicial juntar-se-ia assim a imprensa e os jornalistas, o que poderia fazer supor que se alargaria o espectro de separação de poderes a um novo sector da vida pública. No entanto, o que parece vingar é sobretudo a ideia de que este quarto poder se exerce, pelo contrário, em função dos outros três, sobrepondo-se a eles, sendo, como sugeriu Burke, o mais importante de todos eles. Depreciativa, portanto, esta designação comportaria as apreensões de uma classe inquieta com os efeitos e o alcance da actividade informativa na opinião pública e no colectivo de eleitores, sobretudo quando, em Inglaterra, as populações urbanas ganham o hábito «de se reunirem nos cafés para ler em voz alta e comentar os jornais» (Jeanneney, 1996:33). O próprio Montesquieu terá ficado espantado quando, numa viagem por Inglaterra, reparou que um pedreiro trazia consigo uma gazeta.

Em grande expansão no século XVIII – um século em que, para os revolucionários franceses, por exemplo, aquilo que conta antes de mais na actividade da imprensa é a sua orientação ideológica[160] –, não espanta que os jornais fossem sendo reconhecidos como tribunas de exercício de poder. «Hoje em dia», constatava, em 1792, o jornalista francês Camille Desmoulins, «os jornalistas exercem uma função pública: denunciam, julgam, absolvem e condenam» (cit. por Jeanneney, *ibidem*: 60). Na verdade, o facto de frequentarem rotineiramente os círculos das autoridades políticas e administrativas rapidamente contribuiu para que os jornalistas passassem a ser tratados pelos homens do poder com uma certa

[160] Repare-se como no início do novo regime, em França, os jornais, sobretudo os republicanos, constituem, como comenta Delporte, «um dos mais ricos viveiros do Parlamento» (1999:152), sendo do diário "La Republique Française" que saem os melhores colaboradores para os lugares do poder político. Muitos tornam-se deputados, senadores e até ministros, não se distinguindo a sua intervenção nos jornais do seu comprometimento partidário.

familiaridade. Conta Delporte que, em França, cruzando-se com os jornalistas nos Passos Perdidos ou na sala de imprensa do Salão da Paz, os deputados os tratam como "velhos camaradas", encarados que são como «preciosos para fazer "passar" uma informação junto dos eleitores» (Delporte, 1999:149-150). Foi esta conivência com os políticos que, em Inglaterra, os jornalistas usaram durante todo o século XVIII, quando as sessões do Parlamento não eram ainda públicas e, portanto, estavam vedadas à imprensa que recebia apenas relatórios muito sumários. Para publicitar os debates da Câmara dos Comuns, os jornalistas serviam-se das relações de proximidade que estabeleciam com alguns deputados, para relatar o que se passava nas sessões parlamentares, o que leva o Rei Jorge III a escrever, em 1771, ao Primeiro-Ministro para lhe dizer que «é necessário pôr fim a este método estranho e ilegal de publicar os debates nos jornais» (Jeanneney, *ibidem*:37). Mas se, na Grã-Bretanha, este estreitamento de relações entre alguns políticos e os jornalistas fez vir a público informação de acontecimentos que se queriam manter sigilosos, na Alemanha, por exemplo, os jornalistas são manipulados com mais astúcia pelos governantes. Consta que, durante a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), Frederico II, o terceiro rei da Prússia, terá utilizado habilmente os jornais para difundir notícias falsas, praticando o que se designaria hoje por "desinformação". Foi o que fez, em 1759, ao publicar uma falsa carta do papa para favorecer a sua propaganda, ou, em 1767, quando, para afastar os rumores de uma nova guerra, "informou" os jornalistas de uma falsa tempestade em Potsdam que os desviou para os potenciais feridos e estragos materiais. Déspota esclarecido, amigo de filósofos e de escritores como Voltaire, Frederico II via os jornalistas apenas como quaisquer outros súbditos, cuja liberdade nada mais deveria ser do que o cumprimento das ordens do Estado. Num entendimento assim, a fórmula "quarto poder" presta-se a uma outra maneira de encarar a imprensa: não como o mais importante de todos os poderes, mas eventualmente como o poder de que se servem os outros três.

Com a progressiva democratização dos estados, de que o jornalismo praticamente tomou parte, generaliza-se a expressão "quarto poder", cujo significado vai dando conta da

necessidade de encontrar na imprensa um sentido cívico que permitisse a denúncia dos excessos e dos erros do poder político. Sob este título se reconhecia a «coragem de jornalistas audaciosos, de que dispunham os cidadãos para criticar, rejeitar, contrariar, democraticamente, as decisões ilegais que podiam ser iníquas, injustas e mesmo criminosas, contra pessoas inocentes» (Ramonet, 2003[161]). Numa tão grande missão, compreende-se que os jornalistas passassem a ser vistos como "a voz dos que não têm voz" e que as suas lutas pela liberdade de expressão fossem ganhando cada vez mais apoiantes. O que, todavia, não permite aceitar hoje sem reservas a localização do jornalismo na classificação de poderes de Montesquieu. Com efeito, para Mário Mesquita, por exemplo, «a fórmula do jornalismo "quarto-poder" só pode ser encarada como uma hipérbole que visa colocar a imprensa a nível das instituições do poder constituído» (2003:71). Ora, como reconhecíamos atrás, os jornalistas não são eleitos por voto expresso dos cidadãos, não estando, por isso, submetidos ao sufrágio democrático. A legitimidade que lhes reconhecemos radica, como bem viu também Jorge Wemans, num sufrágio mais cruel: «o de merecerem (ou não) todos os dias a preferência do seu público» (1999:115). Se se lhes reconhece uma espécie de mandato de representação dos cidadãos é apenas de modo tácito, o que, enfim, só contribui para confirmar o tom metafórico da expressão "quarto poder" que carece, segundo Mesquita, de «valor analítico enquanto descrição científica do lugar da imprensa ou dos media nas sociedades contemporâneas» (*ibidem*).

Contra os perigos e alguma desadequação desta formulação, muitos autores foram preferindo a expressão "contra-poder". Apesar de esclarecer a questão da representatividade e do mandato na forma de uma espécie de acordo subentendido entre os jornalistas e a sociedade, Bérnier também se desvia da polémica expressão "quarto poder", considerando que «munidos deste mandato de representantes, os jornalistas assumem na realidade um poder de controle, dito de outro modo, eles exercem um contra-poder» (1996:28). De inspiração liberal, esta representação do jornalismo tem origem, muito provavelmente, nas expectativas de

[161] RAMONET, Ignacio (2003) – "Le cinquième pouvoir" – in Le Monde Diplomatique, nº 45, Outubro, p.1 e 26

utilitaristas como Jeremy Bentham ou John Stuart Mill em relação à imprensa. Esperavam que ela servisse de veículo privilegiado de expressão da opinião pública, enquanto instância de controlo social, contribuindo assim para uma representação heróica dos jornais e dos jornalistas como instrumentos de defesa dos cidadãos perante os excessos do poder, como cães de guarda (*watch dogs*) «das instituições perante os desvios, as prepotências e os abusos do poder» (Mesquita, 2003:74).

Pode, com verdade, dizer-se que, ao longo dos séculos, a par de inúmeras vozes críticas, é uma imagem, em certo sentido, heróica que acompanha o jornalismo e os jornalistas. «Nela se enquadram», reconhece Mesquita, «os momentos em que o jornalismo se destacou enquanto defensor de causas democráticas», que correspondem «às mitologias glorificantes da acção dos jornais e dos jornalistas» (*ibidem*)[162]. Mais condizente, portanto, com os sucessos da imprensa e dos jornalistas, não será, com certeza, de estranhar que esta seja a imagem que, em bom sentido, os próprios jornalistas desejam manter. Num texto em que se propõem «acabar de vez com o poder dos jornalistas», Jean-Marie Charon e Arnaud Mercier mostram precisamente que, quer os jornalistas quer a sociedade em geral, mantêm um mito moderno sobre o poder deste grupo profissional e que, «por uma metonímia mal dominada, pela facilidade de linguagem ou simplesmente pelo interesse de propagar esta crença», insistem na abordagem que vincula os *media* às teias do poder (2003:23).

Em era de globalização, tão cultural quanto económica, são, dizem muitos analistas e sociólogos, constrangimentos de tipo económico que ensombram uma ideia de poder mediático. «O poder verdadeiro é doravante detido por um feixe de grupos económicos planetários e de

[162] Recentes casos do jornalismo investigativo nacional e internacional continuam, apesar de todas as críticas, a alimentar esta imagem gloriosa do jornalismo. Se o "caso Dreyfus", um escândalo político que "perturbou" a França no final do século XIX, é ainda hoje citado como um dos casos em que a imprensa exerceu uma função crítica através da opinião e do avivamento da polémica, que dizer dos inúmeros escândalos desencadeados mais recentemente por intervenção dos jornalistas? Será forçosa, em qualquer manual da história recente dos *media*, a referência a episódios jornalísticos como o "caso *Watergate*"(EUA), o "affaire Dutroux" (Bélgica) ou o próprio "caso Casa Pia" (Portugal).

empresas globais cujo peso nos assuntos do mundo parecem por vezes mais importantes do que os dos governos e dos Estados» (Ramonet, 2003). Questão central analisada por Ramonet, a dominação económica parece estar hoje muito à frente da dominação política[163], o que faz pensar na hipótese de um novo tipo de censura, mais subliminar, num contexto em que se assiste «a um brutal confronto entre o mercado e o Estado, o sector privado e os serviços públicos, o indivíduo e a sociedade, o íntimo e o colectivo, o egoísmo e a solidariedade» (*ibidem*). É neste quadro geo-económico – em que os *media* «se reagrupam cada vez mais no seio de arquitecturas abundantes para constituir grupos mediáticos de vocação mundial» – que parece estar a produzir-se uma transformação nas percepções do jornalismo como poder, ao ponto de, alerta Ramonet, os meios de comunicação social deixarem de «vender notícias aos cidadãos para passarem a vender os cidadãos aos anunciantes». Cidadãos como mercadoria, portanto, o que faz lembrar uma versão sofisticada da *sociedade de consumo* profetizada por Baudrillard. Ora, no âmbito de interesses predominantemente económicos, são as preocupações originárias do jornalismo como função social que parecem configurar uma crise profunda no papel representado pelos jornalistas. A questão é que os grandes grupos, explica Ramonet, «não se propõem mais, como objectivo cívico, ser um "quarto poder" nem denunciar os abusos contra o direito, nem corrigir os disfuncionamentos da democracia para polir e aperfeiçoar o sistema político». "Traindo" assim os cidadãos naquilo que seria o compromisso de vigilância, os jornalistas fragilizam a sua própria posição perante a fonte de legitimação que é o público.

Entende-se, pois, que o poder dos *media* incomode muita gente, que incomode, como anotou Jorge Wemans, numa das suas colunas enquanto Provedor do Leitor[164], os empresários do sector, as figuras públicas e os próprios jornalistas, que se "refugiam" na deontologia para

[163] Em *A Tirania da Comunicação* (2000), insiste o autor que «o primeiro poder é hoje claramente exercido pela economia. O segundo (...) é certamente mediático – instrumento de influência, de acção e de decisão incontestável –, (...) o poder político não vem mais que em terceiro lugar».

[164] WEMANS, Jorge (1997) – "Intenções e consequência" – coluna do Provedor do Leitor do jornal Público, edição de 14 de Dezembro

proteger a sua prática profissional. «Mesmo os mais hábeis na utilização dos 'media' em ordem à promoção dos seus projectos, ideias e imagem», considerava na altura o Provedor, «reagem com desconforto à autonomia e liberdade dos jornalistas para investigarem e revelarem incoerências, erros e facetas cuidadosamente obscurecidas». Entende-se, enfim, que o poder dos *media* seja um dos temas mais recorrentes dos debates sobre o papel do jornalismo nas sociedades contemporâneas que não descobriram ainda a fórmula de evitar que a construção da actualidade passe por esses profissionais que são os jornalistas.

4. No reencontro com as teorias do poder

Desprestigiado ao longo da história, como vimos no capítulo anterior, quer pelo não reconhecimento do seu papel e pelo descrédito de algumas das suas atitudes – sem escrúpulos, dizia Kraus – quer pelos receios de uma actividade potencialmente poderosa, o jornalismo foi sempre encarado como um campo complexo. Até do ponto de vista teórico, onde os próprios académicos se desdobraram em abordagens sobre os efeitos da comunicação de massas. São, por isso, inúmeras as teorias que, de um modo ou de outro, têm contribuído para discutir o papel dos *media* na construção da actualidade e, por conseguinte, da realidade.

Formulada no período entre as duas Guerras Mundiais, num contexto de expansão dos meios de comunicação de massas, a Teoria Hipodérmica é talvez a primeira das teorias clássicas a colocar a questão dos efeitos dos meios de comunicação, em especial da propaganda, numa sociedade de massas. Motivada, em grande parte, pelos trabalhos dos investigadores da Escola de Frankfurt, esta abordagem parte do pressuposto de que «cada elemento do público é pessoal e directamente afectado pela mensagem» (Wright, 1975:79). Apesar do aparente simplismo do modelo Estímulo-Resposta deste quadro teórico, o que a Teoria Hipodérmica revelou de particularmente interessante foi um conceito de sociedade de massa controlável e manipulável pela máquina mediática. Os próprios trabalhos de Ortega y Gasset sobre o homem-massa devem ser aqui convocados. Profundamente pessimista

relativamente à constituição de "conjuntos de pessoas não especialmente qualificadas", o filósofo espanhol considerava que «a maior parte dos homens não tem opinião e é preciso que esta venha de fora à pressão (...). Por isso», continuava, «é preciso que o espírito – seja qual for – tenha poder e o exerça para que as pessoas que não opinam – e são a maioria – opinem» (1971:251). Que o espírito tenha poder, e tem mesmo segundo os patrocinadores desta teoria, um poder para impor universos simbólicos e valores diferentes. Não há dúvida de que, de acordo com esta formulação, que é, em última análise, uma teoria da acção elaborada pela psicologia behavorista, se defende uma espécie de «relação directa entre a exposição às mensagens e o comportamento: se uma pessoa é 'apanhada' pela propaganda, pode ser controlada, manipulada, levada a agir» (Wolf, 1991:25). Mais orientada pelas fragilidades e pela passividade da audiência do que propriamente pelo poder de acção dos *media*[165], a Teoria Hipodérmica elaborou, ainda que indirectamente, a consciência de que a acção dos *media* (e neles do jornalismo em particular) não seria inconsequente[166].

Das abordagens sobre a manipulação, a persuasão e a influência, a pesquisa sobre os *mass media* depressa se alargou ao espectro das funções exercidas pelos sistemas de comunicação de massas. Apesar de nos interessar pouco uma posição estrutural-funcionalista, durante os anos 1950 e 1960, este foi o modelo dominante no campo dos paradigmas de estudo da comunicação social. Um exemplo clássico desta teoria tem origem num ensaio de Charles Wright que, sob o título "Functional analysis and mass communication", apresentava, em 1959, a proposta de compreender, em termos funcionais, as ligações entre os *media* e a

[165] Daí a observação de Bauer (cit. por Mauro Wolf), segundo a qual a teoria hipodérmica não estuda os efeitos, mas toma-os por certos.

[166] Centrando as pesquisas de comunicação em dois temas principais – a análise dos efeitos e a análise dos conteúdos – Lasswell apresentaria em 1947 um modelo de comunicação que supera, de algum modo, algumas das lacunas da teoria hipodérmica. Segundo Lasswell, a comunicação é intencional e «tem por objectivo obter um determinado efeito, observável e susceptível de ser avaliado na medida em que gera um comportamento que se pode de certa forma associar a esse objectivo» (Wolf, 1991:27). O esquema de Lasswell, que procurava responder às perguntas *quem? diz o quê? através de que canal? com que efeito?*, evoluiu posteriormente para fórmulas mais elaboradas sobre os efeitos das notícias.

sociedade. Sintetiza Wolf (1991:59) que o objectivo de Wright seria «articular nomeadamente as funções e as disfunções latentes e manifestas das transmissões jornalísticas informativas, culturais e de entretenimento respeitantes à sociedade, aos grupos, ao indivíduo e ao sistema social». Se este modelo se presta, de alguma maneira, ao estudo do poder do jornalismo é apenas porque ele identifica uma importante função desempenhada pela difusão de informação: a função de oferecer a possibilidade de alertar os cidadãos da ocorrência de ameaças e perigos imprevistos, bem como dos desvios a normas, o que reforça a ideia de que a informação dos meios de comunicação contribui para o exercício de um certo controlo social.

Bem mais interessante seria a abordagem da Teoria Crítica propriamente dita, talvez mesmo porque ela «representa a contracorrente de muita *communication research*» (Wolf, 1991:73). De tradição europeia[167], a Teoria Crítica revestir-se-ia de especial importância pelas reflexões que, no seu seio, se desenvolveram sobre a dominação tecnológica. Diziam, em 1947, Adorno e Horkheimer que «actualmente, a racionalidade técnica é a racionalidade do próprio domínio» e domínio é o que os *media* pretendem exercer sobre os públicos, de um modo que apenas contribui, segundo estes filósofos, para a degradação dos gostos e das capacidades individuais de fruição estética. Pretendendo desenvolver uma *teoria crítica da sociedade*, os autores da Escola de Frankfurt deixaram aos estudos jornalísticos o decisivo contributo que é, em nossa opinião, a percepção, bem expressa por Marcuse, do papel que a tecnologia (nomeadamente a que está ao serviço da informação) poderia assumir como instrumento de dominação.

Mas de um ponto de vista mais jornalístico e menos mass-mediático, uma das teorias que ocupa ainda hoje um lugar de destaque na discussão acerca do papel dos jornalistas é a da hipótese do *agenda-setting*. Ela é, segundo Nelson Traquina (2000), a hipótese de redescoberta do poder do jornalismo. Longe de estar esgotada ou de ter perdido a actualidade, a teoria do

[167] Dizemos de tradição europeia, embora conscientes de que uma parte das investigações dos teóricos desta Escola tenha sido desenvolvida em várias universidades americanas, onde se refugiaram, durante o nazismo, alguns dos teóricos do Institut für Sozialforschung da Universidade de Frankfurt.

agenda-setting continua a dizer bem o que tem sido o papel do jornalismo enquanto definidor da agenda dos assuntos públicos. Segundo a formulação clássica desta abordagem, são os *media* que apresentam às pessoas grande parte da realidade que devem compreender. São de Shaw as palavras que Mauro Wolf toma de empréstimo para apresentar esta formulação inicial:

> «a hipótese do *agenda-setting* não defende que os *mass media* pretendam persuadir (...) Os *mass media*, descrevendo e precisando a realidade exterior, apresentam ao público uma lista daquilo sobre que é necessário ter uma opinião e discutir. (...) O pressuposto fundamental do *agenda-setting* é que a compreensão que as pessoas têm de grande parte da realidade social lhes é fornecida, por empréstimo, pelos *mass media*.» (Shaw, 1979:96,101, cit. por Wolf, 1991:130)

É verdade que é provavelmente a Walter Lippmann que se deve uma primeira abordagem, feita em 1922, sobre a eventual coincidência entre a agenda dos *media* e a agenda dos assuntos públicos, mas só a partir dos anos 1960 esta ideia se tornaria mais consistente, quando, em 1963, Bernard Cohen escreve que «a imprensa pode na maioria das vezes, não conseguir dizer às pessoas como pensar, mas tem, no entanto, uma capacidade espantosa para dizer aos seus próprios leitores sobre o que pensar» (Cohen, 1963:72). A um estudo de McCombs e Shaw (1972) é, com efeito, comummente atribuída a origem da perspectiva do *agenda-setting*, embora muitos outros estudos posteriores a tenham desenvolvido para modelos mais elaborados e ajustados aos novos desafios do jornalismo. O que, desde o seu aparecimento, pode ser destacado como especialmente significativo é o facto de se ter em conta que, para além de um conjunto de informações, os *media* jornalísticos nos fornecem também as categorias segundo as quais as notícias se tornam significativas. Dito de outro modo, trata-se de considerar que, para além de informações, os jornalistas providenciam também a hierarquização dos acontecimentos e dos temas públicos segundo critérios que se prendem, em princípio, com o grau de importância dos assuntos. Poucos anos depois da apresentação da teoria do *agenda-setting,* um estudo de McClure e Patterson procurou ainda explicar que este poder de imposição da agenda pública pode diferir de acordo com os meios. Ora, concluindo exactamente neste sentido, os investigadores americanos considerariam que «a informação escrita fornece aos

leitores uma indicação de importância *sólida, constante e visível*, enquanto que a informação televisiva tende, normalmente, a reduzir a importância e o significado do que é transmitido» (cit. por Wolf, 1991:133). Embora sem um estudo empírico que sustente uma posição contrária, arriscaríamos dizer que, passados trinta anos deste estudo de McClure e Patterson, talvez não seja hoje tão evidente esta distinção ou talvez esteja mesmo praticamente invertida, dado o tremendo impacto que a informação televisiva tem nas sociedades contemporâneas, ao ponto de quase se poder dizer que *o que não passa na televisão não aconteceu*.

Concepções mais recentes votaram a atenção sobre o agendamento à relação de coincidência entre três agendas: por um lado, a agenda política, social, económica e cultural, ou seja, a ordem dos acontecimentos propriamente ditos; por outro, a agenda mediática e a correspondente hierarquização dos acontecimentos que ganham visibilidade; finalmente, a agenda do público, que se prende com a percepção que o público realmente tem dos acontecimentos e da sua relevância. Em termos muito simplistas, diríamos que a hipótese do *agenda-setting* permite questionar a construção da actualidade de três pontos de vista: o ponto de vista do que realmente acontece por força do agendamento das várias instâncias de poder; o ponto de vista da visibilidade e da hierarquização que os *media* jornalísticos conferem ao que acontece; e, por último, o ponto de vista da percepção que o público tem do que acontece. Não podendo ser encaradas como dimensões estanques, estas três agendas são naturalmente campos em relação, que se influenciam mutuamente, sendo admissível sobretudo que os acontecimentos a que os *media* dão visibilidade podem condicionar ou provocar redefinições na agenda dos promotores ou protagonistas das ocorrências de actualidade[168].

[168] Num trabalho publicado em 1996, sob o título *Agenda-setting*, Dearing faz um inventário de factores que determinam o tempo que um acontecimento permanecerá na agenda dos meios de comunicação social. Referia-se ao ciclo de vida do próprio acontecimento, identificando cinco estádios que marcam a longevidade dos temas na agenda dos *media*: 1) o estádio de pré-problema, que corresponde ao momento em que uma situação indesejada (nomeadamente um problema social) já existe, mas não teve ainda a tenção do público; 2) o estádio de descoberta do alarme, quando um dramático acontecimento cria o alarme público, acompanhado pelo eufórico entusiasmo sobre a capacidade da sociedade para resolver o problema; 3) a identificação do custo real de resolução; 4) o estádio do declínio do interesse público; 5) finalmente, o estádio pós-problema, que corresponde ao momento em

Se já nos termos da sua apresentação inicial, a hipótese do *agenda-setting* demonstrava ser uma teoria fulcral nos estudos jornalísticos, com os desenvolvimentos que viria a conhecer tornou-se absolutamente incontornável, por ela passando grande parte das concepções que sustentam uma ideia de poder para o jornalismo e os jornalistas. Os próprios autores do estudo inicial, McCombs e Shaw, reconheceriam mais tarde, em 1993, que novas investigações sugeriram que «os media nos dizem não só em que pensar, mas também como pensar nisso e consequentemente o que pensar» (McCombs e Shaw, 1993:65).

Numa outra área de pesquisa, que concerne mais especificamente aos procedimentos concretos da actividade jornalística e não apenas à questão dos seus efeitos a curto ou a longo prazo, os estudos sociológicos dos *media* conheceriam, entretanto, outros contributos para um campo que os manuais de teorias habitualmente classificam de *sociologia dos emissores.* Falamos de abordagens como o *gatekeeping* ou o *newsmaking*. Elaborado por Kurt Lewin[169], o conceito de *gatekeeper* aplicado aos jornalistas revela um papel de "seleccionador", de "porteiro" que define quem ou o que deve ou não passar pelos meios de comunicação de massas. Sugerindo que há uma espécie de "zonas de filtro" em que se decide se se deixa passar a informação ou se se a bloqueia, esta teoria permitiria sobretudo perceber que as decisões operadas pelo *gatekeeper* não resultam de uma avaliação individual (não resultam portanto do livre arbítrio do jornalista), mas antes de um conjunto de valores, onde se incluem critérios profissionais e institucionais que definem o carácter de noticiabilidade dos acontecimentos, ou seja, os critérios de selecção da realidade aplicados pelos editores de informação. Por outro lado, aos estudos do *gatekeeping* se deve a consciência de que nem tudo o que acontece tem efectiva presença no discurso jornalístico. Este é, pelo contrário, um discurso de recorte que opera sobre a realidade, filtrando-a, exercendo sobre ela – como

que o interesse público desaparece definitivamente. Apesar de os mecanismos desencadeados para resolver o problema ainda persistirem, deixam de ter visibilidade. (Dearing, 1996:61).

[169] O conceito de *gatekeeper* aparece no contexto de uma pesquisa de Kurt Lewin em psicologia (a propósito das decisões domésticas em relação à compra de mantimentos para a casa), cujos resultados foram publicados em 1947.

demonstraram, diz Mauro Wolf, as pesquisas de Breed[170], por exemplo, – uma espécie de "distorção involuntária", ou seja, um tipo de "deformação" que seria imputável «ao modo como está organizada, institucionalizada e é desempenhada a profissão de jornalista» (Wolf, 1991:164). Há, com efeito, nesta perspectiva, uma deslocação da atenção no jornalista, enquanto *actor de gatekeeping*, para o aparelho jornalístico como *instância de gatekeeping*, o que reforçaria a ideia de que o poder não está nos próprios jornalistas, mas na "instituição" que é o jornalismo e que neles delega a tarefa de, em conformidade com os valores da organização, produzirem informação.

Quase complementares à pesquisa do *gatekeeping* poderiam ser reconhecidos os estudos sobre o *newsmaking*, realizados em trabalhos de observação participante em redacções. Com o objectivo de conhecer a cultura profissional dos jornalistas e os seus processos produtivos, a pesquisa do *newmaking* – a pesquisa sobre a sistematização dos assuntos a noticiar, entenda-se – procurou sobretudo determinar os critérios segundo os quais a actualidade é produzida. Atenta aos paradigmas que definem a ideologia jornalística, esta abordagem ocupou-se da identificação dos requisitos que se exigem aos acontecimentos para adquirirem a existência pública sob a forma de notícias, de modo que «tudo o que não corresponde a esses requisitos é 'excluído', por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional» (Wolf, 1991:170). É, portanto, o conceito de *noticiabilidade*, enquanto ligado ao conceito de *perspectiva-da-notícia*, que está no centro desta teoria que guarda ao jornalismo o poder de fragmentar a informação e decidir sobre quais os factos quotidianos que devem ser de domínio público. Em largo sentido se diz comummente que é notícia o que o jornalista decide que deve ser notícia. É sobre esta capacidade decisória que recai quase sempre a ideia de poder. Poder para decidir o que ganha visibilidade noticiosa, portanto. Mas segundo que critérios? A esta pergunta trataram de responder vários pesquisadores no sentido de esclarecer

[170] Os resultados destas pesquisas foram publicados originalmente, em 1955, num texto republicado em português sob o título "Controlo social na redacção: uma análise funcional" [in TRAQUINA, Nelson (org.) (1993) – *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'* – Lisboa: Vega].

que estes valores funcionam como *guide-lines* para os procedimentos redactoriais. E fizeram-no identificando quatro campos a que concernem estes valores: 1) ao conteúdo das notícias, ou seja à sua matéria substantiva, 2) à disponibilidade do material e ao produto informativo propriamente dito; 3) ao público e 4) à concorrência. No que concerne aos critérios substantivos, são a importância e o interesse da notícia os factores que parecem determinar as opções editoriais, o que se traduz na hierarquização dos acontecimentos segundo a sua relevância e o seu impacto sobre o interesse nacional, bem como segundo o grau de importância das pessoas envolvidas no acontecimento. Relativamente ao produto informativo, a pesquisa do *newsmaking* considerou um valor/notícia a acessibilidade do acontecimento para os jornalistas, factor inversamente proporcional à importância ou relevância das notícias – quanto menos importante parece o acontecimento, ou perante acontecimentos de relevância equivalente, mais as dificuldades de acessibilidade ao acontecimento se tornam significativas, ou por outra, constrangedoras. Já no que se refere ao público será justo reconhecer que, no âmbito dos seus procedimentos específicos, os jornalistas tomarão também em linha de conta os receptores a quem dirigem as suas mensagens. Sobretudo porque eles são, como vimos, a fonte legitimadora do seu papel de informadores, embora, como lembra Wolf a partir de Gans, o dever do jornalista seja apresentar programas informativos e não satisfazer um público (*ibidem*:191). O mesmo se poderia dizer relativamente à questão da concorrência: o dever primeiro dos jornalistas é servir o interesse público que não condiz com lutas de rivalidade entre empresas concorrentes, mas a sua actuação é, frequentemente, encarada como estando constrangida pelos imperativos comerciais.

Clássicas e referência obrigatória pelo contributo que constituem para a compreensão do discurso jornalístico, as teorias que acabamos de recuperar não podem, todavia, ser encaradas como suficientes para esclarecer o poder do jornalismo. De tradição essencialmente anglo-saxónica, estas abordagens resultam quase sempre de análises de base quantitativa, configurando, por isso, aquilo que Mauro Wolf diz ser "uma teoria física dos fenómenos de

propagação" (*ibidem*:229). Contudo, o fenómeno mediático, em constante mutação, enfrenta desafios que obrigam a reequacionar as hipóteses tradicionalmente apresentadas. Face aos reptos tecnológicos, por exemplo, seria redutor não abrir à possibilidade de uma nova teoria, eventualmente na perspectiva de uma alteração completa de paradigma no que aos procedimentos de selecção e edição da notícia diz respeito. Não restarão dúvidas de que a expansão do jornalismo pelos meios cibernéticos ou a sua invasão por novas ferramentas, como a Internet, não permitem pensar hoje a questão do poder do jornalismo e dos jornalistas nos mesmos termos em que classicamente este tema foi tratado. Continuarão a fazer sentido metáforas como as que explicam o jornalismo na sua lógica de "espelho da realidade"? Será ainda válido pensar-se que o poder do jornalismo reside no facto de os jornalistas "filtrarem" a actualidade? Como repensar as questões do poder, da legitimidade e do reconhecimento dos jornalistas no contexto de novos *media* emergentes daquilo que poderíamos chamar a emancipação do cidadão?

5. Para uma nova teoria: o jornalismo como poder constituinte

No percurso que acabámos de fazer, procurámos sobretudo sintetizar o modo como, num período pré-digital, as teorias sobre os *mass media* nos forneceram instrumentos para uma leitura do campo jornalístico. É, com efeito, nesta passagem do pré-digital ao pós-digital que nos parece residirem as principais provocações a uma renovação do debate sobre o poder do jornalismo. Num tempo em que o acesso à informação se generalizou por outras vias que não apenas a dos meios de comunicação de massas, o que é que é afinal distintivo do poder dos jornalistas? Por que razão continua a ser tão temido o exercício de uma actividade que pode ser cada vez menos exclusiva dos jornalistas? A resposta a estas questões talvez só possa ser tentada na forma especulativa.

Diz-se que o poder dos jornalistas é hoje maior do que muitos gostariam, mas não tão grande quanto outros julgam. Na perspectiva do conceito de "espiral do silêncio", desenvolvido

por Noelle-Neumann, julga-se que o poder do jornalismo concerne à formação de climas de opinião. O que não é coisa pouca, de facto. Numa abordagem tão pessimista quanto a que Ortega y Gasset fundamentou relativamente à sociedade de massas, a teoria da "espiral do silêncio" sustentaria que «a cobertura dos *media* marca percepções individuais de sentimentos públicos em matérias correntes» (McQuail, 2003:469). Com excepções pontuais, as pesquisas sobre os efeitos dos *media* (onde se inscreve o jornalismo como actividade particular), tenderiam, a partir da década de 1970, para alguma unanimidade, considerando o discurso jornalístico como o responsável pela manutenção do consenso social e pela construção da conformidade.

Por consequência, é ainda a um certo efeito de dominação que concernem as preocupações com a actividade dos 'novos *novellistes*'. «Poder para fazer e desfazer famas, sim. Poder para influenciar o público no modo como este interpreta a realidade, também». E, inversamente ao que propõe Jorge Wemans (1999:115), talvez ainda poder para levar o público a ver a realidade ao contrário do que ela é. Daí que as próprias designações clássicas de "quarto poder" ou de "contra poder" cheguem hoje a parecer insuficientes. «Estão obsoletos», dizia em 2003 Augusto Santos Silva[171], «os conceitos que elaborámos para compreender a influência da comunicação social». Na verdade, continuava o sociólogo, «é tão errado chamar-lhe "contra poder" como "quarto poder"», porque «ela é um poder que se exerce por si próprio, mais do que contra ou apesar de outros poderes». Mais do que reflectir a realidade, é preciso reconhecer hoje a capacidade dos *media* para a fabricar. É, portanto, parece, mais de um "primeiro poder" que se trata, um poder «que faz ou desfaz agendas, manifesta ou esconde factos, promove ou castiga protagonistas». Num tempo de dominante tecnológica, seria, por conseguinte, um logro continuar a ver exclusivamente o poder do jornalismo na sua aptidão para "dar a conhecer" a actualidade. As próprias reflexões de Augusto Santos Silva apontam para um poder muito mais complexo do que o de simples vigilância postulado pelos ideais liberais dos séculos XVII e XVIII.

[171] SANTOS SILVA, Augusto (2003) – "O primeiro poder" – in jornal Público, edição de 8 de Novembro

É que, investidos da força da tecnologia, que os habilita a um quase dom de ubiquidade, os *media* têm hoje não apenas um domínio sobre os factos como, mais ainda, a própria capacidade de os impor. São, com efeito, não apenas um produto da urgência dos dias mas os próprios produtores desta urgência. Se alguma vez foram a imagem ou o espelho da realidade, hoje são antes o modelo da vida, uma vida que, dizia Kraus, «desde há muito tempo não é mais do que a expressão dos jornais» (Kraus, 2000:185).

Insistindo particularmente nas afinidades do jornalismo com a política, as abordagens do jornalismo como poder tendem a subestimar o verdadeiro alcance da força da expressão de actualidade. De facto, não cuidando apenas de "dar visibilidade ao actual", mas constituindo a própria experiência em actualidade, «em relação, positiva ou negativa, a um acontecimento fundamental» (Miranda, 1998:9), o jornalismo – ou a máquina mediática mais globalmente – verga-se à lógica da constituição, que é, diz Miranda, da ordem da ficção, ainda que sempre abismada pela realização (Miranda, 1994:128). É este, e não outro, o problema diante do qual o jornalismo nos coloca hoje: o de responder ao acontecimento, procurando estabilizar o constituído quando tudo é ainda e sempre constituição. É aqui, e não em qualquer outro lugar, que o jornalismo se revela como um poder que não deve confundir-se com as relações de estreita afinidade que mantém com a política. Talvez por isso, a base de poder dos jornalistas é menos óbvia do que poderiam fazer crer os que o colocaram à ordem dos poderes republicanos. Pouco esclarecido, portanto, compreende-se que o poder dos jornalistas tenha sempre suscitado receios e ódios. «De tempos a tempos outros poderes pretenderam limitá-lo. Com piedosas intenções e objectivos louváveis. Ou transportando apenas o desejo de reforçar o poder de que já dispõem» (Wemans, 1999:115). Se algum o conseguiu, ou tenta ainda conseguir efectivamente, não foi tanto o político, mas antes o económico, cujos imperativos pesam, de facto, sobre as condições de produção e actuação dos jornalistas.

Apesar de socialmente construído, não se pode dizer que o discurso jornalístico seja apenas expressão da actualidade. É que, ao exprimi-la o discurso jornalístico age sobre a

realidade contribuindo para a sua construção. Dir-se-ia, por conseguinte, que, para além de ser expressão, o jornalismo é também agente sobre a realidade, porque a notícia não deixa o acontecimento indiferente. Ora, se pode dizer-se que a constituição da experiência passa hoje, ainda que não exclusivamente, pelas máquinas mediáticas contemporâneas (Miranda, 1998:10), então é justo compreender que ao jornalismo não se reconheça um poder qualquer. Ele é acima de tudo um poder constituinte da actualidade, na medida em que, queiramo-lo ou não, «a actualidade está recoberta por um *manto* de palavras, mais ou menos rigidamente organizadas em 'discursos', com maior ou menor suporte institucional» (Miranda, 1994:24). Tendo em conta que as palavras têm efeitos sobre a experiência e que é trabalhando a fenomenologia dos discursos que se prepara uma fenomenologia da actualidade (*ibidem*), presumimos que só trabalhando sobre a fenomenologia do discurso jornalístico se pode preparar uma compreensão da própria experiência. Por outras palavras, entendemos que só discutindo o jornalismo naquilo que são os seus constrangimentos, os seus acessos de poder, as suas falhas e os seus limites se pode, enfim, ponderar a possibilidade de o jornalismo ser, em última análise, um campo de conhecimento não tão inútil quanto o quis fazer crer Kraus, que inspirou Walter Benjamin a dizer que «o jornal é um instrumento de poder. Ele apenas recebe o seu valor do carácter do poder que ele serve; ele afirma a expressão não somente nas posições que ele sustenta, mas também na maneira pela qual ele o faz» (no prefácio a *Cette grande époque,* Kraus, 2000:35). E ao propor a abertura do discurso a uma reflexão sobre o poder constituinte, pretendemos sobretudo fugir do domínio do absolutismo da palavra jornalística, que é o mesmo que dizer, retomando os trabalhos de Bragança de Miranda, "suspender a evidência do discurso" a partir do que no âmbito deste trabalho chamamos práticas metajornalísticas.

6

Da fragilidade de ser jornalista

«Há homens, há trabalhadores de ideias, filósofos que fazem o mesmo áspero trabalho incessante: mas esses têm a glória, que é como um bálsamo divino, derramado nos seus cansaços. O jornalista não: trabalha, luta, derrama ideias, sistemas, filosofias sociais e populares, estudos reflectidos, improvisações, defesas eloquentes, nobres ataques da palavra e da ideia, pois bem, tudo isso passa, morre, esquece; aquela folha delgada e leve onde ele põe o seu espírito, a sua ideia, a sua consciência, a sua alma, perde-se, desaparece, some-se sem esperanças de vida de duração, de imortalidade, como uma folha de árvore ou como um trapo arremessado ao monturo.»

Eça de Queirós, Distrito de Évora, 6 de Janeiro de 1876

1. O triunfo da informação

Que a informação é um direito inalienável de todo o cidadão é já um dado perfeitamente adquirido. Que a informação é absolutamente fundamental ao funcionamento das democracias também não parece ser mais questionável. Que, por outro lado, a liberdade de expressão e de imprensa é condição *sine qua non* para a prossecução destes direitos é também questão largamente ultrapassada. Destas certezas decorre, por certo, a ligação da informação a uma questão de interesse público ou interesse geral, com a qual voltamos sempre à proposta dos filósofos liberais. Salvo raras especificidades, de John Locke a Rousseau, passando

eventualmente por Hobbes ou pelos utilitaristas Bentham e Mill, o conceito de interesse público aparece sempre como um interesse superior da sociedade, do colectivo, que não corresponde simplesmente à soma dos interesses individuais que nunca têm precedência relativamente àquilo que Rousseau chamava "vontade geral". Aplicado à informação, este princípio supõe que ela assume carácter público precisamente por um imperativo de utilidade geral e não por estar estreitamente ligada a interesses pessoais, profissionais ou institucionais. «A importância de um acontecimento», explica Estrela Serrano[172], «mede-se pelo seu grau de significação e pela sua capacidade de perturbação da vida quotidiana de uma determina população». O que significaria que um acontecimento pode tornar-se notícia sempre que se verifique uma das seguintes condições anotadas por Pierre Fortin[173]: 1) quando ela concerne ao interesse do "grande número"; 2) quando ela é útil à participação na vida democrática de uma sociedade; 3) quando ela é útil à formação do juízo dos cidadãos no exercício das suas responsabilidades democráticas; 4) quando ela é susceptível de ter um impacto no quotidiano dos cidadãos; 5) quando ela pode suscitar ou fazer progredir o debate público; ou, finalmente, 6) quando ela está directamente relacionada com o funcionamento das instituições públicas. Com isto se diz, enfim, que a informação não é "coisa automática" nem pré-existe relativamente aos meios jornalísticos. Pelo contrário. Ela resulta, segundo Dominique Wolton (2003), de uma construção de homens que tentam compreender o mundo para o dizer a outros homens. Daí que talvez se possa dizer que a informação se constitui a partir de uma capacidade aparentemente exclusiva dos jornalistas: a capacidade de olhar o mundo e dizer dele o que se espera que todos devam saber. Ora, o que se espera que todos devam saber não é tanto o que é suscitado pela curiosidade do público, mas tudo o que promova a emancipação dos cidadãos. Neste sentido, sistematiza Bérnier, uma notícia de interesse público deverá, em princípio, estar em conformidade com um

[172] SERRANO, Estrela (2001) – « Ser notícia » - in jornal Diário de Notícias, edição de 17 de Setembro

[173] Citado por Marc-François Bérnier (1996:74), a partir do texto "Quelques enjeux éthiques liés à la pratique du journalisme" em *Éthique de la communication publique et de l'information*, Rimouski, Cahiers de recherche étique, nº 17, 1992, p. 74-75

dos seguintes temas: os assuntos do Estado, a administração da Justiça, as instituições políticas e as administrações locais, os assuntos religiosos, as questões relacionadas com a educação e as artes e todas as situações em que possa estar em causa o estatuto de "personalidades públicas" (2006:27). São estes os argumentos que historicamente alimentaram os debates pela defesa da liberdade de expressão e de imprensa. Era para isto, para servirem o bem público, que os jornalistas deveriam ser livres, uma vez que a liberdade aparece como condição essencial da prossecução do dever de informar aqueles que têm direito de ser informados.

Reconhecer a informação como "coisa" mais benéfica do que nefasta seria assim o primeiro passo para a vitória do jornalismo. Ao triunfo da informação como matéria de cidadania devem, pois, os jornalistas o acolhimento que a sua actividade angariou ao longo de um extenso percurso de profissionalização. Segundo Dominique Wolton, eles «são aparentemente os grandes vencedores deste meio século» (2003:9). Por quatro razões, diz, que poderiam circunscrever-se à questão dos *valores*, da *técnica*, da *economia* e da *cultura*[174]. É, antes de mais, o êxito da liberdade e da democracia, pelo menos no mundo ocidental, que está na origem do próprio êxito do jornalismo. Tendo-se tornado num horizonte da comunidade internacional, a liberdade de imprensa é hoje justamente um dos sinais de que os jornalistas se conseguiram impor num mundo em que passaram a ser os regimes autoritários a ter que se justificar. Do ponto de vista técnico, por outro lado, é o desenvolvimento das tecnologias de comunicação que torna impensável um mundo sem jornalistas. E sendo, como refere Wolton, uma das mudanças mais espectaculares dos últimos trinta anos, a mundialização da informação é bem o sinal de que o

[174] Em *Pensar a Comunicação* (1999), Wolton já apontava para uma tripla vitória da informação. Uma vitória que é política, porquanto os jornalistas e a informação se situam «no centro de qualquer democracia e a realidade das relações de força não põe em causa estas conquistas». Uma vitória que é também técnica, uma vez que, ao contrário de antigamente, quando «fazer informação era uma actividade do foro da aventura», hoje tudo é «tecnicamente possível. Os sistemas de produção e de transmissão permitem cobrir qualquer acontecimento de um lado ao outro do mundo e informar instantaneamente o resto do planeta». Finalmente, uma vitória que é económica, porque a informação e a comunicação se tornaram num «dos sectores mais lucrativos das nossas economias» (Wolton, 1999:207).

jornalismo se tornou numa actividade indispensável. É também a questão económica que corrobora este sentido. «As indústrias da informação e da comunicação estão em plena expansão no plano mundial», constata Wolton, ao mesmo tempo que reflecte sobre a triplicação do número de jornalistas no mundo. O campo jornalístico é, por isso, um campo de grande dinamismo, apesar de todos os constrangimentos que sobre ele pesam a todo o instante. Finalmente, do ponto de vista cultural, haverá que reconhecer que os jornalistas conseguiram, apesar da repugnância de algumas elites, afirmar-se no meio social e político, o que se traduz na sua omnipresença em todos os domínios da vida pública. Até há bem pouco tempo, todo o acesso à comunicação passava de algum modo por eles e disso decorre a centralidade da informação, o facto de a informação estar «no coração da cultura contemporânea», de que os jornalistas são o símbolo.

A vitória da informação sobre os múltiplos constrangimentos que historicamente contra ela se levantaram e sobre as intimidações do poder político e religioso que, de tempos a tempos, a colocaram sob suspeita parece ser um facto. O que, ao contrário do que poderia parecer, não significa, no entanto, por si só, uma vitória incondicional dos jornalistas. Nem tão-pouco que ela esteja imune a novos constrangimentos. Não é, por consequência, de um triunfo inequívoco que falamos. Dominique Wolton refere-se a um "frágil triunfo da informação", apontando para a pressão demasiado forte exercida pelos factos, a tentação do conformismo e os excessos de informação como factores desta fragilidade. A informação é hoje particularmente abundante, o que faz dela objecto de desperdício. Toda a leitura é, por conseguinte, selectiva e não é difícil compreender que muitas notícias acabam por se perder no excesso. Sinal dos tempos, a abundância exprime o excesso de sentido, numa sociedade que Henri-Pierre Jeudy disse estar *trop-plein* (1995). É por isso que as conquistas de liberdade e de imediatismo «obrigam a um esforço considerável de *pedagogia*» (Wolton, 2003:11), que minimize os efeitos perversos da efemeridade da informação difundida. Por outro, impõe esta vitória que se distinga a informação jornalística dos outros tipos de actividade ligados à informação e à imprensa (*ibidem*:19)

2. Pela informação, contra a comunicação

Defender a supremacia da informação jornalística numa sociedade de comunicação não será tarefa fácil, mas é tarefa inadiável. Não o fazer seria condenar o jornalismo a uma actividade residual entre outras que visam, sobretudo a propagação de pretextos de comunicação desprovidos de valor noticioso. Daí que seja ainda à necessidade de delimitar o campo jornalístico como um campo de especificidades e de "exclusividades" que concerne a preservação da grandeza do *métier* que Gabriel García Marquez disse ser o melhor ofício do mundo[175]. É este, genericamente, o imperativo que Wolton reconhece impor-se hoje ao jornalismo, o mesmo que acolhemos como justificativo da tese que procuramos levar mais longe na terceira parte deste trabalho. Contra a fatalidade histórica do jornalismo, como dizíamos na introdução do nosso texto, o que há a fazer é, defenderemos, aproveitar a brecha aberta pela crise de legitimidade, que afecta não só os poderes constituídos como também o próprio jornalismo, para nessa abertura recuperar, acima de tudo, uma promessa de cidadania de onde se reclama o direito à informação.

Quando se insurge contra a comunicação, explicando que ela é uma espécie de varinha mágica «que substitui a educação e a instrução pelo *edutainment*, a política e a informação pelo *infotainment* e a arte e a cultura pelo *entertainment*», Mario Perniola (2005:11) parece distinguir entre informação e comunicação. Neste interessante exercício de reflexão, o autor propõe que a comunicação é o oposto do conhecimento e ao fazê-lo dá-nos pistas que fariam encarar a comunicação como um problema para a informação e os jornalistas. «Os efeitos deletérios e ruinosos da comunicação», diz Perniola, «são hoje completamente evidentes em todos os ambientes sociais». Em senso comum, esta separação dos conceitos não é, normalmente, muito clara, uma vez que eles tendem a ser usados quase indistintamente. Na verdade, é por demais

[175] Assim se referia, com efeito, o jornalista e escritor colombiano ao jornalismo, em 1996, numa conferência proferida por ocasião da 52ª Assembleia da Sociedade Interamericana de Imprensa, em Los Angeles. [Texto reproduzido no site da Sala de Prensa. Acedido a partir do URL http://www.saladeprensa.org/art425.htm]

óbvio que ao referirmos os *meios de comunicação social* queremos sempre dizer *meios de produção e difusão de informação*. O que, como se compreenderá, não é exactamente a mesma coisa. Uma *sociedade de comunicação* não é, sequer, necessariamente, uma *sociedade de informação*, até porque, como observa Daniel Bougnoux, o desejo de reconhecimento, o desejo de comunicação, precede a própria vontade de conhecimento que seria uma vontade de informação (1995). Desta constatação tem resultado a consciência de que, apesar do triunfo visível da informação, uma suspeita continua a pairar sobre o modo como ela é comunicada, ou o modo como ela é frequentemente transformada em espectáculo. «A informação é nobre, a comunicação duvidosa», diz Wolton (2003:11). Porque visa o interesse público, a informação deveria ser acolhida pelo público sem reservas. Mas tolhida pela tirania da comunicação (Ramonet, 2000), que visa sempre estratégias comerciais e de *marketing*, a informação "entra" em crise, na crise que abisma a experiência comunicativa, correndo o risco de ser desvalorizada. É por isso que cepticismo, desconfiança, incredulidade são, segundo Ramonet, tudo sentimentos dominantes dos cidadãos relativamente aos *media* que vivem aquilo que o autor chama uma "segunda idade da suspeita". Primeiro, foi a escassez de informação que fazia temer um controlo excessivo da divulgação pública dos acontecimentos. Agora, num extremo oposto, teme-se o excesso de informação, afinal acessível a todos por diversas vias. Como distinguir neste contexto de "plena informação" o que é importante do que é apenas interessante? Como suspender o fluxo constante de informações que inviabiliza toda a reflexão sobre o que acontece? Como evitar o risco de saturação que a comunicação incessante comporta? Como salvaguardar o triunfo da informação em tempo de comunicação "estonteante", urgente, imediata? Como garantir, finalmente, que a informação possa ser apreendida como uma forma de conhecimento indispensável para decompor a complexidade do mundo?

Contra a comunicação. É assim também de algum modo a fórmula de Dominique Wolton para responder às intimidações ao valor da informação. Contra a comunicação, porque a velocidade de circulação da informação impede o público de tomar o tempo necessário à sua

compreensão e porque «a informação não pode ser feita somente em função do destinatário, senão é a liberdade de informação que está em causa» (*ibidem*:11). Contra a comunicação ainda porque ela compromete a "gratuitidade" da informação ao sujeitá-la a lógicas de concorrência feroz entre jornalistas e meios e ao promover não a diversidade de opiniões, como seria expectável, mas um "certo conformismo". Contra a comunicação, portanto, porque, apesar da sua aparência democrática, ela é, diz Perniola (2005), inimiga das ideias, necessitando dissolver todos os conteúdos.

Investimos toda a primeira parte deste trabalho na demonstração do modo como o sonho euforizante dos *media* conduziu à crise da experiência comunicativa. Sem querer cair no radicalismo da crítica enunciada por Perniola, segundo a qual o ponto culminante da época da comunicação a define como «uma espécie de doença» (2005:11), pretendíamos já naquele momento situar na crise da comunicação os termos que nos permitem agora compreender as fragilidades que se abatem sobre o jornalismo e os jornalistas. As questões ali enunciadas colocavam os desafios e as ameaças da experiência comunicativa à ordem de três circunstâncias que, na nossa perspectiva, definem a pós-modernidade: a globalização, a imediatização e a tecnologização da experiência. São estes os termos que tornam a nossa época mais inquietante que qualquer outra, porventura mais dinâmica do que todas as épocas anteriores, mas por isso mesmo menos estável, menos convicta e menos garantida do que em qualquer outro momento histórico. Vulnerável ao sentimento e à opinião dominantes, a nossa época furta-se a toda e qualquer determinação, aspirando a ser «ao mesmo tempo uma coisa, o seu contrário e tudo quanto está no meio, entre os dois opostos» (Perniola, 2005:14). É sobre esta indeterminação que nos precipita o sonho – e a fatalidade de o termos realizado – de estar aqui e além ao mesmo tempo, de estar na vertigem do próprio tempo e de nele jogar tudo o que há a decidir. Como se tudo se decidisse na dissolução do segredo, na «exposição exorbitante e desenfreada» (*ibidem*) da vida, ou seja, na apropriação do «tumultuoso e veemente curso» da vida, do que nela há de «imprevisível, contraditório e irracional». Assim nasce, poderíamos dizer

com Perniola, o despotismo comunicativo que compromete a integridade do ideal de informação que presidiu ao nascimento da imprensa.

A tentação, escrevia em 2003, no Le Monde, o economista francês Jean-Paul Fitoussi, é hoje a de «substituir a informação pela comunicação, a explicação pelo julgamento»[176]. Pode entender-se, na linha deste pensamento, que a comunicação tem hoje prioridade sobre a informação, isto é, que o processo comunicativo se sobrepõe ao próprio conteúdo informativo, subestimando-o. Num tempo de hegemonia da comunicação, não seriam, assim, exageradas as teses que sustentam a subalternização da informação, por relação aos imperativos da eficácia comunicativa. Erra, de facto, quem não vê na comunicação o perigo de inviabilização de todo o pensamento reflexivo, nela substituído pelo efémero, pelo provisório e pelo momentâneo. Não pensamos, contudo, que a comunicação seja uma calamidade. Julgamos, isso sim, ser necessário despertar do desejo de dormir e do "monólogo elogioso" (Debord) a que o espectáculo comunicativo votou toda a sociedade moderna.

Grande interrogação do presente, a comunicação representa hoje o estádio mais alarmante da «paralisia da história e da memória». No fluxo incessante da novidade, os *media* parecem funcionar como «uma formidável máquina comandada pela lei da renovação acelerada, do êxito do efémero, da sedução, da diferença marginal» (Lipovetsky, 1989:274). Submetida a esta engrenagem, a informação não escapa, portanto, à suspeição. Diz Ramonet que, estando contaminada, ela «nos envenena a mente, nos contamina o cérebro, nos manipula, nos intoxica, tenta instilar no nosso inconsciente ideias que não são as nossas» (2003). Na apresentação directa do acontecimento, esta informação promove a ilusão de que ver é compreender (Ramonet, 2000). Ora, abandonados a esta ilusão, correríamos o risco de permanecer para sempre na falha que separa o verdadeiro do aparente efémero, a realidade da sobre-realidade aquecida pelo espectáculo, que é «uma fabricação concreta da alienação» (Debord, 1992:32).

[176] FITOUSSI, Jean-Paul (2003) – 'Le retour des temps idéologiques' – Le Monde (3 de Abril)

3. "Informação-mercadoria": garantia económica ou prostração?

A globalização é largamente entendida como uma das consequências da modernidade, tornada possível, diz Giddens, graças à «partilha de conhecimento que é representada pelas "notícias"» (1998:54). Uma tal afirmação configura aparentemente um argumento pela meritória acção do jornalismo. Apenas aparentemente. É que, se pode dizer-se que o trabalho jornalístico desempenhou um papel relevante na transformação do mundo tradicional num mundo moderno, o mesmo não se poderá dizer das consequências que para ele advieram do facto de ter participado deste processo. Na verdade, um certo efeito perverso – que se prende com a inadequação dos preceitos clássicos da actividade face a um mundo novo – tem contribuído para a questionação do jornalismo e para fragilizar a posição dos jornalistas numa sociedade dita global. Sobretudo pensando do ponto de vista económico, tem-se questionado, não só entre académicos, mas também no próprio seio da comunidade de jornalistas, os efeitos do aparecimento de grandes grupos empresariais à escala transnacional. Segundo Bill Kovach, por exemplo, a conversão das empresas mediáticas em empresas sem fronteiras tornou, pelo menos do ponto de vista comercial, obsoletas as ideias tradicionais que ligavam o jornalismo às questões da cidadania e da comunidade. «A globalização», diz, «modifica os conteúdos» (2003:44), até porque o âmbito geográfico das notícias passou a ser transfronteiriço. Mas não só por isso. Também porque a própria cotação económica do produto informativo obedece hoje ao valor de mercado que é já não regional ou nacional, mas internacional.

É, por conseguinte, paradoxal a situação presente do jornalismo. Num momento em que se exalta uma espécie de soberania dos *media*, a cujo poder ou domínio parece não ser possível escapar, os jornalistas, que têm hoje mais formação do que noutros tempos, parecem estar, pelo contrário, mais fragilizados. Dir-se-ia até que, quanto maior é o poder dos *media*, mais as fraquezas dos jornalistas se tornam evidentes, porque na visibilidade do actual são também as fragilidades de uma profissão que se tornam visíveis. Repara Wolton que são sobretudo as próprias idiossincrasias da profissão que precisamente a tornam frágil. Em primeiro lugar,

porque se trata de um trabalho sobre a informação «que não é um dado natural, mas um dado construído por homens para outros homens» (2003:10). Depois, porque no exercício das suas funções os jornalistas se confrontam com constrangimentos de índole não só operacional como também institucional.

Visibilidade não é, com efeito, sinónimo de prestígio e a verdade é que «o alargamento e a diversificação do campo da informação se traduzem em pressões crescentes» (*ibidem*) que não passam totalmente despercebidas junto do público que se tornou efectivamente mais céptico e mais crítico. Mas são sobretudo razões de natureza económica que, para muitos autores da sociologia dos *media*, hoje justificam o frágil triunfo da informação. Na outra face da comunicação, a face económica, estará, pois, a ambiguidade de uma actividade a que se exige a dupla função de servir o interesse público e de gerar lucro, ou pelo menos, de se auto-garantir financeiramente. Ao valor político, social e cultural da informação acresce, desde a industrialização da imprensa, um valor económico, decidido pela lógica empresarial e orientado por um princípio de rentabilidade. Subjugada a este novo campo de forças, a informação é hoje, como oportunamente julgou Serge Halimi, «um produto como qualquer outro, objecto de compra e venda, proveitoso ou dispendioso, condenado assim que deixa de ser rentável» (1998:4). Controversa, mas incontornável, esta asserção exprime bem a direcção que tomaram as críticas a que, desde o capítulo 4, temos vindo a aludir, podendo dizer-se que ultrapassado o espírito político que desprezava, mas temia, a imprensa, é agora o espírito económico que, subvertendo o valor da notícia, sobre ela exerce uma temível pressão.

Reféns, portanto, de uma cultura mercantil, o jornalismo encalha, por assim dizer, nos escolhos de um sistema de que depende para sobreviver, mas que o aprisiona nas malhas da ordem comercial, colocado que está ao nível de uma actividade entre outras, avaliada em termos de rentabilidade (Charon e Mercier, 2003:25). Levada ao extremo, esta introdução da linguagem empresarial no campo jornalístico coloca, como sustenta Kovach, os leitores e os espectadores à ordem de "clientes", de que se ocupa um certo *marketing*, e as notícias à ordem de "serviço ao

cliente" (2003:85). Trata-se, com efeito, de reconhecer que a organização jornalística é, nas condições actuais, cativa das escolhas estratégicas da empresa mediática que emprega os jornalistas, pelo que «a informação não beneficia mais verdadeiramente da extra-territorialidade ética e económica» (*ibidem*). É neste sentido que pode tornar-se falacioso falar, no âmbito da trilogia de Montesquieu, do jornalismo como um poder, independente e autónomo. Reformulando, portanto, os termos em que tradicionalmente o jornalismo foi encarado como o exercício de um poder, haveria agora que dizer que, por relação aos poderes constituídos, na contemporaneidade, o poder dos jornalistas é o poder delegado das macro-organizações mediáticas[177]. O que não deverá ferir, no entanto, o que propúnhamos no capítulo anterior sobre a possibilidade de eles manterem, em toda a linha, um poder constituinte.

Na perspectiva desta cultura económica – onde aparecem grupos económicos com uma forte presença nacional e internacional, em muitos casos – o jornalismo é apenas uma parcela do poder dos *media*. Mas, num tempo em que a dinâmica dos mercados tende para a concentração da propriedade, esta subordinação a uma esfera predominantemente económica é factor bastante para uma mudança relativamente ao estatuto convencional da informação. «Ontem», repara Wolton, «a informação era antes de mais um valor político vendido a preços relativamente modestos. Hoje, é o inverso. A informação é abundante, mas vendida cada vez mais cara aos destinatários» (*ibidem*:13). Mesmo considerando a imprensa gratuita – florescente nos últimos anos –, não restarão dúvidas de que estamos hoje perante um novo conceito de informação: o de "informação-mercadoria". Sendo certo que o jornalismo funciona há muito num sistema de concorrência, importa, pois, reconhecer que ele «está cada vez mais submetido a um regime de competição que se aproxima do modelo teórico da

[177] Na sessão de apresentação do seu livro *Jornalismo, Grupos Económicos e Democracia* (2006), dizia Fernando Correia que «o poder político passou a estar submetido ao poder económico, e os *media* (aparentando agora ser o primeiro poder, depois de parecer que seriam o quarto ou um contra-poder) não detêm senão um poder delegado, concedido e gerido pelo poder económico dominante (através da propriedade das empresas, da publicidade, dos circuitos de distribuição, do domínio das principais fontes de informação, etc.) no quadro dos limites que a este mais convêm». [Texto disponível em http://www.clubedejornalistas.pt/DesktopDefault.aspx?tabid=582]

hiperconcorrência» (Charon e Bonville, 2004:290)[178]. Enquanto actividade económica de produção cultural, o jornalismo adquire, portanto, feições empresariais que fazem dele «uma indústria do saber, do conhecimento e da criação, (uma indústria da fala, dizem alguns)» (*ibidem*), que transacciona a informação como mercadoria. Longe então da mítica ideia de "arte nobre" ou de "função social", a tarefa jornalística cumpre-se hoje num contexto assoberbado de obrigações de natureza mercantil, que consciencializam o equívoco que seria tomá-lo por uma espécie de natureza transcendente. «A informação», sintetiza Bougnoux[179], «tornou-se numa mercadoria que procura a rentabilidade através da multiplicação dos seus produtos e, como todas as mercadorias, prolifera, procurando nichos cada vez mais ramificados para a sua difusão» (Martins, 2002:277).

Enganavam-se, pois, os que pensavam poder fazer-se jornalismo à margem dos assuntos comerciais das empresas de imprensa ou que julgavam que, «com um pouco de vigilância, ele não se deixaria contaminar por eles» (*ibidem*:298). E enganavam-se sobretudo os idealistas de um jornalismo que não fosse cativo da receptividade do público. Se nalgum momento pôde pensar-se que os jornalistas poderiam decidir sobre o que convinha aos seus leitores, ouvintes ou telespectadores, hoje é por demais evidente que esta relação está invertida, obrigados que estão os jornalistas, por compromissos comerciais, a atender igualmente à volatilidade de um público «constituído por *"zapeurs"* infiéis, sempre prontos a passar a outra coisa, que colhem a informação cá e lá, que "navegam" na Internet, ao sabor da sua fantasia e da capacidade de as mensagens suscitarem curiosidade» (*ibidem*:299). Prisioneiros do público, eis, pois, aquilo em que a economia dos *media* está a transformar os jornalistas que se

[178] Explicam os autores que o conceito de hiperconcorrência designa «o jogo concorrencial muito particular que caracteriza os sectores industriais fundados sobre as tecnologias da informação, mais particularmente os da informática e das telecomunicações, e que têm em comum o facto de fundarem a sua estratégia de crescimento na inovação» (Charon e Bonville, 2004:290-291).

[179] Entrevista de Daniel Bougnoux a Moisés de Lemos Martins, Manuel Pinto e Felisbela Lopes, publicada no volume 4 da Revista Comunicação e Sociedade (2000:275-284).

confrontam com a obrigação de conciliar o ideal de "serviço público" com os desejos daqueles que os pagam, sob a forma de níveis de audiência e consumo de publicidade.

Com uma posição social nitidamente em causa, o jornalista é, em todo este processo de globalização económica, uma espécie de elo mais fraco, cujas debilidades se reflectem ainda no próprio produto jornalístico. O problema é que a *coisificação da informação* (coisa que se compra e se vende) confirma, por um lado, a suspeita enunciada desde o início do século XX de que, invadidos pela publicidade, os jornais seriam submissos aos imperativos de mercado e, por outro, a necessidade de mecanismos mais eficazes de vigilância que garantam a conformidade da informação produzida com os valores de onde se reclama o direito de informar e de estar informado. O problema é ainda o de conhecer as mudanças que, por força deste imperativo económico, se estão a operar no próprio discurso jornalístico. Charon e Bonville apontam três séries de inovações devidas à intensificação da concorrência: 1) por um lado, a segmentação e a especialização dos temas tratados, de modo a responder a um público cada vez mais fragmentado. «O discurso jornalístico», consideram os autores, «enuncia-se cada vez mais num contexto de especialização temática, de maneira que as normas universais ou "transversais" do jornalismo tradicional entram em concorrência com normas distintas, específicas» (*ibidem*:308); 2) por outro, verifica-se uma transformação dos géneros jornalísticos, que resulta numa contaminação da informação pelos produtos de divertimento e pelo ritmo simples e ligeiro, visando a satisfação imediata e um princípio de prazer que não condizia com a "informação dura". «Sob o regime da hiperconcorrência, abreviam Charon e Bonville, «todas as mensagens, e nelas a informação, devem, para suscitar a atenção, contribuir para o divertimento» (*ibidem*:312); 3) por fim, será nítida nestas circunstâncias a passagem a um discurso que acentua as formas expressiva e prática, porquanto, em contexto de superabundância de informação, estão em mudança as condições de uso dos *media* pelo público que deles espera um efeito breve de satisfação. Daí que, do mesmo modo que a televisão é pensada para um consumo intermitente, também o jornal seja hoje um produto pensado ao jeito do *zapping* de

leitura. «Há muito tempo que o jornal não se oferece mais como um "documento" que o leitor percorria do princípio ao fim». Pelo contrário, dizem estes investigadores canadianos, «ele apresenta-se antes como um mosaico no qual cada leitor navega, à medida das suas preferências» (*ibidem*:313).

Que o discurso jornalístico está, nas condições actuais, profundamente determinado pelos preceitos do mercado é, na realidade, um aspecto a que não escapam as leituras teóricas do campo. Mas cresce, por outro lado, entre os pensadores dos *media*, a convicção de que este determinismo constitui uma ruptura com os cânones tradicionais do ofício, ao verificar-se uma deslocação de um ideal de *interesse público* para um paradigma em que impera o *interesse do público*. Problemática, esta deslocação comporta também uma deslocação nos modos de produção, no sentido em que dirigir-se a um público «induz também o exagero dos elementos susceptíveis de o interessar» (Bonville, 2004:265). Dir-se-ia, portanto, que um dos efeitos da mercantilização da informação, isto é, da transformação da imprensa num verdadeiro comércio de notícias, se prende, muito provavelmente, com uma inflação do sensacionalismo, traduzida na exploração das emoções, como argumentámos durante o capítulo 3. Consequência, em parte, dos desígnios de um público sempre insatisfeito, a transfiguração da informação em matéria de "consumo rápido" adensou o carácter perecível do jornalismo, exigindo dos jornalistas um ritmo de leitura do real, que não permite o distanciamento temporal para analisar o instante (Ramonet, 2000), porquanto não se faz mais por dia, mas com maior precisão ao minuto. Tão perecível quanto a sensibilidade dos cidadãos, a informação precisa de ser atraente, mas ao sê-lo converte-se em outra coisa, em *infotainment*, desvirtuando o discurso que, por definição, deveria ser uma prática realista bem demarcada de outras formas de expressão como a literatura ou a pintura. «Consumimos as notícias de um modo quase lúdico», dizia em 2002 numa entrevista Daniel Bougnoux, para quem «as notícias hoje nos distraem mais do que nos informam» (Martins, 2002:276).

Tendência por demais evidente, a contaminação da informação por estratégias que concernem ao entretenimento por força dos imperativos comerciais não é acolhida unanimemente como uma inevitabilidade. Para Bill Kovach, aliás, a estratégia do *infotainment* «só conseguirá uma implantação frágil e efémera, porque se baseia nas formas, não no conteúdo» (2003:211). Ora, se há um século estas ligações entre o jornalismo e o poder económico eram uma suspeição apenas de alguns intelectuais, hoje elas são já mais largamente reconhecidas por alguns sectores dos públicos dos meios informativos. Era disso, em parte, que dava conta, em Maio de 2002, a Provedora dos Leitores do Diário de Notícias que, na sua coluna semanal, indicava que as críticas apresentadas pelos leitores associam uma tendência sensacionalista crescente na imprensa com pressões do mercado, com a "necessidade de vender", sendo inclusive questionada a «"mercantilização" da informação e a "derrapagem" para o sensacionalismo e o espectáculo que lhe está associada» (Serrano, 2002[180]). Ilusória, portanto, inclusive a ideia segundo a qual as grandes questões que se colocam ao jornalismo são apenas questões levantadas por especialistas ou académicos, sendo justo admitir que até nas matérias mais obtusas da actividade o público tem uma palavra a dizer. Matérias obtusas, dizemos bem, porque, apesar da ampla consciência que delas parece começar a ter o público, talvez não se saiba ainda até onde conduzirá a crise aberta pela "capitalização económica" da informação. Ao fim do jornalismo, como começou, há alguns anos, a suspeitar-se? «Somos [os jornalistas]», admite Dan Gillmor, «os nossos piores inimigos». É que o jornalismo empresarial, que o jornalista assevera ser hoje dominante, «está a provocar a diminuição da qualidade para fazer subir os lucros a curto prazo», num processo que poderá acabar por destruir os jornalistas (Gillmor, 2003:16-17).

4. O jornalismo vítima dos jornalistas?

[180] SERRANO, Estrela (2002) – "Uma ética para a comunicação" – in jornal Diário de Notícias, edição de 27 de Maio

São os jornalistas os piores inimigos de si próprios, diz Gillmor. Não faltam, com efeito, às análises do jornalismo contemporâneo abordagens que apontam os jornalistas como principais responsáveis pela crise de legitimidade do discurso jornalístico. Especialista das questões éticas, Marc-François Bérnier sustenta mesmo a hipótese de o jornalismo ser vítima dos jornalistas. Pretendendo que são as derivas deontológicas dos profissionais que colocam o jornalismo sob suspeita, o investigador canadiano atribui aos comportamentos desviantes dos jornalistas o "nevoeiro opaco" que se abate sobre os *media* informativos. Com especial atenção aos meios de comunicação canadianos, Bérnier anota que «não se passa uma semana sem que os comportamentos profissionais duvidosos não sejam o objecto de uma crítica interna e muitas vezes virulenta» (1995:68). Não espanta, por isso, que toda a proposta do autor configure um projecto de vigilância da conduta dos "*planqués*", aqueles que, na sua opinião, pela irresponsabilidade profissional, minam a legitimidade do jornalismo.

Não sendo uma ciência exacta[181], o jornalismo está naturalmente confrontado com o problema (irresolúvel, segundo Estrela Serrano) da subjectividade do jornalista. A questão é que, apesar de nem sempre se ter em conta este facto, a informação não é um dado natural, "já constituído", como, por razões de "desculpabilização", os jornalistas tentam, com frequência, fazer crer. «A informação», explica Gérard Cornu (cit. por Ruellan, 1993:145), «aparece apenas na sua relação com os informados, os receptores, o público, ao passo que a relação que ela mantém com as suas "fontes", os "produtores" da informação transmitida pelos jornalistas é excluída do campo da reflexão». Ou seja, ao contrário do sentido que tomam muitas investigações, o problema do campo jornalístico não começa e termina nas questões de transmissão da informação. Ele passa largamente pelo processo de fabricação das notícias, normalmente oculto na imagem do jornalismo como técnica objectiva. É, pode dizer-se, nesta dimensão menos perceptível ao público, que o jornalista lida com as principais dificuldades do seu projecto de trabalho. Desde logo pela nem sempre facilitada relação com os interesses das

[181] SERRANO, Estrela (2002) – "Sobre o jornalismo" – in jornal Diário de Notícias – edição de 30 de Setembro

fontes de informação, mas ainda pelos valores culturais e ideológicos das organizações que integram. Desocultar esta dimensão submersa da prática jornalística, perceber, enfim, os mecanismos pelos quais os jornalistas processam os diferentes discursos das fontes com quem contactam, que é o mesmo que dizer, os mecanismos pelos quais eles descodificam as múltiplas vontades de manipulação daqueles que procuram ou que têm que "existir" no espaço público, impõe-se como pedagogia de um trabalho que, apesar dos seus vários séculos de existência, o público ainda não conhece bem. Mas para isso não basta analisar os resultados do labor dos jornalistas. É preciso, de um ângulo mais vasto, examinar a dinâmica de acção inerente à fabricação dos conteúdos informativos.

Não seria, sequer, justo atribuir a crise de credibilidade que afecta as práticas jornalísticas apenas à falta de profissionalismo dos jornalistas ou às suas, inconscientes ou deliberadas, "derrapagens diárias". Com efeito, desligar os actores do campo específico de actuação, seria, na verdade, ignorar os constrangimentos inerentes à produção jornalística, que não se resumem à falibilidade humana dos indivíduos que asseguram a tarefa informativa. Um desses constrangimentos, como acabamos de abordar no ponto anterior, concerne a um certo declínio da autonomia dos jornalistas perante, por exemplo, o poder económico. A desenfreada concorrência entre os *media* inflige, haverá que reconhecer, um conjunto de novos imperativos que, naturalmente, se reflectem na conduta dos "escritores de notícias". Outro constrangimento, a tecnologia, não deve ser excluído. Em estreita conexão com a questão económica, a tecnologia é, muito provavelmente, o factor que mais tem contribuído para comprometer os jornalistas. O que não deixa de ser paradoxal, sobretudo se atendermos ao facto de ele ser, ao mesmo tempo, instrumento de propagação. Mas a potencialidade expansiva da tecnologia é hoje também responsável pelo bombardeamento informativo que resulta num *superavit* de notícias, construídas sob a pressão do facto. Adensando o carácter intertextual do discurso jornalístico, os novos *media* electrónicos permitiram a descoberta de inovadoras formas de dinamização da informação, que incluem não só a possibilidade de integrar recursos didácticos de apresentação

dos acontecimentos, como também a oportunidade de criar vias de interacção com o público, graças nomeadamente à criação de canais de comunicação bilateral. Com novas modalidades de acesso ao real, o público torna-se mais exigente, reivindicando do jornalista competências para as quais ele não estará, por defeito, habilitado.

Não chega, pois, ver o jornalista como o responsável de fim da linha. Até porque, em todo o processo de constituição do actual, o jornalista é, provavelmente, mais vítima do que agente das suas circunstâncias. Sobre ele pesam, do ponto de vista económico, um conjunto de factores de que nenhuma abordagem do jornalismo contemporâneo poderá alhear-se. Pensamos, por exemplo, no facto de o jornalista ser um profissional assalariado, às vezes em condições de precariedade. Mas também no facto de o desenvolvimento de novas profissões ligadas à informação e de o aumento do número de titulares de carteira profissional estar a provocar uma saturação do mercado que torna delicada a situação de muitos profissionais. Depois de termos feito referência ao problema que pode constituir a "mercantilização" da informação, é o problema da transformação do jornalista em operário de fabrico destas mercadorias que deverá igualmente impor-se. É também no plano desta metamorfose que radicam as razões pelas quais os jornalistas são, como sugeriu Dominique Wolton, heróis frágeis da modernidade (2003:9-10).

Agir sob a coerção de objectivos empresariais é, para os jornalistas, uma ambiguidade de fundo: por um lado, é aí que estão a garantia de um salário e as promessas de progressão na carreira, mas por outro, é aí também, no quadro das organizações, que os princípios da cultura jornalística – a verdade, o rigor, a objectividade, a honestidade para com os factos – se podem tornar embaraçosos. Sobretudo, porque eles nem sempre são de feição rentável. O que significaria ver, não os jornalistas como os maiores inimigos de si próprios, mas o público como inimigo do próprio público, no sentido em que são os seus interesses que condicionam, em última análise, as escolhas e a morfologia da informação. Esta consciência não iliba, porém, os

jornalistas, mas torna mais clara a perversidade do seu funcionamento no âmbito de um sistema económico organizado.

O jornalismo vítima dos jornalistas? Sim, no sentido em que os erros dos jornalistas contribuem para o desacreditar. Sim, porque a liberdade de expressão não pode colidir com outros direitos fundamentais dos cidadãos e, com frequência, os jornalistas se refugiam nesse argumento para justificar as suas acções. Sim, ainda, na medida em que uma certa arrogância intelectual dos jornalistas – que aceitam com dificuldade os mecanismos de hetero-regulação e admitem com alguma relutância a necessidade de procedimentos auto-reguladores – inviabiliza a discussão da epistemologia jornalística. Como insinuámos nos parágrafos anteriores, uma reformulação da pergunta pode, contudo, colocar a questão nestes termos: são os jornalistas vítimas do sistema mediático? Seria impensável dizer que não, porquanto, como sugerimos, a acção dos jornalistas não pode ser desligada das retóricas de sedução das organizações mediáticas.

5. Jornalismo do cidadão: ferramenta ou ameaça?

Valorizar o estatuto da "informação-imprensa" é, de acordo com Dominique Wolton, a tarefa inadiável de um programa de trabalho que, na verdade, acolhemos como obrigatório na batalha contra o eventual fim do jornalismo. Isto porque urge lutar pela preservação do carácter de imprescindibilidade da informação jornalística contra a sua dissolução na panóplia de informações que flúem generalizadamente pelos *media*. «É preciso», nota Wolton, «que o público possa distinguir rapidamente a informação certificada pelos profissionais, os jornalistas da informação, daquela que é produzida e distribuída por todos aqueles que têm acesso à Internet» (2003:14). Trata-se, reconhecemos também, de um imperativo categórico, na medida em que a liberalização da circulação de informação deu nova dimensão a outros tipos de informação que revelam a existência de trunfos contra o triunfo da produção jornalística. Falamos, nos termos de Wolton, da "informação-serviço" que aparece como o ideal de uma

sociedade de novas tecnologias, da "informação-institucional", promovida pelas convicções e os interesses de actores económicos e políticos que se impõem no espaço público, e da "informação-conhecimento" resultante, por exemplo, da abertura do acesso a bases de dados.

Em suma, diríamos que o triunfo do próprio jornalismo carece hoje de um trabalho de revalorização dos processos de produção de uma actividade que tradicionalmente se reclama como diferente de todas as outras. Recuperar o prestígio da "informação-imprensa", particularmente ameaçada pelo desenvolvimento da Web[182], a cujos desafios importa reagir, eis, pois, o que há a fazer no sentido de vencer as vicissitudes que fragilizam o jornalismo, e concomitantemente, os jornalistas. Também a este respeito mantemos como válida a proposta que desenvolveremos na terceira parte deste trabalho sobre a hipótese de este imperativo se realizar pela tarefa metajornalística, porquanto ela visa debater em público, isto é, na abertura aos co-enunciadores, as especificidades do discurso jornalístico e das suas circunstâncias.

Na verdade, parece-nos evidente, como a Wolton, de resto, que «quanto mais há profissionais da informação, mais é preciso especificar o *métier* de jornalista» (*ibidem*:18). Não basta, por conseguinte, tomar por adquirido o facto de a informação ser considerada e aceite como um bem público essencial. Sobretudo porque, como temos vindo a demonstrar, ela convive com a ameaça da expansão de novas formas de difusão da novidade. Ela convive, inclusive, com a abertura das próprias fontes de informação à relação directa com os cidadãos, como o têm evidenciado largamente alguns episódios mediáticos cujos intervenientes procuram estabelecer uma ligação com o público sem a mediação dos jornalistas[183]. Por outro lado, a par deste crescente acesso às fontes primárias de informação, o desenvolvimento de meios de

[182] Quando nos referimos às ameaças do desenvolvimento da Web, não pretendemos apontar armas ao ciberjornalismo, que «equivale apenas a uma parte reduzida da Web» (Mesquita, 2004:203), desejável, por certo. Queremos, isso sim, não descuidar a atenção nem da proliferação de espaços de informação aparentemente jornalística nem do «efeito desestruturador que a Internet poderá exercer sobre as profissões da comunicação» (*ibidem*).

[183] Seriam disto bom exemplo os sites institucionais (de partidos políticos, autarquias ou organismos oficiais) onde são disponibilizados os "despachos informativos" que, por princípio, se destinariam aos jornalistas.

edição tornou possível aquilo que se convencionou já chamar de "jornalismo do cidadão", uma ideia de jornalismo segundo a qual o próprio cidadão é produtor de conteúdos. Apetrechado de meios de obtenção de imagens e de publicação de textos, como os blogues, por exemplo, o cidadão parece obter hoje uma habilitação nova para colaborar com os jornalistas ou para os substituir nalguns casos. Estando no palco dos acontecimentos onde o jornalista nem sempre é o primeiro a chegar, e estando-o em condições de fixação de imagens (afinal tão determinantes à informação televisiva, por exemplo), os cidadão aparecem, por vezes, como o recurso fácil para colmatar as limitações dos jornalistas. Mas o que poderia parecer apenas mais um instrumento de acção do jornalismo, pode, todavia, configurar igualmente um sinal de enfraquecimento da exclusividade de ser jornalista. É que, como amplamente ficou provado por ocasião do tsunami asiático de Dezembro de 2004 ou dos atentados em Londres em Julho de 2005, somos cada vez mais uma «sociedade de voyeurs e exibicionistas», como escreveu Dan Gillmor (2005). Considerando que os segredos se tornaram ainda mais difíceis de manter e que isso é sinal de que alguma coisa de fundamental terá mudado, Gillmor sustentava justamente a propósito dos atentados em Londres que a linha que separa um acontecimento público obviamente importante e o *voyeurismo* público não é clara[184]. Por isso, ainda que contribuindo para o alargamento dos canais de informação, o chamado jornalismo do cidadão parece contribuir ao mesmo tempo para a insustentável confusão entre informação importante e informação interessante. Sendo um dos mais activos defensores do jornalismo do cidadão, Dan Gillmor considera que «a possibilidade de qualquer um produzir informação dará voz a pessoas que a não têm tido» (2005:19). No entanto, não acautela, julgamos nós, o facto de esta possibilidade resultar mais de interesses privados do que do interesse público. Por outro lado, carece este tipo de jornalismo de uma ética e de uma identidade profissional a partir da qual os

[184] Citado por Mark Glaser, num artigo publicado na *Online Journalism Review*, sob o título "Did London bombings turn citizen journalists into citizen paparazzi?"

jornalistas-cidadãos estariam obrigados à prestação pública de contas pelas suas *performances pseudo-jornalísticas.*

Tem mostrado o desenvolvimento da Web que o jornalismo não deve, ou não pode mesmo, continuar a pensar-se nos termos em que o tem feito ao longo pelo menos dos últimos dois séculos. Sobretudo porque o carácter interactivo da Web não se compadece com um jornalismo resistente a mudanças e ao debate da sua missão e lugar num mundo onde já nem sempre é o jornalista a primeira caixa de ressonância dos acontecimentos. Com o florescimento de uma espécie de jornalismo de publicação pessoal, não é seguro que o jornalista mantenha intacto o papel que convencionalmente lhe tem sido reconhecido. Que distingue hoje os jornalistas dos demais "trabalhadores de ideias"? «A questão que se coloca», refere também Mário Mesquita, «é, naturalmente, a de saber se os profissionais dos media tenderão a manter, ou mesmo reforçar, a respectiva identidade, ou se, pelo contrário, como alguns profetizam, se diluirão numa nova espécie poliforme: "os comunicadores", que farão, simultaneamente, jornalismo e comunicação política ou empresarial» (2004:202). Como se demarcam os jornalistas dos demais cidadãos que hoje também derramam, como transcrevíamos na epígrafe deste capítulo, «ideias, sistemas, filosofias sociais e populares, estudos reflectidos, improvisações, defesas eloquentes, nobres ataques da palavra e da ideia» (Queirós)? Uma resposta segura e definitiva é, por certo, improvável, sobretudo se realizarmos o facto de se estar num caminho que substitui «aquela folha delgada e leve» onde o jornalista punha «o seu espírito, a sua ideia, a sua consciência, a sua alma» por imagens com texto, mas sem textura, onde o jornalista, mas não só, põe em evidência o sentimento alheio, o mundo sem ideia, sem consciência e sem alma.

Sem glória, sem um bálsamo divino derramado sobre os seus cansaços, tão difíceis de demarcar dos entusiasmos dos cibernautas, o jornalista conhece hoje o abatimento de uma profissão cujo mister já não exerce em absoluta exclusividade, partilhando-o com o amadorismo que prospera sobretudo no ciberespaço. Reencontrar um lugar de notoriedade é, não só um

desafio, como mais amplamente uma condição de sobrevivência de uma actividade a que não chega o distintivo de "jornalismo profissional". Ser jornalista na era digital é, com certeza, mais fácil do que o terá sido antes, sobretudo no que diz respeito aos procedimentos operativos da recolha, tratamento e difusão de informação. Contudo, o confronto do jornalismo com a tecnologia não revela apenas novas oportunidades; põe em evidência os seus pontos de fragilidade e obriga a redescobrir caminhos, num cenário em que o cidadão parece ter a possibilidade de «exercer, por conta própria, o papel de jornalista» (Mesquita, 2004:203). É verdade que o jornalismo sempre foi uma actividade aberta ao exercício de profissionais de origem diversa. Escritores, professores, advogados e economistas tiveram desde cedo a tentação de conciliar os seus campos profissionais com o exercício do jornalismo. Mas é, por certo, a primeira vez que esta possibilidade se abre, ainda que em contornos diferentes, porque fora da esfera profissional, ao cidadão comum.

É talvez certa a intuição de Dan Gillmor, segundo a qual o código de valores dos jornalistas, «que inclui a necessidade de ser verdadeiro e imparcial, nunca deixará de ser importante»[185]. Mas para que os jornalistas continuem, «de certa maneira, a ser os guardiões do templo» (2005:16), não bastará tomar por referência as origens e o mito nostálgico do jornalismo como discurso de apresentação do real. Em boa verdade, as respostas às questões primazes da notícia – *o quê? quem? onde? quando?* – estão ao alcance de franjas cada vez mais alargadas da sociedade. O que significa que não é neste domínio que o jornalista se deverá distinguir como agente da actualidade. Daí que talvez possamos interrogar a possibilidade de o jornalismo nos fazer mais falta como discurso de revelação, compreensivo e examinador, do que como discurso reflector da "festa das aparências" (Lipovetsky, 1989). É bem apropriada, portanto, esta expressão de Wolton: «A aventura já não é o acesso ao acontecimento, mas sim a sua compreensão» (1999:225). Mas quer isto dizer que, para escapar aos prenúncios dos

[185] A mesma intuição é partilhada por Mário Mesquita, para quem «não parece razoável prever, a médio prazo, o desaparecimento da profissão de jornalista, mesmo que o suporte de papel e o jornal tal como o conhecemos desde o século XVII venham a cair em desuso» (2004:204).

profetas do fim, o jornalismo tem que se reinventar? Por certo que sim, sendo que o fará, cremos, tanto melhor quanto maior for a abertura à interpelação e menor o enclausuramento na melancolia do jornalismo clássico que ironicamente inibe toda a sua perspectiva de actualização.

Em síntese...

Jornalistas, heróis frágeis da modernidade

"Sentinela do povo", segundo a formulação setecentista de La Rouchefoucauld[186], o jornalista aparece no século XVI como uma promessa de verdade. Cavaleiro da liberdade de expressão, ele assume desde o início a missão de perseguir os factos, formar e esclarecer a opinião pública. Nele se fixam os entusiasmos, por um lado, de intelectuais, que vêem no jornal um lugar privilegiado de polémica, ou seja, uma fonte de alimentação do espírito, e por outro, de grandes massas do povo, com fraca formação, que a ele confiam o encargo de velar por uma humanidade melhor. Tem esta crença mítica claras raízes no projecto iluminista e nos ideais revolucionários que têm em comum a crença num mundo que caminha para a modernidade e que este caminho só pode fazer-se na esteira do progresso técnico e das ideias. Mas seria efabulada uma história do jornalismo e dos jornalistas que apenas examinasse os louvores esperançados de um ofício, afinal, tão desprezado pelos homens da política e das letras.

A reputação do jornalista não gozou nunca de grande prestígio. Atendendo ao modo como a ele se referiram muitos intelectuais que habitualmente tomamos como referência na

[186] Pronunciada na Assembleia Nacional Francesa, em Agosto de 1791 e retomada por Delporte (1999:126).

história do pensamento moderno, não se poderá concluir outra coisa. Visto como um hábil manipulador da palavra, um indivíduo medíocre e sem escrúpulos, o jornalista carrega um pesado retrato de descrédito, bem presente em sátiras como esta que Delporte (1999:128) recorda de Donneau de Vizé:

Ce métier, où l'on perd son temps
N'est pas le fait d'un homme sage
Qui doit songer à son ménage ;
C'est affaire de fainéants

Indolente, preguiçoso, indigno, vulgar... por todos estes atributos foi tratado o jornalista a quem não se reconhecia nem imaginação nem talento. Autor de uma escrita de utilidade, nunca conheceu a ilusão da distinção literária. Desde cedo, aliás, os escritores o demarcaram da literatura, arte nobre da palavra vedada a "escrevinhadores" de ideias ordinárias. «Neste *métier*, o mais vigoroso espírito perde o sentimento da grandeza», acusava Balzac (1998:118). Mas neste *métier* também os mais possantes governadores encontraram uma séria ameaça ao absolutismo das ordens política e religiosa. Ao desprezo dos homens da cultura juntou-se desde cedo, portanto, a relutância dos homens do poder, temerosos da emancipação do povo, cuja consciência a informação visa prevenir.

Com uma longa história de repressões e de contrariedades, a construção e consolidação da profissão de jornalista não seria tarefa fácil. A profissionalização do jornalismo acontece, aliás, tardiamente, apenas a partir da segunda metade do século XIX, quando começam a formar-se associações e sindicatos[187], para se confirmar em definitivo como uma necessidade quando se institui a formação académica em jornalismo. Sobrevivendo, com efeito, a amplas

[187] Note-se que também relativamente à fotografia, a formação de associações foi decisiva para a legitimação dos fotógrafos no campo das artes. Ora, se na história da fotografia é assinalável o papel que tiveram a Photographic Society, sediada em Londres, em 1853, e a Société Française de Photographie, fundada em 1855, no campo jornalístico é igualmente inestimável o papel de inúmeras organizações na defesa de um estatuto profissional para os jornalistas: o New York Press Club, criado em 1873, a National Association of Journalists, fundada em Londres, em 1884, o Sindicato da Imprensa Parisiense, formado em 1882 e a Associação de Jornalistas Parisienses, organizada três anos depois, e ainda a Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses, formada em 1880 (Traquina, 2002:64-66).

resistências, inclusive a rígidos regimes de censura, os jornalistas atravessaram toda a modernidade sob um intenso fogo cruzado que, por um lado, reivindicava o jornalismo como um direito dos cidadãos e, por outro, o contestava pelo desmesurado poder de influência que exercia sobre os poderes constituídos.

Na adesão mais ou menos estreita às aparências do real encontraram os jornalistas a razão pela qual se tornariam indispensáveis a uma cidadania activa. Sem um mandato decidido por voto expresso, mas tacitamente autorizados pelos cidadãos, pode dizer-se que estão legitimados para o exercício de um contra-poder, isto é, para um poder de controle dos outros poderes. O que, para alguns, não deveria significar que o jornalismo seja, em si, um poder. «A informação tem poder; ela não é um poder», esclarece Albert du Roy. «Ela é – ela deveria ser – por essência, por higiene, contestatária do poder. Ela é – ela deveria ser – um contra-poder, permanente, não agressivo mas exigente» (2003:136). Mas porque a intrínseca relação que estabelece com o real não resulta apenas, como por tempos se teorizou, num espelhamento do mundo, seria um logro não ver no jornalismo uma possibilidade de poder. É que, assumindo cada vez mais o trabalho de tipificação do real, os jornalistas operam sobre ele, sendo não apenas reprodutores como mais activamente agentes de construção do social. Constituindo, portanto, o real em actualidade, visível e compreensível, o discurso jornalístico tem, sobretudo, a marca do tempo. Sintoma e potência da urgência da história, o jornalismo tem ainda a marca da subjectividade do jornalista que, no âmbito da cultura profissional e institucional de que faz parte, apura os factos e fabrica a informação que transacciona como mercadoria simbólica.

À luz de um poder assim aceitar-se-ia bem a ideia segundo a qual os jornalistas são os heróis da modernidade. À vitória da liberdade juntaram a vitória de uma espécie de ubiquidade desejada. Mas à luz melancólica da crise de legitimidade e de credibilidade que afecta todas as instituições modernas, os jornalistas não são senão heróis frágeis. Sobre eles pesa a dura realidade de um ofício condicionado pela retórica da sedução que dirige as organizações mediáticas, pelos interesses difusos de um público fragmentado e, por consequência, pela

tensão permanente de actuar na brecha da história, no presente, onde a escrita e o discurso se tornam «provisórios, soltos, contingentes», sendo por isso, «que a sua forma geral não pode ser a da teoria, nem a da poesia, nem a do ensaio» (Miranda, 1998:16).

Heróis frágeis, como julgou Dominique Wolton (2003), os jornalistas pretendem-se como testemunhas da história. Emprestam-nos o olhar e são, em certa medida, os sentidos com que estamos entregues ao mundo, apesar de o real, por força da tecnologia, exercer sobre nós cada vez mais um poder de atracção que parece dispensar a mediação do jornalista. Mas «à utopia da ligação livre impõe-se rapidamente a fantasmagoria da sua impossibilidade» (Pereira: 2002:119). Por isso, é preciso insistir que os jornalistas, «estes bravos rapazes» que «crêem que o espírito dispensa pensamento» (Balzac, 1998:109), são, ou deverão ser, ainda a «única via para abordar um mundo em que real e ficcional mudam de lugar imperceptivelmente» (Miranda, 1998:133).

TERCEIRA PARTE

Metajornalismo... ou quando o jornalismo é sujeito do próprio discurso

Terceira Parte

Introdução

«A informação só é válida enquanto actualidade. Só vive nesse momento, entregando-se-lhe completamente, e é nesse preciso momento que tem de ser esclarecida. A narrativa é muito diferente, não se gasta. Conserva toda a sua força e pode ser explorada muito tempo depois.»
Walter Benjamin, 1992: 35[188]

Porque o jornalismo toca a vida de quase toda a gente e porque beneficia substancialmente de uma tradição de liberdade de imprensa, pede-se que o seu discurso seja eticamente adequado. Só assim parece pensável um ofício que visa, por definição, vigiar a actuação dos diversos actores sociais. O que significa que, gozando de liberdades, os jornalistas devem igualmente assumir responsabilidades em relação ao público, estando também submetidos a um princípio de imputabilidade (Bérnier, 1995:22). Matéria sensível, porque estreitamente ligada, a direitos dos cidadãos e a deveres dos jornalistas, a ética jornalística apresenta-se, comummente, como um dos instrumentos de garantia da manutenção da confiança do público, mas também como uma das marcas de identidade profissional que visa,

[188] Em "O Narrador", ensaio escrito em 1936 e publicado em português no livro *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* – Lisboa: Relógio d'Água, pp. 27-57

em última instância, resguardar os jornalistas das influências externas passíveis de corromper os seus compromissos com a verdade, o rigor e a isenção. Dizendo respeito a um conjunto de intenções e de princípios de acção societais e profissionais que os jornalistas supostamente seguem na conduta da sua profissão (Juusela, 1991:7), a ética tem, com efeito, como fundamento moral a verdade, porque, em jornalismo, o ideal é ser tão verdadeiro quanto possível (Merrill, 1997:126).

Profundamente vinculado à necessidade de responsabilizar os jornalistas pelas consequências das suas condutas, o imperativo ético concerne, portanto, ao estabelecimento de um quadro normativo de acção, no sentido da atitude kantiana, a um conjunto de «regras de comportamento intrinsecamente boas e justas» (Cornu, 1997:6). Embora não exclusivo, é, pois, um ponto de vista teleológico ou consequencialista o que, por princípio, orienta a reflexão deontológica da prática jornalística. É nesse sentido que os jornalistas são chamados a prestar contas do seu trabalho, no âmbito de processos a que, segundo a tradição anglo-saxónica, nos referimos como *accountability.*

Dizem os animadores do debate ético que «a existência de um código de ética é um sinal saudável de que quem pratica uma certa arte ou ciência desenvolveu uma compreensão unificada e uma imagem do que é esperado de si mesmo» (Cohen: 1997:140). Mas bastará aos jornalistas conformar-se a um contrato de valores universais para que o jornalismo seja acolhido como um campo de virtudes públicas? Uma resposta afirmativa resolveria os problemas que questionámos nos capítulos anteriores e daria conta de uma actividade bem mais simples do que ela na realidade é. A hipótese que está no coração do nosso trabalho interroga, por conseguinte, a exiguidade do imperativo ético, porquanto ele se baseia num certo absolutismo de valores, no dever do princípio, que não se compadece com a contextualidade da acção, isto é, com a contingência da notícia que nem sempre condiz com uma pretendida universalidade da moral profissional. Corresponderá, por si, o pressuposto ético ao desafio de reinventar o jornalismo? Cremos que não, pelo que procuraremos argumentar pela sua insuficiência.

7

O imperativo ético

«No íntimo da própria consciência, o homem descobre uma lei que ele não se impôs a si mesmo, mas à qual deve obedecer, e cuja voz, que sempre o chama ao amor do bem e à fuga do mal, lhe diz clara a seus tempos, nas profundezas da alma: faz isto, evita aquilo. (...)
Quanto mais prevalece a recta consciência, tanto mais as pessoas e os grupos sociais se afastam da arbitrariedade cega e procuram conformar-se com as normas objectivas da moralidade. Não raro, porém, acontece que a consciência é errónea, por ignorância invencível, sem por isso perder a própria dignidade. Isto, porém, não se pode dizer quando o homem pouco se importa de procurar a verdade e o bem, nem quando a consciência quase chega à cegueira em consequência do hábito de pecar.»
Concílio Vaticano II

1. Moral, ética e deontologia

Ligados etimologicamente, os termos *moral* e *ética* são relativos aos costumes. Do latim, *morãle* significa, pois, segundo as definições correntes, o conjunto dos costumes e opiniões de um indivíduo ou de um grupo social respeitantes a comportamentos, ou por outra, o conjunto de normas consideradas mais ou menos absoluta e universalmente válidas. Em termos filosóficos, poderíamos dizer genericamente tratar-se do domínio do conhecimento que se ocupa dos

problemas relativos à conduta do homem na sua vida pessoal e na sua vida social[189]. Pelo grego, *ethiké,* ou pelo latim, *ethĭca*, a ética é também a ciência relativa aos costumes, uma disciplina que procura determinar a finalidade da vida humana e os meios de a alcançar, preconizando juízos de valor que permitem distinguir entre o bem e o mal. Num sinal de indistinção dos termos, diz-se também que a ética respeita aos princípios morais por que um indivíduo rege a sua conduta pessoal ou profissional, remetendo-se, finalmente, para a noção de código deontológico. À deontologia, por último, que radica no grego, em *déon, déontos*, se reserva o estudo dos deveres especiais de uma situação, particularmente dos deveres das diversas profissões.

Apesar de uma, pelo menos aparente, indiscriminada utilização dos vocábulos, há bem quem proponha definições francamente demarcadas, que resultam na delimitação dos conceitos segundo a qual a ética pode inclusive ser considerada como uma instância superior à moral. Daniel Cornu invoca dois modelos específicos para dissolver a coincidência etimológica entre moral e ética. De acordo com o primeiro, que reenvia a uma acepção clássica, «a moral é a instância primeira» (1997:4). Aspirando a um absoluto, a um universal, a moral concerne então a um conjunto de preceitos que fundamentam a acção dos homens e que contribuem para a organização da vida em sociedade. Deste ponto de vista, a moral sobrepõe-se à ética, compreendida como «o uso pessoal de um conjunto de valores livremente adoptados por um indivíduo em função de um fim» (*ibidem*). Por outras palavras, dir-se-ia que a ética é assim subsidiária da moral, pois que, ao contrário dos preceitos gerais da moral, concerne aos preceitos próprios de um campo de actividade determinado. Nestes termos, poderia entender-se que a ética é mais flexível que a moral, ao permitir a resposta a situações concretas, dotada que é de uma função instrumental que visa uma eficácia estratégica. Neste enquadramento, poderá também dizer-se que a deontologia é uma espécie de «ética aplicada a um grupo, a uma

[189] Seguimos nesta abordagem semântica, as definições correntes do Grande Dicionário da Língua Portuguesa da Porto Editora (edição de 2004), coordenado por Margarida Faria da Costa e Sofia Pereira da Silva.

profissão» (*ibidem*). Um segundo modelo revela uma acepção mais relativa da moral, definida como «o conjunto de prescrições admitidas a uma época e numa sociedade determinadas, o esforço para se conformar a estas prescrições» (*ibidem*). Quanto à ética, dada como ciência, ela «assinala-se aqui por uma exigência de sistematização, por um projecto crítico», que conduz a uma interrogação sobre os fundamentos. A ética é, neste sentido, legitimadora das funções reguladoras da moral, instância, por isso, superior à moral, de onde decorre, segundo este paradigma, a deontologia, «entendida como um conjunto de deveres assegurando a regulação de uma prática» (*ibidem*:5).

A distinção entre os termos é importante, diz Bérnier, «pois se se confunde moral, ética e deontologia, depressa se tornará impossível discutir com rigor as práticas profissionais» (1994:11). Convém, por isso, distinguir entre regras de conduta social, que dizem respeito à moral, e regras de conduta profissional, que concernem à deontologia. O que, em bom sentido, significa distinguir entre o plano macro da sociedade, para o qual a moral tem sobretudo uma «função estabilizadora» que contribui para salvaguardar a dignidade humana, e o plano micro das diferentes comunidades em que se organiza o todo social e para o qual a ética funciona como «a reflexão e a hierarquização» dos valores e princípios morais. «Se a moral é fundada sobre os valores e os comportamentos a adoptar para fazer aquilo que é considerado como bem», explica Marc-François Bérnier, então «a ética permite a reposição em questão destes valores e encoraja a sua hierarquização, quando eles estão em conflito» (*ibidem*:19-20). É o que propõe esta irredutível afirmação do filósofo francês André Comte-Sponville: «A moral comanda, a ética recomenda» (cit. por Bérnier, *ibidem*:11), se bem que, por relação à moral, a ética possa ser a expressão de uma «luta contra o "espírito moralizador", ao repor-se sempre em causa, ao «tornar-se objecto de debates e dar-se uma perspectiva idealizante tomando a forma de um desafio necessário para o futuro da humanidade» (Jeudy, 1992:75).

Em síntese, poderia dizer-se que, se a moral é entendida como uma ciência que trata das normas, princípios e valores que devem presidir aos actos humanos, para fazer o bem e

evitar o mal, a ética é mais uma teoria da acção, no sentido em que procura sobretudo ser o julgamento do carácter moral de uma determinada acção. É talvez por isso que, para além da confusão terminológica entre ética e moral, não raras vezes a ética se confunde também com a deontologia. Sendo certo que estão intrinsecamente ligados, seria errado dizer-se que os termos coincidem um com o outro. Na verdade, elaboradas a partir da reflexão ética, as regras deontológicas não são desvinculadas do debate ético-moral. Contudo, enquanto conjunto de procedimentos normativos, que incluem as regras a adoptar na prática do exercício de actividades profissionais, a deontologia tem um carácter mais regulador do que teórico-reflexivo. É óbvio que a deontologia resulta da ética, «mas ela não deve substituir-se ou tentar escapar à questão que passa pela reflexão ética» (Bérnier, *ibidem*: 23). A aproximação da disciplina deontológica à ética é, portanto, inevitável[190], até porque, «deixada a si mesma, a deontologia cristaliza-se, sedimenta-se e nega os seus fundamentos para se auto-justificar sem fim». Defende Bérnier que «é a reflexão ética que permite descristalizar a deontologia e lutar contra a sua sedimentação» (*ibidem*).

2. Da ética do discurso ao discurso ético

Tomar a ética como um discurso anterior à deontologia obriga naturalmente a pensar e interrogar a centralidade do desafio moral em todo o comportamento humano. Pensando concretamente no étimo grego, *ethos*, que quer dizer "modo de ser" ou "carácter", compreende-se que a questão ética não respeita apenas ao campo profissional, embora seja difícil não a tomar como um elemento identitário dos praticantes de certos ofícios, porquanto ela sinaliza inclusive um estatuto de maturidade das profissões. No entanto, desde a Grécia Antiga que se coloca a questão de saber *como viver*, em termos bem mais amplos que o das actividades concretas, a propósito das quais o debate ético se mantém sempre em aberto. Na verdade, o

[190] Note-se que, por exemplo, no âmbito das escolas filosóficas americanas, o termo deontologia é frequentemente substituído pela expressão "professional ethics".

âmbito da conduta que pode ser julgada em termos morais ou éticos abrange toda a experiência humana, sobretudo se pensarmos que toda a experiência é um permanente confronto entre o certo e o errado ou, por outras palavras, que toda a experiência humana se joga enquanto decisão entre o bem e o mal. É a toda esta experiência que a ética aparece como resposta eventual à crise continuamente aberta pela escolha entre valores alternativos ou entre interesses díspares, como se pudéssemos falar de uma espécie de "ética de vida". Dela se ocupam uma certa filosofia moral e a moralidade espiritual, ligada, por exemplo, às confissões religiosas. Todavia, interessa-nos, de momento, aquilo que chamamos a "ética dos ofícios", que não deixa de ser, no fundo, também uma reflexão sobre o modo como as práticas profissionais afectam a vida quotidiana.

Convém, de partida, que distingamos dois modos de encarar a reflexão ética que respeitam à discriminação entre *ética social ou comunitária* e *ética pessoal ou individual*. A primeira tem origem num certo conservadorismo e será necessário regressar à filosofia clássica para compreender por que razão ela coloca uma ênfase no grupo ou na sociedade. É, com efeito, o pensamento grego que ecoa, por exemplo, na filosofia moral hegeliana, expoente deste entendimento comunitário da ética. Ora, do mesmo modo que Platão incentivava as pessoas a agir comunitariamente, também Hegel (1770-1831) haveria, na verdade, de propor uma moralidade de teor social, baseada não nas razões individuais ou na consciência pessoal mas nos costumes sociais e na vivência de deveres sociais concretos. A razão principal deste entendimento é que a liberdade pode ser uma coisa perigosa, devendo ser sacrificada para o bem social[191]. Por outro lado, uma ética pessoal ou individual insiste sobretudo na auto-determinação, numa conduta voluntária, no desenvolvimento do carácter, no sentido aristotélico: «ter uma estrutura de vida examinada por nós próprios como se fôssemos os nossos próprios

[191] Apesar de ter uma especial afinidade com as questões da liberdade, o próprio Rousseau poderia ser identificado como um precursor da ética comunitarista, porquanto proporia que as pessoas deveriam prescindir da liberdade e do poder para o Estado e obedecer à vontade geral. A alienação da liberdade individual em proveito do colectivo estaria alicerçada na crença de que o Estado é o melhor garante da liberdade, igualdade e justiça para todos, pelo que agir bem implicaria uma agir em conformidade com o que é melhor para o colectivo.

espectadores», explica John Merrill (1997:41). Numa posição próxima do existencialismo, este modo de pensar a ética radica nas perspectivas, por exemplo, de Kierkegaard (1813-1855) que, ao insurgir-se contra o aristotelismo, desenvolveria, em meados do século XIX, o pensamento existencialista, enfatizando a liberdade dos indivíduos como a propriedade humana mais importante, se bem que também a mais angustiante. É que, recusando-se o racionalismo determinista hegeliano, que sustenta estar tudo pré-determinado para acontecer, em Kierkegaard o indivíduo está abandonado à sua sorte, sendo a verdade, não decidida por raciocínio lógico, mas aberta à subjectividade. O princípio é o da máxima liberdade (na perspectiva de um individualismo liberal caro também à filosofia nietzschiana)[192].

Se for possível uma "ética intermédia", situada algures entre o imperativo comunitário e o imperativo pessoal, talvez seja aí que inscrevemos a nossa perspectiva. Por um lado, por reconhecermos a necessidade daquilo que Victoria Camps chama de "éticas procedimentais", as únicas que podem salvar «tanto a universalidade da ética como a autonomia do sujeito moral». Por outro, por nos parecer também que «a liberdade é condição da decisão ética», uma vez que «a obediência cega às normas pré-estabelecidas não deve ser, em absoluto, o factor característico do indivíduo ético» (Camps, 1992:152). Ora o que queremos dizer é que, apesar de uma defesa incondicional da liberdade, parece sensata uma atenção ao plano comunitário e, portanto, a uma certa conformidade social. O que nos coloca no sentido do "mutualismo ético" proposto por Merrill (1997:214), a meio caminho entre o imperativo categórico kantiano e o imperativo utilitarista liberal, ou seja, em concordância ainda com a posição de Victoria Camps, para quem, «mesmo aceitando o relativismo da ética, pois o contrário seria irreal num mundo

[192] É bem adequada a explicação desta abordagem apresentada na Collier's Encyclopedia: «Só existimos nós próprios. Cada um em relação aos objectos, e cada um um objecto para o outro. Como pode haver leis morais universalmente obrigatórias? Tu e eu escolhemos os nossos respectivos valores; isso é a nossa liberdade e nela estamos nós próprios. E esta liberdade é ilimitada para cada indivíduo, isto é, até que a morte venha e faça dele um objecto dos outros. O meu sentido da minha escolha livre, minha lei moral e minha própria responsabilidade por ela, é um sentido de angústia. É um sentido da solidão individual, sempre à beira do abismo da decisão.» (Tsanoff, 1992:345)

tão complexo como é o nosso, há porém que traçar certos limites que determinem com clareza aquilo que de nenhum modo deve ser permitido» (*ibidem*:151)[193].

No plano das distinções conceptuais, recomenda ainda John Merrill que se considere a separação entre uma *ética pragmática* e uma *ética humanística*. A primeira, considerada como uma espécie de "ética profissional", é motivada por um desejo de sucesso, pelo que poderia dizer-se que os fins são mais importantes do que os meios. A segunda, guiada pela virtude, pressupõe, de acordo com o autor, um desejo de harmonia ou estabilidade social, isto é, ainda uma forma de conservadorismo. Impõe-se, no âmbito de uma ética humanística, ainda uma distinção entre *ética deontológica*, "feita", por inspiração kantiana, de regras, máximos ou princípios estabelecidos *a priori* e traduzidos num absolutismo de valores; *ética teleológica* ou, como o próprio nome indica, consequencialista, que «é muito popular porque parece ser mais consistente com um conceito racional de moralidade» e porque impõe uma decisão «pelo melhor curso de acção em todos os casos, ou em casos similares» (Merrill, 1997:67); e finalmente *ética personalista*, baseada na intuição e na consciência.

Se os "valores absolutos" são, como previne Dupréel (cit. por Camps, *ibidem*:153), "valores precários", será justo perguntar a razão por que se insiste tanto na questão ética, sobretudo numa ética de tipo idealista ou de tipo racionalista, que abunda ainda na literatura corrente especializada. A questão que assim enunciamos é a de saber *porquê, para quê e como ser ético*. Uma resposta simplista proporia que a ética é precisa porque a vida em sociedade tem que ser regulada por princípios, para permitir a harmonia social, consequente da decisão pelo bem em detrimento do mal. Mas uma resposta assim insiste ainda num absolutismo *a priorístico*

[193] É certo que abreviar a história do pensamento ético a este antagonismo entre uma ética comunitária e uma ética individual é necessariamente redutor. Seria preciso fazer uma incursão pelas teorias éticas da antiguidade clássica, pelo pensamento ético-cristão da Idade Média, onde se inscreve, nomeadamente a proposta do *juízo moral* de S. Tomás de Aquino, pela filosofia kantiana e os seus postulados de liberdade transcendental e do imperativo categórico que, pertencendo ao *a priori* da razão, define a lei moral como uma obrigação incondicional. Seria inclusive preciso pensar as variedades da ética moderna, incluindo a doutrina liberal britânica. Contudo, um capítulo tão breve como este a que nos propomos não permitiria tão grande ambição. Por isso, limitamos as nossas referências históricas, embora não ignoremos outros contributos que podem, em andamento, ser convocados.

que não condiz com a natureza volátil da vida social. Tanto mais desadequado quanto se pensa que «quando a prática é conflitual, quando há discrepância e não sabemos o que devemos fazer, a decisão tomada necessita de uma *argumentação* que mostre como a nossa opção resulta do princípio em questão» (*ibidem*). Sobretudo porque este entendimento tem na base o improvável princípio socrático segundo o qual a virtude é conhecimento. Improvável porque, como explica Victoria Camps, o conhecimento do bem não é garantia da sua aplicação prática, uma vez que pode existir a "debilidade da vontade". «Não somos», diz a autora, omniscientes, nem somos apenas razão, estamos divididos entre o desejo e o saber» (*ibidem*).

Não devendo ser uma determinação absolutista, a ética deve, então, ser, segundo Camps, um "processo *dialógico* de constatação de opiniões". Mas, assim enunciado, este não é ainda um modo inteiramente novo de falar da ética, pois que essa é a proposta que Habermas defende na teoria da acção comunicativa que cruza uma pragmática geral com uma teoria universal da sociedade. Orientada para as condições de compreensão intersubjectiva, a ética do discurso habermasiana pretende também, com efeito, identificar os termos de uma fundamentação intersubjectiva, ou dialógica, e racional das normas. Propondo o termo do paradigma da consciência, Habermas insiste particularmente no valor da intersubjectividade, na possibilidade de reconstruir, mediante a expressão dos indivíduos, mediante a linguagem e a comunicação, um espaço de entendimento, de aceitação e cooperação. Pode dizer-se que os seus trabalhos configuram uma filosofia de transformação social, de matriz sociológica. «A finalidade da ética do discurso», dizia o filósofo, «é demonstrar que a dinâmica requerida de "tomada de perspectiva" recíproca está implícita nas pressuposições pragmáticas do próprio discurso prático»[194] (2003:89). É por isso que, para Habermas, é na linguagem que está a base da democracia, assim como a possibilidade de procurar o consenso ético. Radica este entendimento na crença de que os indivíduos, seres comunicativos por natureza, são capazes de

[194] Referência a uma conferência realizada em 31 de Janeiro de 2001, no Centre Georges-Pompidou, em que Habermas comenta os temas tratados no livro *Verdade e Justificação.* Esta conferência constitui a segunda parte do livro editado em 2003, sob o título *La ética del discurso y la cuestión de la verdad*.

contribuir para a criação de uma sociedade justa, o que, no fundo, não revela senão o carácter idealista da proposta habermasiana. Prescrevendo as condições da "comunicação ideal", Habermas, como Karl Otto Apel de algum modo, toma como pressuposta uma posição original de simetria entre os enunciadores que viabilizaria o consenso como finalidade última da situação comunicativa.

Ora, como terá já demonstrado, na segunda parte, a nossa ligação à sociologia bourdesiana, nada temos de especialmente favorável a este idealismo de Habermas, apesar de acolhermos convictamente a deslocação que propõe da subjectividade para o plano da intersubjectividade, da consciência para o processo dialógico. Propor que a reflexão ética resulte de trocas intersubjectivas realizadas em acção comunicativa e não de uma obrigação categórica constitui uma ruptura muito significativa relativamente, por exemplo, ao pensamento kantiano. Mas não configura ainda o modelo no qual inscreveríamos, com conforto teórico, a nossa proposta, acima de tudo porque o adágio de realização da comunidade ideal na comunidade real nos parece apenas uma utopia irrealizável. Por conseguinte, contra um projecto idealista insistiremos num modelo mais pragmático que obriga à ousadia de corrigir alguns pressupostos da teoria da acção comunicativa. Em primeiro lugar, porque as relações comunicativas se estabelecem efectivamente em assimetria. Depois, porque, precisamente porque são assimétricas, estas relações alcançam não o consenso que anularia toda a diferença, mas apenas acordos concretos que são, como recorda Victoria Camps, «sempre compromissos, em que uns ganham e outros perdem» (*ibidem*:156), ou seja, são não os compromissos ideais mas os compromissos possíveis. É por isso que às condições ideais de Habermas preferimos o realismo das condições sociais de possibilidade, sensíveis que somos a toda a sociologia de Bourdieu.

Não obstante esta demarcação, que se impunha por dever de explicitação do lugar de onde nos colocamos nesta reflexão, não respondemos ainda à questão que enunciámos atrás a propósito da necessidade de saber *porquê, para quê* e *como ser* ético. É que a pergunta deixa-

nos diante da grande ambiguidade criada pela necessidade de ser livre e de, ao mesmo tempo, garantir a liberdade alheia. Mas arriscaremos uma síntese: ser ético, porque a deriva de valores seria francamente angustiante e porque na interrogação toda a decisão se torna sempre mais segura; ser ético, para que a vida em sociedade não seja completamente insustentável ou abandonada ao livre arbítrio absoluto; ser ético, agindo com a consciência de que a acção humana não pode, ou não deve, ser tomada como inconsequente. Insistimos no *ser* mais do que no *fazer*, pois que iniciámos este ponto referindo-nos à origem etimológica da ética como um "modo de ser". No entanto, com frequência a discussão ética coloca-se no plano do que se "deve fazer". O que talvez se compreenda se pensarmos que o que somos se manifesta no que fazemos. Insistimos, por outro lado, na questão das consequências, o que nos colocaria no plano de uma *ética consequencialista*, vinculada aos resultados da acção. É uma opção que condiz com o reconhecimento da necessidade de assegurar uma conduta responsável. Outros pontos de vista, porém, colocarão o imperativo ético à ordem deontológica ou normativa, respeitando sobretudo ao cumprimento de preceitos pré-estabelecidos, ou à ordem teleológica que corresponde à perseguição da felicidade como bem último, ou ainda, nos termos de um neo-aristotelismo, à ordem das virtudes. Muito diversos, todos estes enfoques mantêm em comum a necessidade de transcender a intuição moral e os julgamentos puramente contextuais, que é, no plano das profissões especialmente, a necessidade de estabelecer regras ou deveres que acompanham direitos correlativos. Mas porque não é possível antecipar todas as situações, quer do ponto de vista normativo ou procedimental quer do ponto de vista teleológico ou virtuoso, a ética importa sobretudo se deixar uma latitude apropriada ao julgamento e ao debate permanente.

3. Ética jornalística

Se é verdade que a ética é um assunto transversal a todos os planos do comportamento humano, também o é que, no plano do jornalismo, onde se impõe a gestão da liberdade, ela se

tornou numa dimensão fundamental. Concomitante ao processo de profissionalização da actividade dos jornalistas, a ética visa, neste campo, sobretudo o cumprimento de três funções sistematizadas por Juusela: proteger o público do uso irresponsável, associal e propagandístico dos *mass media*; proteger os jornalistas de pressões ou de outras actividades que sejam contra a sua consciência; e manter canais abertos, ou seja, garantir o acesso dos jornalistas às fontes de informação para que se cumpra a utilidade que lhes é reivindicada de servir o interesse público (1991:7). Pode, com efeito, dizer-se que o imperativo ético nasce aqui da assunção de que o jornalismo é essencialmente um serviço público, que goza de liberdade, mas que lida de perto com direitos fundamentais nem sempre compatíveis com esta plena liberdade de acção. Ora, porque se trata de uma actividade onde, com frequência, se assiste a conflitos de interesses, sejam eles respeitantes à relação entre as fontes de informação e o presumido interesse público, ou relativos apenas ao dilema entre a convicção pessoal do jornalista e as suas obrigações profissionais, a ética tende a exercer sobretudo uma função reguladora. Tratando-se, em verdade, de um ramo da ética profissional, a ética jornalística concerne especialmente à aplicação de uma teoria reflexiva aos problemas que surgem no decurso da tarefa informativa.

Urgente a uma actividade por vezes embaraçosa, como vimos nos capítulos anteriores, a ética jornalística tem, por princípio, uma dupla faceta: por um lado, protege, por outro, obriga. Constitui aquilo que Bourdieu chama de "constrangimento virtuoso": é exigente, mas é-o para incitar o jornalista a *fazer bem*. Aplicada ao jornalismo, a ética profissional pretenderá, portanto, significar uma espécie de disciplina de acção que "vigie" o uso da liberdade de expressão de que o jornalista é depositário e minimize os dilemas de uma actividade comprometida com a verdade que enfrenta o problema de uma "crise de rejeição" (Colombo, 1998:221).

Apesar de a questão ética ser intrínseca, por natureza, a toda a conduta humana, do ponto de vista profissional ela coloca-se ao jornalismo sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, quando, na realidade, se abre o acesso dos jornalistas ao estatuto profissional.

Estavam então já percorridas longas décadas de desprezo por um ofício que procurava a todo o custo caminhos de legitimação pública e soluções para o hiato de credibilidade criado por desconfianças sobre a honestidade dos "gazeteiros". Mas os primeiros códigos de ética apareceriam apenas já nos anos 1900, pelo que se poderia dizer que, apesar de suscitada por toda a história do jornalismo, nomeadamente nas querelas pela liberdade de expressão, só no século XX é que a ética se transforma numa questão indeclinável da tarefa jornalística. Perguntar-se-ia então, com justiça, por que razão esta preocupação se revela apenas só quase 300 anos depois do aparecimento dos jornais. Provavelmente por diversas razões. Apesar do desdém com que as elites do poder e do saber encaravam os jornalistas, a verdade é que só a massificação da imprensa traria à evidência os problemas desta prática discursiva. Com a industrialização progressiva, os jornais expandem-se amplamente, incrementando-se um interesse crescente pela matéria de actualidade. Por outro lado, a empresarialização da imprensa e a introdução da questão do lucro no negócio da informação incentivaria práticas nem sempre virtuosas contra as quais se insurgiriam cada vez mais vozes avessas aos embustes frequentes dos jornalistas. Finalmente, um dado histórico importante: é que, se até meados do século XIX o jornalismo tem um pendor literário e de opinião, a partir de então, desenvolver-se-á francamente um "jornalismo de factos". O que não é completamente desligado da questão da industrialização da imprensa, pois com a abertura a públicos mais vastos, só um jornal imparcial poderia interessar potencialmente a todos.

Levando em linha de conta que o jornal ideológico interessava sobretudo a pequenos grupos próximos das opiniões publicadas, para conquistar o grande público, a imprensa procura então fórmulas mais simples, baseadas nos gostos menos exigentes e menos requintados das classes menos abastadas e menos instruídas. Assim se introduz no jornalismo a noção de objectividade que resulta, como observa Mário Mesquita, não «de uma reflexão epistemológica acerca do jornalismo», mas «da nova estratégia comercial da imprensa» (Mesquita, 2004:208). Com efeito, «a extensão e diversificação dos públicos», explica o autor, «aconselham uma nova

atitude, que se traduz num relato dos acontecimentos que seja válido para todos os leitores (*ibidem*). É neste sentido que a objectividade é vista também, de algum modo, como uma "técnica" de simplificação da narrativa. Gaye Tuchman chama-lhe "ritual estratégico" (1993), na medida em que à objectividade concernem um conjunto de procedimentos – como a técnica da "pirâmide invertida" –, que configuram, em última análise, um estilo muito próprio do discurso jornalístico.

À objectividade jornalística associar-se-iam ainda novos valores como a verdade[195], o rigor e a isenção, profusamente reclamados a partir de então como distintivos de condutas irreprimíveis. Tão mais importantes se tornam ainda quando começam a desenvolver-se outras profissões ligadas à comunicação. Anota Mário Mesquita que «o surgimento nos anos 20-30 da profissão de "relações públicas" ajuda, igualmente, a explicar a "sacralização" da noção de objectividade», num momento em que se torna decisivo o afastamento do jornalismo relativamente à actividade desenvolvida «pelos novos "promotores de notícias"» (*ibidem*).

Encarada como um mito, ou seja, um objectivo difícil de alcançar, ou como um ideal, «que força o jornalista a tentar ser justo, exacto, equilibrado, desapaixonado, não envolvido, não enviesado e não preconceituoso» (Merrill, 1997:119), a objectividade afasta o jornalismo da actividade criativa, mas não deixa de ser um conceito problemático, acossado por difusas correntes de cepticismo. Do ponto de vista epistemológico, argumenta-se a impossibilidade de ter um conhecimento pleno da realidade. Em termos ontológicos, considera-se que a realidade não existe desligada de um observador humano consciente. Por outro lado, segundo os preceitos

[195] Definir a verdade como um valor implica uma reflexão mais profunda sobre o que ela é e como pode ser alcançada. A questão é que, com o "desencantamento do mundo" (Weber), que significa a perda de todo o ponto de vista transcendental, a verdade só pode ser encarada como relativa e, portanto, susceptível de aproximações, mais ou menos rigorosas. À luz do pensamento moderno, a verdade deixa de se afirmar como uma evidência. Para Descartes, por exemplo, a verdade é tudo aquilo que o homem concebe numa ideia clara e distinta, ou, se quisermos falar como Kierkegaard, ela é sempre subjectiva, apropriada e interiorizada num compromisso existencial permanentemente assumido e renovado. Permanecendo presente no mundo sob diversas formas, a verdade será então apreensível também sob diversas formas. Defini-la como um valor central do jornalismo implica definir então procedimentos apropriados ao seu menor enviesamento possível.

da psicologia, a realidade só é apreensível em função da subjectividade. Contestável ainda à ordem pragmática, ideológica ou mesmo ética (Bérnier, 1994), a objectividade como doutrina é, de longe, um dos pontos mais sensíveis do jornalismo.

Alcançável para alguns, impossível para outros[196], a informação objectiva demarcaria o discurso jornalístico dos embaraços criados pela subjectividade do jornalista. No entanto, como todos os valores que se tomam por absolutos, a objectividade também comporta sinais de fragilidade, nomeadamente se se pergunta como pode o jornalista ser objectivo se todo o seu desempenho resulta de um trabalho de selecção e se toda a selecção tem um grau de subjectividade insuperável. Pensando justamente nesta questão, John Merrill assume a objectividade como um conceito ético (*objectivity-as-ethics-concept*), sobretudo para discutir se o jornalismo ético concerne simplesmente à informação objectiva (1985). Céptico relativamente à possibilidade de o jornalismo ser uma actividade objectiva, Merrill critica a convenção normalmente tomada pelos jornalistas segundo a qual a objectividade é condição suficiente para «garantir a mais elevada e a mais responsável expectativa possível» (1985:391). Demasiado complexa e controversa, a questão da objectividade impor-se-ia, portanto, como um dos temas fundamentais de um debate sempre inacabado sobre os fundamentos éticos do jornalismo.

Todavia, o problema da objectividade não aparece isolado de um profundo mal-estar sentido desde o final do século XIX relativamente ao jornalismo e aos jornalistas. De facto, a incomodidade causada por um "excessivo" poder dos jornais estava instalada pelo menos desde o momento em que o jornalismo começou a cruzar o campo da política. Além disso, em matéria de informação, tornava-se evidente que a teoria liberal clássica, desenvolvida nos Estados Unidos a partir da Primeira Emenda da Constituição (que proibia o Congresso de limitar a liberdade de expressão e de imprensa), abria à possibilidade de a imprensa gozar inclusive da liberdade de

[196] Numa interessante passagem citada por Mário Mesquita, diz Marguerite Duras que o jornalista não consegue dar a ver e a rever o mundo sem o julgar. «É impossível. Por outras palavras, a informação objectiva é um logro total. Uma impostura. Não há, de facto, jornalismo objectivo. Consegui desembaraçar-me de muitos preconceitos, dos quais este é, em minha opinião, o principal. O de acreditar na objectividade possível do relato de um acontecimento» (in (1994) *Outside – notas à margem*, Lisboa: Difel, p. 7 – cit. em Mesquita, 2004:209).

ser mesmo irresponsável. Ao propor que os excessos e as falhas da imprensa estariam «submetidos a um processo de correcção natural, infinitamente preferível a qualquer outro controlo pela profissão» (Cornu, 1997:77), a teoria liberal inspiraria uma reformulação que permitiu conjugar a liberdade com a responsabilidade. Revelando, portanto, as insuficiências das teorias liberais, a teoria da responsabilidade social, que mencionámos no capítulo 5, procurou, sobretudo, justificar a necessidade de regular a actividade dos jornalistas, porquanto um modelo de regulação natural, fundado no funcionamento do mercado, seria manifestamente insuficiente. Ultrapassando o ponto de vista individualista e propondo uma concepção institucional do papel da imprensa na sociedade moderna, a teoria da responsabilidade social propôs ainda a dissociação entre a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa, ao sugerir que a primeira, sendo incondicional, deve ser entendida como a garantia da segunda. Ora, segundo esta concepção pareceria óbvio não se poder continuar a encarar a liberdade dos jornalistas como ilimitada. É que a proposta da responsabilidade social acentua uma concepção da imprensa como serviço público, com deveres para com os cidadãos.

Como será, porventura, claro, a questão do imperativo ético é inseparável da questão do imperativo de liberdade. É por isso que, não raras vezes, a relutância dos jornalistas relativamente ao debate ético-deontológico se prende com o sentimento de que ele abriria portas a ingerências passíveis de pôr em causa a liberdade de expressão. Com efeito, pensando na liberdade como um «direito sagrado e não restrito», poderia dizer-se que os jornalistas «pensam muito mais na liberdade do que em escolhas responsáveis» (Merrill, 1997:82). Mas as premissas da teoria da responsabilidade social seriam irreversíveis, sobretudo num momento em que «a imagem ou a reputação da imprensa como uma instituição social séria e útil parece estar a dissolver-se por toda a parte» (Merrill, *ibidem*:7). Daí que, pelo menos em termos teóricos, se começassem a notar sinais de mudança que deslocam a questão da liberdade do plano dos imperativos individuais para o plano dos imperativos sociais.

Sem desvalorizar todas as outras dimensões ou problemáticas a que a ética jornalística possa dizer respeito, é sobre três pilares fundamentais que, de um modo generalizado, ela repousa a atenção: a autenticidade – que é, no jornalismo, um outro modo de falar da objectividade – a liberdade e a responsabilidade (Bérnier, 1994). Se há motivo porque a reflexão ética é, normalmente, tão controversa, é seguramente porque, sendo improvável uma hierarquização justa, estes valores se limitam entre si. Como conciliar o dever de ser autêntico com o direito de ser livre? Com responsabilidade, dirão alguns. Mas como gerir a responsabilidade, se ela é, ou deve ser, uma atitude de várias frentes? Na verdade, lembra Daniel Cornu, espera-se que o jornalista seja pessoalmente responsável para com o público e a opinião pública em geral, para com as suas fontes de informação, para com as regras profissionais, para com a hierarquia das redacções e para com as suas próprias convicções (Cornu, 1997:31-32).

De difícil síntese, a questão da responsabilidade, que equivale, do ponto de vista ético, a uma preocupação de fundo com o papel da imprensa e com a sua inadequação aos imperativos de mercado, foi levantada especialmente pelo primeiro relatório da Comissão sobre a Liberdade de Imprensa, conhecida como a Comissão Hutchins (ver páginas 165 e 166). Neste documento, se dizia que «a responsabilidade, tal como o respeito pela lei, não constitui, em si, um entrave à liberdade» e que «a imprensa deve saber que os seus erros e paixões deixaram de pertencer ao domínio privado, tornaram-se perigos públicos» (cit. por Mata, 2002:15, a partir de Francis Balle (1988), *Médias et Sociétés*, Paris, p. 205). É, porventura, lícito tomar-se as conclusões do relatório desta comissão – que vão inteiramente no sentido de reconhecer que a imprensa tem uma responsabilidade para com a sociedade – como o ponto alto da demanda ética, sendo a partir daqui que se começa a "lavrar" este novo campo no jornalismo (Merrill, 1997:16).

Não sendo meros assuntos de lei, os problemas colocados pela ética jornalística visam encontrar respostas de padronização de comportamentos para os quais a rigorosa determinação jurídica é insuficiente. É que as protecções constitucionais «dão ao jornalismo maior latitude do

que a muitas outras práticas» (Elliot, 1997:10), não sendo a conduta admissível apenas aquela que está em conformidade com a lei. Ora, é por isso que, nos discursos actuais sobre as fragilidades do jornalismo, a ética se torna especialmente necessária, estando intimimamente ligada com a ideia de competência. Aliás, sendo em si mesma uma virtude moral, a competência é, para muitos autores (como Mike Martin, 1997:89), inseparável do jornalismo moralmente responsável. Mas o que é ainda ser-se competente? É uma pessoa boa em si mesma uma pessoa competente? Não necessariamente. Sobretudo porque «as virtudes são independentes do uso que delas se faz, como do fim a que visam ou servem» (Comte-Sponville, 1995:7). Não bastam, portanto, a polidez, a fidelidade, a prudência, a temperança, a coragem, a justiça, a generosidade, a compaixão, a misericórdia, a gratidão, a humildade, a simplicidade, a tolerância, a pureza, a doçura, a boa-fé, o humor e o amor, todas grandes qualidades assinaladas por Comte-Sponville, num *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. Se é pensável que elas possam tornar o jornalista numa pessoa melhor, não é seguro que façam dele um profissional competente, muito embora se possa admitir que «o jornalista virtuoso reconhece a execução de deveres e respeito pelos direitos dos outros como questões fundamentais na conduta moral» (Klaidman e Beauchamp, 1987:20). Repare-se, por sinal, como generalizadamente se considera que um jornalista de bom carácter cumpre mais genuinamente a missão de servir o interesse público do que um jornalista que apenas teme sanções, ameaças, regras, leis ou regulamentações. Assim se compreende que, a par de uma ética normativa, que enuncia deveres e direitos e corresponde basicamente aos códigos deontológicos e aos mecanismos de vigilância do seu cumprimento, seja também fomentada uma ética das virtudes, sustentada nas qualidades do bom carácter. Uma e outra não são de todo incompatíveis. Falando respectivamente de ética de responsabilidade e de ética de convicção, Max Weber diria que uma e outra «não são termos absolutamente opostos, mas sim elementos complementares que devem concorrer para formar o homem autêntico» (Weber, 1973:97). É assim, e não, de outro modo, que o jornalismo parece estar relacionado com a moralidade. Moralidade do ser e

moralidade do fazer. Ser bom carácter e estar em situação de radical disponibilidade quanto aos imperativos ético-morais que o ajudam a compreender os modos de *bem fazer*.

4. Sobre os princípios da deontologia jornalística

Especialmente vocacionados para normalizar estes modos de *bem fazer*, os códigos deontológicos estão para o jornalismo sobretudo como um «conjunto codificado de prescrições e interdições de comportamento» (Libois, 1994:5). Invocando regras de conduta relativas às relações que os jornalistas têm com as suas fontes, os seus colegas, os seus patrões e os seus públicos, os códigos enunciam «aquilo que é considerado como sendo deveres profissionais» (Bérnier, 1994:73). Apesar de terem um carácter essencialmente voluntário, elaborados que são, muitas vezes, pelos próprios jornalistas no seio das associações ou corporações em que se organizam, eles podem também ser impostos por uma autoridade exterior. No essencial, procuram responder a três objectivos: assegurar aos cidadãos informação exacta, honesta e completa, oferecendo uma protecção contra os abusos e os desvios; proteger os jornalistas contra formas de pressão; e assegurar o melhor possível a circulação da informação na sociedade (Cornu, 1997:12-13).

Adoptados há praticamente um século, os primeiros códigos são de origem americana, embora tenham sido amplamente formulados também pela Europa durante a primeira metade dos anos 1900. O primeiro a que habitualmente se faz referência, nos termos de um código de ética propriamente dito, tem origem sueca e foi criado em 1923. No entanto, já em 1918 tinha sido promulgada em França a chamada "Carta dos Jornalistas Franceses" (revista em 1938). Na década de 1930, seriam ainda adoptados mais dois códigos de referência: um na Noruega e outro no Reino Unido, organizado pela National Union of Journalists[197]. De par com estes códigos

[197] Registe-se a título de documentação alguns dos mais significativos códigos deontológicos europeus inventariados por Juusela (1991): "Guia para a boa prática jornalística" (Finlândia, 1983); "Código de conduta para a imprensa, rádio e televisão (Suécia, 1990); "Código de ética (Noruega, 1987); "Regras do bom jornalismo" (Dinamarca, 1990); "Regras de ética no jornalismo" (Islândia, 1988); "Código profissional do jornalismo" (Holanda, 1986);

de âmbito nacional, apareceriam ainda, em meados do século XX, os primeiros códigos de cariz transnacional. Depois da Segunda Guerra Mundial, duas associações ganhariam também especial dimensão: a Organização Internacional de Jornalistas, fundada em 1946 para representar os jornalistas do Leste da Europa, que entre 1960 e 1962 publica duas resoluções, insistindo na questão da responsabilidade dos jornalistas, e a Federação Internacional de Jornalistas, criada em 1952, adoptando dois anos depois uma "Declaração de Deveres dos Jornalistas". Mais tarde esta Federação adoptaria ainda a Declaração de Munique, proclamada por seis países membros da União Europeia em 1971.

Apesar das especificidades próprias inerentes aos diversos códigos nacionais, não será difícil encontrar categorias comuns às várias formulações. De um modo geral, e tendo em conta um estudo empreendido por Pauli Juusela (1991), todos se referem às questões de verdade, à necessidade de verificação dos factos, ao problema das fontes confidenciais de informação e ao controverso segredo profissional. Por outro lado, os temas da liberdade de informação e dos direitos e deveres dos jornalistas parecem ser incontornáveis, bem assim como o desejo de integridade profissional do jornalista, a prevenção contra influências externas, a protecção dos direitos de autor e de outros direitos individuais, a conformidade com os direitos humanos e a definição de material não publicável. Embora o enquadramento jurídico do jornalismo possa variar amplamente de país para país, o que se compreende especialmente porquanto ele depende em concreto das políticas governamentais, em termos de princípios é mais ou menos óbvia uma certa concordância, que equivale a um reconhecimento mais ou menos universal do que deve ser o jornalismo e a acção dos jornalistas. Com esta percepção, Daniel Cornu conclui

---

"Código de princípios jornalísticos" (Bélgica, 1982); "Princípios gerais da profissão jornalística" (Espanha, 1980); "Código de conduta profissional" (Irlanda, 1987); "Princípios de ética profissional do Conselho Nacional da Imprensa Italiana" (Itália, 1957); "Princípios do trabalho jornalístico: código de ética para a imprensa austríaca" (Áustria, 1983); "Moral ética" (Grécia, 1978); "Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses" (Portugal, 1976/1993); "Declaração de princípios éticos da profissão jornalística" (França, 1977); "Princípios jornalísticos" (Alemanha, 1990); "Declaração de deveres e direitos dos jornalistas" (Suiça, 1972), "Princípios profissionais da imprensa" (Turquia, 1989); "Código moral para jornalistas" (Polónia, 1945); "Regras de etiqueta jornalística" (Bulgária, 1990)

que as normas profissionais dos jornalistas reportam privilegiadamente seis temas: a liberdade de expressão e de crítica, a protecção da independência e da integridade profissionais dos jornalistas, o respeito pela verdade, a lealdade dos procedimentos pelos quais os jornalistas actuam na procura da verdade, o respeito pelas fontes e o tratamento igual de pessoas ou a renúncia a toda a forma de discriminação (1997:27-28).

A enciclopédia *Grand Larousse Universel* define a deontologia como o «conjunto de regras que regem uma profissão, a conduta daqueles que a exercem», concretizando que, em termos filosóficos, a deontologia corresponde ao «conjunto de enunciados que constituem deveres a cumprir». Devido a Jeremy Bentham, o termo deontologia entra em uso a partir de 1834, quando o filósofo publica, sob o título *Deontology* uma obra sobre ciência da moralidade ou, mais concretamente, sobre a doutrina utilitarista dos deveres. Opondo-se à ontologia, que designa *o que é,* a deontologia designaria então *o que deve ser*. Não muito distante destes sentidos, a deontologia jornalística será, em conformidade com a distinção terminológica que anotámos no início deste capítulo, uma espécie de doutrina dos deveres dos jornalistas. É por isso que os códigos deontológicos são largamente reconhecidos como «instrumentos de controle de base» que têm «a dupla função de farol e de referência crítica» (Bérnier, 1995:146). A sua utilidade prática prende-se com uma série de funções que Bérnier sintetiza na necessidade de «salvaguardar a credibilidade dos jornalistas, proteger a imagem da profissão, valorizar o carácter profissional, proteger o público de práticas que podem ser nocivas, proteger a profissão contra as intervenções de terceiros e proteger os jornalistas das decisões arbitrárias dos empregadores» (*ibidem*:147). Cumprindo, deste ponto de vista, funções particularmente positivas, os códigos de deontologia existirão assim, supostamente, para favorecer a legitimidade dos jornalistas.

Regular uma actividade cuja máxima, a liberdade de expressão, pode colidir com direitos fundamentais dos cidadãos seria inevitável em regimes totalitários, mas é-o também em democracia. Não no sentido de concentrar nos governantes o controlo do uso da palavra, mas

no sentido de garantir a igualdade de oportunidades e o respeito pelo indivíduo nos seus direitos inalienáveis. Mas como outras actividades, como a dos profissionais liberais em geral (médicos e advogados, por exemplo), não é só a um plano estritamente jurídico que os jornalistas estão subordinados. Como trabalhadores assalariados, eles devem agir também, lembra Daniel Cornu (1994), em conformidade com as regras das empresas, nomeadamente no que diz respeito à linha editorial dos órgãos para os quais trabalham. O quadro da regulação do jornalismo só está, porém, fechado quando consideramos o plano da deontologia, isto é, o conjunto de deveres que os jornalistas reconhecem ser inerentes ao exercício adequado da sua actividade. Pela sua natureza distinta, estes patamares de regulação impõem uma distinção. Na verdade, se nos planos jurídico e empresarial se trata de uma regulação imposta por entidades de algum modo externas ao jornalismo, no caso da deontologia está-se perante normas que emanam do seio dos próprios profissionais. O que não significa necessariamente uma postura absolutamente desinteressada dos jornalistas. A própria referência comparativa ao exercício da medicina ou da advocacia "esconde" a «ambição de aproximar a actividade da imprensa a estas prestigiadas profissões liberais», nomeadamente no que diz respeito às suas motivações latentes: «tal como o médico que protege os seus semelhantes humanos do sofrimento, tal como o advogado que os defende da injustiça, poderia reconhecer-se uma legítima missão do jornalista de proteger os seus concidadãos da mentira e da desinformação» (Ruellan, 1993:76-77). Foi esta aspiração a uma posição de prestígio que, de algum modo, em França, por exemplo, presidiu à constituição do Sindicato dos Jornalistas. Citamos a partir de Ruellan (*ibidem*) a apresentação deste organismo, publicada no número um da revista "Le Journaliste":

> «Aos nossos camaradas:
>
> Nós temos o desígnio (ao criar o Sindicato dos Jornalistas) de assegurar o respeito devido à profissão de jornalista, de aumentar, se isso não é supérfluo, diante da opinião pública o próprio prestígio da profissão, estabelecendo entre nós as regras da honra corporativa e garantindo que estas regras serão obedecidas pelos sindicalizados.
>
> O Sindicato dos Jornalistas propõe-se então cumprir um papel moral análogo ao que cumpre o conselho da Ordem dos Advogados.»

Apesar de se poder entender que as regras a que os jornalistas sindicalizados se deveriam submeter são regras em benefício do público, não é menos óbvia a ideia de que elas visam sobretudo promover o prestígio da profissão e a honra corporativa. Como de resto, se diz claramente neste texto de propósitos, o que permite aventar a possibilidade de a deontologia cumprir essencialmente uma função estratégica, que inclui não apenas a necessidade de defender os jornalistas de uma intervenção mais directa do Estado mas também de auto-promover a própria profissão, na afirmação dos seus princípios elementares. Seria ingénuo, avisa Bérnier (1994:77), «crer que a nobre intenção de proteger o público não encaixa noutra» mais corporativista, que visa proteger a liberdade da profissão. É de novo ao exemplo francês que nos reportamos, para lembrar o modo como na apresentação da Comissão da Carteira Profissional se exclama: «Eis a nossa profissão, não fechada mas protegida; eis o título de jornalista (...) tornado numa propriedade, da mesma maneira que o do médico ou o do advogado» (cit. por Delport, 1999:300, a partir da revista "Le Journaliste, 1936).

Providenciando linhas de guia ou de orientação de acção, os códigos deontológicos não estão desligados da vontade de valorizar a identidade profissional. Profundamente enraizada no desejo de proteger a credibilidade da profissão, a deontologia pode ser encarada como especialmente útil à legitimação do jornalismo e dos jornalistas junto do público e das autoridades. Afastando a ingenuidade de acreditar que ela encerra antes de mais uma preocupação de *fazer bem*, poderia admitir-se que a deontologia serve sobretudo a promoção da imagem do jornalista íntegro. Naturalmente, o dever deontológico configura uma auto-imagem que resulta do modo como os jornalistas gostariam de ser reconhecidos. Como todos os códigos, também a deontologia jornalística configura uma espécie de paradigma de acção, em cujas entrelinhas se podem ler as aspirações e os desejos, de tipo ideal, dos profissionais que por ela se sentem mais ou menos representados. Mas diz a experiência que o plano paradigmático nem sempre é exequível num plano sintagmático, ou de acção propriamente dita, pelo que, por si só, a definição de deveres não faz do jornalista um profissional inatacável. Não sendo nem uma

"prática abstracta" nem uma "ciência exacta" (Wemans, 1997[198]), a deontologia não elimina a hipótese de erro. Ela é, no dizer de Jorge Wemans, «um campo de escolhas e de juízos que não admite o desleixo e a leviandade, mas não expurga a possibilidade do juízo erróneo» (*ibidem*).

Ainda assim, ao exprimirem e indicarem o que seria uma conduta desejável, os códigos deontológicos podem ser considerados também como uma ferramenta indirecta de referência para o público sobre o que é ou não criticável na conduta jornalística. É por isso que eles são uma referência quer para o público quer para os jornalistas. Para o primeiro, dão uma ideia do que é expectável em matéria de procedimentos legítimos. Para os segundos, funcionam como indicadores que «balizam os desregramentos», o que autoriza Bérnier a tomá-los como "faróis" ou horizontes do agir. O que supõe, como refere o autor, que eles sejam, por um lado, reconhecidos por todos os jornalistas, reflectindo os seus valores, e, por outro, representativos dos princípios dominantes. Sob estas duas condições, pode compreender-se que a deontologia pretenda antecipar «a aplicação do direito pela execução espontânea de princípios de regulação» (Cornu, 1997:54), isto é, «permitindo ao jornalista regular a sua actividade por antecipação às normas legais» (Cornu, 1994:82), de forma voluntária. Argumento favorável à deontologia, a precedência dos códigos de conduta relativamente ao direito reforça a ideia de que eles funcionam como estratégia de defesa dos jornalistas, no sentido em que podem evitar a força coerciva da lei.

Todavia, o dever deontológico pode ser encarado como um princípio uniformizador, que, positivamente, pode ser visto como um modo de pensar as situações ditas "cinzentas", ou seja, «aquelas em que agir ou não agir põe em causa decisões igualmente defensáveis com vista ao interesse público» (Bérnier, 1994:78). O que supõe acreditar numa capacidade verdadeiramente flexível da deontologia, cuja vantagem aparente é o facto de emanar da prática, da experiência de situações concretas, isto é, do confronto com as rotinas a partir das quais se inferem, por abstracção, "leis" gerais. Mas, negativamente, o mesmo princípio uniformizador pode ser visto,

[198] WEMANS, Jorge (1997) – "Um provedor para quem?" – in jornal Público, edição de 23 de Fevereiro

como vemos, como um modo de fechar a prática jornalística na rigidez de preceitos pré-estabelecidos que inviabilizam o julgamento pessoal dos jornalistas no confronto com as reais condições de possibilidade das suas práticas concretas. De facto, tendo em conta que «os códigos são às vezes estabelecidos a partir de regras de conduta muito graciosas ou muito gerais» (Bérnier, *ibidem*:147), será lícito questionar a possibilidade de estas regras se poderem aplicar a todas as situações.

Limitando a margem de decisão dos jornalistas, dizem os mais cépticos, os códigos deontológicos encerram, por outro lado, uma via de auto-regulação, defendem os mais confiantes, na medida em que podem ser encarados como uma ferramenta de "consciencialização" do exercício do jornalismo. Ao contrário da hetero-regulação, de carácter público, que implica procedimentos administrativos potencialmente sancionatórios, a auto-regulação terá o mérito de mobilizar o jornalista para o julgamento da sua conduta por relação aos procedimentos tipificados nos códigos deontológicos. De tipo informal, este modo de regulação é particularmente bem acolhido por liberais ou neo-liberais, precisamente por deixar à consciência individual do jornalista a avaliação do seu desempenho. Significa a liberdade de expressão uma absoluta liberdade de acção? Por outras palavras, pode o jornalista, em nome da liberdade de expressão constitucionalmente admitida, tudo fazer ou tudo dizer? No âmbito deste compromisso de auto-regulação dir-se-ia ser esta a interrogação de fundo.

Na perspectiva de um "existencialismo socialmente responsável" (Singer, 2006), que combina o ideal de liberdade com uma responsabilidade concomitante, a deontologia tem um carácter essencialmente "responsabilizante". «O coração da noção de um existencialista socialmente responsável», explica Jane Singer, «situa-se numa combinação de escolher livremente com o ser responsável de maneira a cumprir um papel social baseado na confiança» (*ibidem*). Resulta esta tese da percepção de que, dada a extraordinária abundância de informação que caracteriza os tempos pós-modernos, é preciso criar mecanismos que garantam a fiabilidade da informação jornalística. Por outras palavras, é preciso assegurar que os

jornalistas sejam reconhecidos ainda como os mandatários legítimos do dever de informar, vigiar os poderes e esclarecer a opinião pública. Neste sentido, a deontologia teria sobretudo a função de reforçar os termos do contrato tacitamente acordado entre os jornalistas e o público, demarcando-os de outros "difusores de informação", vinculados a outros interesses que não necessariamente o interesse público. De todos os pontos de vista, a deontologia parece estar mais ligada a um imperativo de credibilização dos *media* informativos do que a um real pressuposto de "meta-vigilância" sobre o jornalismo, que seria amplamente desejável. O problema, revisto por Clifford Christians e Kaarle Nordestreng, num artigo no *Journal of Mass Media Ethics* (2004), é que «o profissionalismo e os códigos de ética profissional são demasiado estreitos para servir como enquadramento para um paradigma global da responsabilidade social no século XXI». Invocando as "protonormas" da inviolabilidade humana, assentes nos valores da dignidade, verdade e "não-maleficência", os autores propõem então a superação da preocupação estritamente profissional para recentrar o jornalismo numa espécie de "ética dos cidadãos" por oposição a uma "ética dos profissionais". A ideia, que nos parece conveniente, é deslocar a ênfase do plano normativo profissional para o plano "avaliativo" do cidadão, que é, como vimos a partir de Bérnier (ver capítulo 5) a fonte legitimadora dos jornalistas.

Ora, nos termos desta proposta, não basta, como temos vindo a argumentar, vincular os jornalistas a um código de procedimentos aceitáveis. É preciso vinculá-los ao compromisso permanente com o cidadão que não consente apenas uma regulação, *auto* ou *hetero*, realizada no seio dos jornalistas, com os seus pares ou com o Estado. Ainda que alguns advoguem ser impossível um jornalismo absolutamente transparente, "fechá-lo" sobre si mesmo, numa espécie de fortaleza (Christians e Nordestreng, 2004) não é melhor solução. Contrariar uma ideia depreciativa do corporativismo em que os jornalistas tendem a inscrever-se é, por certo, um imperativo tão importante como garantir as suas boas práticas. Sobretudo porque não raras vezes os jornalistas são apontados por uma certa arrogância, devida em parte à presunção de que um código deontológico é condição suficiente de um jornalismo virtuoso. A prova de que a

deontologia é manifestamente insuficiente é dada, sem equívocos, pela convivência de várias décadas com este tipo de documentos, revelados incapazes de responder aos desafios a que a engrenagem mediática tem exposto o rumo do jornalismo.

5. Da insuficiência do imperativo ético

Mais ou menos comum a todas as actividades humanas, a insistência pela questão ética visa, como diz Bragança de Miranda, «encontrar uma fundamentação última do agir» (1992:131). Tarefa que se reclama essencialmente da filosofia, a reflexão ética tem sido vivamente recuperada como esperança de resolução da crise generalizada aberta pela modernidade. Com efeito, tempo de todas as crises – do tempo, do espaço, de legitimidade, de credibilidade, do pensamento – a nossa época parece viver um estado de epílogo a todos os níveis. Já nos referimos ao fim da história, da geografia e do orgânico (ver primeira parte) e ao fim do próprio jornalismo (ver capítulo 6), modos distintos, mas confluentes, de falar do fim da racionalidade de raiz iluminista. Período de grande optimismo, a transição da Tradição à Modernidade operou-se em torno de uma esperança de emancipação, hoje francamente em declínio. Os entusiasmos engrenados pelo progresso foram sendo gradualmente reconhecidos como desgastos, apesar de o século XX ter parecido especialmente capacitado para realizar os apelos da Modernidade (Araújo, 1988). Ao invés disso, o que o século XX moderno fez foi abandonar o indivíduo «a braços com a insegurança e uma inquietude que o aniquila afectiva e intelectualmente, mutilando-o na sua identidade, convertendo-o em joguete das irrupções passionais, presa fácil do poder tecno-burocrático que instrumentaliza e asfixia a dignidade humana» (*ibidem*:44).

Não é menor o perigo que ameaça o jornalismo, porquanto o próprio jornalista se encontra a braços com a desconfiança e uma impertinência do mercado que aniquila a exclusividade de edição da informação, mutilando-o, por isso também, na sua identidade. Presa fácil da "planetarização da técnica industrial" (Apel), o jornalista vive ele próprio esta espécie de

"insularidade existencial" (Araújo, *ibidem*), que configura aquilo que definimos como a crise do jornalismo. Para a ultrapassar, fazem-se invocações de mecanismos reguladores, que pretendem estabilizar a desorientação axiológica. Trata-se, com efeito, seguindo o pensamento de Luís de Araújo, de encarar a pós-modernidade como um desafio para a ética. Mas, como o próprio autor interroga, «que pode a ética fazer num mundo como este, onde o avanço implacável do niilismo se opõe à legitimação dos ideais morais?» Convém que ela não seja uma mera "tecnologia da acção". Convém também que ela não seja "estética". Num e noutro caso, ela seria sempre apenas uma ética de adesão, quando o que é preciso é fomentar um distanciamento crítico. Convém, finalmente, que ela não seja apenas casuística, no sentido exclusivamente pragmático de "resolução de conflitos de valores" (Miranda, *ibidem*).

A verdade é que, de todos os ângulos – teórico, epistemológico, ontológico, deontológico ou pragmático – a ética não é senão insuficiente. A sua tarefa é impossível, assegura Bragança de Miranda, pois ela encerra um paradoxo que o autor pensa nos seguintes termos: «para haver moralidade é imperativo o agir livre; ora este é que, na sua pureza, nunca encontramos, pois mal se expressa está sempre marcado pelas figurações que constituem a materialidade da experiência» (*ibidem*:131). Como também o discurso jornalístico não é senão um discurso imbuído das figurações que constituem a materialidade de uma experiência urgente, porque constituída na face mais efervescente da actualidade, a ética é, parece-nos, tarefa exígua. A menos que a invoquemos como uma diligência de abstracção total relativamente ao agir jornalístico (correndo-se o risco de o "desterritorializar" das suas condições efectivas de actuação), a ética terá sempre uma tentação normativa, encerrada numa "estratégia de normativização", que é também uma estratégia de "normalização", sendo que nem uma nem outra «englobam todo o processo de estabilização, embora sejam uma sua parte essencial» (*ibidem*:133).

Não recusando a centralidade da questão ética em matéria de jornalismo, o ponto de vista que argumentamos é o de que, sem uma abertura ao público, que é peça-chave do

processo de legitimação, os jornalistas ficam reféns de paradigmas desadequados à necessária reinvenção da função jornalística num momento em que toda a experiência parece marcada pelo amoralismo. Na medida em que procura «reorientar o agir em torno de determinados eixos» (*ibidem*), pré-estabelecidos por indução, a ética pode ser, de facto, útil. Sobretudo se pensarmos nas chamadas éticas profissionais ou éticas aplicadas, porque investindo nas questões práticas, casuísticas, ela tem sobretudo uma dimensão pragmática. Mas enquanto discurso de actualidade, estruturado e estruturante do social, o discurso jornalístico não se confina à soma de casos a que a ética possa eventualmente dar resposta. Pensá-lo em todas as suas dimensões argumentativas implica percebê-lo não apenas como uma questão de moralidade ou de carácter do jornalista, mas ter em conta também o valor, intrínseco e social, do discurso, bem assim como o público a quem ele se dirige. Se um retorno for possível a uma certa retórica aristotélica, será preciso pensar o discurso jornalístico na sua relação a três figuras clássicas: o *ethos,* o *pathos* e o *logos.* Tarefa metalinguística, um modo assim de investir no jornalismo contradiz um dos princípios convencionais da notícia, mas esta contradição não é senão desejável: a possibilidade de o jornalismo e os jornalistas serem objecto do próprio discurso jornalístico.

8

E se o jornalismo também for notícia?

«Um dos elementos dessa crise [do jornalismo], ou da surpresa com que os jornalistas se descobriram em crise, tem a ver com o facto de ter feito parte da cultura profissional dos jornalistas acharem que eram eles que tinham que criticar os outros e que eles próprios não podiam ser objecto de crítica.»
Augusto Santos Silva, 2004[199]

1. Notícias do jornalismo

Dizem os clássicos manuais de jornalismo que o jornalista nunca é notícia. Este princípio, que radica na concepção do jornalismo como um observador ou supervisor dos poderes constituídos (legislativo, executivo e judicial), manteve a imprensa afastada dos adágios de vigilância com que ela sempre se impôs aos mais diversos actores sociais. Ora, recusando encarar o próprio jornalista como agente de acontecimentos que deveriam ser notícia, o jornalismo descuidou, durante séculos, a hipótese que colocávamos atrás de ser ele próprio a manifestação de um poder tão ou mais proeminente que o dos legisladores, governantes ou

[199] Intervenção no programa nº 1 "Clube de Jornalistas", (RTP – 2:, 11 de Janeiro de 2004), subordinado ao tema "O que é ser jornalista hoje?". Foram convidados desta emissão Augusto Santos Silva (na altura deputado do PS), Estrela Serrano (na altura provedora dos leitores do jornal Diário de Notícias) e Eduardo Dâmaso (àquele ano jornalista do jornal Público).

juízes. Mas a verdade é que, como justamente se admitia num editorial do jornal Diário de Notícias, no final de Novembro de 2003, «existem situações excepcionais que o tornam [ao jornalista] objecto da sua própria missão»[200]. Ou seja, também no campo jornalístico se encontram, afinal, temas de especial interesse público sobre os quais se esperaria um investimento informativo dos jornalistas. Rasgado o véu que, pelo menos aparentemente, protegia o jornalismo do seu próprio juízo crítico[201], nos últimos anos proliferaram abundantemente, sobretudo nos jornais, mas também na rádio e na televisão, notícias que passaram a ter o jornalista como protagonista.

Fenómeno relativamente novo, porém, o *jornalismo sobre o jornalismo* aparece como o resultado de uma atenção crescente ao campo mediático e jornalístico. Com efeito, se pode dizer-se que todo o século XX foi mais ou menos profícuo em matéria de investigação sobre os *media*, depois da II Guerra Mundial a produção académica conheceu um franco incremento, motivado, em parte, pelo aparecimento e pela generalização da televisão e, já no final do século, em tempos mais próximos, pela progressiva digitalização das comunicações. Em Portugal, por certo, mais tardiamente do que em muitos outros países, a abertura do primeiro curso superior de Comunicação Social, em 1979, pode ser considerada, talvez, como o ponto de partida para um interesse cada vez mais sólido pelos estudos jornalísticos.

Com a autonomização do campo das ciências da comunicação relativamente às ciências sociais e humanas, multiplica-se a produção literária, propagando-se o aparecimento de colecções de livros dedicados à comunicação e aos *mass media* em geral. Consagrada como um domínio específico do conhecimento científico, a área da comunicação reveste-se assim, hoje, de uma importância equiparável à de outros campos do saber, com investigadores e centros de

[200] "A missão de informar", editorial do jornal Diário de Notícias, edição de 15 de Novembro

[201] Recorde-se que, no capítulo anterior, quando colocámos o problema da objectividade, debatemos a impossibilidade de reportar a realidade sem uma inerente avaliação, mais ou menos pessoal, do jornalista. A própria definição de notícia, ainda que inscrita na esfera dos valores das organizações noticiosas, resulta de um juízo selectivo, inevitavelmente crítico, uma vez que é improvável, para não dizer impossível, ao jornalista ver e rever o mundo sem o julgar.

pesquisa inteiramente dedicados à reflexão e análise do fenómeno comunicativo. Embora muitas destas produções escapem à agenda dos *media*, a verdade é que também a eles se alastrou esta particular motivação pelo funcionamento do jornalismo.

Especialmente sensível ao que chamamos *jornalismo sobre o jornalismo*, a investigação de base do nosso trabalho procurou sobretudo fazer uma leitura do modo como este fenómeno foi ganhando dimensão nos *media* portugueses. Investindo uma atenção particular ao jornalismo impresso, por questões que se prendem, antes de mais, com a acessibilidade dos materiais de arquivo, empreendemos uma leitura de três jornais portugueses – Público, Diário de Notícias e Jornal de Notícias[202] – no período compreendido pela década de 1996 a 2006[203]. Ainda que fazendo também referência a textos publicados noutros títulos, foi a partir destes três órgãos que muitas das reflexões deste trabalho foram sendo construídas. Por outro lado, ainda que um trabalho empírico mais sistematizado pudesse reclamar, com todo o interesse, uma tarefa mais quantitativa de análise de conteúdo, optámos por suportar a nossa investigação numa leitura especulativa de dois casos concretos em que o jornalismo foi notícia e de que daremos conta nos pontos seguintes, a título essencialmente ilustrativo. Mas, antes disso, convém-nos uma contextualização do modo como o jornalismo foi tratado pela informação jornalística ao longo desta década.

Há pouco mais de dez anos, as notícias acerca do jornalismo ou dos jornalistas eram, na verdade, ainda relativamente escassas. Dispersas pelas secções de Sociedade, Cultura ou Economia, as referências aos meios de comunicação social na própria imprensa não tinham ainda carácter sistemático. Os temas tratados tocavam 1) as questões empresariais, numa área

[202] Merece a nossa opção por estes três títulos uma explicação. Com efeito, na impossibilidade de estender esta leitura a todos os órgãos de informação impressa, optámos por estudar particularmente os jornais diários considerados *de referência* que, durante o período analisado, mantiveram a função do Provedor do Leitor, uma vez que uma parte relevante do nosso trabalho concerne especificamente à prática do Provedor.

[203] Como a opção pelos órgãos estudados, também a definição do período temporal respeita de algum modo à necessidade de manter presente a atenção que lançamos ao papel do Provedor dos Leitores, que iniciou actividade regular nos jornais portugueses em 1997. Por isso, recuamos esta abordagem a um ano antes, a 1996.

próxima dos negócios, 2) as questões legislativas, vinculadas às iniciativas dos governos e dos partidos políticos, 3) pontualmente os eventos (congressos, exposições...) promovidos por instituições académicas ou pelo próprio Sindicato dos Jornalistas e 4) ocasionalmente os episódios trágicos dos jornalistas, como agressões e sobretudo a morte de alguns profissionais, quer por razões naturais (de doença) quer pelos perigos inerentes à profissão (assassínios ou acidentes em contexto de guerra).

A partir dos anos 1990, porém, o jornalismo e os jornalistas vão-se tornando progressivamente mais presentes nas páginas dos jornais, motivando inclusive alguns debates na televisão. Na verdade, é precisamente em meados desta década que começam a intensificar-se as ocorrências noticiosas sobre os *media* e os profissionais da informação. O que não acontece, certamente, por acaso. A avaliar pelos novos temas das notícias difundidas, vários factores se conjugaram para que o jornalismo se tornasse matéria de interesse informativo. Por um lado, o rápido desenvolvimento de novas tecnologias de comunicação, onde se incluem os telemóveis e os videofones, bem assim como todas as novidades ligadas à digitalização progressiva dos meios de comunicação social. Por outro lado, a criação dos canais privados de televisão (em sinal hertziano aberto) que abriu a atenção dos jornalistas e do público às questões da programação e, concomitantemente, ao problema da disputa das audiências. Pode talvez dizer-se mesmo que é à televisão que se deve a abertura e a manutenção de espaços nos jornais especialmente dedicados aos *media*. Primeiro sob a forma de páginas de programação e análise de programas. Se bem que a crítica de televisão fosse já um género consagrado nas páginas dos jornais – um género que, em Portugal, muito deve, por exemplo, a Mário Castrim –, com a abertura do espectro televisivo aos canais privados e aos canais internacionais (via satélite e via cabo, onde apareceram mais recentemente outros canais nacionais), os jornais encontraram matéria suficiente para garantir a gestão de secções especificamente dedicadas aos *media.* Remetidos habitualmente para publicações especializadas, os próprios artigos de opinião e análise acerca da acção dos jornalistas irrompem nas páginas dos jornais,

conquistando um espaço antes dedicado exclusivamente à opinião sobre os assuntos políticos, sociais, económicos e até religiosos.

Para além dos sinais de forte concorrência, sentida não só entre jornais, mas sobretudo entre os canais de televisão, a década de 1990 é, talvez, uma das mais sensíveis às questões da ética e da deontologia profissional. Tendo aprovado em 1993 o actual Código Deontológico, não seria de estranhar que os próprios jornalistas estivessem mais alertados para as derrapagens morais e que também esse tema se tornasse amplamente visado na informação sobre os *media*. Aliás, decorrendo desta atenção maior à problemática da ética, a aposta que alguns títulos fazem a partir de 1997 na instituição de Provedores dos Leitores torna mais visíveis as "condutas faltosas" dos jornalistas, o que, numa espécie de efeito de "bola de neve", aviva o interesse do público, ou pelo menos de alguns segmentos do público, pela actividade dos jornalistas.

Muito significativo desta cada vez maior exposição dos jornalistas no espaço público é também o contributo que o Clube de Jornalistas acrescenta em matéria de publicações. Lançada no ano 2000, a revista Jornalismo & Jornalistas, única publicação periódica não académica (de jornalistas para jornalistas) em Portugal, tem a particularidade de ser «uma revista de jornalistas exclusivamente dedicada aos problemas, às experiências, ao trabalho, à história, à formação e aos desafios que se colocam aos próprios jornalistas»[204]. Procurando, no entanto, «estimular uma maior preocupação e consciencialização dos jornalistas acerca da prática da profissão e incentivar a que o trabalho quotidiano seja acompanhado e complementado por uma maior reflexão», os objectivos desta publicação viriam a ser complementados, em 2004, com a estreia, na RTP-Dois, do programa "Clube de Jornalistas". Apesar de três anos de emissão permitirem concluir sobre algumas insuficiências mais ou menos óbvias, do plano de intenções do programa fazia parte não pretender «discutir o jornalismo em circuito fechado, virado para dentro» e não

[204] Informação citada a partir do site do Clube de Jornalistas [http://www.clubedejornalistas.pt/DesktopDefault.aspx?tabid=147]

ouvir «apenas jornalistas» para ter «sempre uma perspectiva crítica do exercício da profissão». Tratando-se de um espaço dedicado ao jornalismo e aos jornalistas, este programa terá o mérito de ser o primeiro programa regular em televisão (primeiro semanalmente, depois apenas em semanas alternadas) a discutir *jornalisticamente* o próprio jornalismo. Apesar da inconveniência do horário de transmissão e da "menor" visibilidade decorrente do nível de audiências da RTP-Dois, em cuja grelha o programa se insere, não seria justo não reconhecer o papel que tem desempenhado, obrigando o jornalistas a falar das suas próprias actividades.

Pode, por conseguinte, dizer-se que, em dez anos, muitos factores se conjugaram para que, no jornalismo, fosse gradualmente aparecendo um discurso auto-referente, isto é, um discurso que remete para a própria instância de enunciação. Desdobrando-se em entrevistas a investigadores e profissionais do campo dos *media*, em recensões de livros, em iniciativas de publicitação e de educação para os *media* (como é o caso, por exemplo, da iniciativa "Público na Escola" promovida pelo jornal Público), em divulgação de acontecimentos do foro académico, em reportagens históricas ou de "visita" aos bastidores dos *media* e às vezes também em *fait-divers* sobre a vida das figuras públicas ligadas aos meios de comunicação social, os órgãos de informação desenvolvem actualmente um trabalho diário de cobertura noticiosa do próprio campo jornalístico. Dizemos diário, embora ele seja particularmente relevante, quando, por ocasião de determinados casos informativos, a conduta dos jornalistas é especialmente posta em causa. A verdade é que, por ocasião de certos episódios informativos, multiplicam-se os pretextos que mobilizam mais gente, nomeadamente profissionais em espaços de auto-reflexão, a exprimir-se publicamente sobre o papel e o desempenho dos jornalistas.

Intrinsecamente relacionada com o reconhecimento do poder do jornalismo, a abertura da problematização da profissão à opinião pública significa, não só a necessidade de uma tomada de consciência acerca do papel dos *media* para a construção do espaço público como também o imperativo de legitimar, a cada passo, as acções dos profissionais da informação. A história do jornalismo está, porventura, repleta de momentos em que este processo de

legitimação é particularmente problemático. Os períodos de guerra, os escândalos políticos, os casos de polícia, as tragédias naturais e humanas, de certo modo, todos os casos de forte carga emotiva são, por norma, muito comprometedores para os jornalistas, pelo que, nesses momentos, não é já surpresa que eles se vejam a braços com um intensivo escrutínio, promovido nas colunas de jornais. Sobretudo em acontecimentos que crescem à medida que são relatados pela comunicação social, parece tornar-se cada vez mais consciente o facto de que os jornalistas podem intervir directamente no curso dos acontecimentos. A mediatização de processos de natureza judicial tem-se mostrado muito propícia à questionação do jornalismo. Ao olhar para a década em análise, dir-se-ia que as relações entre os *media* e a Justiça foram especialmente controversas, sendo o mote, em muitos casos[205], para a exposição do jornalismo e das condutas dos jornalistas no espaço público. É a um desses casos, o do processo "Casa Pia", despoletado durante a década em análise, que lançamos o olhar no ponto seguinte, procurando, pela leitura do que sobre os jornalistas se disse nos jornais, perceber o alcance do debate gerado pela implicação dos jornalistas no desenrolar dos acontecimentos, motivados precisamente pelo trabalho de investigação jornalística. Elegemos, na verdade, este caso por ele ser o resultado bem evidente do que sugeríamos no capítulo anterior: a possibilidade de o jornalismo intervir na actualidade e de o relato jornalístico ser, não apenas o espelho da realidade, mas mais activamente um agente operando sobre ela.

2. Um caso... de críticas ímpias?

No Verão de 1996, um escândalo de pedofilia abalou a Bélgica e congregou a sociedade belga no luto pela morte chocante de quatro crianças. Os acontecimentos, que na comunicação social ficaram conhecidos pela designação de "Affaire Dutroux", inflamaram os ânimos e

[205] Servirão de exemplo destes casos os escândalos de corrupção no desporto, como o caso do "Apito Dourado", de escândalos políticos, de que o caso Leonor Beleza denunciado em 1992 é, provavelmente um dos mais emblemáticos, embora nos possamos referir também ao caso das FP-25, ao caso Melancia, ao caso Universidade Moderna, aos inúmeros casos de corrupção nas autarquias (Felgueiras, Marco de Canavezes, Águeda, Oeiras...) e, como realçamos neste trabalho, ao caso "Casa Pia".

exaltaram emoções em todos os *media*. No Outono de 2002, um outro escândalo de pedofilia carregou Portugal de uma angústia em tudo semelhante, embora não marcada pelo peso da morte, reunindo a sociedade portuguesa num quase generalizado sentimento de indignação. Os acontecimentos, que nos *media* portugueses seriam identificados como o "Caso Casa Pia", inflamaram o génio popular e provocaram uma agitação mediática quase sem precedentes no nosso país, sobretudo por causa do envolvimento de figuras públicas de reputação até então inquestionável.

Um e outro escândalos animaram entre académicos, profissionais dos *media*, políticos e críticos um debate em torno do papel e dos modos de agir do jornalismo. Questões como a proximidade, a exactidão, o sensacionalismo, a distinção entre informação e comentário puseram o jornalismo e os jornalistas na ribalta das atenções, tornando-os, por momentos, notícia e objecto do próprio discurso.

À semelhança do "Affaire Dutroux", também o tratamento informativo do "Caso Casa Pia" serviu de especial pretexto à questionação total do jornalismo. Nele se explicitaram os desígnios e uma suspeita sobre a perversidade do poder dos jornalistas. A propósito deste escândalo voltou para a ordem do dia a discussão acerca da necessidade ou não de impor limites à liberdade de actuação dos jornalistas. O debate fez-se na Assembleia da República, nos discursos políticos, na praça pública e nos próprios meios de comunicação social. Todos falaram do jornalismo e dos jornalistas, ora como heróis – cuja coragem e ousadia tornou visível um escândalo mantido na penumbra durante mais de duas décadas –, ora como figuras mais ou menos diabólicas que, excedendo, segundo alguns, o âmbito das suas competências, se arrogaram o direito de julgar na praça pública os que deveriam ser julgados em tribunal. Sob o olhar atento de críticos e analistas dos *media*, os jornalistas têm experimentado em todo este processo, ainda inacabado, a apreciação dos cidadãos que não condiz necessariamente com o reconhecimento límpido do mérito de estarem na origem da denúncia do escândalo. Pode dizer-

se que se acharam com surpresa sujeitos à crítica e observação que estavam habituados a exercer apenas sobre os outros agentes sociais.

Em termos mediáticos, a história começa na década de 1980, com uma reportagem publicada, em Julho de 1981, pelo semanário Tal & Qual, que podia já nessa altura ter feito estremecer o país. No entanto, o título "Prostituição masculina tinha mercado na Casa Pia" passou despercebido e o assunto não durou mais do que a própria edição daquele dia 11 de Julho. Nem mesmo o subtítulo "Senhores iam lá abastecer-se de miúdos" foi, naquela altura, suficientemente forte para antecipar a "tempestade" que 21 anos depois se abateria sobre a opinião pública portuguesa. A investigação do jornalista do Tal & Qual, Luís Marques, que procurou as justificações para a substituição de Peixoto Simões na Provedoria da Casa Pia na semana anterior, perdeu rapidamente o fôlego tendo sido ignorada por todos os outros meios de comunicação social. O assunto adormeceu por mais de duas décadas, até que, em 2002, novos factos deram aos jornalistas o mote para retomar a investigação.

Ao contrário do sucedido em 1981, a reportagem noticiada pela SIC, no dia 22 de Novembro de 2002 e publicada no semanário Expresso no dia seguinte com a assinatura de Felícia Cabrita[206] propaga-se rapidamente a todos os outros órgãos de comunicação social, fazendo adivinhar que o assunto «ia tornar-se o acontecimento mais marcante do ano» (Ivo, 2003:19). O título "Pedofilia sem castigo", amplificado pela televisão e pelo seu efeito aglutinador, haveria então de despertar os portugueses para o crime que todos ignoraram durante mais de 20 anos.

Cinco dias depois, um novo trabalho de investigação, desta vez da revista Visão, intitulado "Pesadelo Escondido"[207], acrescenta mais alguns dados, nomeadamente no que concerne a datas e a registos documentais de acusações anteriores de abuso sexual na instituição, envolvendo sempre a figura do funcionário Carlos Silvino. Conhecido a partir da sua

[206] CABRITA, Felícia (2002) – "Pedofilia sem castigo", in Expresso, edição de 23 de Novembro

[207] "Pesadelo Escondido", in revista Visão, edição de 28 de Novembro de 2002. Trabalho assinado por Paulo Chitas e Ricardo Fonseca.

detenção em 25 de Novembro de 2002 como "Bibi", Carlos Silvino é acusado por Teresa Costa Macedo, ex-secretária de Estado da Família, em declarações à jornalista Felícia Cabrita, de ser «o principal agenciador de crianças para as pessoas ilustres»[208] de Portugal. A afirmação retomada numa intervenção na televisão no dia seguinte ganha contornos polémicos no momento em que a ex-secretária de Estado que tutelou a instituição Casa Pia acrescenta estar-se perante uma rede de pedofilia de luxo que envolve políticos, diplomatas, jornalistas e nomes importantes.

Duas semanas depois do primeiro trabalho, Felícia Cabrita dá conta de novas pistas[209], baseadas em testemunhos que levam a crer que a rede de pedofilia pode ter conexões com casos noutras instituições como a Casa do Gaiato e algumas escolas secundárias. Até ao final do ano de 2002, a comunicação social acrescenta diariamente novas revelações, mantendo o assunto na agenda da atenção nacional.

Em termos mediáticos o "Caso Casa Pia" consegue novo pico de audiências, no dia 31 de Janeiro, um dos mais compridos do processo, resultando na detenção do ex-advogado de Carlos Silvino, Hugo Marçal[210], do médico Ferreira Diniz e, porventura para espanto de todos os portugueses, de Carlos Cruz, que em 28 de Novembro se tinha manifestado nos três telejornais da noite das televisões portuguesas (RTP, SIC e TVI) estupefacto pelo envolvimento do seu nome no processo de pedofilia. No dia seguinte, 1 de Fevereiro, a TVI emite uma reportagem com depoimentos de dois jovens anónimos que envolvem nas acusações o nome dos três detidos. Os dias seguintes são de publicação de pormenores, de pequenos detalhes da investigação e da revelação de motivos que conduziram à detenção sobretudo de Carlos Cruz. Até ao final de Março, os *media* dão conta quase diariamente de notícias e *fait-divers* relativos à existência de vídeos e fotos, de novos testemunhos e da existência de um eventual sósia de Carlos Cruz.

---

[208] In Expresso de 23 de Novembro de 2002.
[209] CABRITA, Felícia (2002) – "Polícia com novas pistas" – in jornal Expresso, edição de 7 de Dezembro
[210] Hugo Marçal foi, porém, libertado mediante o pagamento de uma fiança.

No início de Abril, uma nova detenção dá novo fôlego ao processo nos jornais, a que se juntou a euforia das rádios e das televisões. Manuel Abrantes, ex-provedor adjunto da Casa Pia é detido preventivamente no dia 1, depois de ter sido submetido a interrogatório. Mas os dias seguintes são de novo de grande protagonismo para Carlos Cruz. O ex-apresentador de televisão faz chegar ao Diário de Notícias e à TSF[211] uma carta em que afirma que os testemunhos que conduziram à sua prisão preventiva são falsos, mentirosos e não credíveis. A comunicação social explora a carta até à exaustão, chegando-se ao extremo de estações de televisão fazerem emissões e reportagens da própria emissão da TSF.

Até ao fim de Maio de 2003, a história da Casa Pia escreve-se com mais algumas detenções preventivas, nomeadamente a de Hugo Marçal, a do ex-embaixador Jorge Ritto e, de novo para surpresa geral, do deputado socialista Paulo Pedroso[212]. No dia 30 de Maio, Herman José é ainda constituído arguido do processo. O Verão que se segue é praticamente um tempo de férias no processo, apenas animado pelas intrigas de um weblogue, intitulado "Muito Mentiroso", cujo conteúdo foi uma ou outra vez divulgado pela imprensa.

Em Outubro, um ano depois do desencadeamento do processo na praça pública, os factos voltam a animar os títulos dos jornais. É o mês de duas libertações: a de Paulo Pedroso, que, por sinal, gerou um furor mediático sem precedentes[213], e dez dias depois, a de Hugo Marçal. Até ao final do ano, a novidade do processo abrevia-se na formalização da acusação, mas a polémica reacende-se nas primeiras horas de 2004. No primeiro dia do ano, o Jornal de Notícias noticia a anexação ao processo de uma carta que indicia o envolvimento do Presidente da República no escândalo. Os dias seguintes são de viragem do feitiço contra o feiticeiro: a

[211] "Em minha defesa", in Diário de Notícias de 17 de Abril de 2003. A referida carta de Carlos Cruz desencadeou a proibição judicial relativamente à prestação de declarações públicas e motivou uma reacção de Pedro Namora no jornal Correio da Manhã intitulada "Em prol da verdade" (Correio da Manhã, 24 de Abril de 2003)

[212] A revista Visão edita um suplemento especial de 16 páginas sobre o escândalo de pedofilia, dando especial destaque à detenção do ex-ministro Paulo Pedroso. "Crime ou Cabala?", Visão de 22 de Maio de 2003

[213] Logo após a sua libertação, Paulo Pedroso dirige-se para a Assembleia da República e é recebido com emoção por inúmeros deputados. A recepção é transmitida em directo pelas televisões e posteriormente criticada por analistas e políticos que contestam a encenação de inocência a que o ex-ministro se terá prestado.

comunicação social e os jornalistas são, por causa destas informações, objecto de crítica e reprimendas públicas.

A Primavera de 2004 floresce com libertações. No dia 2 de Abril, é decretada a libertação do ex-embaixador Jorge Ritto e um mês depois a libertação de Carlos Cruz, logo seguida da de Manuel Abrantes. No final do mês é conhecida a lista dos arguidos que vão a julgamento, sabendo-se que ficam dispensados da barra do tribunal Paulo Pedroso, Herman José e Francisco Alves. Quanto ao processo propriamente dito, o caso Casa Pia entra numa fase mediática de aparente estagnação, apanágio dos meses de Verão e férias. Considerado por muitos, porém, como estando longe do fim, o escândalo de pedofilia volta a surpreender a opinião pública em Agosto, ironicamente por causa dos próprios jornalistas. Várias cópias de cassetes roubadas ao jornalista Octávio Lopes do Correio da Manhã são distribuídas por vários órgãos de comunicação social. Contendo conversas telefónicas gravadas ilicitamente com fontes ligadas ao processo, as cassetes abrem uma nova polémica na história do processo, suspeitando-se que registam depoimentos violadores do segredo de justiça e comprometedores para as fontes, cujos nomes viriam a intrigar ainda mais a curiosidade, nomeadamente da classe política.[214]

Os desenvolvimentos entretanto verificados configuram aquilo que poderíamos chamar "o caso dentro do caso" ou o que a imprensa passa a chamar de "caso das cassetes roubadas". De facto, apesar de o Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas ter definido uma posição que pré-condenou a eventual publicação do conteúdo das cassetes e de o próprio jornalista empreender diligências judiciais no sentido de impedir a divulgação do material roubado, o semanário Independente precipita os acontecimentos seguintes publicando a transcrição de parte das conversas de Octávio Lopes com as suas fontes. À demissão de Adelino

[214] De acordo com uma notícia divulgada pelo *publico.pt* no dia 7 de Agosto de 2004 ("Gravações feitas por jornalista no âmbito do caso Casa Pia agitam meios judiciais"), as gravações reportam-se a contactos efectuados com Rosa Mota (inspectora), Adelino Salvado (ex-desembargador), Catalina Pestana, Pedro Namora e Adelino Granja, Figueiredo Lopes (penalista), Maria José Morgado (procuradora-geral adjunta), Sara Pina (assessora de imprensa da Procuradoria Geral da República) e Proença de Carvalho.

Salvado, segue-se então a demissão de Sara Pina, bem como invariáveis condenações públicas pela violação do segredo de justiça. Assim se confirma a tese que assegura que "o processo da Casa Pia revelou também a crise da imprensa portuguesa»[215].

O "Caso Casa Pia" abateu-se sobre Portugal e os portugueses como uma nuvem de chumbo. A nuvem que, para Nuno Ivo e Óscar Mascarenhas, é como aquelas que se avoluma, se aproxima e «parece que é a única coisa que se move» (Ivo, 2003:14). Mas não foi só do abalo emocional do público que se carregou esta nuvem. Ela ensombrou também, por momentos, às vezes longos, o jornalismo e os jornalistas, ameaçando-os com raios e coriscos. A ideia romântica do jornalismo como inteiramente dedicado à causa social[216] foi muitas vezes duramente ferida de interrogações. Na verdade, se, por um lado, a projecção pública do escândalo assegurou aos jornalistas, com especial protagonismo da jornalista Felícia Cabrita do jornal Expresso, elogios cerrados ao papel que desempenham de vigilantes atentos, por outro, a persistência na investigação, às vezes à custa de procedimentos eticamente discutíveis, valeram-lhe algumas das mais intimidantes críticas. O certo é que, tendo contribuído para confirmar o verdadeiro poder dos *media* nas sociedades contemporâneas, a mediatização do processo Casa Pia acabou por condenar o jornalismo português a uma das mais constrangedoras exposições públicas.

Cedo se percebeu, aliás, que o papel desempenhado pela comunicação social relativamente a este caso não seria minoritário sendo previsível uma eventual interferência na imagem pública do processo. A primeira reportagem de Felícia Cabrita foi conhecida a 23 de Novembro de 2002 e logo cinco dias depois a direcção editorial do jornal Público se pronunciava sobre "O Lugar dos Media e o Lugar da Justiça"[217]. No texto, a direcção dizia que «os *media* não

[215] Esta é uma das ideias defendidas por Pedro Lomba num artigo publicado no *Diário de Notícias* de 17 de Agosto de 2004, sob o título "Um processo, duas crises".

[216] Assim se referiu Joaquim Vieira, director do Observatório da Imprensa portuguesa ao jornalismo numa conferência sobre a cobertura jornalística do processo Casa Pia e o jornalismo de investigação. Joaquim Vieira defendeu que este lado romântico impele os jornalistas a levar a investigação de uma história até ao seu limite.

[217] "O Lugar dos Media e o Lugar da Justiça", Editorial do *Público* de 28 de Novembro de 2002.

podem ser um circo romano. Nem realizar julgamentos sumários» e criticava o linchamento público de um dos acusados do processo. Uma semana depois da reportagem que desencadeou a mediatização do caso, o semanário Expresso publicava também uma nota Editorial reconhecendo que o pesadelo da Casa Pia se tornou «num grande fenómeno mediático»[218]. Tecendo uma crítica aos excessos televisivos, a direcção do semanário admitia, porém, que nenhum meio escapou à tentação de explorar o fenómeno ao máximo. Constatava-se, então, que, apesar de ser próprio do jornalismo uma atitude obstinada pela procura dos factos que permitem uma aproximação à verdade, na imprensa, na rádio e na televisão «nem sempre se respeitaram os limites».

Dezembro de 2002 foi, para todos os efeitos, o mês de maior exposição pública dos jornalistas durante este caso. Quase diariamente, artigos de opinião e colunas de análise questionaram o papel dos jornalistas e os limites do jornalismo, bem como a relação entre os *media* e a justiça. Essa era aliás uma das críticas de Maria Elisa Domingues, no Diário de Notícias, que alertava para o facto de «os *media*, no seu desejo de informar», terem «confundido a sua missão com a da justiça»[219]. No mesmo dia e no mesmo jornal, Francisco Azevedo e Silva admitia que «a denúncia e a indignação, transmitida através da palavra ou da imagem», não dão aos jornalistas «o direito de violar a privacidade das vítimas ou de estigmatizar crianças e adolescentes, criando um outro tipo de vítimas»[220]. Numa síntese preliminar das primeiras manifestações relativamente ao trabalho dos jornalistas, poderíamos constatar com Francisco José Viegas[221] que se manifestaram sobre a conduta dos jornalistas três tipos de opiniões: «os que pensam que a imprensa fez o seu trabalho; os que pensam que a imprensa exagerou, cometeu erros, cedeu à tentação de se escandalizar; finalmente os que acham que a imprensa devia ter sido mais morigerada e sensata – não se escandalizando».

---

[218] "A tragédia como espectáculo", Nota Editorial do *Expresso* de 30 de Novembro de 2002.
[219] DOMINGUES, Maria Elisa (2002) – "A pedofilia e os media" – in jornal Diário de Notícias, edição de 1 de Dezembro
[220] SILVA, Francisco Azevedo (2002) – "Indignações" – in jornal Diário de Notícias, edição de 1 de Dezembro
[221] VIEGAS, Francisco José (2002) – "Sociedade de cavalheiros" – in Jornal de Notícias, edição de 12 de Dezembro

No entanto, apesar de como disse João Amaral, no Expresso[222], se esperar que a primeira palavra dirigida aos órgãos de comunicação social nunca fosse uma palavra de reprimenda, mas antes uma palavra de louvor, a verdade é que a cobertura jornalística do processo Casa Pia tem sido, na opinião ora expressa ora implícita, «mais um momento alto de degradação do espectáculo mediático» (Pereira, 2002)[223]. Sendo certo que «se não fosse a comunicação social, ainda o caso se arrastaria pelos silêncios que sobre ele pesaram durante tantos anos» e que «foi o poder dos "*media*" que mostrou a grosseira negligência com que foi encarada esta situação» (Amaral, 2002)[224], o balanço entre as apreciações de aplauso e as de reprovação é claramente desequilibrado, pendendo para as desaprovações o maior número de juízos manifestados publicamente sobre o desempenho profissional dos jornalistas.

As palavras "abuso" e "exagero" são, neste contexto, usadas com frequência logo nos primeiros dias da mediatização da investigação, o que evidencia uma consciência de que nem tudo são virtudes no trabalho dos jornalistas. Júlio Machado Vaz[225], por exemplo, uma semana depois do desabrochar do escândalo, refere-se a «exageros que privilegiam o acessório em detrimento do essencial»[226] e a um «delírio exibicionista, disfarçado de "imperativo ético de informar"». Ainda no que se refere a abusos e exageros, no mesmo artigo Júlio Machado Vaz sustenta que «o direito – e a obrigação! – de mostrar não justificam a exploração da dolorosa memória de pessoas, a repetição *ad nauseam* de determinadas imagens e vocábulos, a insistência na busca do pormenor escabroso que nada acrescenta ao já dito, a transformação de noticiários em meros peões das estratégias de contraprogramação, o quase completo desinteresse por uma abordagem mais reflectida dos temas». Por seu lado, Alfredo Barroso

[222] AMARAL, João (2002) – "A força dos media"
[223] PEREIRA, José Pacheco (2002) – "A Caminho do Terceiro Mundo" – in jornal Público, edição de 5 de Dezembro
[224] AMARAL, João (2002) – "A força dos media"
[225] VAZ, Júlio Machado (2002) – "Lixofilia" – in Jornal de Notícias, edição de 4 de Dezembro
[226] A mesma ideia de confusão entre o essencial e o acessório foi defendida por Paulo Cunha e Sá, num artigo intitulado "O Factor Media", (no Diário de Notícias de 26 de Outubro de 2003) em que sustenta que «o factor *media* vive da amplificação do acessório e da desvalorização do essencial».

considerou, em matéria de abusos, que «ao abuso físico se acrescenta o abuso mediático, sem qualquer respeito pelo sofrimento e pela fragilidade de vítimas indefesas»[227].

Não se reportando a abusos em concreto, José Pacheco Pereira também se mostrou desde o início céptico em relação ao papel desempenhado pelos jornalistas. Na edição de 16 de Fevereiro de 2003 do programa "Flash Back" da TSF, o ex-deputado europeu criticava duramente o trabalho dos jornalistas no início da cobertura do processo, defendendo que, da mesma forma que há sistemas de controlo de qualidade alimentar, também deveria haver um sistema mais eficaz de controlo da qualidade da informação produzida pela comunicação social. Quanto a intenções e "expedições missionárias" eventualmente empreendidas pelos jornalistas em nome da verdade e da investigação, já no final do ano anterior, Pacheco Pereira dizia não acreditar «um átomo em qualquer intenção altruísta no seu [do escândalo Casa Pia] tratamento comunciacional» (Pereira, 2002)[228]. No mesmo artigo, o político dizia mesmo que «hoje não é o poder político o principal mecanismo de impunidade dos poderes e dos criminosos – é a comunicação social e os seus métodos» (*ibidem*).

Como dizíamos atrás, uma parte considerável dos discursos analíticos do trabalho da imprensa no tratamento deste caso encerra um tom francamente crítico, nomeadamente no que concerne a alguma confusão entre as funções da Justiça e as da comunicação social. Mário Mesquita, por exemplo, defendeu que «os julgamentos no pequeno ecrã ou nas páginas dos jornais não podem substituir as investigações judiciárias e, muito menos, os tribunais»[229]. Apesar disso, nem só de observações negativas se fez a análise ao trabalho e ao papel dos jornalistas. Repudiando a ideia de se criar constrangimentos à liberdade de imprensa, Alberto Gonçalves, por exemplo, sustentou a tese de que «por muitos inconvenientes que provoque, uma imprensa livre e ocasionalmente "sórdida" é mil vezes preferível a uma imprensa ordeira e muda»

[227] BARROSO, Alfredo (2002) – "Em directo da Latrina" – in jornal Expresso
[228] PEREIRA, José Pacheco (2002) – "A Caminho do Terceiro Mundo" – in jornal Público, edição de 5 de Dezembro
[229] MESQUITA, Mário (2002) – "Quem não salta é... pedófilo" – in jornal Público, edição de 8 de Dezembro

(2002)[230]. Mais firme ainda, Manuel Vilaverde Cabral garantiu mesmo que «a única instituição que funcionou foi a comunicação social», bendizendo-a por, por uma vez, ter rompido «a conspiração do silêncio» (2002)[231].

Não obstante alguns destes elogios, na maioria tímidos, foi sobretudo de observações contestatárias e de reprimenda que se fez a avaliação do trabalho dos jornalistas a partir do momento em que o insólito episódio das "cassetes roubadas" agravou o descrédito da comunicação social em matéria de relações com a Justiça. Apelidado de "polémica de Verão" por João Marcelino, na altura director do jornal Correio da Manhã, o roubo das cassetes inspirou inúmeras considerações ético-deontológicas que, no conjunto, configuram um apelo a uma mais rigorosa regulação da actividade dos profissionais da informação.

A condenação da gravação de modo ilícito foi praticamente unânime[232]. De colegas da profissão a magistrados, todos os que se pronunciaram desaprovaram a conduta de Octávio Lopes. O próprio repórter, na carta que enviou aos órgãos de comunicação, proibindo a publicação do seu trabalho, admitia que o suporte era de "proveniência criminosa". João Marcelino, no editorial que assinava no dia 8 de Agosto[233], sugeria que a publicação ou não do conteúdo das cassetes seria «um teste individual à classe, ao respeito dos jornalistas uns pelos outros e pela salvaguarda das respectivas fontes». Assim colocados à prova, os directores de informação manifestavam-se, na generalidade, contra o uso de gravações não autorizadas[234]. Cáceres Monteiro dizia ao jornal Público ser «absolutamente inaceitável fazer gravações sem que isso seja acertado com a pessoa com quem se está a conversar. Permitir que essas gravações vão à mão de terceiros é», para o ex-director da revista Visão, «ainda mais grave». Por seu lado,

[230] GONÇALVES, Alberto (2002) – "Liberdade a mais" – in jornal Correio da Manhã, edição de 6 de Dezembro
[231] CABRAL, Manuel Vilaverde (2002) – "No reino da impunidade" – in jornal Diário de Notícias, edição de 6 de Dezembro
[232] Apenas Óscar Mascarenhas salvaguardou que a gravação pode ter alguma legitimidade se estiverem em causa o interesse público e a segurança do jornalista.
[233] MARCELINO, João (2004) – "Um crime de objectivo claro" – in jornal Correio da Manhã, edição de 08 de Agosto
[234] "Directores de informação contra uso de gravações não autorizadas" (Cátia Candeias e Clara Raimundo), in *Público* de 13 de Agosto de 2004.

José António Saraiva, à altura director do semanário Expresso considerava gravíssimo que algum jornal publicasse «material obtido de forma ilícita». José Gomes Ferreira, sub-director da SIC, revelava que, a optar-se pela publicação, se estaria «a violar o sigilo do jornalista, o direito à protecção das fontes e a ser conivente com crimes de violação do segredo de justiça e de roubo de informação». Apenas José Rocha Vieira, director da revista Focus[235], dizia crer que a divulgação das conversas permitiria «demonstrar que as violações do segredo de justiça começam antes dos jornalistas». O certo é que o semanário Independente desafiou todos os limites e acabou por publicar a transcrição de parte do conteúdo das cassetes. João Marcelino, que dirigia o jornal envolvido na polémica, não tardou em classificar a publicação de «acto nojento do ponto de vista ético e deontológico da profissão»[236]. Por seu lado, Octávio Lopes acusou a directora daquele semanário de ter pactuado com os bandidos[237]. Estrela Serrano, citada pelo Diário de Notícias[238], considerava ainda antes da transcrição do Independente, estar-se perante a discussão de «três coisas ao mesmo tempo: a ilegalidade das gravações, a questão das fontes e o conteúdo das gravações». Abrangendo mais do que estas "três coisas", Vital Moreira tocava, na coluna que semanalmente assina no jornal Público[239], naquele que aventamos ser o debate central para o jornalismo depois do processo de pedofilia: a exigência de «mecanismos de autodisciplina profissional». Considerando o «triste estado da deontologia do jornalismo em Portugal», o jurista considerou estar de novo em causa «a falta de instrumentos de responsabilização e de punição dos ilícitos disciplinares dos jornalistas»[240].

---

[235] A revista *Focus* foi o primeiro órgão de informação a receber uma providência cautelar, que proibia a publicação de qualquer notícia relativa às cassetes e ao seu proprietário.,

[236] MARCELINO, João (2004) – "O *Independente* de Serra Lopes" – in jornal Correio da Manhã, edição de 14 de Agosto

[237] LOPES, Octávio (2004) – "Pactuou com os bandidos" – in jornal Correio da Manhã, edição de 14 de Agosto

[238] GASPAR, Miguel (2004) – "Quando o anonimato fixa a agenda" – in jornal Diário de Notícias, edição de 10 de Agosto

[239] MOREIRA, Vital (2004) – "O jornalista, o polícia e o procurador" – in jornal Público, edição de 17 de Agosto

[240] Esta foi também a opinião que o próprio ira expressou na edição de 09 de Agosto de 2004 do programa "Clube de Jornalistas" da *2:*, dedicado ao tema das "cassetes roubadas".

3. Jornalistas em *acto de contrição*?

Criada para mediar as relações entre o jornal e o seu público, a figura do Provedor dos Leitores tem na base da sua fundação uma intenção de ser, de algum modo, um desses "mecanismos de autodisciplina profissional". Particularmente incisiva, Estrela Serrano, que ocupou o cargo no Diário de Notícias até ao início de 2004, foi das mais insistentes na crítica ao tipo de jornalismo exercido na cobertura do caso Casa Pia. Segura de que «o lugar do jornalismo é o da procura da verdade», a professora de jornalismo foi, por isso, firme a garantir que «a liberdade de imprensa e o dever de informar não autorizam tudo», sendo que «o uso de depoimentos e imagens não essenciais à compreensão da informação é um uso irresponsável da liberdade de imprensa»[241]. Apesar de reconhecer que «uma das funções mais nobres do jornalismo é fazer funcionar a democracia», a ex-Provedora dos Leitores não poupou críticas à actuação dos jornalistas. Na primeira coluna que dedicou ao caso de pedofilia, sugeria que «o horror se transferiu da Casa Pia para os ecrãs da televisão e, em alguns casos, para as páginas dos jornais. A agressão de que são vítimas, desde há 20 anos, crianças indefesas repete-se agora como alimento de audiências» (*ibidem*).

Denunciando a «avalanche de testemunhos, repetidos até à exaustão», também a Provedora se pronunciou sobre a confusão entre o essencial e o acessório e alertou para o risco de este tipo de jornalismo «se tornar pasto de interesses alheios ao dever de informar». Para Estrela Serrano, ao bom jornalismo «basta um trabalho atento e vigilante, feito de bom senso e serenidade». Recorrendo com frequência ao exemplo da cobertura jornalística do caso Casa Pia, Estrela Serrano questionou, inúmeras vezes, durante o último ano e meio do exercício da função de Provedora, o jornalismo e as suas regras. Em Setembro de 2003 voltou a pronunciar-se sobre os métodos usados por jornalistas, criticando a prática generalizada de notícias com uma única fonte e o uso sistemático de fontes não identificadas[242]. No mesmo mês, Estrela Serrano admitia

[241] SERRANO, Estrela (2002) – "O lugar do jornalismo" – in jornal Diário de Notícias, edição de 2 de Dezembro
[242] SERRANO, Estrela (2003) – "O jornalismo em questão" – in jornal Diário de Notícias, edição de 8 de Setembro

ainda que as regras do jornalismo foram demasiadas vezes ignoradas na cobertura do processo Casa Pia e afirmava que não é função do jornalismo «constituir-se como força de pressão sobre instituições ou pessoas»[243].

Num texto em que apontava os desafios para o ano de 2004, Estrela Serrano referiu-se novamente à mediatização do processo Casa Pia., considerando que ele «espelha o "caos informativo" que caracteriza as sociedades democráticas dos nossos dias»[244]. Traçando um cenário indiscutivelmente pessimista, a ex-Provedora garantia que «são escassas as possibilidades de os cidadãos virem a ser informados com rigor sobre os factos ocorridos», embora, em seu entender, fosse importante «que os media ajudassem os portugueses a conhecer o que, na realidade, se passou na Casa Pia e também a conhecer os interesses que se escondem por detrás da manipulação da informação que envolve este caso» (*ibidem*).

Por seu lado, dois Provedores dos Leitores, em funções apenas desde o início de 2004, teceram também algumas considerações acerca da cobertura mediática do processo de pedofilia. Poucos dias depois da abertura da fase de instrução do processo, Manuel Pinto recuperava uma preocupação constante nas intervenções de Estrela Serrano, alertando, na coluna que assinava no Jornal de Notícias na qualidade de Provedor, para o «cuidado a ter na relação com as fontes informativas e no tratamento jornalístico das informações veiculadas por essas mesmas fontes»[245]. Considerando a quase obrigatoriedade de publicar diariamente informação sobre o processo, Manuel Pinto reconhecia neste texto que «a matéria é complexa, mexe com valores que sustentam a sociedade, implica pessoas de grande visibilidade e poder de influência, pelo que é fácil cair na lógica do folhetim».

No dia seguinte, também o Provedor dos Leitores do jornal "Público" se pronunciava sobre o paradigmático "caso Casa Pia". Referindo-se às virtudes da mediatização do processo,

[243] SERRANO, Estrela (2003) – "Uma subtil pressão" – in jornal Diário de Notícias, edição de 22 de Setembro
[244] SERRANO, Estrela (2003) – "Desafios para 2004" – in jornal Diário de Notícias, edição de 27 de Dezembro
[245] PINTO, Manuel (2004) – "Uma atenção redobrada à cobertura do 'caso Casa Pia'" – in Jornal de Notícias, edição de 6 de Março

Joaquim Furtado considerava que «os méritos jornalísticos da revelação sobrelevam, sem os apagar, os erros entretanto cometidos que, contudo não podem ser atribuídos por igual a uma Comunicação Social que é desigual» (2004)[246]. Ainda assim, salvaguardava que «os acontecimentos recentes mostraram como nem sempre foi devidamente observado o respeito pelos direitos em presença, desde a insuficiente protecção da identidade de crianças (...) até à exposição pública de nomes que nem sequer constam de processos judiciais» (*ibidem*).

Desdobrada em espectáculo[247], a crise da Casa Pia alastrou-se aos *media*, atingindo-os com agressivos tons de condenação. Especialmente criticada, a Televisão motivou as mais duras críticas, enunciadas, por exemplo, por Eduardo Cintra Torres. Segundo ele[248], «a TV exagerou nos comentários desnecessários» e «na incrível repetição de reportagens». «A TV exagerou em não precaver a linguagem» e na novelização. Pior que tudo isto, «a TV aproximou-se de um julgamento popular». Já Alfredo Barroso (art. cit.) dizia que «a televisão promove o exibicionismo de alguns "protagonistas" e explora o "voyeurismo" e os baixos instintos da turbamulta, com grande cópia de pormenores indecentes e escabrosos»[249].

Na verdade, possuindo «o condão de funcionar no duplo de registo da satisfação "voyeurista" e do fomento da indignação»[250], a televisão foi o meio de comunicação mais exposto às severas críticas publicadas nos jornais. Num texto intitulado "A usurpação televisiva", Artur Costa considerava que «as televisões devassam, de uma forma escandalosa, para não dizer violenta, o que de mais íntimo e que, por isso, mais refractário deveria ser a uma intromissão das câmaras»[251]. Embora muito pouco se tenha dito nas televisões a propósito do tipo de cobertura empreendida pelos jornalistas no processo de pedofilia, o certo é que os maiores

[246] FURTADO, Joaquim (2004) – "Inocente até que..." – in jornal Público, edição de 7 de Março
[247] Assim a classificou Mário Mesquita num artigo intitulado "O 'Ballet' cinzento da democracia", in jornal Público de 8 de Junho de 2003.
[248] TORRES, Eduardo Cintra (2002) – "Excessos da TV ou Receios do Poder?" - in jornal Público, edição de 3 de Dezembro
[249] BARROSO, Alfredo (2002) – "Em directo da Latrina" – in jornal Expresso
[250] MESQUITA, Mário (2002) – "Este artigo não é sobre a Casa Pia" – in jornal Público, edição de 1 de Dezembro
[251] COSTA, Artur (2003) – "A usurpação televisiva" – in Jornal de Notícias, edição de 18 de Setembro

exames visaram sobretudo as estações de televisão. Pela sua natureza propícia a euforias e disforias, a televisão suportou no âmbito das práticas metajornalísticas associadas ao "caso Casa Pia", a mais inclemente crítica de fomento do espectáculo e de aproximação ao julgamento popular.

Se, por um lado, é verdade que as televisões ignoraram o debate sobre o trabalho desenvolvido pelos jornalistas, por outro, também o é que a rádio, neste caso a TSF em particular, não se escusou a abordar a discussão no seu espaço de antena, tendo-lhe dedicado uma emissão do programa Fórum[252]. Especialmente aberto à participação do ouvinte comum, o programa exaltou, de novo, a crítica dirigida em especial à televisão. Diana Andringa, interveniente convidada no programa, constatava estar a ser violada a ética profissional, o bom senso e o bom gosto, admitindo haver também uma grande pressão sobre os jornalistas por parte das chefias das empresas, nomeadamente para que, em termos de audiências, «cada televisão bata o canal concorrente». Reportando-se às violações deontológicas, Diana Andringa apontava «violações ao código deontológico em vários aspectos, no rigor e na exactidão, na utilização das fontes, na presunção de inocência, na violação da privacidade e até nas condições de serenidade para a recolha de informação». Porém, insistindo na pressão a que os jornalistas estão sujeitos por questões comerciais, a jornalista dizia entender que «o que aconteceu foi a transformação em espectáculo de uma coisa que devia ser informação rigorosa, limpa e serena». O facto de a informação ser vista como mercadoria é, na opinião de Diana Andringa, a maior exigência sobre os jornalistas que parecem estar «obrigados a ter resultados». Forçados a directos, no "caso Casa Pia", os jornalistas passaram «longuíssimos minutos a tentar encher o vazio, apenas porque era previsto que lhes garantisse audiência» para um noticiário.

Apelidado de "jornalismo de sarjeta", o jornalismo português terá sido poucas vezes na história das últimas décadas tão humilhado. Questionados pela confusão que todos dizem ter

[252] Fórum TSF de 10 de Maio de 2004: "Como avalia o papel da comunicação social na cobertura jornalística do processo Casa Pia?" – programa conduzido por Manuel Acácio, onde intervieram, entre outros, Manuel Pinto (Provedor dos Leitores do JN) e Estrela Serrano (ex-Provedora dos Leitores do DN)

sido gerada entre o acessório e o essencial, os jornalistas foram também acusados de sobrepor o interesse comercial de maximizar audiências ao desejo de justiça, bem como de desprestigiarem a função investigadora do seu trabalho. Muitas foram, na verdade, as questões levantadas ao longo de inúmeros textos jornalísticos que tiveram o próprio jornalismo como objecto. Serão os jornalistas portugueses suficientemente formados para investigar um processo com a dimensão do da Casa Pia? É legítimo que os jornalistas se sobreponham às autoridades ou investiguem paralelamente assuntos judiciais para poderem falar do que estaria protegido pelo segredo de justiça? Que valor têm os depoimentos de fontes anónimas abusivamente citados e exibidos? O segredo profissional a que os jornalistas têm direito (em nome da protecção das fontes de informação) tem ou não limites? Deve ou não impor-se limites à liberdade de imprensa? Como devem ser as relações entre o jornalismo e a justiça? Que regulação/vigilância deve ser feita aos jornalistas? Ordem? Sindicato? Entidade independente? Um imperativo, pelo menos, parece ter ficado claro para o jornalismo e os jornalistas no decurso do processo: a exigência de regulação. Alguns esforços de auto-avaliação foram-se tornando evidentes, deles resultando o debate acerca das condutas dos profissionais e do papel desempenhado pelas instituições mediáticas de informação.

O primeiro de todos os debates na análise à cobertura jornalística do processo Casa Pia foi, como talvez não pudesse deixar de ser, o da relação entre a Justiça e os jornalistas. A história recente do jornalismo português está cheia de casos semelhantes que geraram equivalentes discussões. O "caso Melancia", em que o ex-governador de Macau Carlos Melancia era acusado de corrupção passiva, foi considerado como "um rebuçado político e mediático"[253]. O "caso Padre Frederico", que se reportava à condenação a 13 anos de prisão de um sacerdote brasileiro em funções na ilha da Madeira pelo homicídio de um jovem e pela prática de homossexualidade tentada com um menor, foi mais um exemplo do papel desempenhado pela comunicação social na divulgação de um processo que terminou anos mais tarde com a fuga do

[253] Dossier "Os Media e a Imprensa", in jornal Diário de Notícias, edição de 20 de Janeiro de 2002

sacerdote para o Brasil. Com ainda maior impacto mediático, o "caso Leonor Beleza" foi, na última década e antes do processo de pedofilia na Casa Pia, provavelmente um dos casos de mais nítida fricção entre os jornalistas e a Justiça. Paradigmático em questão de fugas do segredo de justiça, o processo dos hemofílicos contaminados com o vírus HIV, envolvendo a ex-ministra da Saúde Leonor Beleza, foi um dos expoentes máximos da condenação de uma figura pública no espaço mediático. Outro exemplo dos antagonismos evidenciados no relacionamento entre a Justiça e a Imprensa foi o "caso das FP-25". Arrastado pelos tribunais durante quase duas décadas, o processo foi dos mais mediáticos de Portugal. Mais recentemente, o "caso Moderna", envolvendo várias personalidades da vida social e política do país, não deixou esquecer as dificuldades de entendimento entre a necessidade de proteger informação relativa a processos em curso e o imperativo de divulgar informação supostamente de interesse público.

Invocada de novo a propósito do escândalo de pedofilia, a relação entre a Justiça e os *media* evidenciou ao longo da mediatização do processo «a incapacidade dos operadores judiciários para adequarem o exercício das suas competências à dinâmica de funcionamento dos media, nomeadamente, para evitarem que a previsível violação do segredo de justiça atinja a honra de pessoas e a credibilidade da própria justiça e do jornalismo» (Serrano, 2003)[254]. Mas se esta é, pelo menos uma das lições a tirar do esforço de auto-reflexão dos jornalistas, outras questões ficam, neste debate, sem resposta. Está ou não o jornalista a violar o segredo de justiça quando divulga informações que lhe foram fornecidas por fontes sem escrúpulos, cujo objectivo é defender interesses privados, e não servir o interesse público? Alguns críticos atalharam que os jornalistas têm o dever de gerir com bom senso as informações a que têm acesso, ponderando a pertinência da divulgação de todo o material de que são detentores. Outros, porém, atribuíram a responsabilidade de respeito pelo segredo de justiça às fontes oficiais e não aos jornalistas enquanto mediadores entre a informação e o público.

[254] SERRANO, Estrela (2003) – "Desafios para 2004" – in jornal Diário de Notícias, edição de Dezembro

Particularmente discutida no apogeu da crise mediática, quando a opinião pública tomou conhecimento da existência de gravações ilícitas com fontes que queriam manter o anonimato, a questão do segredo de justiça e dos limites que coloca à ânsia de informar tornou-se a "pedra de toque" da avaliação pública. A distribuição de cópias das cassetes do jornalista Octávio Lopes sobrevalorizou o dilema de saber qual dos imperativos se impõe: o de "guardar" o segredo de justiça (que aqueles que a ele estavam obrigados não cumpriram) ou o de informar acerca do que é de interesse público?[255] O director do jornal Público, José Manuel Fernandes[256], admitia que «há situações em que os jornais entendem que devem pisar o risco. São situações limite». No entanto, a revelação das conversas ilicitamente guardadas, apesar de tratarem de informações que violam o segredo de justiça de um dos casos mais mediáticos em Portugal, não é, para aquele jornalista, uma situação-limite. Outros, porém, como João Cândido da Silva[257] ou José Rocha Vieira[258], admitiram que a divulgação do material roubado permitiria, no mínimo, saber afinal quem viola o segredo de justiça ou provar que esta violação é anterior aos jornalistas. Finalmente, comentando o caso no Jornal Nacional da TVI no dia 8 de Agosto, Marcelo Rebelo de Sousa discordava da divulgação do conteúdo das conversas, «visto que o interesse público de noticiar uma certa realidade não implica que se difunda toda a realidade».

Embora o Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses estabeleça, à semelhança do que fundava a Declaração de Munique, aprovada em 1971, que «o jornalista não deve revelar, mesmo em juízo, as suas fontes confidenciais de informação, nem desrespeitar os compromissos assumidos excepto se o tentarem usar para canalizar informações falsas», o certo é que a protecção das fontes de informação foi também um dos temas mais

[255] Luís Delgado defendia no Diário de Notícias de 11 de Agosto de 2004 que a publicação do conteúdo se tinha tornado inevitável porque a demissão de Adelino Salvado provava que se tinha passado a aplicar o direito constitucional de "informar e de ser informado sem impedimentos".

[256] Citado num trabalho do próprio jornal Público de 13 de Agosto de 2004: "Directores de Informação contra uso de gravações não autorizadas".

[257] SILVA, João Cândido (2004) – "A primeira pedra" – in jornal Público, edição de 14 de Agosto

[258] Também citado pelo Público de 13 de Agosto de 2004.

problematizados na discussão sobre a cobertura mediática do processo Casa Pia. No entanto, de acordo com Estrela Serrano, «o respeito pela confidencialidade das fontes levanta (...) questões delicadas, entre as quais proporcionar ao informador a possibilidade de utilizar, em seu proveito, o segredo profissional do jornalista» (2003)[259]. Na opinião da ex-Provedora, «uma fonte pode sentir-se encorajada a divulgar informações que vão a favor ou contra os interesses de uma pessoa, instituição ou causa» (*ibidem*).

Os limites a este privilégio do segredo profissional têm também gerado controvérsia. Embora classicamente seja entendido como uma condição fundamental à procura da verdade, o segredo profissional não deve, de acordo com Estrela Serrano, ser invocado «para obter notícias escandalosas, protegendo informações anónimas». Ora, o escândalo de pedofilia na Casa Pia gerou infindas críticas, justamente pela protecção de fontes anónimas que, em testemunhos exibidos com ocultação da identidade, acusaram algumas das figuras ligadas ao processo dos mais sórdidos abusos de intimidade. Também por isso o sigilo profissional dos jornalistas tem sido olhado de viés por vários autores, nomeadamente Daniel Cornu que considera, em *Journalisme et Verité* (1994) que o uso abusivo do segredo profissional só revela a inexistência de ética profissional dos jornalistas.

João Marcelino, ex-director do Correio da Manhã, aproveitou o pretexto das cassetes roubadas a um jornalista da sua redacção para defender que «preservar estas pessoas [com quem se mantém conversas em off], que muitas vezes arriscam a estabilidade dos seus empregos e das suas vidas, é um dever ético e deontológico sagrado para todos os jornalistas dignos desse nome» (2004)[260]. Adjacente à protecção da identidade de fontes que exigem manter o anonimato, o caso do jornalista Octávio Lopes desencadeou duas questões fundamentais: por um lado, uma discussão acerca da licitude ou não das gravações; por outro, a legitimidade ou não de outros órgãos de comunicação para revelarem informações prestadas a outro jornalista.

[259] SERRANO, Estrela (2003) – "Desafios para 2004" – in jornal Diário de Notícias, edição de Dezembro
[260] MARCELINO, João (2004) – "Um crime de objectivo claro" – in jornal Correio da Manhã, edição de 08 de Agosto

Quanto à primeira, já nos referimos antes, a reprovação foi quase indiscutível e o debate encerraria por aí se apenas se soubesse da existência das gravações. Porém, a distribuição de cópias e o conhecimento de outros jornalistas do conteúdo das cassetes, levantou outras implicações, nomeadamente a da eventual invasão do sigilo profissional. Numa primeira reacção ao roubo, Óscar Mascarenhas invocava, na SIC Notícias, no dia 7 de Agosto de 2004, o número dois do Artigo 11º do Estatuto do Jornalista para garantir que quem tenha conhecimento de registos de fontes de informação obtidos por um jornalista, não as poderá divulgar sem autorização escrita do próprio jornalista. Três dias depois, em editorial, José Manuel Fernandes, comunicava assim a posição do jornal Público: «... não se revelam fontes nem se revelam conversas "off the record", isto é, conversas com fontes que pedem para não ser citadas. Da mesma forma, entendemos que é um crime de receptação utilizar material roubado e uma irresponsabilidade reproduzir conversas cujas datas e contexto desconhecemos» (2004)[261]. Numa posição mais institucional, o Sindicato dos Jornalistas anunciou, em comunicado[262], que «a disseminação ou realização de cópias, integrais ou parciais, constitui uma intolerável invasão do sigilo profissional do jornalista».

Apesar dos sucessivos apelos à contenção e ao bom senso, os jornalistas foram continuamente acusados de, em nome da denúncia e da indignação, violarem a privacidade das vítimas, não cumprindo o preceito do próprio Código Deontológico que estabelece o dever do jornalista de «não identificar, directa ou indirectamente, as vítimas de crimes sexuais e os delinquentes menores de idade», assim como o de se proibir «de humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor»[263]. Com testemunhos repetidos até ao esgotamento e descrições recheadas de pormenores, as reportagens, sobretudo televisivas, sobre os crimes de abuso sexual valeram a constatação de que se «escarafunchou até à exaustão na intimidade das vítimas e em toda a miséria social» (Barroso, 2002, art. cit.). Por muito que os jornalistas no seu conjunto, enquanto

[261] FERNANDES, José Manuel (2004) – "Regresso á Casa Pia" – in jornal Público, edição de 10 de Agosto
[262] Noticiado, entre outros, pelo jornal Correio da Manhã, de 12 de Agosto de 2004: "Sindicato contra divulgação"
[263] Ponto 7 do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses, aprovado em 4 de Maio de 1993

classe, digam abominar os abusos e as violações de privacidade das vítimas de crimes que escandalizam a opinião pública, o certo é que, com frequência a tentação de explorar os depoimentos e as informações que detinham foi superior ao princípio ético, nem sempre respeitado.

Menos consensual parece ser a questão da presunção de inocência, defendida no mesmo ponto do Código Deontológico. Na verdade, se todos concordam que um arguido não é ainda culpado, a questão complica-se quando o entusiasmo ou a indignação com que se tratam as informações acerca de alegados criminosos é, muitas vezes, já por si uma forma de condenação ou absolvição pública. Assim aconteceu com o processo de pedofilia e com praticamente todos os nomes envolvidos no escândalo. Apesar de todos os manuais de ética e deontologia defenderem a presunção de inocência como um dever inequívoco dos jornalistas, a fronteira entre a informação e a incitação a um julgamento com o público é, ainda, um dos contundentes equívocos do acto ou efeito de informar.

Levantada na Assembleia da República por Maria Elisa, então deputada mas também jornalista, a proposta de limitação da liberdade de imprensa foi amplamente discutida na margem ético-deontológica da cobertura empreendida pelos jornalistas ao escândalo. Apesar de amplamente defendida como uma das condições fundamentais para o exercício da função primordial dos jornalistas, a de garantir o direito à informação, de cada vez que a actividade da imprensa parece ameaçar a estrutura de um dos poderes democráticos, volta a ser tema central da polémica a discussão acerca dos eventuais limites à liberdade. Estrela Serrano, numa das suas colunas no exercício das funções de Provedora dos Leitores, foi adiantando ao debate a ideia de que «a liberdade de imprensa e o dever de informar não autorizam tudo» (2002)[264].

Rejeitada por quase todos os sectores da vida pública, a limitação da liberdade de imprensa acabou por ser apenas motivo de discussão breve. Com uma história recente em Portugal, a liberdade de imprensa parece assim ser ainda uma das conquistas intocáveis da

[264] SERRANO, Estrela (2002) – "O lugar do jornalismo" – in jornal Diário de Notícias, edição de 2 de Dezembro

democracia. De uma forma mais ou menos consensual, a liberdade do jornalismo é entendida como englobando a consciência plena das consequências do seu trabalho. Aliás, segundo Marc-François Bernier, «negá-las ou ocultá-las não é um acto de liberdade; será tanto uma confissão de incompetência como um sinal de carência ética» (Bernier, 1994:2). Neste sentido, vários foram os que se conformaram à ideia de que, embora não podendo ser posta em causa nem coarctada, a liberdade dos jornalistas não é absoluta, estando por isso sujeita a determinados deveres, como os da ponderação e da moderação.

Se lições houver a colher da experiência mediática deste escândalo, uma delas será naturalmente a noção de que o jornalismo e os jornalistas não estão mais isentos do julgamento público. Deles se espera que respondam pelos seus actos, assumindo moralmente a responsabilidade pela liberdade com que desempenham o seu ofício perante a comunidade, perante o público e perante as suas próprias consciências (Bernier, 1994:47). A incomparável multiplicação de textos de crítica e análise relativamente ao jornalismo desempenhado por ocasião do escândalo casapiano, porventura sem equivalente por ocasião de outros acontecimentos de projecção mediática, é, para nós, a prova da sujeição do jornalismo ao escrutínio público, matéria que desenvolvemos no próximo capítulo.

Numa altura em que voltou para a ordem do dia o modelo de regulação da comunicação social, o esforço pela auto-regulação afigura-se como a solução para o problema de legitimidade do jornalismo e dos jornalistas. Inflacionada por um certo descrédito no jornalismo de investigação[265], esta crise de legitimidade tem ocupado profissionais e académicos com a exigência de inverter a má impressão causada por condutas eticamente reprováveis. A urgência de mecanismos de auto-regulação, comprovada pelos efeitos de coberturas jornalísticas como a do processo de pedofilia, tem, por isso, estimulado a prática metajornalística, isto é, o discurso mediático sobre o próprio jornalismo. Colunas de análise periódica da actividade jornalística e a

[265] João Miguel Tavares considerava, no Diário de Notícias de 24 de Agosto de 2004, num artigo intitulado "Três Notas sobre Agosto" que «o jornalismo de investigação em Portugal não passa de um jornalismo de sedução».

vigilância de Provedores dos Leitores têm, na verdade, contribuído para superar a necessidade de uma entidade independente de observação e controlo dos jornalistas.

4. Jornalismo em causa própria

O chamado jornalismo de guerra é, desde o desenvolvimento de tecnologias que permitiram o relato de conflitos em directo, um dos tópicos mais estimulantes do debate em torno dos escolhos e dos desafios do ofício daqueles que têm por missão informar. Os riscos associados às movimentações dos jornalistas em campos de batalha são, com frequência, o fermento de notícias que enchem secções especializadas em *media.* O baleamento de uma jornalista da SIC e o sequestro de um repórter da TSF no Iraque, em Novembro de 2003, desencadearam na comunicação social portuguesa aquilo que, para efeitos desta análise, chamamos "jornalismo em causa própria". Empolgado, emocionado, eventualmente parcial, este relato jornalístico, novo entre nós, permitiu a problematização de questões ligadas à preparação dos profissionais da comunicação social para o desempenho de funções em circunstâncias adversas à livre movimentação. Diferente, portanto, do "Caso Casa Pia", o incidente com profissionais portugueses no Iraque mostrou como, ocasionalmente, os jornalistas podem ser não só objecto de crítica em colunas de opinião como, ao contrário do que defendem os manuais de jornalismo, protagonistas de notícias. O que, naturalmente, acontece apenas em situações de excepção. Situações porventura tão excepcionais como a guerra, em que os jornalistas são, na opinião de Mário de Carvalho, «sempre a parte mais vulnerável» (2003:183). Estranhos em terreno inseguro, ambiciosos por ofício e ávidos da notícia por obrigação, os jornalistas são, segundo muitos repórteres de guerra, uma presa fácil do acaso e da contingência de qualquer conflito, passíveis de protagonizar acontecimentos de interesse público.

O episódio de nove jornalistas portugueses no Iraque, por ocasião da guerra de 2003, é uma fiel ilustração do que pode acontecer quando o jornalista se torna o centro dos

acontecimentos relatados pelos *media*. Durante pelo menos quatro dias, todos os órgãos de informação fizeram aberturas de noticiários e manchetes de jornais, pelo que poderíamos dizer sem incorrer em exacerbações que o país vibrou com o risco e os perigos que enfrentaram os seus jornalistas num dos palcos mais sangrentos da actualidade. Durante pelo menos eses quatro dias, do Iraque ouviu-se sobretudo o tormento de três dos nove repórteres envolvidos no incidente. De outra guerra, portanto, se falou naqueles dias. Foi a guerra que Maria João Ruela travava com os ferimentos da bala que a atingiu e a guerra de Carlos Raleiras durante as 36 horas do seu sequestro. Noticiado com grande destaque, o incidente, provavelmente um dos mais mediáticos de sempre na história do jornalismo português em conflitos armados, tolheu, no entanto, os jornalistas num dos mais invulgares embaraços: o de serem eles próprios notícia e centro das atenções uns dos outros.

Apesar de entre Fevereiro e Abril de 2003 vários jornalistas terem estado no Iraque, por ocasião da cobertura da II Guerra do Golfo, em grupo eles voltariam lá apenas em Novembro, a convite do contingente da GNR, enviado pelo Governo português para o território iraquiano. Os jornalistas viajariam, então, com os militares no dia 13 de Novembro, do aeroporto de Figo Maduro até ao Kuwait, e só até ao Kuwait. Assim ditavam as instruções que pelo menos alguns dizem depois conhecer desde a altura em que foram destacados pelos respectivos órgãos de comunicação social para aquele serviço. No Kuwait, os GNR seguiriam então para Bassorá[266], por via terrestre, não podendo levar consigo os jornalistas. Alguns protestariam e diriam mais tarde que não tinham sido informados desta restrição. Outros, porém, garantiriam saber exactamente em que condições podiam viajar com a guarda militar, pelo que já teriam partido de Portugal com a noção de que estariam por sua conta e risco a partir do Kuwait.

Por isso, em grupo, os jornalistas organizam-se, alugam carros, que as vozes mais críticas disseram ser bons demais e portanto inadequados para entrar no Iraque, e arriscam-se à

[266] Embora com destino a Nassiryah, a guarda militar portuguesa teve que aguardar no aquartelamento britânico de Bassorá pela criação de condições para seguir até ao destino final, por causa de alterações à estrutura de força provocadas pelo atentado que dias antes tinha matado quase duas dezenas de militares italianos.

fronteira. São, no entanto, impossibilitados de atravessar para aquele país, pelo que voltam para trás. No dia seguinte, repetindo o trajecto, entram finalmente em território iraquiano, ao final da manhã. Porém, poucos quilómetros depois da fronteira são perseguidos por um grupo de assaltantes armados. Começa aqui uma perseguição cujos "croquis" foram extenuantemente exibidos pelas estações de televisão portuguesa. Dois dos jipes, onde seguiam as equipas da RTP, TVI, Público e Rádio Renascença conseguem escapar, mas o jipe onde seguiam os repórteres da SIC e da TSF é barrado. Os assaltantes disparam e atingem Maria João Ruela. Rendidos, os jornalistas param e entregam-se aos assaltantes que abandonam a jornalista e o repórter de imagem da SIC na estrada e levam sequestrado o repórter Carlos Raleiras[267].

Depois de dado o alarme em Portugal[268], seguem-se os esforços do Governo português e das autoridades britânicas que, em articulação com a TSF e a PT/Lusomundo, tentam negociar a libertação do jornalista. Os raptores exigem o pagamento de um resgate no valor de 50 mil dólares americanos[269]. Sem que seja claro se houve ou não o pagamento do resgate solicitado, ao fim da tarde do dia 15, depois de 36 horas de cativeiro, o jornalista é finalmente libertado[270]. Entretanto, Maria João Ruela, assistida num hospital militar britânico, recebe os cuidados urgentes aos ferimentos da bala e acaba por ser transportada por um avião fretado pelo INEM de regresso a Portugal, três dias depois do episódio. Os repórteres dos outros órgãos de comunicação social, que escaparam ilesos da perseguição e do assalto, passam os dias que se seguem a falar das circunstâncias do assalto e repetem com Carlos Raleiras as peripécias do repórter, refém de ladrões "Ali Babás"[271]. É assim invertida a lógica do seu trabalho no terreno,

[267] A reconstituição do incidente é aqui narrada com base nos relatos publicados pela imprensa e com base numa entrevista que, no âmbito deste trabalho, realizámos com o "protagonista" do sequestro, o jornalista Carlos Raleiras.
[268] Em Portugal, a notícia foi conhecida apenas por volta das 12 horas, quase quatro horas depois de a TSF ter sido informada do sucedido. Por embargo solidário, todos os órgãos de comunicação social portugueses respeitaram a dificuldade da TSF em contactar a esposa de Carlos Raleiras, não tendo avançado com a notícia antes de a estação de rádio prevenir a família do repórter acerca do rapto.
[269] "Carlos Raleiras: Um desaparecido que 'vale' 50 mil dólares" – jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.
[270] "'OK, estás livre, podes ir para o Kuwait'" – jornal *Público* de 16 de Novembro de 2003
[271] "História de um refém de Ladrões 'Ali Babás'" – jornal *Público* de 17 de Novembro de 2003

quase deixando de se ouvir em Portugal informação sobre o conflito em curso no território iraquiano.

Do incidente e da persistência das restrições impostas pelos militares portugueses relativamente à questão da segurança dos jornalistas decorre finalmente a definição de uma nova (ainda que não inovadora) estratégia de cobertura noticiosa: o sistema de *pools*[272]. Fazendo face à garantia de protecção de apenas quatro ou cinco jornalistas, a criação de uma "pool" no Iraque torna-se a condição de permanência naquele território. No entanto, assegurado inicialmente por uma equipa da TVI, o sistema de repórteres *embedded* não dura muito, sendo interrompido no dia 4 de Dezembro, na sequência do conselho dos GNR aos jornalistas para abandonarem o país, por não haver mais condições de garantir a segurança de qualquer profissional.

Na primeira edição do programa "Clube de Jornalistas" da *2:*, Augusto Santos Silva dizia que «um dos elementos da surpresa com que os jornalistas se descobriram em crise tem a ver com o facto de ter feito parte da sua cultura profissional acharem que eram eles que tinham que criticar os outros e que eles próprios não podiam ser objecto de crítica.»[273]. Não sendo certo que se referisse exactamente ao incidente dos jornalistas portugueses no Iraque dois meses antes, a verdade é que o sociólogo se referia assim ao cada vez mais frequente processo de auto-avaliação dos jornalistas nas próprias páginas dos jornais. Não sendo imunes ao olhar escrutinador da opinião pública, os jornalistas, em especial os chamados repórteres de guerra, estiveram debaixo do olho de críticos e analistas do desempenho da comunicação social por referência inevitável ao assalto sofrido no Iraque.

---

[272] Um trabalho publicado no jornal *Público* de 1 de Dezembro de 2003, sob o título "As 'pools' em diferentes conflitos, explicava: «o sistema de 'pools' tornou-se relativamente comum na cobertura jornalística de diversos conflitos armados das últimas décadas». O mesmo artigo esclarecia ainda que o sistema «tem sido visto nos meios jornalísticos mais como uma forma de controlar o acesso à informação do que – como agora acontece com os jornalistas portugueses no Iraque – um meio de garantir a protecção dos profissionais de informação ou expediente voluntário para reduzir custos».

[273] Intervenção no programa "Clube de Jornalistas" da *2:* - edição de 11 de Janeiro de 2004

Pouco habituados a ser notícia, os jornalistas foram confrontados com a excepcional situação de se tornarem objecto da sua própria missão. Não sendo, porém, a primeira vez que os jornalistas se fizeram objecto do seu próprio trabalho, o incidente no palco de guerra atestou a certeza de Mário de Carvalho, repórter experimentado em trinta anos de cobertura de conflitos para a cadeia de televisão norte-americana CBS: «Guerra é guerra. E nós, jornalistas, somos sempre a parte mais vulnerável...» (Carvalho, 2003:183).

A notícia encheu primeiras páginas, esgotou tempos de antena e expôs os jornalistas a sentenças da mais variada ordem. Excomungados por uns por terem ousado entrar no Iraque à revelia de todas as recomendações em contrário, pela imprudência e falta de experiência de que foram acusados, tornados heróis por outros, para quem, pelo dever de informar, desafiaram limites num gesto quase altruísta, os jornalistas viram-se confrontados com uma certa inversão de papéis. Foram acusados de amadorismo, de falta de profissionalização, de excessiva ousadia, de inadvertência em decisões de alto risco, em que pode estar em causa a diferença entre a vida e a morte. Criticados por companheiros de ofício que consideraram que a ponderação do risco tem de ser sistemática e deve começar na preparação dos recursos e garantias antes da partida, os jornalistas envolvidos no incidente foram acusados de querer "sol na eira e... chuva no nabal". Num artigo assim intitulado, Joaquim Fidalgo dizia, na sua coluna semanal no jornal Público de 26 de Novembro de 2003, que «não se pode querer ao mesmo tempo sol na eira e chuva no nabal; ou seja, não se pode reclamar a máxima protecção das forças militares e policiais e, simultaneamente, uma completa e absoluta liberdade de movimentos».

O dia em que os jornalistas foram notícia foi o dia da maior solidariedade de alguns, mas também o dia da mais humilhante reprovação de outros. O episódio que abriu telejornais e interrompeu emissões de rádio foi, para José Manuel Fernandes, a ilustração dos «riscos desta profissão»[274]. Nestes momentos, considerou o director do *Público*, «estamos entregues a nós

[274] FERNANDES, José Manuel (2003) – "Duas Notas" – in jornal Público, edição de 15 de Novembro

próprios, à nossa avaliação da situação, à capacidade de saber até onde se pode ir ou onde se deve parar» (*ibidem*).

Mais uma vez vítima das críticas mais severas, a televisão foi alvo de desonrosas reprovações. Na habitual análise ao alinhamento dos telejornais das três estações de televisão, o Diário de Notícias sublinhava o exagero cometido na emissão de mais de metade dos serviços informativos da noite exclusivamente sobre o incidente dos jornalistas portugueses no Iraque[275]. Também Eduardo Cintra Torres assinalou que «durante quatro dias os jornalistas falaram apenas dos jornalistas» (2003)[276]. Qualificando a cobertura do episódio como o «pior jornalismo que se pode prestar ao país», o crítico de televisão considerou o tratamento jornalístico do incidente como «desinformador pelo excesso de enfoque e de emoção nos assaltados». Relativamente à cobertura jornalística do incidente com os jornalistas, Estrela Serrano, à altura do episódio Provedora dos Leitores do Diário de Notícias concluía que, apesar de ser admissível o olhar lançado pelos *media* ao sucedido, se deveria discutir o enfoque e dimensão conferidos às notícias. Na opinião da ex-provedora, o assalto seria notícia em qualquer país, mas importaria considerar «a ausência de matéria informativa, substituída (...) pelo relato das "peripécias" que envolveram a chegada dos jornalistas e dos militares da GNR»[277].

No entanto, não só de uma análise ao tipo de cobertura que os *media* empreenderam do incidente se fizeram as práticas metajornalísticas, ou seja, os enunciados produzidos nos jornais em torno do desempenho dos jornalistas. Na verdade, uma boa parte das críticas foi dirigida aos próprios jornalistas envolvidos no assalto, tendo sido questionado o *modus operandi* dos profissionais especialmente enviados ao local, mas também das próprias empresas responsáveis pelos jornalistas. E se é verdade que a opinião de editores e directores de informação glorificou, por assim dizer, a missão de informar e a coragem dos jornalistas para

[275] "O mundo são os jornalistas", in jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003.
[276] TORRES, Eduardo Cintra – "Jornalista entrevista Jornalista sobre Jornalista" – in jornal Público, edição de 24 de Novembro
[277] SERRANO, Estrela (2003) – "Os nossos jornalistas no Iraque" – in jornal Diário de Notícias, edição de 1 de Dezembro

enfrentar os riscos do ofício, também é verdade que, por outro lado, outros jornalistas (alguns repórteres especializados em situações de conflito) e críticos sem responsabilidades directivas criticaram sobretudo o amadorismo e a falta de profissionalização e de cálculo de risco.

Sublinhando permanentemente a qualidade de vítimas dos jornalistas em causa, directores e editores pronunciaram-se sobretudo de modo a desculpabilizar os profissionais envolvidos. Em editorial, a direcção do jornal Diário de Notícias chegava a admitir que «o problema dos jornalistas molestados no Iraque foi estarem à hora errada no lugar errado»[278]. Para além disso, contra-argumentando as críticas relativas às garantias de segurança, o mesmo editorial lamentava a impossibilidade de «garantir a segurança absoluta numa zona de alto risco como é hoje o território do Iraque». Considerando que toda a segurança é importante, a direcção daquele jornal admitia que «nunca é suficiente para quem tem, por dever e imposição pessoal, a missão de informar» (*ibidem*). Um pouco mais contido, o director do jornal Público dizia, no mesmo dia que «o drama dos (...) colegas que foram vítimas de um assalto armado ilustra bem os riscos desta profissão, sobretudo quando se trabalha numa zona tão perigosa como o Iraque»[279].

Não parecendo tolerar a ideia de vitimização, Cândida Pinto, Carlos Fino e Hernâni de Carvalho consideraram que «o caso dos jornalistas portugueses alvo de sequestro, baleamento e perseguição deve constituir um marco de aprendizagem e exigência de meios adequados»[280]. Carlos Fino em particular admitia neste trabalho de reportagem de Eduarda Ferreira ter-se questionado sobre «até que ponto vale a pena arriscar a vida por uma notícia». Além disso, apontava a «avaliação, precaução e exigência de condições» como critérios fundamentais de preparação de um trabalho em cenário de guerra. Por seu lado, Marcelo Rebelo de Sousa, comentando o incidente no telejornal da TVI na noite do domingo a seguir ao assalto, referia-se a um «amadorismo de parte a parte». Censurando a imprudência dos repórteres, o comentador

[278] "A missão de informar", editorial do jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003
[279] FERNANDES, José Manuel (2003) – "Duas Notas" – in jornal Público, edição de 15 de Novembro
[280] FERREIRA, Eduarda (2003) – "Sem redoma na guerra" – in Jornal de Notícias, edição de 16 de Novembro

dizia não fazer sentido que os jornalistas tivessem «entrado ao acaso no Iraque, alguns deles sem visto». Para o comentador, tratou-se «de uma maneira muito portuguesa de estar na vida: "Se Deus quiser eu entro e não acontece nada..."»[281] Ora, de impreparação falou também Luís Costa quando procurava entender uma certa vitimização desajustada. Na sua opinião, para além da falta de preparação, os «jovens e desamparados jornalistas portugueses» foram também vítimas «dos descuidos e do voluntarismo inadmissíveis dos respectivos órgãos de comunicação social e dos responsáveis político-militares portugueses»[282]. Por seu lado, considerando que deve evitar-se que os jornalistas sejam motivo da reportagem, Mário Rui de Carvalho considerou, também ele nas páginas do jornal *Público*, que o Sindicato dos Jornalistas e os responsáveis de todas as empresas de comunicação social devem «implementar um sistema de cursos regulares e intensivos que assegurem a formação necessária para se fazer frente aos perigos e ao caos» com que os repórteres se confrontam na cobertura das guerras. Advertindo para a necessidade de investir na preparação dos jornalistas, Mário de Carvalho acautelou que «os jornalistas portugueses devem ser treinados não na arte da guerra mas sim na arte de seguir a guerra»[283].

Multiplicadas em colunas de opinião, as vozes contra e a favor dos procedimentos assumidos geraram uma discussão imparável em torno da aventura da informação. O que aconteceu? Como? Porquê? As perguntas esgotaram o esforço de encontrar resposta para a crise momentânea que avassalou o jornalismo português, permitindo, por outro lado, questionar as circunstâncias e as condições de segurança do exercício do jornalismo em situação de conflito. O assalto, sequestro e baleamento dos jornalistas portugueses no Iraque provou que, ao contrário do que diria Serge Halimi, em *Os Novos Cães de Guarda*, as perguntas que habitualmente norteiam a pirâmide informativa – Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê? – também são cada vez mais colocadas «quando se trata de informar sobre... a informação»

[281] Marcelo Rebelo de Sousa, comentário no Jornal Nacional da TVI, no dia 16 de Novembro de 2003
[282] COSTA, Luís (2003) – "Repórteres de Guerra" – in jornal Público, edição de 20 de Novembro
[283] CARVALHO, Mário (2003) – "Parem lá com isso!" – in jornal Público, edição de 23 de Novembro

(Halimi, 1998:8). Este exercício foi por demais evidente no contexto deste episódio decorrente da actividade dos jornalistas, tendo suscitado a problematização da profissão e dos seus riscos.

A análise destas práticas, a que chamamos metajornalísticas por serem, de algum modo, uma espécie de jornalismo sobre jornalismo, resulta num elenco de questões levantadas ao exercício de uma das profissões mais controversas. Na verdade, enunciado por críticos, provedores dos leitores, repórteres e, nalguns casos, por leitores, ouvintes e telespectadores, em fóruns de opinião (casos especiais da SIC Notícias e da TSF) ou em páginas consagradas à expressão de opinião, este discurso avaliativo da prática dos jornalistas retoma problemáticas, em certa medida, tão antigas quanto a cobertura noticiosa de situações de conflito e levanta outras, porventura, novas, pelo menos no contexto português. Por outro lado, no sentido em que discute a legitimidade dos procedimentos adoptados, o discurso mediático acerca dos próprios media e dos seus profissionais revela ser uma espécie de instância reguladora da profissão.

Estrutura escrutinadora por excelência, a prática metajornalística desempenhou, no caso em análise, o papel de discutir os contornos do trabalho desenvolvido por profissionais da informação, interrogando não só a alegada impossibilidade da missão de informar, como também a validade daquilo que alguns chamam em circunstâncias similares "a reportagem possível". Nos parágrafos que se seguem, consideramos as questões esboçadas no decurso do debate instaurado durante o trabalho dos jornalistas portugueses junto da guarda militar portuguesa no Iraque.

Uma das questões fundamentalmente discutidas nos debates televisivos (em especial, senão mesmo exclusivamente, na SIC Notícias) que se seguiram às horas de aflição dos jornalistas no Iraque foi precisamente a da relação entre as condições de segurança e a garantia de liberdade de acção dos jornalistas em territórios em guerra. De facto, como sublinhou Joaquim Fidalgo no jornal Público de 26 de Novembro de 2003, a protecção de forças militares e a absoluta liberdade de movimentos são, por natureza, incompatíveis. De acordo com o ex-Provedor dos Leitores daquele jornal, «se se opta por esta total liberdade (mesmo pelos

melhores motivos de "não fazer a informação esperar"), não fica bem, depois, vir acusar as forças de segurança de não terem "segurado". Ou exigir-lhes que paguem as consequências».

Apesar de a legislação de imprensa e o próprio Estatuto do Jornalista preverem a total liberdade de acção dos jornalistas, consignada aliás no preceito de liberdade de expressão e de imprensa, o certo é que, em situações excepcionais como os conflitos armados, não raras vezes os jornalistas ficam condicionados à disponibilidade de forças de segurança que garantem as suas condições de permanência em territórios de alto risco. Omissos quanto à obrigatoriedade ou ao tipo de protecção devido aos jornalistas neste tipo de circunstâncias, os códigos de conduta e os próprios manuais de jornalismo não são muito férteis na discussão sobre a articulação entre as condições mínimas de trabalho (neste caso, de segurança) e as exigências máximas de prestação do serviço (a liberdade absoluta de movimentos, contactos e recolha de informação).

A questão da relação entre segurança ou protecção e liberdade esbarra naturalmente com o ideal de independência, sendo certo que, como atalhou Joaquim Fidalgo, «ser independente muitas vezes não é fácil – nem barato. É mais simples apanhar umas boleias da tropa, beneficiando assim da sua protecção, mesmo à custa de uma menor mobilidade ou de um estreitamento do raio de acção no terreno». Sendo válida para outras circunstâncias de semelhante amplitude, nomeadamente para o contexto de outros palcos de guerra ou de risco físico dos jornalistas, a questão da independência, entendida como fulcral para o exercício pleno do jornalismo, permanece constantemente aberta às vivências partilhadas por repórteres experientes, nomeadamente em livros de relatos na primeira pessoa, como os que, por exemplo, Manuel Acácio (*Timor – Peregrinos da Liberdade*), Mário de Carvalho (*Por dentro das guerras*), Carlos Fino (*Guerra em Directo*) e Carlos Raleiras (*36 Horas de Emissão Impossível*) editaram, reportando-se à experiência pessoal em cenários de guerra.

No epílogo da confirmada insegurança dos jornalistas portugueses no Iraque e da anunciada garantia de protecção a apenas quatro ou cinco profissionais, um novo aspecto

ganhou corpo nas observações de comentadores: o sistema de *pools* e os repórteres *embedded*. A história das *pools* como estratégia de cobertura mediática de acontecimentos em situações de conflito está habitualmente ligada à ideia de uma espécie de censura ou, no mínimo, controlo da informação difundida, ainda que sob a capa de alegada ausência de condições de segurança para o trabalho dos repórteres em campo. Embora no caso português a informação resultasse da recolha feita pelos próprios jornalistas e não exclusivamente de comunicados oficiais e material cedido uniformemente por elementos das tropas no terreno, o facto de estar implícita a "incorporação" dos repórteres na rotina dos militares não passou despercebida aos olhos críticos. O sistema de *pools* compromete ou não a neutralidade dos jornalistas? Mário Rui de Carvalho assegurava, no jornal Público, no mesmo artigo em que sugeria precisamente a criação de «uma "pool" em sistema de rotatividade» que «estar integrado, estar "embedded", numa unidade militar ou policial não tem nada de sinistro no que respeita à desejada neutralidade dos jornalistas, como alguns gostam de insinuar»[284]. Alertando, porém, para o facto de o sistema obrigar ao cumprimento de regras, o repórter garantia que, de modo nenhum a imparcialidade dos jornalistas é perturbada ou afectada.[285]

Absolutamente criticada por quase todos os comentadores não jornalistas, ou pelo menos, sem responsabilidades editoriais, a impreparação pessoal dos repórteres para se movimentarem em territórios de conflitos armados foi um dos temas centrais da análise do incidente no Iraque. Tendo em conta a sua validade para quaisquer outros conflitos, a questão parecia reunir consenso em torno da constatação da necessidade de passarem a fazer parte da formação dos jornalistas conteúdos relativos a segurança pessoal e a treino de movimentação em terrenos de risco. Menos consensual, porém, terá sido a questão da responsabilização das empresas de comunicação social relativamente aos seus enviados especiais. Deverão os

[284] "Parem lá com isso!", Mário de Carvalho, in jornal *Público* de 23 de Novembro de 2003

[285] Mário de Carvalho reporta-se, neste texto, a algumas das regras que teve que observar no Iraque; onde trabalhou "incorporado" no Exército norte-americano: «não divulgar notícias, fotos ou imagens de soldados mortos ou feridos antes que as autoridades tivessem tido tempo de informar previamente as respectivas famílias; e, por questões de segurança (...) não divulgar a posição das tropas durante operações de natureza militar».

responsáveis dos órgãos assumir de igual modo a responsabilidade pela preparação dos seus repórteres? Embora não tendo sido definida uma resposta efectiva, o certo é que o grupo PT/Lusomundo, detentor dos jornais Diário de Notícias e Jornal de Notícias e da rádio TSF, agendou para os meses que se seguiram ao incidente um curso de formação para um grupo de jornalistas, com vista à sua preparação para trabalhos em terrenos de risco.

É certo que este incidente foi, por ventura, a primeira vez que os jornalistas portugueses foram "apanhados", em contexto de guerra, por condições de grande adversidade. Pelo menos a primeira vez em que estas dificuldades foram particularmente visíveis. Também muito rara é a chamada deste tipo de notícias, habitualmente remetidas para a secção especializada, à primeira página. Mais do que uma notícia de agência, o incidente no Iraque incluiu directos, entrevistas e depoimentos na primeira pessoa. Porque os acontecimentos tiveram um carácter excepcional, não seria de estranhar que uma das questões legitimamente colocadas ao tipo de cobertura empreendido se prendesse com este tópico equacionado por Estrela Serrano: o de saber qual a medida certa para o enfoque e a dimensão conferidos à notícia, quando se está perante uma espécie de jornalismo em causa própria.

Dizíamos na introdução deste capítulo que, de acordo com os manuais clássicos de jornalismo, os jornalistas não são por norma notícia. No entanto, a excepcionalidade de determinadas situações confere-lhes o privilégio do desvio da regra. Provando que os bastidores e as circunstâncias de produção da informação também são matéria de interesse público, o incidente no Iraque confirma a tese de que há momentos em que é preciso "abrir" o jornalismo ao público, que tem o direito de avaliar por si próprio o desempenho dos profissionais da informação, tendo por base o conhecimento do seu *modus operandi*.

A palavra "risco" é sem dúvida a de maior recurso sempre que se fala de jornalismo em contexto de guerra. Embora muitos tenham sido os que justificaram o incidente como obra do

acaso e não como fruto dos perigos iminentes de um país em guerra[286], o certo é que está sempre implícito no trabalho de enviados especiais a cenários de guerra a ideia ou a consciência de alto risco. Alvos fáceis ou não, o certo é que, pela avidez de notícia com que partem para locais de reportagem de absoluta ameaça à segurança, os jornalistas são sempre associados a um ofício considerado ele próprio de alto risco.

O número crescente de notícias de assassinatos, mortes acidentais e de raptos, maus-tratos e violações a jornalistas em contextos de combate militar impulsionou o debate em torno dos limites à chamada missão de informar. Carlos Fino, que relatou na primeira pessoa, no livro *Guerra em directo,* inúmeras situações tangentes ao perigo interrogava-se a propósito do infortúnio de Carlos Raleiras e Maria João Ruela no Iraque acerca do limite para arriscar a vida por uma notícia. Deve uma notícia ser alcançada a qualquer preço, independentemente das ameaças que significa para o jornalista? Os mais ousados dirão que sim, os mais experientes acautelam a necessidade de ponderação e bom senso. Os manuais não formulam técnicas capazes de responder com a enunciação de um princípio balizador da actividade, o que, só por si, reforça a pertinência dos exercícios metajornalísticos na reflexão sobre os desígnios da actividade de informar.

Ainda que, por dever constitucionalmente determinado, compita ao Estado português o auxílio aos seus cidadãos no estrangeiro, o apoio prestado a Maria João Ruela, sobretudo no que concerne ao seu transporte de regresso a Portugal, também não foi consensualmente aprovado. Na verdade, o facto de o Governo português se ter prestado a fretar um avião do INEM para assegurar o transporte da repórter do Kuweit para o aeroporto de Figo Maduro valeu, especialmente por parte de leitores e telespectadores, sérias interrogações aos privilégios concedidos. Uma leitora, cuja indignação o jornal Público publicou na secção "Cartas ao Director" da edição de 18 de Novembro de 2003, perguntava mesmo se o tratamento dado à

[286] O próprio Carlos Raleiras afirma, no seu livro "36 Horas de Emissão Impossível" que o problema do grupo de jornalistas portugueses no Iraque foi terem estado à hora errada no local errado.

repórter da SIC seria igual para todos. Contestando o facto de o repatriamento da jornalista ter sido pago pelo Governo português, nas suas palavras, «pago por todos nós, contribuintes», esta leitora sugeria que fosse a SIC, empresa privada, a assumir os custos. Do mesmo modo, manteve-se durante os dias de desassossego a dúvida acerca do pagamento ou não do resgate de Carlos Raleiras e, em caso de se ter cumprido a exigência dos raptores, quem teria disponibilizado a quantia reclamada. O governo português? A PT/Lusomundo? Algumas notícias posteriores negavam o pagamento do resgate e afirmavam que a factura do INEM tinha sido paga pela SIC. O que, a confirmar-se, não dissipa as dúvidas levantadas sobre o carácter excepcional que, pelo menos aparentemente, os jornalistas tiveram ou têm perante a diplomacia portuguesa.

Pretexto para discutir em termos gerais aquilo que se convencionou chamar de jornalismo de guerra, as desventuras dos jornalistas portugueses no Iraque e o tratamento informativo do incidente pelos media portugueses tiveram o mérito de alertar para a necessidade de debater com o público os procedimentos e as condições inerentes à prática jornalística. Para além do imperativo de desvendar a verdade das guerras, ficou claro para os jornalistas que o reconhecimento do trabalho que empreendem depende, em larga escala, da capacidade que tiverem de, na ausência de uma entidade efectivamente reguladora da actividade, se prestarem à contínua avaliação das suas condutas.

5. Informar sobre a informação

Não sendo um fenómeno absolutamente inédito, a *informação sobre a informação*, ou o *jornalismo sobre o jornalismo*, representa um metadiscurso que, apesar das limitações próprias de um discurso que se enuncia em *nome próprio*, pode ajudar a melhor compreender o modo como se produz e as circunstâncias em que se produz o discurso que procura reproduzir o real. Dois géneros jornalísticos cumprem este discurso: o género puramente informativo, que dá conta de factos que ocorrem no campo mediático, e o género opinativo, mais incisivo nas

questões de fragilidade do jornalismo ou dos desafios dos *media*. O primeiro trabalha sobretudo informação factual e é organizado por um conjunto de categorias discursivas que vão desde o relato de acontecimentos que envolvem jornalistas (julgamentos de crimes relacionados com a liberdade de expressão e de imprensa) à divulgação de resultados de estudos de audiência, passando por informações sobre a programação, a direcção e a gestão dos órgãos de informação, quer no que respeita às políticas editoriais quer no que concerne especificamente ao mercado económico dos *media*. O segundo género, por outro lado, opera sobretudo sobre matéria de reflexão ético-deontológica e sobre a própria natureza dos *media* em geral e do jornalismo em particular. Interessa-nos principalmente este género, onde identificamos um conjunto de categorias discursivas que consideramos assaz importantes para repensar o jornalismo como tarefa de interesse público coadjuvante da democracia. Nos dois casos que lemos precisamente a partir de textos metadiscursivos foi este o género que valorizámos. Com um carácter pretensiosamente avaliativo, e não apenas descritivo, estas iniciativas reflexivas manifestam a necessidade de interrogar as práticas jornalísticas lá onde elas são, de facto, problemáticas, por interferirem com o nosso agir. [287]

[287] Algumas das tarefas deste capítulo foram desenvolvidas no âmbito da participação no projecto Mediascópio – estudo sobre a reconfiguração do campo da comunicação e dos media em Portugal, coordenado pelo Prof. Doutor Manuel Pinto, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (POCT/COM/41888/2001).

9

O imperativo metapolítico

«A comunicação social e os jornalistas deixaram de ser a excepção. A imunidade crítica com que os jornalistas se protegiam uns aos outros, se não desapareceu, pelo menos atenuou-se. Se todas as instituições da nossa sociedade estão submetidas à observação e à crítica dos media*, por que motivo as empresas mediáticas e os jornalistas seriam a excepção?»*
Mário Mesquita, in Jornal PÚBLICO, de 08 de Abril de 2001

1. O princípio de imputabilidade

Se se defende que os jornalistas devem ser responsáveis no uso da liberdade de expressão, nem por isso se deve concluir que a garantia desta responsabilidade por meio de uma regulação ético-deontológica é condição suficiente para que os jornalistas sejam reconhecidos como mandatários legítimos para a missão de informar. É neste pressuposto que voltamos ao esquema com que Marc-François Bérnier sintetiza o processo de legitimação do jornalismo (ver página 167). Na verdade, carece o jornalismo de um princípio de imputabilidade em tudo semelhante ao que se reclama dos poderes que é suposto "vigiar". Fundado na ideia de um "contrato tácito" com os cidadãos, o jornalismo não é, ou não deveria ser, imune a um dever de prestação pública de contas. Desta atitude releva a possibilidade de confrontar as expectativas do público com o desempenho e as condutas dos profissionais da informação na

prossecução de um serviço central para a democracia. O esclarecimento da opinião pública seria, na verdade, tarefa incompleta se não fosse também a promoção de um esclarecimento sobre as condições em que a própria informação é produzida. Encarando os cidadãos como a fonte de legitimação dos jornalistas, Bérnier insiste precisamente na necessidade de permitir que o público esteja em condições de julgar, para aceitar ou criticar o trabalho jornalístico feito em seu nome. «A condição essencial desta apreciação», diz o investigador, «é que o público seja informado a propósito dos seus informadores», ou seja, «é preciso que o autor da legitimidade possa vigiar os actores da legitimação» (1995:51-52). Mas para isso é preciso, antes de mais revolver a concepção selectiva e truncada que os jornalistas parecem ter «do que é realmente a imputabilidade» (*ibidem*:50). É que, escudando-se na liberdade de expressão, os jornalistas estão, com frequência, fechados numa espécie de "silêncio estratégico" que oculta as fragilidades de um ofício ferido, como dizíamos no capítulo 4, pela escrita dos dias.

Apesar, portanto, de uma certa resistência dos jornalistas face à necessidade de tornarem as suas práticas mais transparentes, dir-se-ia que ajuizar sobre a validade do trabalho divulgado pela comunicação social é um direito dos cidadãos, tão importante quanto o próprio direito à informação. Quer se queira quer não, o jornalismo «tem de ser crítico de si próprio», o que significa que ele deve ser «um "contra-poder" de si próprio» (Miranda, 1998:8) e não apenas "fiscalizador" dos diversos actores sociais. Até porque, como averiguámos atrás, também os próprios jornalistas deverão ser encarados como actores sociais, na medida em que agem sobre o ambiente que reportam. Fosse, de facto, a informação um simples espelho da realidade, como se pretendeu em tempos, um produto "já dado" naturalmente, e talvez não fosse tão pertinente discutir as metodologias e os procedimentos da prática jornalística. Mas a informação é um produto de homens, de homens falíveis, cujas condutas nem sempre decorrem de uma atitude honesta ou inconsequente. Daí que se julgue forçoso que os jornalistas se justifiquem face àqueles que representam.

Escapando deste princípio, os jornalistas colocar-se-iam em situação de vantagem ao poderem ocultar condutas que, em circunstâncias, normais, condenariam em qualquer outro agente social. Por terem cultivado, durante tanto tempo, uma certa imunidade à crítica é que sobre eles pesa um forte cepticismo, assinalado por uma crise de credibilidade que arrasa toda a relação de confiança com o público. Não restarão hoje dúvidas sobre a insuficiência de uma auto-disciplina profissional ou de uma regulação entre pares, como a que, no contexto português, se exerce por via do Sindicato dos Jornalistas[288]. Se as relações entre profissionais no âmbito da classe são uma dimensão importante de responsabilização, não devem, no entanto, ser consideradas como exclusivas. Porque isso significaria alhear o público deste processo quando, no fim de contas, é em seu nome que o trabalho jornalístico é empreendido. O processo de responsabilidade dos *media* começa, aliás, com os próprios cidadãos (Pritchard, 2000), deles dependendo tanto quanto depende a democracia.

Assumindo que a sociedade tem ainda todo o interesse de "sustentar" os *media* como suas instituições-chave (McQuail, 1997), alguns autores, sobretudo de tradição anglo-saxónica, têm sustentado a necessidade de se garantirem mecanismos de regulação abertos à própria sociedade. Trata-se, com efeito, de alargar o espectro do policiamento da comunicação social ao conjunto da sociedade[289], num processo que, de acordo com esta tradição, se designa por *accountability*, pretendendo-se com este termo significar «o conjunto dos processos pelos quais os *media* são chamados a prestar contas, encontrando-se com as suas obrigações» (*ibidem*).

---

[288] Uma das razões por que, habitualmente, se advoga a viabilidade de uma Ordem para os Jornalistas, equivalente à Ordem de profissionais liberais como os advogados, os médicos ou os arquitectos, prende-se com o facto de o Sindicato vincular apenas os jornalistas sindicalizados. É por isso também que se insiste, de algum modo, na reconfiguração dos poderes da Comissão da Carteira Profissional que, ao contrário do Sindicato, vincula todos os jornalistas titulares.

[289] Analisando as mudanças de paradigma do policiamento dos *media*, Cuilenberg e McQuail (2003) identificam três fases específicas deste processo, explicando que, até à II Guerra Mundial, num período que corresponde à emergência das indústrias mediáticas, se viveu sobretudo um ciclo de "communication policy". Até aos anos 1980, prevaleceu, por outro lado, um policiamento dos *media* com ênfase para a questão de serviço público. Actualmente, porém, pode falar-se de um novo paradigma assente basicamente nos valores da liberdade, da diversidade, da qualidade dos conteúdos e num imperativo de "public accountability".

Perante quem devem afinal responder os jornalistas? Denis McQuail sugere que se considerem quatro figuras diferentes: em primeiro lugar, os proprietários, para com quem eles têm obrigações de tipo contratual; depois, os jornalistas deverão também "contas" do seu trabalho às autoridades reguladoras e legais; por outro lado, é preciso que eles respondam perante a sociedade, ou seja, perante aqueles que fazem uso dos conteúdos mediáticos, e por fim, perante todos os interesses que são afectados pelo trabalho jornalístico (*ibidem*). Na mesma acepção invoca David Pritchard a obrigação das organizações mediáticas de prestarem contas das suas actividades aos seus constituintes (2000:2), ou seja, às organizações pares e órgãos reguladores, às fontes de informação, aos anunciantes e aos próprios membros da audiência. A novidade destas propostas é, tal como em Bérnier, a defesa da exposição dos *media* informativos ao olhar e à crítica do público, porquanto inclusive, todo o processo escrutinador deverá iniciar-se por iniciativa mais dos cidadãos do que dos próprios jornalistas. É que, se é pensável que os jornalistas tomem, por si, a iniciativa de reflectir publicamente sobre a sua conduta, uma prestação de contas resultará sempre mais apropriadamente da resposta a um problema identificado pelos visados pela conduta dos profissionais. Significa isto que o escrutínio será sempre desencadeado com base em casos específicos, diante dos quais se interroga a responsabilidade social dos jornalistas e/ou das organizações que integram.

Questão central desde, pelo menos, a divulgação do já referido relatório da Comissão Hutchins, em 1947, a responsabilidade refere-se, como faz notar Denis McQuail, essencialmente «às obrigações que são atribuídas, de uma ou de outra maneira, aos *media*». De uma ou de outra maneira, porque, na verdade, é possível identificar três tipos principais de responsabilidades: responsabilidades de tipo impositivo, que concernem aos aspectos cobertos pela lei e pela regulação; responsabilidades de tipo contratual, que surgem a propósito de uma espécie de pacto entre os *media* e a sociedade, mantidas «por convenções ou por mútuo acordo»; e finalmente, responsabilidades auto-impostas, que respeitam a «compromissos profissionais voluntários para que sejam observados certos padrões éticos, bem como os

propósitos de servir o interesse público» (McQuail, 1997:516). Naturalmente ligadas a modos de regulação mais ou menos coercivos, as responsabilidades impostas estão cobertas fundamentalmente por mecanismos legais. As outras, que são as que aqui mais nos importam, concernem especialmente aos mecanismos voluntários, à predisposição dos jornalistas para o debate. Legal, social ou moralmente chamados a prestar contas, os profissionais da imprensa podem responder por duas vias, diferenciadas também por McQuail: por *liability*, quando está em causa uma relação adversa, motivada por ofensa ou dano causado, ou por *answerability*, se os jornalistas demonstram uma prontidão para discutir a qualidade das suas *performances*. Num caso como noutro está-se perante o policiamento público da responsabilidade e da relação de confiança mantida com as audiências. Se um quadro regulador e legal estabelece os princípios básicos e regras de fundo para a operação das instituições por meio de procedimentos formais, e se um quadro financeiro ou de mercado admite que os *media* possam ser penalizados pelo mau desempenho dos seus profissionais através das escolhas da audiência, um quadro de responsabilidade pública como o que configura o sistema de *accountability*, assenta sobretudo na expressão participativa dos cidadãos.

Embora se possa ou deva mesmo reconhecer que todo o debate feito em plena abertura ao público pode ser francamente fragmentário e variável, o nosso ponto de vista é que ele é sempre conveniente para preservar a débil legitimidade de que gozam os jornalistas. Como McQuail, cremos que a liberdade se torna tanto mais responsável quanto mais forem promovidas as rotinas de diálogo entre os *media* e a sociedade, pois que estas rotinas «reduzem a necessidade de medidas arbitrárias e restritivas em momentos de crise» (1997:528). Se o escrutínio deve proteger e promover a liberdade dos *media* e prevenir ou limitar os prejuízos que podem ser causados pelos conteúdos informativos, então as suas formas preferíveis «serão aquelas que são espontâneas e interactivas e que envolvem uma maior mutualidade entre as partes envolvidas» (*ibidem*).

O exame da imprensa e dos jornalistas não é sequer coisa nova. Víamos na segunda parte como uma longa tradição crítica se inicia com as reflexões de escritores como Diderot e de homens do progresso como Rousseau. É esta tradição que «se perpetua hoje através de acusações análogas de pretensão intelectual e de superficialidade» (Lemieux, 2000:29), mas que é preciso expandir para fora do círculo das elites. Insistimos assim no fomento do veredicto popular como princípio crítico, na certeza de que sob o olhar do público os jornalistas poderão deixar de beneficiar da espécie de "moral de excepção" que lhes tem permitido subtrair-se às condições a que submetem os outros (*ibidem*:94). Redimensionar a crítica implicará, portanto, submeter os jornalistas a provas de justificação pública, que poderão ser instituídas por formas de intermediação com o público. Um modelo assim, fundado na participação do público, «introduz no jogo da regulação do trabalho jornalístico duas novas figuras, a do cidadão-consumidor descontente e a do jornalista aberto à crítica» (*ibidem*).

Ao perguntar que interesse podem ter os órgãos de imprensa de assumir a abertura do debate deontológico ao público, Lemieux dá a resposta que mais esperaríamos. Comparando as empresas de imprensa a outras empresas comerciais, uma vez que a situação de forte concorrência é comum a umas e outras, o autor avança a possibilidade de se beneficiar de «um ganho de credibilidade e de imagem e uma melhor capacidade de fidelizar os clientes mais exigentes», como resultado de uma explicação dos constrangimentos de produção e de uma demonstração dos esforços feitos relativamente a certos concorrentes para melhorar a qualidade (*ibidem*:95). À parte uma certa preocupação mercantil que sentimos nesta abordagem, parece-nos razoável pensar que os jornalistas e as empresas de imprensa tenham mais a ganhar que a perder se acolherem a participação do público como um contributo para redefinir o lugar do jornalismo e o papel dos jornalistas.

Não deve, porém, esta insistência pôr em causa a validade dos mecanismos auto-reguladores mais ou menos estabelecidos. Seria, na verdade, imprudente não reconhecer que muitos esforços têm sido feitos no sentido de minimizar o grau de desconfiança que ensombra,

provavelmente desde sempre, a actividade jornalística. Com o tempo, vários instrumentos foram instituídos nas organizações noticiosas. Desde os códigos de conduta aos livros de estilo, passando pelos conselhos de redacção, muitos projectos têm investido jornalistas no interior das redacções da tarefa de «examinar ou reclamar que possa ser examinado, a que grau (...) o respeito da moral profissional é garantida ou se pode ser melhorada» (*ibidem*:95). No fundo, apesar de parecerem sempre insuficientes – porque circunscritas ao plano da crítica interna[290] –, muitas inovações foram já criadas para desembaraçar os jornalistas de uma suspeita de imoralidade impune. Faltava a predisposição para fazer notícia de alguns destes episódios críticos. Dando precisamente sinais deste alargamento dos valores-notícia à própria tarefa jornalística, sobretudo os jornais, mas ocasionalmente também a rádio e a televisão, têm revelado, nas últimas décadas, uma cada vez maior inclinação para assumir que é preciso compreender o descontentamento do público e ajudá-lo a compreender os constrangimentos do trabalho jornalístico.

É certo que boa parte deste trabalho crítico visou, sobretudo nos anos 1990, com o aparecimento dos canais privados, quase exclusivamente os conteúdos televisivos. Mas exigências civilizacionais cada vez mais refinadas e a acentuação da visibilidade do jornalismo imporiam uma atenção maior à informação e porventura menor aos conteúdos de entretenimento. É nesse contexto que, pelo menos nos jornais ditos de referência, vão aparecendo progressivamente cada vez mais colunistas a ocupar-se dos assuntos da comunicação social, notando-se já o encorajamento da "proto-profissionalização dos críticos", na medida em que se lhes impõe «uma aprendizagem daquilo em que consiste concretamente a actividade que se pretende criticar e do tipo de constrangimentos que a enquadram» (Lemieux, *ibidem*). É nesse contexto ainda que, nos mesmos jornais (e já mais recentemente na rádio e na televisão públicas) começam a instituir-se os chamados provedores dos leitores (e dos ouvintes e

[290] Numa análise das forças e fraquezas da crítica interna, explica Lemieux que ela tem o defeito «aos olhos de alguns, de ter falta de carácter incisivo e de radicalidade», embora tenha «a vantagem de ser menos fácil de relativizar que a crítica externa por todos aqueles que estão no coração do problema denunciado» (2000:102-103)

telespectadores), cuja missão visa acolher as interpelações do público relativamente às práticas jornalísticas, promovendo uma nova vaga de regulação que se faz precisamente com as audiências. A uma disciplina auto ou hetero-imposta aos jornalistas sobrepõe-se assim uma deontologia, bem preferível, que se constrói «dia a dia, caso a caso, num diálogo que deve envolver jornalistas, leitores, estudiosos dos *media*, "fontes", provedores e todas as demais partes interessadas» (Mesquita, 1998:16).

2. Um provedor entre os jornalistas e os leitores

Orientada pela relevância daquilo que chamamos práticas metajornalísticas, a nossa tese visa, em última análise, a valorização da função do news *ombudsman*. Criada na segunda metade do século XX, esta figura exprime distintamente a preocupação que enunciamos desde o primeiro momento de implicar o público no inadiável encargo de reinventar o jornalismo. Apesar de estreitamente ligada à crítica de imprensa, a actividade do *ombudsman* não concerne, na verdade ao papel de criticar ou de reformar os próprios fundamentos da prática jornalística. Ele limita-se, de acordo com Bérnier, «essencialmente a inclinar-se sobre os comportamentos reais, caso a caso, a analisá-los e a tomar uma decisão» (1995:156-157). O seu trabalho resume-se a um julgamento de natureza moral, motivado por uma intenção manifestada pelo público.

Aparecendo como uma forma de auto-regulação para os jornalistas, o *ombudsman*[291], que entre nós tomou a designação de Provedor dos Leitores, tem origem no Parlamento suíço, onde, em 1809, foi decidida a criação de um "protector" para os cidadãos. Tratava-se de uma posição essencialmente administrativa destinada a ouvir as acusações dos cidadãos contra decisões injustas tomadas pelo executivo (Nemeth, 2000). Progressivamente transformado, o

[291] De acordo com as traduções correntes, *ombudsman* significa o delegado da procuradoria-geral, até porque etimologicamente o termo remete ainda para os conceitos de mandatário e de representante. «Na sua génese», explica Maria José Mata, «o *ombudsman* inspira-se na figura do ouvidor-geral, que na Roma Antiga era encarnada pelos tribunos da plebe. O cargo é, assim, retomado, em pleno século XIX, com a função de ouvir as reclamações dos cidadãos contra os maus servidores do Estado e os entraves da burocracia, impondo-se, posteriormente, como forma de controle privilegiado da actividade administrativa, quer pública, quer privada» (2002:29)

conceito é então adoptado pela imprensa, onde passa a significar uma espécie de "protector dos leitores"[292]. O fim dos anos 1960 foi, aliás, muito profícuo para a multiplicação desta figura em muitos jornais americanos, se bem que, em Portugal, o primeiro *ombudsman* para a imprensa tenha aparecido apenas em 1992, curiosamente num jornal desportivo, e cinco anos mais tarde, finalmente na imprensa de referência, coexistindo nos últimos anos em dois ou três jornais nacionais (salvo algumas intermitências, o Provedor tem actividade regular no Público, Diário de Notícias e Jornal de Notícias). É comum atribuir-se a experiência fundadora ao Courier-Journal, de Louisville, que adoptou a figura do *ombudsman* em 1967, logo seguido pelo Washington Post[293]. Difíceis de contabilizar em rigor, porque nem todos estarão identificados pela organização internacional que representa esta função, estima-se, no entanto, que exista pelo menos uma centena de *ombudsmen* de imprensa em todo o mundo, uma boa parte dos quais em jornais americanos.

Apesar de ser uma actividade recente, portanto, a acção dos *ombudsmen* tem o mérito de ser essa espécie de experiência meta-mediática cujo objectivo visa precisamente uma reflexão crítica sobre os *mass media,* em particular sobre o jornalismo. Falando especificamente sobre os *ombudsmen* de imprensa, Victoria Camps (cit. por Mesquita, 1998:23-24), define três funções para o provedor: 1) primeiro, o dever de evitar o corporativismo dos jornalistas; 2) segundo, facilitar a relação entre os jornais e o seu exterior; 3) finalmente, contribuir para a criação da opinião. Em termos mais institucionais, a Organisation of News Ombudsmen, fundada em 1980, justifica a pertinência de um *ombudsman* num jornal ou emissor radiofónico ou televisivo listando cinco propósitos gerais, que transcrevemos:

---

[292] A designação francesa, como a portuguesa, sugere outro significado, similar, mas não coincidente. "Le médiateur", em francês, parece ser alguém que medeia a relação entre os leitores e os jornalistas. "Provedor dos Leitores", em português, não significa necessariamente um protector, mas alguém que providencia resoluções para certos conflitos.

[293] Numa análise cuidadosa do aparecimento do *news ombudsman*, Maria José Mata dá conta de uma controvérsia gerada no seio da Organisation of News Ombudsman, no âmbito da qual se discutiu a precedência desta iniciativa na imprensa japonesa, onde mecanismos semelhantes, se bem que provavelmente menos independentes, existiriam desde a década de 1920 (Mata, 2002:34).

> «1) empreender a qualidade dos trabalhos noticiosos, monitorizando a exactidão, a justiça e o equilíbrio; 2) ajudar os jornalistas a ser mais acessíveis e escrutináveis pelos leitores e pelos membros da audiência, e a tornarem-se assim mais credíveis; 3) incrementar a consciência dos profissionais de informação sobre as preocupações do público; 4) poupar tempo aos editores e directores de informação, canalizando as queixas e outras interpelações para os responsáveis individuais; 5) resolver algumas queixas que, de outro modo, seriam canalizadas para advogados e se tornariam mais dispendiosas» [http://www.newsombudsmen.org/what.htm]

Mais frequente na imprensa do que na Rádio ou na Televisão (ou mesmo na Internet), a figura do *ombudsman* foi criada com o intuito de instituir uma espécie de vigilante da ética e dos procedimentos profissionais dos jornalistas[294]. Na expressão de Maria José Mata, «o *ombudsman* é alguém que é contratado pelo jornal para exercer uma vigilância sobre os procedimentos éticos e técnicos dos seus profissionais» (2002:39). Espécie de "crítico dentro de casa", o *ombudsman* serve, como explicava Wemans na primeira coluna que assinou como Provedor do jornal Público, «para ouvir as queixas dos leitores e obrigar os jornalistas a levarem-nas a sério e a responderem-lhes». Por outro lado, o provedor serve ainda «para remover suspeitas, tornando claro aquilo que era desconhecido dos leitores» (Wemans, 1997[295]). Assente na necessidade de recuperar ou manter o respeito dos leitores pelo jornal, a função do *ombudsman* de imprensa é a de ser uma espécie de *"go-between"* (Mesquita, 1998:17), que exerce a sua competência a três níveis: «examinar e responder às reclamações, dúvidas e sugestões dos leitores, proceder à crítica regular do jornal, com base na reflexão ética e nos princípios deontológicos do jornalismo; e, por fim, analisar e criticar aspectos do funcionamento e do discurso dos *media*» (Mesquita,

[294] Corrigindo esta ideia, Mário Mesquita afirmaria na introdução ao livro em que sintetiza a actividade que desenvolveu no jornal Diário de Notícias não se rever na tarefa de fiscalização. «Confesso que não me revejo na tarefa de "fiscalizador" seja em nome de uma "ética jornalística" pré-fabricada, supostamente situada acima da política e da ideologia, seja com base numa visão todo poderosa dos "códigos deontológicos"» (Mesquita, 1998:15)

[295] WEMANS, Jorge (1997) – "Um provedor para quem?" – in jornal Público, edição de 23 de Fevereiro. Bem curiosa a comparação feita neste texto entre o papel do provedor e a função original do *ombudsman*: «É uma palavra escandinava que designava a pessoa escolhida pela comunidade local para, durante os longos Invernos, zelar para que a neve, o gelo e a porcaria fossem removidos das ruas e as chaminés se mantivessem desobstruídas. O conceito ilumina na perfeição o papel do provedor do leitor. Não na vertente de limpa-chaminés, mas no sentido de que este deve ser um varredor das barreiras que se erguem entre os leitores e o jornal».

1997[296]). O seu poder, que é sobretudo um poder de influência e de palavra, segundo Mário Mesquita, primeiro provedor dos leitores do jornal Diário de Notícias, resume-se a «"dar voz" às vozes dos leitores, criticar o diário nas suas próprias páginas e formular recomendações e sugestões» (*ibidem*). Sem força coerciva, portanto, a vantagem do provedor consiste sobretudo «na possibilidade de criticar o jornal nas suas próprias páginas» (Mesquita, 1998:15), sendo antes de mais um intermediário.

Na coluna inaugural das suas funções de provedor dos leitores, Joaquim Fidalgo apontava a necessidade de encarar a figura do provedor como uma ponte de dois sentidos «entre quem produz a informação e quem a recebe» (1999[297]). Este é, aliás, um dos ideais definidos genericamente em todos os estatutos dos provedores – o de que o provedor seja encarado como um «interlocutor permanente, independente e responsável pela defesa dos direitos dos leitores»[298]. A questão da independência é, por sinal, vital para do estatuto dos provedores. Na verdade, não raras vezes, se interroga precisamente o âmbito de actuação do provedor pelo seu grau de autonomia, sendo com algum cepticismo que o provedor é muitas vezes encarado, por razões que Joaquim Fidalgo apresenta assim:

> «Ou porque ele não tem real poder para mudar o que quer que seja no jornal – apenas pode criticar, sugerir, influenciar; ou porque, quando é também jornalista (embora com essa actividade profissional suspensa (...)), dificilmente escapará à tentação de justificar os seus pares; ou porque só os ingénuos acreditam que uma instituição pública poderosa, como é um jornal, vai agora pôr-se a "bater em si própria" com genuína boa-fé e sincera vontade de melhorar as coisas a partir das opiniões dos leitores...» (*ibidem*).

Num estudo publicado em 2002[299], Fidalgo anotava justamente a questão da independência como um dos elementos de controvérsia em relação à figura do provedor, a que acrescem outros factores de fragilidade: o espaço de autonomia, o poder e o grau de utilidade e

---

[296] MESQUITA, Mário (1997) – "Crónica do dia zero" – in jornal Diário de Notícias, edição de 27 de Janeiro

[297] FIDALGO, Joaquim (1999) – "Uma ponte com dois sentidos" – in jornal Público, edição de 3 de Outubro

[298] Estatuto editorial do Provedor do Leitor do jornal Público [http://www.publico.clix.pt/homepage/provedor/estatutoDoProvedor.asp]

[299] Retomado no âmbito da tese de Doutoramento do autor, intitulada *O Lugar da Ética e da auto-regulação na identidade profissional dos jornalistas* (apresentada na Universidade do Minho em Janeiro de 2007)

eficácia (Fidalgo, 2002). Com competências bem definidas, porém, ao provedor incumbe a tarefa de receber, avaliar e encaminhar as queixas, comentários e recomendações anotados pelos leitores, por forma a garantir não só o respeito pelos seus direitos mas também de promover a reflexão dos jornalistas sobre os seus comportamentos e os efeitos das suas práticas profissionais. É acima de tudo na qualidade de mediador que o trabalho do provedor verdadeiramente importa. Ele não tem poder para sancionar; apenas para avaliar, recomendar, criticar e promover a ponderação dos actos jornalísticos. Com uma função essencialmente pedagógica ou educativa, o *ombudsman* deve ser «um agente de aproximação, uma vez que ele pode sensibilizar os jornalistas para os direitos e liberdades do público informando este último dos deveres dos jornalistas e da sua função social» (Bérnier, 1995:160). Embora não haja lugar a sanções penais ou financeiras, o *news ombudsman* pode ser positivamente reconhecido como um potencial agente de mudança, uma espécie de reformador. Por outro lado, ele representa um conjunto de vantagens para as empresas e os jornalistas, apesar de ser por eles "olhado de viés" (Mesquita, 1998:17)[300]. Em primeiro lugar, a possibilidade de ajudar a evitar problemas de teor judicial, «sensibilizando os jornalistas para as suas responsabilidades», se bem que o provedor não seja, nem deva pretender ser, um juiz. Depois, o *ombudsman* pode participar nas reformas internas necessárias à evolução de uma empresa de imprensa (Bérnier, 1995:158-159).

Agindo sempre *a posteriori*, ou seja, sobre factos consumados, e não por antecipação, os provedores tendem, muitas vezes, a actuar no quadro de uma atitude de repreensão[301], mas também de defesa dos jornalistas quando são os leitores que revelam posturas intransigentes

[300] Diz Mário Mesquita que «olhado de viés pelos jornalistas, suspeito pelos leitores de conluio com interesses empresariais e corporativos, o *ombudsman* de imprensa sofre na pele o mal-estar de todos os *go-between* a quem o destino normalmente reserva a sorte de ficarem mal com Deus e com o Diabo» (1998:17).

[301] Ainda que não se espere tanto um julgamento mas mais uma reflexão sobre os casos apresentados à consideração do provedor, pode dizer-se que, nalguns casos, é bem condenatória a postura assumida pelos provedores. Muitos dos textos de Rui Araújo, provedor dos leitores do jornal Público actualmente em funções, são disto um claro exemplo.

e/ou injustas. Não se pense, pois, que o provedor tem um poder diminuto. Pelo contrário. Maria José Mata sintetiza o poder dos provedores sob três formas: um poder de influência, «decorrente das suas críticas e recomendações», um poder de enquadramento social da actividade dos *media*, «informando, mutuamente, leitores, editores e jornalistas acerca dos respectivos mecanismos de percepção (...), adoptando uma atitude pedagógica e promovendo o debate sobre a actuação do jornal e dos *media* em geral», e um poder de correcção pública das falhas do jornal, uma vez que a coluna que semanalmente publicam permite tornar visíveis as justificações dos jornalistas e as recomendações de especialistas (Mata, 2002:40-41). Traduzem estes poderes um conjunto de sete funções determinadas por Mário Mesquita relativamente à actuação dos provedores: a) uma função crítica e simbólica, porquanto pode o jornal ser discutido nas suas próprias páginas, «prolongando no espaço público o debate sobre decisões editoriais que, tradicionalmente, não extravasavam do conclave secreto das redacções»; b) uma função mediadora entre os jornalistas e os leitores[302]; c) uma função correctiva, se se «promove a rectificação de matérias tratadas de forma inverídica, inexacta e incompleta»; d) uma função persuasiva, na medida em que o provedor pode recomendar «às hierarquias do jornal a adopção de medidas destinadas a reparar actos lesivos dos direitos dos leitores»; e) uma função pedagógica, no sentido em que, respondendo aos leitores, o provedor pode dar a conhecer os procedimentos de actuação dos jornalistas na produção da informação; f) uma função dissuasiva, atendendo a que, através da crítica, o provedor pode influenciar os comportamentos futuros dos profissionais; e g) uma função cívica, que concerne ao debate promovido sobre temas de natureza económica, social, política e mediática (Mesquita, 1998:16-17).

[302] Foi esta também a noção que Fernando Martins exprimiu sobre o que deve ser o provedor. Na coluna de estreia como provedor dos leitores do Jornal de Notícias, sugeria que o provedor «é, acima de tudo, uma porta de diálogo entre os leitores e o seu jornal. Através do Provedor, os jornalistas tomam conhecimento do grau de exigência dos seus leitores, da sua vigilância, da sua insatisfação. E os leitores ganham, progressivamente, consciência de que, no ciclo da informação, desde as fontes à rotativa, há toda uma panóplia de pressões em que o erro, às vezes, também consegue vencer» ("Quem defende quem?" (2001) – in Jornal de Notícias)

Apesar das tensões e das fragilidades próprias da actuação do provedor, pode dizer-se que ele contribui para promover efectivamente a responsabilidade dos jornalistas. Devendo, por isso, ser encarado como um agente de responsabilização. Nenhum dos meios alternativos, diz Nemeth, referindo-se à regulação do governo, aos processos judiciais por difamação ou invasão de privacidade, à educação em jornalismo, aos códigos executórios de ética e aos conselhos de imprensa, é perfeito. E neste pormenor, estamos especialmente de acordo com o autor, para quem «numa sociedade que premeia o valor de ter uma imprensa livre e não regulamentada, uma decisão (...) de providenciar uma forma voluntária de responsabilidade com um provedor de imprensa pode ser tudo o que podemos esperar» (2002:64), muito embora se desenvolvam já teorias que encaram a adopção do provedor como uma estratégia de *marketing*.

Assim entendida por uns, e por outros como uma forma de dizer aos leitores que o jornal não teme o confronto com os seus próprios erros, a opção por um *ombudsman*, por hora quase exclusiva da imprensa, parece ser de reconhecida importância, num tempo em que a fé do público na exactidão dos *media* enfrenta um processo de erosão (Gestlin, 2000). Tom Rosenstiel, director do "Project for Excellence in Journalism" (cit. por Gestlin), entende que há um grande sentido da crise e da necessidade de mudança nos jornais e que o papel dos *ombudsmen* está para além da protecção da imagem do jornal na comunidade; «é uma questão de credibilidade».

Dez anos de prática de provedoria em Portugal[303] representam, por certo, tempo bastante para um balanço do que tem sido a actuação dos provedores como "instrumentos" de abertura do jornalismo. Numa década em que se "gritou" especialmente contra as derrapagens ético-deontológicas dos jornalistas, deverá reconhecer-se que não manifestamos hoje a mesma cegueira que há uma década relativamente ao que deve ser o trabalho dos jornalistas. Mais instruídos sobre as especificidades de um trabalho que se diz insistentemente diferente dos

[303] Apesar de a primeira experiência obrigar a recuar a 1992, ano em que David Borges ocupa, pela primeira vez em Portugal, o lugar de provedor dos leitores, no jornal Record, deverá reconhecer-se que, com carácter sistemático, a actividade dos provedores tem início apenas em 1997.

outros, talvez possamos reconhecer que estamos hoje mais esclarecidos sobre a própria informação. Para isso terá contribuído especialmente a manutenção regular de espaços de exposição do jornalismo, onde, a propósito de casos concretos, se tem discutido o que é desejável, o que é moralmente correcto e o que é justo na prossecução do direito de estar informados. Sublinhamos, por isso, a importância do carácter público da actuação dos provedores que chamam os jornalistas a "desmontar" o seu trabalho para o dar a conhecer aos leitores. Sublinhamos, ainda, a força de um discurso que visa, sem reservas, questionar o próprio discurso jornalístico.

3. Um provedor por detrás dos ecrãs

No seu livro *Sobre a televisão*, Pierre Bourdieu adverte que «actualmente entre os jornalistas da imprensa escrita (...), vemos desenvolver-se um discurso extremamente crítico em relação à televisão» (2001:54). Em França, a crítica de televisão apareceu nas páginas dos jornais diários, em 1953. Mas no início, os artigos não tinham nem periodicidade rígida nem lugar específico. «Num dia apareciam na página dos *fait-divers* e no outro na secção de desporto, no início das páginas ou no meio com pequenos anúncios (Bussierre et Mauriat, 1991). Hoje, a crítica de televisão é, geralmente, um género específico da imprensa diária. Em Itália, por exemplo, as rubricas de crítica permanente tornaram-se mais ou menos numerosas no final dos anos 1980 e durante a década de 1990. Em Portugal, como sugeríamos atrás, as páginas de *media* nos jornais surgiram precisamente com a publicação da programação e de comentários dos programas televisivos, sobretudo depois da abertura dos canais privados, a partir de 1992. Crê-se, portanto, que a amplificação do espaço televisivo à iniciativa privada mudou completamente, não só o panorama audiovisual, como também o da crítica aos *media*. A televisão passou a ser notícia, ora por uma questão puramente económica, ora por se um meio com tremendos efeitos no público.

A atribuição de frequências em sinal aberto a mais dois canais, assim como a proliferação do cabo e do satélite, incitaram a concorrência entre os meios. A disputa pelas audiências inflamou as estratégias dos programadores, desencadeando muitas vezes resultados verdadeiramente desastrosos. Da simples apreciação de alguns programas e anúncios de novidades rapidamente se passou à crítica das opções editoriais, da dignidade de alguns programas (a crítica de *reality-shows*) é a mais frequente, dos efeitos da transmissão em directo de certos acontecimentos, dos limites da cobertura televisiva de desastres e do comportamento das audiências. As colunas nos jornais tornaram-se portanto mais assíduas, como se a crítica fosse uma actividade inevitável.

Obviamente, parecerá que todos podem criticar os *mass media*, porque todos parecem ter uma opinião sobre os *media*. No entanto, criticar não é só exprimir opiniões, não é só exprimir uma espécie de reacção compulsiva às *performances* dos jornalistas. Como diz Eduardo Cintra Torres, «para ler televisão, a crítica tem que contradizer os lugares comuns, as ideias-feitas, as correntes» (Torres, 1998:8). Não devendo procurar ser conveniente ou agradável, a crítica significa apreciação, análise, compreensão. Como o próprio crítico estabelece, a crítica é uma actividade que deve servir algumas funções: a) a promoção de uma educação dos gostos dos leitores/espectadores; b) o empreendimento de uma actividade crítica e não a sua destruição; c) a promoção da cidadania e não a recepção passiva de conteúdos; d) a incitação ao uso crítico dos *media*; e) a intensificação dos padrões de qualidade; f) a reprovação das falhas ético-deontológicas. Não obstante, o crítico não deve impor regras nem padrões que ainda não estejam criados, porque «o crítico critica o que existe e não o que está por criar» (*ibidem*:23), ou seja, o crítico não inventa nada.

Contudo, a actividade do crítico nem sempre é bem encarada. Num blogue português, de que não se conhece o autor, pode ler-se num *post* de Janeiro de 2004 que «ser crítico de televisão é a pior profissão do mundo. Só é crítico de televisão quem, de facto, não pode nem

sabe fazer mais nada»[304]. Extremamente céptico, o autor considera que «ninguém se dá ao trabalho de ler o que escrevem os críticos nos jornais, ou dizem na televisão...». Os críticos «são como uma prostituta que se expõe ao ridículo, mas que nenhum cliente quer depois de vê-la nua». O problema é, antes de mais, um problema de credibilidade, de legitimidade e de especificidade. Será verdade que todos podemos falar, criticar, apreciar a produção televisiva, mas porquê um crítico identificado como tal? É a televisão uma arte equivalente às outras artes e, portanto, esteticamente criticável? Que parâmetros usam os críticos para se pronunciar sobre a qualidade da produção televisiva? Críticos de televisão são também críticos de jornalismo televisivo? Se a resposta é sim, que competências tem um crítico para falar de um ofício tão problemático como o jornalismo? É ele próprio um jornalista? Ou um produtor de audiovisuais? Ou um simples espectador com espírito crítico?

Não sendo seguro arriscar despostas a todas as questões, parece-nos, no entanto, que um crítico de televisão não critica somente a televisão. Qualquer que seja o seu objecto específico em cada espaço que produza (texto num jornal ou espaço num programa de TV), há sempre implícita uma crítica da sociedade, isto é, uma crítica das audiências e das formas de organização social, assim como uma reflexão sobre as dinâmicas sociais. Por isso, de um crítico de televisão se espera também um esforço compreensivo do meio social e das relações de tensões entre grupos. A crítica é, na verdade, uma reflexão interdisciplinar – nela deveriam convergir várias perspectivas, como sejam a sociológica, a psicológica, a antropológica e a histórica[305].

---

[304] Referência na Internet em http://substrato.blog-city.com/um_tal_de_eduardo_torres.htm#

[305] Hablando de la crítica de la arte, Lionello Venturi (1998) dice que no es concebible separar la actividad del crítico de la actividad del historiador, porque si es verdad que no se puede describir la historia sin emprender un juicio crítico, también lo es que no se puede hacer un juicio sin una perspectiva histórica.

Tentando definir a crítica de televisão, Umberto Eco identificou, em 1972[306], alguns dos caracteres particulares do objecto *televisual*, que pode ser úteis para compreender por que razão o papel dos críticos de TV é tão específico. O primeiro refere que os produtos televisivos não são, em geral, susceptíveis de repetição. Por isso, a jornada televisiva não tem um único objecto de crítica, senão muitos objectos, como explica Eco: «para dois ou mais canais, há, frequentemente, apenas um crítico por cada jornal. No entanto, em cada semana há sete jornadas televisivas com numerosas emissões. Por outro lado, o artigo crítico não tem mais espaço que o das colunas de crítica literária, normalmente votados a um único produto» (1972). Além disso, a televisão, sustenta Eco, «é naturalmente um objecto interdisciplinar». Daí que o crítico de TV deva ser um «*expert* em psicologia, sociologia, semiótica, literatura e artes visuais – crítico de costumes e ao mesmo tempo aberto aos problemas gerais da economia e das técnicas organizacionais das empresas» (*ibidem*).

Mas se a crítica de televisão tem já uma tradição de várias décadas, o mesmo não se pode dizer da actividade dos provedores dos telespectadores e, por extensão, dos ouvintes de rádio. Muito mais escassos que os da imprensa, estes provedores são conhecidos em muito poucos órgãos audiovisuais. É, por isso, muito significativo o facto de Portugal estar entre os países que adoptaram esta figura para os emissores públicos de rádio e de televisão. Dada a especificidade e, de certo modo, a originalidade desta iniciativa, entendemos não poder alhear este trabalho de um facto de marcou especialmente o final do período em análise de um modo que diríamos ser quase inédito, porque imposta por lei.

Foi, na verdade, enunciada como uma forma de incentivo à auto-regulação do sector da comunicação social e amplamente acolhida por quase todos os partidos políticos com assento

[306] Umberto Eco participou, em 1972, num debate intitulado « La critique dans le domaine de la télévision », no âmbito do « Prix Italia », com uma comunicação sob o título "Pour une définition de la critique de télévision" [não publicada, mas transcrita nos *Dossiers de l'Audiovisuel*, nº 47, 1993]

parlamentar[307]. A Lei que cria os Provedores do Ouvinte e do Telespectador[308] para os serviços públicos de Rádio e de Televisão tem por base a convicção, expressa pelo ministro da tutela, Augusto Santos Silva, na apresentação da proposta na Assembleia da República, de que a actividade dos provedores dos públicos é um dos «factores de promoção de uma cultura de responsabilidade social, diálogo com as audiências, reflexividade crítica, profissional e empresarial»[309]. Tomando por modelo o trabalho desenvolvido pelos provedores dos leitores, que têm, em Portugal, uma actividade regular desde a segunda metade dos anos 1990, a iniciativa do Executivo alicerça-se em princípios em tudo similares à figura do *ombudsman* de imprensa. Servindo, por um lado de instâncias de reflexão crítica e profissional, e desempenhando um papel de mediadores com os públicos/audiências, os provedores do ouvinte e do telespectador surgem da expectativa de um maior e melhor escrutínio público da informação e da programação difundidas pelos operadores públicos.

Estabelecida, portanto, por lei, ao contrário da provedoria de imprensa – que é instituída por vontade dos órgãos de direcção dos jornais –, a figura do provedor na rádio e na televisão em Portugal decorre do reconhecimento político dos media como uma área estratégica para a cidadania, sendo a *hetero-* e a *auto-*regulação encaradas como modos complementares de supervisão da actividade mediática. Que sobre a rádio e a televisão já havia muito a dizer – como, de resto, sempre houve relativamente à imprensa –, sabíamo-lo desde as primeiras colunas de crítica publicadas nos jornais. Ora, volvidos catorze anos de experiência de televisão privada, que coincidem com a proliferação da televisão por cabo e com mudanças importantes

[307] No debate parlamentar em que a proposta de lei foi votada, só o CDS-PP se manifestou contra, numa intervenção do deputado Pedro Mota Soares, que considerou estar-se perante «uma medida única e exclusivamente panfletária», considerando que as competências dos provedores seriam "conflituantes" com outros órgãos de regulação (a Entidade Reguladora para a Comunicação, a Comissão Nacional de Eleições e eventualmente a Autoridade da Concorrência). Por outro lado, o deputado pôs ainda em causa a independência das pessoas que viessem a ser escolhidas para o cargo, por serem nomeados e pagos pelos próprios operadores.

[308] Lei 2/2006 de 14 de Fevereiro, aprovada na Assembleia da República, com os votos favoráveis do BE, PCP, PEV, PS, PSD e as abstenções do CDS-PP e de Pedro Quartin Graça do PSD.

[309] Ver acta da Reunião Plenária n° 66, de 15 de Dezembro de 2005: DAR I série N°.68/X/1 [16 de Dezembro de 2006, p. 3267]

no panorama radiofónico – que passam pela consolidação da TSF como rádio de informação e por um certo rejuvenescimento da RDP e da Rádio Renascença –, a crítica dos meios audiovisuais nos espaços da imprensa abrange hoje o comentário de alguns programas, mas sobretudo em boa parte a análise de opções editoriais e de questões ético-deontológicas no que concerne quer a determinados programas quer ao trabalho jornalístico. Continuava, porém, a faltar a figura da auto-crítica que a instituição do provedor do ouvinte e do telespectador vem, de algum modo, colmatar, pelo menos pelo facto de assim se introduzir uma prática que revela a necessidade de uma maior interacção com os públicos/audiências num sinal de estímulo ao exercício da cidadania.

Sem definir propriamente um perfil detalhado, o que a Lei 2/2006 estabelece é o imperativo de designar o provedor «de entre pessoas de reconhecido mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, cuja actividade nos últimos cinco anos tenha sido exercida na área da comunicação»[310]. Por outro lado, define-se que os provedores são indigitados pelo Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, a que acresce um parecer vinculativo do Conselho de Opinião. Relativamente ao estatuto, o legislador determina que o Provedor do Ouvinte e o Provedor do Telespectador, cujos mandatos «têm a duração de dois anos, renováveis por uma vez»[311], «gozam de independência face aos órgãos e estruturas da concessionária do serviço público de rádio e de televisão e respectivos operadores»[312]. Esta é, aliás, uma garantia acautelada também nos estatutos dos provedores de rádio e televisão de outros países, como o Canadá e a França onde a Canadian Broadcasting Company e a Radio Canada ou a France 2 e France 3 configuram experiências mais ou menos consagradas.

---

[310] Ponto 1 do Artigo 23º - A, que consta do capítulo VII-A aditado ao Anexo I da Lei nº 33/2003, de 22 de Agosto, que fixa os estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. [Art.º 4º da Lei 2/2006, de 14 de Fevereiro].
[311] Ponto 2 do Artigo 23º - B, que consta do capítulo VII-A aditado ao Anexo I da Lei nº 33/2003, de 22 de Agosto, que fixa os estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. [Art.º 4º da Lei 2/2006, de 14 de Fevereiro]
[312] Ponto 1 do Artigo 23º - B, que consta do capítulo VII-A aditado ao Anexo I da Lei nº 33/2003, de 22 de Agosto, que fixa os estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. [Art.º 4º da Lei 2/2006, de 14 de Fevereiro]

No que respeita às competências acometidas pela lei[313], aos Provedores compete 1) «receber e avaliar a pertinência de queixas e sugestões dos ouvintes e telespectadores sobre os conteúdos difundidos e a respectiva forma de apresentação pelos serviços públicos de rádio e de televisão»; 2) «produzir pareceres sobre as queixas e sugestões recebidas, dirigindo-os aos órgãos de administração e aos demais responsáveis visados»; 3) «indagar e formular conclusões sobre os critérios adoptados e os métodos utilizados na elaboração e apresentação da programação e da informação difundidas pelos serviços públicos de rádio e de televisão»; 4) «transmitir aos ouvintes e telespectadores os seus pareceres sobre os conteúdos difundidos»; 5) «assegurar a edição, nos principais serviços de programas, de um programa semanal sobre matérias da sua competência, com uma duração mínima de quinze minutos, a transmitir em horário adequado»; 6) «elaborar um relatório anual sobre a sua actividade».

Apesar de, em grande medida, coincidentes com as competências atribuídas a outros provedores de rádio e de televisão, deve sublinhar-se o facto de, no caso português, o provedor poder intervir não só no campo da informação, mas também da programação. Na Canadian Broadcasting Company, por exemplo, o provedor actua especificamente no âmbito dos programas informativos difundidos pela rádio, pela televisão e pela Internet, ou seja, em todos os meios assegurados pela companhia. Sobre a programação de entretenimento, o estatuto explica que «queixas que envolvem a programação de entretenimento estão geralmente para além do mandato do provedor e devem ser endereçadas directamente para os programas a que dizem respeito». Também o provedor da TV Cultura (Brasil), criado em 2004 (mas que, entretanto, parece ter sido suspenso), tem como principal função analisar as críticas sobre os conteúdos jornalísticos. Em ambos os casos, o entretenimento não é, portanto, competência do provedor. No caso português, o provedor deverá pronunciar-se sobre a programação e a informação. A National Public Radio of Washington, que define o provedor como o representante do público da

[313] Artigo 23º - D, que consta do capítulo VII-A aditado ao Anexo I da Lei nº 33/2003, de 22 de Agosto, que fixa os estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, S.A. [Art.º 4º da Lei 2/2006, de 14 de Fevereiro]

estação, é nisto mais próxima do modelo português, definindo o papel do provedor pela necessidade de responder a queixas, comentários e críticas significativas que digam respeito à programação. Para além disso, «o provedor servirá como uma fonte independente de informação, explicação, amplificação e análise do público no que concerne à programação e às práticas». Muito semelhante é também o estatuto do provedor da Radio Canada que deve «decidir se a *performance* jornalística e a informação difundida que é objecto de queixa representa infracções às disposições da política jornalística da estação». Um modelo um pouco diferente vigora na France Television que adoptou a figura do provedor em 1998. O principal contraste é que o grupo tem três provedores: um especificamente vocacionado para a programação dos três canais públicos e dois que se ocupam da informação (um na France 2 e outro na France 3). José Nuno Martins, provedor do ouvinte, e José Paquete de Oliveira, provedor do telespectador[314], por seu lado, podem ocupar-se respectivamente de todos os canais da RDP (Antena 1, Antena 2 e Antena 3, RDP África, RDPi, RDP Madeira e RDP Açores) e de todos os canais da RTP (RTP1, 2:, RTP-N, RTP África, RTPi, RTP Madeira e RTP Açores).

Em todos os casos, é a mesma ideia que define o papel do provedor: ser um intermediário entre o canal e os ouvintes e telespectadores. No que respeita a procedimentos, todos os estatutos prevêem que o provedor faça uma análise dos comentários do público, confronte os jornalistas (e nalguns casos, como o português, os produtores) e decida acerca da necessidade ou não de mecanismos de correcção. É dessas decisões que devem dar conta nos programas emitidos semanalmente em todos os canais de rádio e de televisão de serviço público[315].

É talvez ainda demasiado cedo para fazer um balanço da actividade dos provedores do ouvinte e do telespectador em Portugal, mas impor-se-á um estudo sobre o impacto e o

[314] Os provedores tomaram posse a 18 de Abril de 2006, depois de a 22 de Março terem sido indicados pela administração da RDP e da RTP ao Conselho de Opinião, cujo parecer foi naturalmente favorável.
[315] "Em nome do ouvinte" e "A voz do cidadão" são os nomes dos programas do Provedor do Ouvinte e do Provedor do Telespectador respectivamente.

acolhimento que a figura do Provedor tem junto do público/audiência. Por outro lado, estão também ainda por averiguar os efeitos que a implementação desta medida nos operadores públicos terá nos operadores privados, pelo que só em forma de interrogações podem para já ser avançados os desafios que aqui se colocam. Virá a ser esta uma prática generalizada, pelo menos nos canais de sinal aberto e nas emissoras de âmbito nacional? Em tempo de forte concorrência e de um amplo cepticismo relativamente aos *media* audiovisuais, poderão os operadores privados continuar a evitar a produção e emissão de espaços de auto-crítica? Se a figura do provedor se confirmar como factor de credibilidade e incentivo à participação dos cidadãos na reflexão sobre o que a rádio e a televisão devem ser, como responderão os mesmos cidadãos a meios que declinem o imperativo da auto-regulação? O período em análise não permite ainda responder a tanto, mas a julgar pelo silêncio em volta destas questões, de duas uma hipótese se pode já formular: ou precisamos de mais tempo ou, dada a mesma dificuldade de expandir a missão dos provedores estrangeiros no sector privado, esta ainda não é uma questão fundamental reconhecida no campo mediático.

4. O metajornalismo ou o imperativo metapolítico

O metajornalismo «consiste em assegurar a informação sobre os *media* com tanta intensidade como aquela com que se cobre os assuntos políticos, a economia, os *fait-divers* ou o desporto». Esta definição de Marc-François Bérnier (1995:178) alude vigorosamente à necessidade que apontávamos no final do capítulo anterior de informar sobre a informação, na certeza de que é preciso «informar as pessoas a propósito daqueles que os informam» (*ibidem*), ou seja, é preciso fazer jornalismo sobre o próprio jornalismo. Apesar de ser uma prática recente, o discurso informativo sobre o sector dos *media* tem conhecido um franco desenvolvimento nos últimos anos, motivado sobretudo pela amplificação do espaço mediático e pela centralidade que a informação adquiriu não só como bem simbólico, mas também como bem económico. Conhecer as organizações mediáticas e os seus profissionais tornou-se tão

imperativo como conhecer as organizações governativas e os políticos. É preciso saber «quem eles são, como é que eles trabalham, que críticas suscitam, quais são os seus erros e os seus 'golpes', que faltas profissionais cometeram, por que razões...» (Bérnier, *ibidem*). Dir-se-ia que o público a quem os *gazeteiros* forneciam os meios para compreender a actualidade reclama também agora os meios para compreender os próprios mecanismos de mediação, as suas potencialidades e os seus limites, entendendo-se que «estabelecer uma ligação entre as informações difundidas ou censuradas, por um lado, e os comportamentos jornalísticos por outro, é eminentemente de interesse público» (*ibidem*).

Tomando um ponto de vista que realça, acima de tudo, os "pretextos" que fazem do jornalismo e dos jornalistas objecto de notícia, Bérnier atribui ao metajornalismo a função primordial de «desmistificar a profissão aos olhos do público». Na verdade, espera o investigador canadiano que o discurso metajornalístico informe «acerca dos limites, dos métodos e das finalidades desta profissão», permitindo assinalar os comportamentos íntegros e denunciar as práticas e as situações duvidosas (*ibidem*:182), ou seja, que informe os "consumidores" acerca da qualidade dos bens [a informação] que lhes são prestados. E distinguindo este discurso da tarefa dos *news ombudsmen* (uma distinção que entendemos não assumir, por considerarmos que a prática dos provedores se inscreve bem no plano do metajornalismo), garante o autor que ele influencia a maneira como os *media* trabalham, operando inclusive como um mecanismo de auto-regulação, equiparável aos conselhos de imprensa e ao *ombudsman* (1999).

Particularmente vinculado, portanto, a uma necessidade de vigiar a actuação dos profissionais da informação, o metajornalismo concerne, no essencial, àquilo que a tradição anglo-saxónica denomina de *media criticism*. Mesmo no plano da estrita informação, o que se pretende é sobretudo providenciar os materiais necessários à formulação de uma opinião crítica a respeito dos profissionais. «O jornalismo sobre o jornalismo», explica Mário Mesquita, «começa na área da informação e, dentro desta, no domínio dos negócios», para se alargar progressivamente «ao debate sobre os conteúdos e às questões deontológicas» (2001:14). Além

disso, se é lícito dizer que o jornalismo sobre o jornalismo começa com os géneros notícia e reportagem, é, por outro lado, forçoso reconhecer que ele conheceu uma franca expansão com a abertura à publicação regular do género opinativo, na medida em que, mais analítico, este género é provavelmente o mais indicado para fomentar o desenvolvimento de um pensamento crítico.

De um ponto de vista funcional, poderemos assumir com Mário Mesquita a hipótese de identificar três funções que poderão cumprir as iniciativas metajornalísticas. A primeira, que o autor designa de função estratégica, está próxima da ideia de "ética como estratégia", podendo dizer-se que os enunciados jornalísticos sobre o jornalismo resultariam mais de uma lógica de concorrência entre empresas e entre profissionais ou que o metajornalismo é «um instrumento na competição entre diferentes actores no espaço público» (*ibidem*). Dito de outro modo, entende-se que os jornalistas estarão finalmente a assumir que a informação sobre os *media* pode interessar, já não apenas a um público especializado, mas à audiência em geral. No âmbito de uma função auto-promocional, pensaríamos o metajornalismo como instrumento de *marketing*, como instrumento de promoção da própria actividade mediática. Mário Mesquita recorda a este propósito iniciativas como o programa francês "Arrêt sur images", do jornalista Daniel Schneidermann, um exemplo de como fazer *televisão dentro da televisão,* ou os filmes que exibem a actividade dos jornais, das rádios e das televisões. Finalmente, poderá ainda falar-se de uma função reguladora, segundo a qual o metajornalismo se exerce «de um modo *informal, disperso e irregular*» (Mesquita, *ibidem*:15), mas com a vantagem de «responder a uma exigência de equidade». É que, se todas as instituições estão sujeitas à crítica jornalística, «compreendia-se mal que o jornalismo e os jornalistas fossem as únicas entidades ou pessoas a escapar à vigilância crítica dos *media*» (*ibidem*:16).

No conjunto destas funções, o que o metajornalismo tem de particular é o facto de estar para além da simples abordagem ético-deontológica, garantindo a possibilidade de atravessar a prática jornalística na perspectiva dos princípios que a norteiam e das condições que a tornam

efectivamente possível. A diferença substancial que assim enunciamos é a de que ao ultrapassar o plano estritamente ético, se coloca o jornalismo e os jornalistas em confronto com os processos da sua constituição pelo discurso. Com efeito, «mais do que procurar-se um princípio unificador da experiência [como seria a ética na experiência jornalística] interessará compreender os modos como a discursividade opera a estabilização ilusória da experiência» (Miranda, 1994:147). Ora, se a metapolítica é a «política que se joga no imaginário e nas axiomáticas que o procuram dominar e, através de tal domínio, capturar toda a experiência» (*ibidem*), então só na condição da metapolítica pode pensar-se a apreensão da experiência jornalística. Pensamos, como dizíamos, na introdução deste trabalho, o metajornalismo por relação à categoria de metapolítica, trabalhada por Bragança de Miranda. O que significa evocar a pragmática do *meta* que o autor não abrevia na «mera mudança de nível». O que significa ainda, por outro lado, combater o absolutismo do discurso e «levar às últimas consequências a tese da prioridade da experiência sobre o discurso» (*ibidem*:272). Ou seja, levar às últimas consequências a prioridade do processo de produção da informação sobre o próprio produto informativo. Interrogar a experiência é, no fim de contas, o que propomos com a nossa insistência pela validade e indispensabilidade das práticas metajornalísticas. Acolhendo, aliás, a proposta do autor, de uma analítica da actualidade, vemo-nos impedidos de recusar o facto de toda a experiência comunicativa ser contingente e viver em incessante tensão. E se a analítica da actualidade obriga a «colocar o pensamento no próprio instante da constituição, no momento em que se realiza, em que hesita, em que escolhe as suas figuras» (*ibidem*:293), então só colocados no ponto de realização, que é o mesmo que dizer, produção da informação, estaremos em coerência com a tese que defendemos de ser preciso, não estar a montante da experiência – algures onde está a reflexão ética –, nem tão-pouco a jusante – algures onde estará o espírito regulador e "correctivo" –, para nos situarmos tão-somente, se isso for possível, no ponto da constituição. Embora nenhum discurso o possa dominar, que o metajornalismo o tente é tudo quanto propomos.

Em síntese...

De sujeito a objecto de crítica

Em carta aberta a um jovem jornalista, escreve Juan Luís Cebrián que a imprensa «foi o invento mais participativo e igualitário, desde a descoberta da roda, alguma vez conseguido pela espécie humana e, como tal, o mais democratizador» (1998:82). Profundamente optimista, não condiz, porém, este discurso com a desconfiança que, cada vez mais, parece pesar sobre o jornalismo e os jornalistas. Abusos de liberdade de expressão, invasão da vida privada, manipulação deliberada de imagens, exploração de emoções, desrespeito pela dor íntima, cedências ao sensacionalismo... sob todos estes títulos tem sido avaliado o trabalho dos jornalistas, cuja identidade profissional enfrenta uma das piores crises da sua história. Se uma marca for possível encontrar para definir o século XX em matéria de profissionalização dos jornalistas, ela é seguramente a da exigência ética. Reagindo contra condutas menos dignificantes de alguns dos seus pares para com o jornalismo, os próprios jornalistas procuraram na ética um abrigo para preservar as suas *performances* das ambiguidades de um ofício que lida de perto com a vulnerabilidade de pessoas e de situações das quais depende para a prossecução dos seus adágios. Pode, pois, reconhecer-se em rigor que o século XX é o século

da ética por excelência, ou seja, o século em que se questiona a centralidade do desafio ético para a identidade dos jornalistas.

Desdobrando-se na criação de mecanismos de regulamentação e de vigilância, as organizações noticiosas haveriam de chegar a um modelo de maior abertura ao público, "arrepiando caminho" para a inevitabilidade de afectar o público ao processo de escrutínio que hoje tanto se lhes reclama. Desde as cartas ao director ou o correio dos leitores, o apelo à participação dos cidadãos não é "coisa" inédita dos nossos dias. Inédita é, antes, a gama de canais de *feedback* a que o público tem cada vez mais acesso. Mais capacitado, portanto, o cidadão comum dispõe hoje de meios para imputar os jornalistas de pelo menos alguns malefícios da comunicação social – os que dizem respeito particularmente a condutas faltosas dos profissionais que, em nome do dever de informar, se arrogam o direito de ser tolerados, mesmo quando os efeitos das notícias têm resultados "danosos" que directa ou indirectamente atingem ora os protagonistas dos acontecimentos narrados ou as fontes de informação ora o público no seu sentido mais amplo.

De sujeito a objecto de crítica, portanto, o jornalismo e, concomitantemente, os jornalistas descobrem-se então sob o olhar ajuizador de um público cada vez mais exigente e menos condescendente às anomias da informação. Todos os casos mediáticos que relevam, de algum modo, de um grande protagonismo dos jornalistas – e de que o caso Casa Pia, que tratámos no capítulo 8, é, entre nós, apenas um dos mais emblemáticos – têm dado provas da insuficiência das convicções em que se julgava poder suster a tarefa jornalística. O que, no fundo, tem algo de positivo: o facto de obrigar o jornalismo a pensar-se por outras vias, escapando à fragilidade da suficiência que «foi sempre uma ilusão catastrófica» (Miranda, 1994:267).

Uma prática adjuvante da cidadania

«Dos campos de manobra eu vejo apenas os pântanos e destes pântanos eu vejo apenas a superfície e não o fundo, de uma situação eu vejo apenas a aparência e desta aparência mesma apenas os contornos.»
Karl Kraus, 2000: 173

Sabemos como o jornalismo se tornou num destes campos de manobra de onde nos habituámos a ver, não os pântanos, que são terrenos encharcados de águas estagnadas e que por isso, devem ser abandonados para o sal, como dizia o profeta Ezequiel (Ez 47, 11), mas as águas correntes que flúem ao encontro das agitadas ondas dos oceanos. E sabemos como dessas águas vemos apenas a superfície e não o fundo, e, ainda, a imagem que nelas se projecta como um reflexo da aparência dos nossos corpos, que é sempre uma outra maneira de dizer das nossas vidas. Sabemos, portanto, como o jornalismo está organizado pela fluidez destes cursos e pela nitidez com que eles retratam as nossas sombras.

Seria razoável pensar que, num tempo de multiplicação das máquinas informacionais (Lyotard, 1989), estas sombras se desocultam nas águas turvas para tornar mais esclarecido o governo dos homens e mais transparente a competição mundial pelo poder. Mas a

desocultação, que se faz em "lances de linguagem" (*ibidem*), é ela própria um combate. Um combate de palavra que investe os jogadores do poder de construir o jogo, segundo regras que, com o tempo, se firmaram em torno dos valores de verdade, de rigor, de objectividade, de exactidão, de validação das apostas. Na falta destas regras não há jogo legítimo e todo o combate se torna pernicioso para uma das suas partes.

Que o jornalismo procura ser um destes discursos de desocultação está na sua própria essência reveladora de mundos. Que ele opera por "lances de linguagem" é um facto que está inscrito na sua natureza narrativa. Que ele releva de um combate pela legitimação das práticas sociais está documentado pelo seu compromisso com a actualidade. O que não está ainda entregue a toda a prova é a certeza de que o faz sem os constrangimentos que inibem o jogo justo. Pelo contrário. No processo de constituição do actual, o que verificamos é uma erosão progressiva da credibilidade do jornalismo na sua missão de "dar conta" da experiência.

Falando especificamente dos ataques dirigidos à imprensa, recordamos que, no século XX, cresceram em força os sinais desta erosão. O que não deixa de encerrar um paradoxo, pois a par de uma formação especializada, que a partir das últimas décadas do milénio atinge inclusive o nível dos estudos superiores, a par de uma legislação cada vez mais elaborada e de mecanismos de regulação não censórios cada vez mais rigorosos, a actividade da imprensa continuou a dar motivos para um generalizado mal-estar. Tornaram-se então mais inconvenientes do que nunca as conivências com a classe económica e as apropriações do espaço público por grupos de interesse cada vez mais profissionalizados para a relação com os jornalistas. Por outro lado, potencialidades cada vez mais arrojadas de procura e edição de informação permitiram responder melhor a um desejo de ebulição com o instante. Por isso, a comunicação social, vemo-la hoje entregue ao sensacional, ao superficial, à maquinação das emoções, em conteúdos que carecem muitas vezes de outra substância que não a exploração gratuita da aparência dos acontecimentos, rodando as notícias no círculo vicioso da acção e da reacção dos protagonistas.

Sabemos como a erosão diz, na verdade, bem o espírito que assola o nosso tempo. A erosão do espaço e do tempo, a erosão do sentimento e da esperança, a erosão, enfim, da participação e da democracia, porquanto se inflectem as promessas que orientavam o progresso. «É o facto de a crise ser generalizada», constata Bragança de Miranda, «que confere uma tonalidade apocalíptica a todo o discurso» (1994:233). Mas o que está caduco não é o meio de acesso ao real; é antes o espírito com que o fazemos. Um espírito mais ávido de sensações do que de conhecimento. E com o saber em falta tudo o que fica é a leitura do *aqui* e do *agora*, com todo o perigo que encerra de fechar no presente o sentido de toda a história. Princípio e fim da actualidade, o jornalismo inscreve-se no problema da afecção apocalíptica que caracteriza a discursividade moderna (*ibidem*), por ser ele próprio expressão da crise que dizemos marcar a nossa época.

Se ele é ainda a única via para uma democracia a vir (Martins, 2003), é preciso garantir que ele não ceda à decadência as suas armas. É preciso, ainda, superar os seus abatimentos, no sentido de vencer inclusive a fatalidade com que os mais derrotistas anunciam a terrível catástrofe que seria o fim do jornalismo. É preciso, enfim, «enfrentar o problema da "crise de rejeição" em relação à profissão jornalística» (Colombo, 1998:221), combater por uma ideia de jornalismo capaz de sobreviver às críticas e hostilidades, à falência trágica que caracteriza, ainda para mais, uma sociedade de dominante tecnológica. Só um jornalismo que reencontre, nesta sociedade de comunicação generalizada, uma fórmula que prescinda de matar o pensamento pode importar a uma época de informação abundante. Que o jornalismo seja pensamento, portanto. Mas para isso não basta a adequação a «uma massa inerte de receitas passadas». É preciso promover a elucidação permanente das escolhas presentes» (Wemans, 1998[316]). É nosso entendimento que esta elucidação se faça num combate, também ele de palavra, um combate contra a «derrota da razão triunfante» (Martins, 2003), por que devam batalhar não só os jornalistas, editores e governantes, mas também os próprios beneficiários da tarefa jornalística.

[316] WEMANS, Jorge (1998) – "O provedor dos leitores é útil?" – in jornal Público, edição de 1 de Março

A tese que, ao longo destas páginas, procurámos enunciar não tem outro fio condutor senão o de, constatando a fragilidade do discurso jornalístico, propor uma via alternativa para o continuar a garantir como uma tarefa central à democracia. Uma via que, longe de pretender encerrá-lo na força da lei, aventa a possibilidade de, pelo contrário, o abrir a um confronto permanente entre as suas realizações, as expectativas do público e as exigências de cada tempo. Se algum fascínio houver no debate deontológico, não será outro senão o de solicitar a permanente readaptação da moral profissional a novos tempos e maneiras de pensar, porque de outro modo a deontologia reduzir-se-ia, como temeu Mário Mesquita, a uma dogmática. «Perante a multiplicidade de situações que se verificam na produção de um diário», dizia na sua última coluna o ex-provedor dos leitores do Diário de Notícias, «surgem naturais divergências e dissenções» (Mesquita, 1998[317]). Discuti-las, e não formatá-las a códigos, é o que há a fazer para banir toda a suspeita.

Defendemos, sobretudo nos últimos capítulos, que este debate se faça mais sob a forma de um meta-discurso do que nos círculos restritos da classe profissional. Por duas razões de fundo. Em primeiro lugar, porque o meta-discurso, que tem sido caracterizado de forma simples como um "discurso sobre o discurso", permite a desconstrução do discurso jornalístico por via da necessidade de compreender os valores que nele estão implicados. Depois, porque o jornalismo sobre o jornalismo permite expor os jornalistas a uma vigilância pública que, de outro modo, estaria suspensa no policiamento de que se encarregam as entidades reguladoras. Emergindo da experiência jornalística, da prática propriamente dita, o metajornalismo define-se como a possibilidade de, contrariando os processos de generalização, discutir o jornalismo no domínio da parcialidade. «O local é a experiência, é aí que temos de agir», diz Bragança de Miranda. Tomando esta posição como a pressuposição da prioridade da experiência, diríamos que o que está em causa é a *actualidade jornalística*, porquanto «é no seu horizonte que temos de agir, julgar, decidir» (Miranda, 1994:293).

[317] MESQUITA, Mário (1998) – "Passagem de testemunho" – in jornal Diário de Notícias, edição de 16 de Fevereiro

Traduzindo-se, então, pela possibilidade de interrogar o jornalismo lá onde ele se constitui como discurso de actualidade, o metajornalismo é uma das respostas possíveis àqueles que perguntavam "quem guarda os cães de guarda?", ao permitir que o público assuma esta custódia em situação de *melhor informação sobre a informação*. A ideia de que o jornalismo resulta de uma espécie de contrato tácito entre os jornalistas e os cidadãos (Bérnier, 1995) reserva precisamente este papel ao público que não tem apenas o direito de estar informado, mas também o dever de exigir a qualidade do serviço de que beneficia. Dir-se-ia, pois, que o metajornalismo desperta o público da passividade com que, de um modo geral, sempre se prestou ao consumo dos conteúdos jornalísticos. Potenciando então uma atitude mais activa, o metajornalismo tem ainda a vantagem de servir os propósitos de uma tão reclamada educação para os *media*. Com efeito, ao trazer à evidência, numa crítica prática, os possíveis da experiência, o discurso metajornalístico, seja ele estritamente informativo ou opinativo, concede aos cidadãos um instrumento de formação sobre o próprio jornalismo, sobre as suas virtudes, os seus limites e os seus perigos.

Chegados a este ponto, devemos reconhecer, porém, que, nos últimos anos, alguns sinais têm permitido encarar com algum optimismo o acolhimento das práticas metajornalísticas. Por diferentes vias, o jornalismo transformou-se em matéria de comunicação. Está nas páginas dos jornais, está em edições especializadas, académicas ou não, em programas de televisão (ocasionais ou sistemáticos), nos sites das organizações e associações a ele ligados e está, provavelmente como em nenhum outro lado, na blogosfera. Apesar de não podermos eventualmente falar dos blogues como meios jornalísticos, a verdade é que por eles tem passado, nos últimos anos, o forte incremento da reflexão sobre o jornalismo. Plataformas de edição fácil, os blogues tornaram-se rapidamente espaços privilegiados de escrutínio do jornalismo, permitindo a leitura e a análise actualizada do desempenho dos jornalistas. Significam uma outra forma de metajornalismo, que tem, na generalidade dos casos, ainda a vantagem de permitir a troca de opiniões e comentários, num sinal claro de abertura à

pluralidade de expressões. É certo que contra os blogues, nomeadamente contra a sua constituição sob o anonimato dos autores e comentadores, se tem escrito abundantemente. Mas ignorar o que neles se debate seria ignorar uma dimensão fundamental da participação dos cidadãos na dinâmica social. Compreende-se que se diga ainda que são francamente minoritários os grupos que manifestam interesses na blogosfera, como serão ainda muito restritos os núcleos de leitores ou telespectadores que interagem com os provedores. Mas é esta consciência que deverá orientar o caminho que há a fazer.

Se alguma promessa pode realizar o imperativo metajornalístico é, provavelmente, o de pretender ser uma prática adjuvante da cidadania. Implicar os cidadãos na definição daquilo que o jornalismo deve ser não depende apenas da expressão deste desejo. Num tempo acusado de alheamento da vontade a todos os níveis, com índices deficitários de participação democrática, reclamar o envolvimento dos cidadãos é sempre um desafio comprometido à partida pelo espírito de alienação caracterizador de uma idade que se satisfaz em melancolia (Martins, 2003). É um desafio, dizemos. E, como todos os desafios, deve ser entendido como um repto que é preciso explorar antes de qualquer resignação. Conquista ainda provisória, como o serão a liberdade e a própria democracia (Pinto, 2003), o metajornalismo carece de um investimento que o efective como uma área estruturante de um campo que se distinguiu por aspirar precisamente a investir os cidadãos de ferramentas obreiras de uma comunidade representativa do interesse geral.

Referências Bibliográficas

ABBAGNANO, Nicola (1993) – *Diccionario de Filosofia* – México: Fondo de Cultura Económica

ACÁCIO, Manuel (2003) – *Timor: peregrinos da liberdade* – Lisboa: Notícias Editorial

AGAMBEN, Giorgio (2002) – *Enfance et histoire: destruction de l'experience et origine de l'histoire* – Paris: Payor & Rivages [1979]

AGAMBEN, Giorgio (1998) – *Idée de la prose* – Paris: Christian Bourgois Editeur [1985]

AGAMBEN, Giorgio (1995) – *Moyens sans fins – Notes sur la politique* – Paris : Éditions Payot & Rivages

AGAMBEN, Giorgio (1993) – *A comunidade que vem* – Lisboa: Editorial Presença [1990]

ALBERT, Pierre e TERROU, François (1970) – *Histoire de la presse* – Paris : Presses Universitaires de France

ARAÚJO, Luís de (1988) – "Pós-Modernidade: um desafio para a ética?" – in Revista de Comunicação & Linguagens, vol. 6/7, pp. 43-52

ARENDT, Hannah (2001) – *A condição humana* – Lisboa: Relógio d'Água [1958]

ARENDT, Hannah (1996) – *Entre el pasado y el futuro: ocho ejercicios sobre la reflexión política* – Barcelona: Ediciones Península [1961]

ARIÈS, Phillipe (1988) – *O homem perante a morte (vol. 1 e 2)*, Lisboa: Publicações Europa-América

ARIÈS, Phillipe (1975) – *Essais sur l'histoire de la mort en occident du moyen age à nos jours,* Paris : Editions du Seuil

AUGÉ, Marc (1998) – "Las paradojas de la sobremodernidad" – entrevista à Revista Lateral, Barcelona: Lateral Ediciones - Dezembro

AUGÉ, Marc (1996) – *Los "no lugares". Espacios del anonimato: una antropología de la sobremodernidad* – Barcelona, Gedisa [1992]

AUGÉ, Marc (1994) – *Hacia una antropología de los mundos contemporáneos* – Barcelona, Gedisa

BADIE, B. (1995) – *La fin des territoires* – Paris: Éditions Fayard

BALZAC, Honoré de (1998) – *Les journalistes – monographie de la presse parisienne* – Paris : Éditions Arlea [1843]

BARTHES, Roland (1995) – *Fragmentos de um discurso amoroso* – Lisboa: Edições 70 [1977]

BATAILLE, George (1988) – *O erotismo* – Lisboa: Antígona [1921]

BAUDELAIRE, Charles (1949) – *Journaux intimes : fusées, mon cœur mis a nu, carnet* – Paris : José Corti Éditeur [1867]

BAUDRILLARD, Jean (1999) – *Le complot de l'art* – Paris : Sens & Tonka [1997]

BAUDRILLARD, Jean (1997) – *Écran total* – Paris : Galilée

BAUDRILLARD, Jean (1995) – *A Sociedade de Consumo* – Lisboa, Edições 70 [1970]

BAUDRILLARD, Jean (1992) – *Da sedução* – Campinas: Papirus Editora [1979]

BAUDRILLARD, Jean (1988a) – "O orbital. O exorbital" – Revista de Comunicação & Linguagens, nº 6/7 ("Moderno/Pós-moderno)

BAUDRILLARD, Jean (1988b) – *América* – Rio de Janeiro: Rocco [1986]

BENJAMIN, Walter (2005) – "Experiência e pobreza" – Revista de Comunicação & Linguagens, nº 34/35 ("Espaços"), pp. 317-321 [1933]

BENJAMIN, Walter (1992) – "O Narrador" – in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* – Lisboa: Relógio d'Água, pp. 27-57 [1936]

BENJAMIN, Walter (1992) – "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica – in *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política* – Lisboa: Relógio d'Água, pp. 74-113 [1936]

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas (1986) – *La construction sociale de la realité* – Paris : Méridiens

BÉRNIER, Marc-François (2006) – « L'idéal journalistique : comment les prescripteurs définissent le 'bon' message journalistique » - in Les Cahiers du Journalisme, nº 16 – edição de Agosto

BÉRNIER, Marc-François (2003) – « L'éthique et la déontologie comme éléments de la légitimité du journalisme» - in Actas do X Colloque bilatéral franco-roumain, CIFSIC, Universidade de Bucarest

BÉRNIER, Marc-François (1999) – "L'autorégulation pragmatique du journalisme en Amérique du Nord" – in Recherches en Communication, nº 9

BERNIER, Marc-François (1995) – *Les Planqués – Le journalisme victime des journalistes* – Québec : VLB Éditeur

BÉRNIER, Marc-François (1994) – *Éthique et déontologie du journalisme* – Québec : Les Presses de l'Université Laval

BLUMENBERG, Hans (1990) – *Naufrágio com espectador* – Lisboa: Vega [1979]

BOBBIO, Norberto (1988) – *O Futuro da Democracia* – Lisboa: Publicações Dom Quixote [1984]

BONVILLE, Jean de (2004) – « Le métier de journaliste au début du 20e. siècle vu par un contemporain : l'utilité des concepts théoriques » - COLETTE, Brin *et al.* (2004) – *Nature et transformation du journalisme – Théorie et recherches empiriques* – Laval : Les presses de l'Université Laval, pp. 243-272)

BOORSTIN, Daniel Joseph (1992) – *The image : a guide to pseudo-events in America* – EUA: First Vintage Books Edition [1961]

BOUGNOUX, Daniel (1995) – *La communication contre l'information* – Paris : Hachette

BOURDIEU, Pierre (2003) – « O mercado linguístico » - in *Questões de Sociologia* – Lisboa: Fim de Século, pp, 127-143 [1984]

BOURDIEU, Pierre (2001) – *Sobre a Televisão* – Oeiras: Celta Editora [1996]

BOURDIEU, Pierre (2000) – "Sur Karl Kraus et le journalisme" – in Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, nº 131-132, Março, pp.123-126

BOURDIEU, Pierre (1998) – *O que falar quer dizer* – Lisboa: Difel [1982]

BOUVERESSE, Jacques (2001) – *Schmock ou le triomphe du journalisme – La grande bataille de Karl Kraus,* Paris : Seuil

BUSSIERRE Michèle and MAURIAT, Caroline (1991) – «Les années cinquante à la radio et à la television», Journée d'études, CHR, CHTV, GEHRA, Paris

CAMPS, Victoria (1992) – « Comunicação, democracia e conflito » - in Revista de Comunicação e Linguagens, nº 15/16, pp. 151-158

CARVALHO, Mário e COSTA, Luís (2003) – *Por dentro das guerras* – Lisboa: Prime Books

CASTELLS, M. (2005) – *A era da informação: economia, sociedade e cultura* – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

CASTELLS, M. (2005) – *A sociedade em rede – do conhecimento à acção política* – Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda

CASTELLS, M. (2004) – *A galáxia Internet – reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade* – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

CEBRIÁN, Juan Luis (1998) – *Cartas a um jovem jornalista* – Lisboa: Bizâncio

CERTEAU, Michel de (1994) – *A invenção do cotidiano: artes de fazer* – Petrópolis: Vozes

CHARON, Jean e BONVILLE, Jean de (2004) – « Le journalisme et le marché : de la concurrence à l'hyperconcorrence » - in COLETTE, Brin *et al.* (2004) – *Nature et transformation du journalisme – Théorie et recherches empiriques* – Laval : Les presses de l'Université Laval, pp. 273-316)

CHARON, Jean-Marie e MERCIER, Arnaud (2003) – « Pour en finir avec 'le pouvoir des journalistes'» in Revista Hermès 35, Paris, pp. 23-31

CHESNEAUX, Jean (1996) – *Habiter le temps* – Paris: Bayard Éditions

CHESNEAUX, Jean (1976) – *Du passé faisons table rase ? – a propos de l'histoire et des historiens* – Paris : François Maspero

COHEN, Bernard (1963) – *The press and foreign policy* – Princeton: Princeton University Press

CORNU, Daniel (1997) – *Éthique de l'information* – Paris : Presses Universitaires de France

CORNU, Daniel (1994) – *Journalisme et verité : pour une éthique de l'information* – Genève : Labor et Fides

CORTÉS MORATÓ, Jordi e Martínez Riu, Antoni (1998) – *Diccionario de filosofia en CD-Rom – Conceptos, autores, textos* – Barcelona: Herder Editorial

CHRISTIANS, Clifford e NORDESTRENG, Kaarle (2004) – "Social responsibility worldwide" – in Journal of Mass Media Ethics, vol. 19, nº 1, pp. 3-28

COLOMBO, Furio (1998) – *Conhecer o jornalismo hoje – como se faz informação* – Lisboa: Editorial Presença

COHEN, Elliot D. e ELLIOT, Deni (org.) (1997) – *Contemporary Ethical Issues – Journalism Ethics* – Santa Bárbara (California): ABC-Clio

COMTE-SPONVILLE, André (1995) – *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes* – Lisboa: Editorial Presença

CORNU, Daniel (1997) – *Éthique de l'information* – Paris : Presses Universitaires de France

CORNU, Daniel (1994) – *Journalisme et vérité* – Genève : Labor et Fides

CRUZ, Maria Teresa (2002) – "Técnica e Afecção" – in MIRANDA, J. A. B. (org) – *Crítica das Ligações na Era da Técnica* – Lisboa: Tropismo

CRUZ, Maria Teresa (2000) – "Corpo Cyborg" – in ALVES, M. Valente – *O corpo na era digital*, FML

CUILENBERG, Jan van e McQUAIL, Denis (2003) – « Media Policy Paradigm Shifts – Towards a new communication policy paradigm » - in European Journal of Communication, vol.18, nº2, pp. 181-207

DAYAN, Daniel e KATZ, Elihu (1999) – *A história em directo*, Coimbra: Minerva

DAYAN, Daniel e KATZ, Elihu (2005) – "As construções do luto após a morte de Diana", Revista Caleidoscópio, nº 5: 2004/2005 (p. 65-68)

DEARING, James (1996) – *Agenda-setting* – Thousand Oaks: Sage Publications

DEBORD, Guy (1992) – *La société du spectacle* – Paris : Gallimard

DELEUZE, Gilles (1989) – *Différence et répétition* – Paris : Presses Universitaire de France

DELEUZE, Gilles (1985) – *L'image-temps* – Paris : Les Éditions de Minuit

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1995) – *O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia* – Lisboa: Assírio & Alvim

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1992) – *O que é a Filosofia?* – Lisboa: Editorial Presença

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix (1980) – *Milles plateaux: capitalisme et schizophénie* – Paris: Les Éditions de Minuit

DELPORTE, Christian (1999) – *Les journalistes en France – 1880-1950 : Naissance et construction d'une profession* – Paris : Seuil

DILTHEY, Wilhelm (1986) – *Introducción a las ciencias del espíritu : ensayo de una fundamentación del estudio de la sociedad y de la historia* – Madrid : Alianza Editorial [1883]

DILTHEY, Wilhelm (1992) – *Teoria das concepções do mundo : a consciência histórica e as concepções do mundo* – Lisboa : Edições 70 [1911]

DURKHEIM, Émile (1979) – *Les formes élementaires de la vie religieuse* – Paris : Presses Universitaires de France [1912]

ECO, Umberto (1995) – *Seis passeios pelos bosques da ficção* – Oeiras: Difel [1994]

ECO, Umberto (1986) – *Viagem na irrealidade quotidiana* – Lisboa: Difel

ELIAS, Norbert (2001) – *A Solidão dos Moribundos*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar [1982]

ELIAS, Norbert (1989) – *Sobre el tiempo* – Madrid: Fondo de Cultura Económica [1984]

FIDALGO, Joaquim (2004) – *Em nome do leitor – as colunas do provedor do Público* – Coimbra: Minerva

FIDALGO, Joaquim (2002) – « O provedor do leitor visto pelos jornalistas – resultados de um inquérito de opinião" – in Revista Jornalismo & Jornalistas, n° 9, Janeiro/Março, pp. 20-26

FINO, Carlos (2003) – *A Guerra em Directo* – Lisboa: Verbo

FOUCAULT, Michel (1997) – *A ordem do discurso* – Lisboa: Relógio d'Água [1971]

FOUCAULT, Michel (1994) – *Dits et écrits* – Paris : Gallimard [1984]

FREYTAG, Gustav (1988) – *Die Journalisten* – Stuttgart : Reclam [1854]

GALTUNG, Johan e RUGE, Marie Holmboe (1965) – « The structure of foreign news » - in Journal of Peace Research, Vol. 2, pp. 64-90

GETLIN, Josh (2000) – "The Critics : Ombudsman" – in Columbia Journalism Review

GREVISSE, Benoît (1999) – *L'affaire Dutroux et les medias – Une révolution blanche des journalistes?* – Lovain-La-Neuve : Academia Bruylant

GIDDENS, Anthony (1998) – *As consequências da modernidade* – Oeiras: Celta

GIDDENS, Anthony (1996) – *Transformações da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas* – Oeiras: Celta

GIDDENS, Anthony (1990) – « El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura" – in GIDDENS, Anthony, TURNER, Jonathan *et al.* (1990) – *La teoría social hoy* – Madrid: Alianza Editorial, pp. 254-289 [1987]

GIL, José (2002) – "Ligação de inconscientes" – in MIRANDA, J. A. B. (org) – *Crítica das Ligações na Era da Técnica* – Lisboa: Tropismo

GILLMOR, Dan (2005) – *Nós, os media* – Lisboa: Presença

GLASER, Mark (2005) – "Did London bombings turn citizen journalists into citizen paparazzi?" – in Online Journalism Review (Julho)

GOFFMAN, Erving (1974) – *Les rites d'interaction* – Paris: Éditions Minuit

GUATTARI, F. e Rolnik, S., (1996) – *Micropolítica: cartografias do desejo* – Petrópolis: Vozes

HABERMAS, Jürgen (2003) – *La ética del discurso y la cuestión de la verdad* – Barcelona: Paidós

HAESBAERT, R. (2005) – "Da desterritorialização à multiterritorialidade" – in Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, Universidade de São Paulo, pp. 6774-6792

HAESBAERT, R. (2004) – *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multi-Territorialidade* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

HAESBAERT, R. (2002) – *Territórios alternativos* – São Paulo: Contexto

HALIMI, Serge (1998) – *Os novos cães de guarda* – Oeiras: Celta [1997]

HEIDEGGER, Martin (1994) – *Conferências y artículos* – Barcelona, Ediciones del Serbal

HEIDEGGER, Martin (1992) – *The concept of time* – Oxford: Blackwell [1924]

HEIDEGGER, Martin (1980) – *El Ser y el Tiempo* – Mexico: Fondo de Cultura Económica [1927]

IVO, Nuno e MASCARENHAS, Óscar (2003) – *O processo Casa Pia na Imprensa – A Nuvem de Chumbo* – Lisboa: Publicações D. Quixote

JANKÉLÉVITCH, Vladimir (1974) – *L'irréversible et la nostalgia* – Paris: Flammarion

JEANNENEY, Jean-Noël (1996) – *Uma história da comunicação social* – Lisboa: Terramar

JEUDY, Henri-Pierre (1995) – *A Sociedade Transbordante* – Lisboa, Edições Século XXI

JEUDY, Henri-Pierre (1992) – "A arbitragem da ética" – in Revista de Comunicação e Linguagens, nº 15/16, pp. 72-88

JUUSELA, Pauli (1991) – *Journalistic Codes of Ethics in the CSCR Countries* – Tampere: University of Tampere

KERCKHOVE, Derrick de (1997) – *A pele da cultura – uma investigação sobre a nova realidade electrónica* – Lisboa: Relógio d'Água [1995]

KLAIDMAN, Stephen e BEAUCHAMP, Tom (1987) – *The Virtuous Journalist* – New York: Oxford University Press

KOVACH, Bill e ROSENSTIEL, Tom (2003) – *Los elementos del periodismo* – Madrid: Ediciónes El Pais

KRAUS, Karl (2000) – *Cette grande époque* – Paris : Éditions Payot & Rivages [1910]

KRAUS, Karl (1993) – *La littérature démolie* – Paris : Éditions Payot & Rivages [1897]

LE BON, Gustave (1980) – *Psicologia das Multidões* – Paris: Delraux [1895]

LE BON, Gustave (1928) – *Les opinions et les croyances* – Paris : Ernest Flammarion [1911]

LEFEBVRE, H. (1974) – *La production de l'espace* – Paris: Anthropos

LEMAGNY, Jean-Claude (1998) – *Histoire de la Photographie* – Paris : Larousse

LEMIEUX, Cyril (2000) – *Mauvaise presse – une sociologie compréhensive du travail journalistique et de ses critiques* – Paris : Éditions Métailié

LESCHKE, Rainer (2001) – *Einführung in die Medienethik* – München: Wilhelm Fink Verlag

LÉVY, Pierre (1998) – *Qu'est-ce que le virtuel?* – Paris: La Découverte

LIBOIS, Boris (1994) – *Éthique de l'information – Essai sur la deontologie journalistique* – Bruxelles : Éditions de l'Université de Bruxelles

LIPOVETSKY, Gilles (1989a) – *A era do vazio – ensaio sobre o individualismo contemporâneo* – Lisboa, Relógio d'Água

LIPOVETSKY, Gilles (1989b) – *O império do efémero – a moda e o seu destino nas sociedades modernas* – Lisboa: Publicações Dom Quixote

LITZ, Marc (2001) – "Information, médias et récit médiatique » - *Belphégor*, vol. 1, n° 1, Novembro

LYOTARD, Jean-François (1997) – *O inumano – a desconstrução do tempo* – Lisboa: Estampa

LYOTARD, Jean-François (1989) – *A condição pós-moderna* – Lisboa: Gradiva

MAFFESOLI, Michel (2002) – "Utopias e 'divino' social" – in *Revista Comunicação e Sociedade 4*, pp. 11-25

MAFFESOLI, Michel (2001) – *O eterno instante: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas* – Lisboa: Instituto Piaget

MAFFESOLI, Michel (1996) – *Eloge de la raison sensible – essais* – Paris : Bernard Grasset

MAFFESOLI, Michel (1988a) – "A ética da estética: Homo Estheticus" – Revista de Comunicação & Linguagens, nº 6/7

MAFFESOLI, Michel (1988b) – *Les temps des tribus: le déclin de l'individualisme dans les sociétés de masse* – Paris: Meridiens Klincksieck

MAFFESOLI, Michel (1979) – *La conquête du présent : pour une sociologie de la vie quotidienne* – Paris : Presses Universitaires de France

MAÑERO, Cristina López (1997) – "Cuando el dolor es noticia" – Revista ISTMO, nº 231 – Julho/Agosto

MARCUSE, Herbert (1971) – *Eros et civilisation: contribution à Freud* – Paris : Editions de Minuit [1955]

MARTIN, Mike (1997) – "Journalistic ethics and ordinary morality" – in COHEN, Elliot D. e ELLIOT, Deni (org.) (1997) – *Contemporary Ethical Issues – Journalism Ethics* – Santa Bárbara (California): ABC-Clio

MARTINS, Fernando (2006) – *A geração da ética* – Coimbra: Minerva

MARTINS, Moisés (2003) – "Por uma democracia a vir. A televisão de serviço público e a sociedade civil – in PINTO, Manuel (2003) – *Televisão e cidadania – contributos para o debate sobre o serviço público* – Braga: Universidade do Minho, pp. 9-12

MARTINS, Moisés (2002), "O Trágico como Imaginário da Era Mediática" in *Revista Comunicação e Sociedade 4*, pp. 73-79

MARTINS, Moisés *et al.* (2002) – Entrevista a Daniel Bougnoux : a comunicação e a informação na modernidade – in Revista Comunicação e Sociedade, vol. 4, pp. 275-284

MATA, Maria José (2002) – *A autocrítica no jornalismo* – Coimbra: Minerva
McCOMBS, Maxwell e SHAW, Donald (1993) – "The evolution of agenda-setting research: twenty-five years in the marketplace of ideas" – in Journal of Communication, Vol. 43, N° 2, Junho, pp. 58-67

MCGREW, A. (1992) – "A Global Society?" – *in* Hall, S., Held D. and McGrew, A. – *Modernity and its Futures* – Cambridge: Polity Press (pp. 61-102)

MCLUHAN, Marshall (1964) – *Understanding Media – the extensions of man* – New York, McGraw-Hill

McQUAIL, Denis (2003) – *Teoria da comunicação de massas* – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [1983]

McQUAIL, Denis (1997) – "Accountability of media to society – principles and means" – in European Journal of Communication, Vol. 12, n°4, pp. 511-529

MEAD, George Herbert (1959) – *The Philosophy of the Present* – La Salle: Open Court Publishing

MERRILL, John C. (1997) – *Journalism Ethics – Philosophical foundations for news media* – New York, St. Martin's Press

MERRIL, John C. (1985) – "Is ethical journalism simply objective reporting" – in Journalim Quarterly, n° 62, pp. 391-393

MESQUITA, Mário (2004) – *O quarto equívoco – o poder dos media na sociedade contemporânea* – Coimbra: Minerva

MESQUITA, Mário (2001) – "Metajornalismo ou auto-regulação informal?", in Revista Jornalismo & Jornalistas, n° 7 – Julho/Setembro, pp. 14-16

MESQUITA, Mário (1998) – *O Jornalismo em Análise – a coluna do Provedor dos Leitores em análise*, Coimbra: Minerva

MILL, John Stuart (1997) – *Sobre a liberdade* – Mem Martins : Publicações Europa-América [1859]

MIRANDA, José Augusto Bragança de (2003) – "Crítica de uma certa ficcionalização do controlo" – Revista de Comunicação & Linguagens, nº 32 ("Ficções") (pp. 79-90)

MIRANDA, José Augusto Bragança de (2002a) (org.) – *Crítica das ligações na era da técnica* – Lisboa: Tropismo

MIRANDA, J. BRAGANÇA (2002b), "Controlo e Descontrolo do Imaginário" in *Revista Comunicação e Sociedade 4,* pp. 49-72

MIRANDA, José Augusto Bragança de (2002c) – "Para uma crítica das ligações técnicas" – in MIRANDA, J. A. B. (org) – *Crítica das Ligações na Era da Técnica* – Lisboa: Tropismo

MIRANDA, José Augusto Bragança de (1999) – "Fim da mediação? – de uma agitação na metafísica contemporânea" – Revista de Comunicação & Linguagens, nº25/26 ("Real/Virtual"), pp. 293-330

MIRANDA, José Augusto Bragança de (1998) – *Traços – ensaios de crítica da cultura* – Lisboa: Vega

MIRANDA, José Augusto Bragança de (1996) – "O controlo do virtual" – acedido em http://www.bocc.ubi.pt/pag/miranda-controlo.pdf#search=%22o%20controlo%20do%20virtual%22

MIRANDA, José Augusto Bragança de (1994) – *Analítica da Actualidade* – Lisboa: Veja

MIRANDA, José Augusto B. (1992) – "Discurso e metapolítica" – in Revista Comunicação & Linguagens, vol. 15/16 – pp. 131-149

MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean; MAFFESOLI, Michel (1993) – *A decadência do futuro e a construção do presente* – Florianópolis: Editora da UFSC

MORIN, Edgar (1988) – *O homem e a morte*, Lisboa, Publicações Europa-América [1951]

MOURÃO, José Augusto (2005) – "Do espaço teológico ao ciberespaço" – Revista de Comunicação & Linguagens, nº 34 ("Espaços") – Julho (pp.55-70)

MOURÃO, José Augusto (2005) – "Retórica do Hipertexto" – Revista de Comunicação & Linguagens, nº 36 ("Retórica") – Dezembro (pp.87-101)

MOURÃO, José Augusto (2002) – "Vínculos, novos vínculos, desvinculação" – in MIRANDA, J. A. Bragança de (org.) – *Crítica das Ligações na Era da Técnica* – Lisboa: Tropismo

NEMETH, Neil (2000) – "Um provedor como agente de responsabilidade" – in PRITCHARD, David (org.) (2000) – *Citizens, Ethics, and the Law – Holding the media accountable* – Bloomington: Indiana University Press

NEWTON, Isaac (1997) – *Princípios matemáticos de la filosofia natural* – Madrid: Tecnos [1687]

NIETZSCHE, Friedrich (1995) – *La volonté de puissance* – Paris : Gallimard

ORTEGA Y GASSET, José (1971) – *A Rebelião das Massas* – Rio de Janeiro, Livro Ibero-Americano

PEREIRA, Fernando José (2002) – "Ligações livres – da construção fantasiosa à realidade domesticada" – in MIRANDA, J. A. B. (org) – *Crítica das Ligações na Era da Técnica* – Lisboa: Tropismo

PEREIRA, Manuel Baptista (1990) – *Modernidade e tempo – para uma leitura do discurso moderno* – Coimbra: Minerva

PERNIOLA, Mario (2005) – *Contra a Comunicação* – Lisboa: Teorema [2004

PERNIOLA, Mario (2004) – *O sex appeal do inorgânico* – Coimbra: Ariadne Editora [1994]

PERNIOLA, Mario (1994) – *Enigmas – O momento egípcio na sociedade e na arte* – Lisboa, Bertrand Editora [1990]

PERNIOLA, Mário (1993) – *Do Sentir* – Lisboa, Editorial Presença [1991]

PETERSON, Theodore (1963) – "The social responsibility theory" – in SIEBERT, F. *et al.* (1963) – *Four Theories of the Press* – Chicago: University of Illinois Press, pp. 73-104 [1956]

PINTO, José Manuel Figueiredo – "Espaços efémeros – possibilidades virais n'*A Sociedade do Espectáculo*" - Revista de Comunicação & Linguagens, nº 34 ("Espaços") – Julho (pp.143-156)

PINTO, Manuel (org.) (2003) – *A comunicação e os media em Portugal – cronologia e leitura de tendências* – Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

PLATÃO (1969) – *Diálogos IV – Sofista – Político – Filebo – Timeu – Crítias* – Mem Martins: Publicações Europa-América

PRATS, Joan Ferres (1997) – "De la emoción por el consumo al consumo de emociones – Televisión, consumo y emociones" – in GÓMEZ, José Ignacio (dir.) – *La otra mirada a la tele – Pistas para un consumo inteligente de la televisión* – Sevilla: Junta de Andalucia

PRITCHARD, David (org.) (2000) – *Citizens, Ethics, and the Law – Holding the media accountable* – Bloomington: Indiana University Press

RUELLAN, Denis (1993) – *Le professionalisme du flou – identité et savoir-faire des journalistes français* – Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble

SERRANO, Estrela (2006) – *Para compreender o jornalismo* – Coimbra: Minerva

SINGER, Jane B. (2006) – *The socially responsible existentialist – a normative emphasis for journalists in a new media environment* – in Journalism Studies, vol. 7, nº 1, pp. 2-18

SMITH, Ron R. (1999) – *Grosping form Ethics in Journalism* – Ames: Iowa State University Press

QUEIRÓS, Eça (19- -) – *A correspondência de Fradique Mendes* – Lisboa: Edição Livros do Brasil

QUINTERO, Alejandro Pizarroso Quintero (1996) – "A revolução da impressão" – in QUINTERO, A. P. (coord.) – *História da Imprensa* – Lisboa: Planeta Editora, pp. 29-57

RAMONET, Ignacio (2000) – *A tirania da comunicação* – Porto: Campo das Letras

ROSA, António Machuco (2001) – "O ciberespaço como ideal de emancipação" – Interact 4 [disponível em http://www.interact.com.pt/interact4/ensaio/ensaio3.html]

ROY, Albert du (2003) – "Les liasons dangereuses du journalisme et de la politique" - in Revista Hermès 35, Paris, pp. 131-136

RUELLAN, Denis (1993) – *Le professionalisme du flou – identité et savoir-faire des journalistes français* – Grenoble : Presses Universitaires de Grenoble

SACK, R. (1986) – *Human Territoriality: its theory and history* – Cambridge: Cambridge University Press

SAUSSURE, Ferdinand (1917) – *Curso de Linguística Geral* - Mem Martins: Publicações Europa-América

SCHNEIDERMANN, Daniel (1999) – *Du journalisme après Bourdieu* – Paris : Fayard

SCHUTZ, A. e LUCKMANN, Thomas. (1973) – *The structures of life-world* – Evanston: Northwestern University Press

SCHUTZ, A. (1962) – "On multiple realities", in *Collected Papers* – The Hague: Martinus Nijhoff (pp. 207-259)

STIEGLER, Bernard (2004) – "La guèrre du temps" – in *Cahiers du cinéma* – Paris : Édition de l'Étoile – nº 586 [Janeiro] (pp. 78-80)

SONTAG, Susan (2003) – *Olhando o Sofrimento dos Outros*, Lisboa, Gótica

TEILLARD DE CHARDIN, Pierre (1970) – *O fenómeno humano* – Porto, Livraria Tavares Martins

TENGARRINHA, José (1989) – *História da Imprensa Periódica Portuguesa* – Lisboa: Caminho

TOFFLER, Alvin (1970) – *Choque do Futuro* – Lisboa, Edição Livros do Brasil

TOFFLER, Alvin (1980) – *The third wave* – New York, William Morrow

TOFFLER, Alvin (1990) – *Powershift: knowledge, wealth, and violence at the edge of the 21st century* – New York, Bantam Books

TOFFLER, Alvin (1995) – *Criando uma nova civilização: a política da terceira vaga* – Lisboa, Edição Livros do Brasil

TORRES, Eduardo Cintra (1998) – *Ler Televisão – o exercício da crítica contra os lugares-comuns* – Oeiras: Celta

TSANOFF, Radoslav (1992) – "History of ethics" – in Collier's Encyclopedia, vol. 9, pp. 333-346

TUCHMAN, Gaye (1993) – "A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas" – in TRAQUINA, Nelson (org.) (1993) – *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias* – Lisboa: Veja, pp. 74-90

TRAQUINA, Nelson (2002) – *Jornalismo* – Lisboa: Quimera

TRAQUINA, Nelson (2000) – *O poder do jornalismo – análise e textos da teoria do agendamento* – Coimbra: Minerva Editora

TRAQUINA, Nelson (org.) (1993) – *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'* – Lisboa: Vega

VATTIMO, Gianni (1992) – *La sociedad transparente* – Barcelona: Ediciones Paidós [1989]

VATTIMO, Gianni (1987) – *O fim da modernidade* – Lisboa: Editorial Presença [1985]

VIRILIO, Paul (2000a) – *A velocidade de libertação* – Lisboa, Relógio d'Água [1995]

VIRILIO, Paul (2000b) – *Cibermundo: a política do pior* – Lisboa, Teorema [1996]

VIRILIO, Paul (1999) – *O espaço crítico e a perspectiva do tempo real* – Rio de Janeiro, Editora 34

VIRILIO, Paul (1998) – *La bombe informatique* – Paris: Éditions Galilée

VIRILIO, Paul (1993) – *L'art du moteur* – Paris: Éditions Galilée

VIRILIO, Paul (1991a) – *Vitesse et politique* – Paris: Éditions Galilée [1977]

VIRILIO, Paul (1991b) – *L'écran du desert* – Paris : Éditions Galilée

WEBER, Max (1973) – *O político e o cientista* – Lisboa: Editorial Presença

WEMANS, Jorge (1999) – *O Público em público – as colunas do provedor do leitor* – Coimbra: Editora Minerva

WHITROW, Gerald James (1990) – *El tiempo en la história* – Barcelona: Editorial Crítica [1988]

WOLF, Mauro (1991) – *Teorias da comunicação* – Lisboa: Editorial Presença [1985]

WOLTON, Dominique (2003) – "Journalistes, une si fragile victoire", in Revista Hermès 35, Paris, pp. 9-21

WOLTON, Dominique (1999) – *Pensar a comunicação* – Lisboa : Difel [1997]

WRIGHT, Charles. R. (1975) – *Mass Communication: a sociological approach* – New York: Random House

Referências de Imprensa

ACCARDO, Alain (2005) – « Karl Kraus, contre l'empire de la bêtise » - in Le Monde Diplomatique, edição de Agosto, p.23

AMARAL, João (2002) – "A força dos media" – in jornal Expresso

AURÉLIO, Diogo Pires (2005) – "O sofrimento em directo" – in jornal Diário de Notícias, edição de 10 de Abril

BARROSO, Alfredo (2002) – "Em directo da Latrina" – in jornal Expresso

CABRAL, Manuel Vilaverde (2002) – "No reino da impunidade" – in jornalDiário de Notícias, edição de 6 de Dezembro

CABRITA, Felícia (2002) – "Pedofilia sem castigo" – in jornal Expresso, edição de 23 de Novembro

CABRITA, Felícia (2002) – "Polícia com novas pistas" – in jornal Expresso, edição de 7 de Dezembro

CARRILHO, Manuel Maria (1994) – "Os media e a modernidade" – in jornal Público, edição de 12 de Março

CARVALHO, Mário (2003) – "Parem lá com isso!" – in jornal Público, edição de 23 de Novembro

CÉBRIAN, Juan Luis (2004) – "Terrorismo en el Pozo" – in jornal El Pais, edição de 12 de Março

CHITAS, Paulo e FONSECA, Ricardo (2002) – "Pesadelo Escondido" – in revista Visão, edição de 28 de Novembro

COSTA, Artur (2003) – "A usurpação televisiva" – in Jornal de Notícias, edição de 18 de Setembro de 2003

COSTA, Luís (2003) – "Repórteres de Guerra" – in jornal Público, edição de 20 de Novembro
DELGADO, Luís (2004) – "Gravações: três pontos" – in jornal Diário de Notícias, edição de 11 de Agosto

DOMINGUES, Maria Elisa (2002) – "A pedofilia e os media" – in jornal Diário de Notícias, edição de 1 de Dezembro

FERNANDES, José Manuel (2005) – Editorial do jornal Público, edição de 03 de Abril

FERNANDES, José Manuel (2004) – "Regresso á Casa Pia" – in jornal Público, edição de 10 de Agosto

FERNANDES, José Manuel (2003) – "Duas Notas" – in jornal Público, edição de 15 de Novembro

FERREIRA, Eduarda (2003) – "Sem redoma na guerra" – in Jornal de Notícias, edição de 16 de Novembro

FIDALGO, António (2005) – "O Papa mediático" – Editorial do jornal "Urbi et Orbi", edição nº 270, de 11 de Abril

FIDALGO, Joaquim (1999) – "Uma ponte com dois sentidos" – in jornal Público, edição de 3 de Outubro

FITOUSSI, Jean-Paul (2003) – 'Le retour des temps idéologiques' – Le Monde, edição de 3 de Abril

FIDALGO, Joaquim (2001) – "Entre a Televisão e o Jornal" – in jornal Público, edição de 16 de Setembro

FURTADO, Joaquim (2004) – "Inocente até que..." – in jornal Público, edição de 7 de Março

GASPAR, Miguel (2004) – "Quando o anonimato fixa a agenda" – in jornal Diário de Notícias, edição de 10 de Agosto

GONÇALVES, Alberto (2002) – "Liberdade a mais" – in jornal Correio da Manhã, edição de 6 de Dezembro

LOPES, Octávio (2004) – "Pactuou com os bandidos" – in jornal Correio da Manhã, edição de 14 de Agosto

MALHEIROS, José Vítor (2001) – "O que é que sentiu?" – in jornal Público, edição de 13 de Março

MARCELINO, João (2004) – "O Independente de Serra Lopes" – in jornal Correio da Manhã, edição de 14 de Agosto

MARCELINO, João (2004) – "Um crime de objectivo claro" – in jornal Correio da Manhã, edição de 08 de Agosto

MARTINS, Fernando (2001) – "Quem defende quem?" – in Jornal de Notícias

MESQUITA, Mário (2002) – "Quem não salta é... pedófilo" – in jornal Público, edição de 8 de Dezembro

MESQUITA, Mário (2002) – "Este artigo não é sobre a Casa Pia" – in jornal Público, edição de 1 de Dezembro

MESQUITA, Mário (1998) – "Passagem de testemunho" – in jornal Diário de Notícias, edição de 16 de Fevereiro

MESQUITA, Mário (1997) – "Crónica do dia zero" – in jornal Diário de Notícias, edição de 27 de Janeiro

MISSIKA, Jean-Louis (2004) – « La Télé compassionnelle » - *L'Express* – 19 de Janeiro

MOREIRA, Vital (2004) – "O jornalista, o polícia e o procurador" – in jornal Público, edição de 17 de Agosto

PACHECO PEREIRA, José (2006b) – "Os blogues antes dos blogues" – in jornal Público, edição de 22 de Junho

PACHECO PEREIRA, José (2006a) – "Blogues: a apoteose do presente" – in jornal Público, edição de 15 de Junho

PEREIRA, José Pacheco (2002) – "A Caminho do Terceiro Mundo" – in jornal Público, edição de 5 de Dezembro

PINTO, Manuel (2004) – "Uma atenção redobrada à cobertura do 'caso Casa Pia'"- in Jornal de Notícias, edição de 6 de Março

QUEIRÓS, Eça (1867) – Distrito de Évora, nº 1, edição de 6 de Janeiro

RAMONET, Ignacio (2003) – "Le cinquième pouvoir" – in Le Monde Diplomatique, nº 45, edição de Outubro, pp. 1 e 26

SAFIRE, William (1982) – "The one-ma fourth estate" – in New York Times, edição de 6 de Junho

SANTOS SILVA, Augusto (2003) – "O primeiro poder" – in jornal Público, edição de 8 de Novembro

SERRANO, Estrela (2002) – "Sobre o jornalismo" – in jornal Diário de Notícias – edição de 30 de Setembro

SERRANO, Estrela (2002) – "Uma ética para a comunicação" – in jornal Diário de Notícias, edição de 27 de Maio

SERRANO, Estrela (2001) – "Ser notícia" – in jornal Diário de Notícias, edição de 17 de Setembro

SERRANO, Estrela (2002) – "Alarme na primeira página" – in jornal Diário de Notícias, edição de 4 de Março

SERRANO, Estrela (2003) – "Desafios para 2004" – in jornal Diário de Notícias, edição de 27 de Dezembro

SERRANO, Estrela (2003) – "Os nossos jornalistas no Iraque" – in jornal Diário de Notícias, edição de 1 de Dezembro

SERRANO, Estrela (2003) – "Uma subtil pressão" – in jornal Diário de Notícias, edição de 22 de Setembro

SERRANO, Estrela (2003) – "O jornalismo em questão" – in jornal Diário de Notícias, edição de 8 de Setembro

SERRANO, Estrela (2002) – "O lugar do jornalismo" – in jornal Diário de Notícias, edição de 2 de Dezembro

SILVA, Francisco Azevedo e (2002) – "Indignações" – in jornal Diário de Notícias, edição de 1 de Dezembro

SILVA, João Cândido (2004) – "A primeira pedra" – in jornal Público, edição de 14 de Agosto

SILVA, Vicente Jorge (2005) – "Notícia" – in jornal Diário de Notícias, edição de 03 de Abril

TAVARES, João Miguel (2004) – "Três notas sobre Agosto" – in jornal Diário de Notícias, edição de 24 de Agosto

TORRES, Eduardo Cintra (2005) – "A boa morte" – in jornal Público, edição de 04 de Abril

TORRES, Eduardo Cintra (2005) – "A maior multidão" – in jornal Público, edição de 11 de Abril

TORRES, Eduardo Cintra (2003) – "Jornalista entrevista Jornalista sobre Jornalista" – in jornal Público, edição de 24 de Novembro

TORRES, Eduardo Cintra (2002) – "Excessos da TV ou Receios do Poder" – in jornal Público, edição de 3 de Dezembro

VAZ, Júlio Machado (2002) – "Lixofilia" – in Jornal de Notícias, edição de 4 de Dezembro

VIEGAS, Francisco José (2002) – "Sociedade de cavalheiros" – in Jornal de Notícias, edição de 12 de Dezembro

VIRILIO, Paul (1997) – « Fin de l'Histoire, ou fin de la géographie ? – Un monde surexposé » - Le Monde Diplomatique – Agosto, p.17

VIRILIO, Paul (1995) – « Vitesse et information – Alerts dans le cyberespace ! » - Le Monde Diplomatique – Agosto, p.28

WEMANS, Jorge (1998) – "O provedor dos leitores é útil?" – in jornal Público, edição de 1 de Março

WEMANS, Jorge (1997) – "Intenções e consequência" – coluna do Provedor do Leitor do jornal Público, edição de 14 de Dezembro

"O Lugar dos Media e o Lugar da Justiça", Editorial do *Público* de 28 de Novembro de 2002

"A tragédia como espectáculo", Nota Editorial do *Expresso* de 30 de Novembro de 2002

"Polícia com novas pistas", in *Expresso* de 7 de Dezembro de 2002

"Em minha defesa", in *Diário de Notícias* de 17 de Abril de 2003 (carta de Carlos Cruz)

"Crime ou Cabala?", suplemento de 16 páginas da revista *Visão* de 22 de Maio de 2003

"O 'Ballet' cinzento da democracia", in *Público* de 8 de Junho de 2003

"Sindicato contra divulgação", in *Correio da Manhã* de 12 de Agosto de 2004

"Directores de informação contra uso de gravações não autorizadas" (Cátia Candeias e Clara Raimundo), in *Público* de 13 de Agosto de 2004.

"A missão de informar", Editorial do jornal *Diário de Notícias*, de 15 de Novembro de 2003

"O dia em que os jornalistas foram notícia", in jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003

"Carlos Raleiras: Um desaparecido que 'vale' 50 mil dólares", in jornal *Público* de 15 de Novembro de 2003.

"'OK, estás livre, podes ir para o Kuwait'", in jornal *Público* de 16 de Novembro de 2003

"História de um refém de Ladrões 'Ali Babás'", in jornal *Público* de 17 de Novembro de 2003

"O mundo são os jornalistas", in jornal *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 2003

Programa Flash Back de 16 de Fevereiro de 2003 - *TSF*

Programa Fórum TSF de 10 de Maio de 2004: "Como avalia o papel da comunicação social na cobertura jornalística do processo Casa Pia?" – programa conduzido por Manuel Acácio, onde intervieram, entre outros, Manuel Pinto (Provedor dos Leitores do JN) e Estrela Serrano (ex-Provedora dos Leitores do DN)

Programa Clube de Jornalistas da *2:* - edição de 9 de Setembro de 2004

Programa "Clube de Jornalistas" da *2:* - edição de 11 de Janeiro de 2004

DAR I série Nº.44/X/1 2005.09.15

Lei 2/2006, de 14 de Fevereiro, que Cria o Provedor do Ouvinte e o Provedor do Telespectador nos Serviços Públicos de Rádio e de Televisão